NET-ATIVISMO
PROTESTOS E SUBVERSÕES NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

MARINA MAGALHÃES

LIVROS ICNOVA

ICNOVA INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA

A Luther Blissett e Hakim Bey. Aos índios da Selva Lacandona. Às flores do norte da África e do Médio Oriente. Aos indignados de uma geração à rasca. Aos net-artistas e Anonymous espalhados pelas redes de redes: memórias afetivas da minha zona autónoma temporária. Este livro é sobre nós (e sobre nossas conexões).

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
Net-Ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais

AUTORA
Marina Magalhães

REVISÃO
Cecília Avelino, Roberta Matias Simões e Raquel Lima

COLEÇÃO
Livros ICNOVA

EDIÇÃO
ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade NOVA de Lisboa
Av. Berna, 26
1069-061 Lisboa – Portugal
www.icnova.fcsh.unl.pt icnova@fcsh.unl.pt

DIREÇÃO
Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

ISBN
978-989-54285-1-9 (Digital)
978-989-54285-0-2 (Impresso)

DESIGN E PAGINAÇÃO
José Domingues | UNDO

DATA DE PUBLICAÇÃO
Dezembro 2018

APOIO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

CENTER FOR RESEARCH IN COMMUNICATION, INFORMATION AND DIGITAL CULTURE
PÓLO FCSH/NOVA

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto Refª: UID/CCI/04667/2016

O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e amigos José Bragança de Miranda e Massimo Di Felice, orientador e coorientador da tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, desenvolvida na Universidade Nova de Lisboa, que originou este livro. Por estimularem a minha essência pirata, o meu navegar livre por rotas pouco conhecidas em mares digitais, com a segurança de contar com companheiros de tripulação anárquicos e atópicos – certamente por isso tão instigantes.

Ao Instituto de Comunicação ICNOVA da Universidade Nova de Lisboa, presidido pelo Prof. Dr. Francisco Rui Cádima, por selecionar e viabilizar a publicação desta obra. Ao Centro Internacional de Pesquisa Atopos, rede fomentadora de uma inteligência coletiva essencial para a ampliação dos nossos horizontes. À Universidade Lusófona do Porto, por possibilitar as minhas primeiras experiências de docência em terras portuguesas, pelas atividades de colaboração em eventos e publicações sobre o Net-ativismo.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), instituição financiadora desta pesquisa, responsável por levar o nosso olhar do Tejo (Portugal) ao Mar Mediterrâneo (Itália), do Mediterrâneo aos mares do Atlântico (Brasil), com um cruzamento de informações além-mar capaz de ampliar a visão do investigador para a pesquisa e para o mundo – inclusive para perceber como esses universos nunca deveriam estar dissociados.

Ao meu pai, Nino Pinto, que tinha a essência net-ativista mesmo sem saber: partiu na reta final deste estudo, como um bom pirata, para desbravar outras ilhas, em novas dimensões, não sem antes espalhar as suas palavras andantes na minha embarcação. À minha mãe, Helena, professora por excelência, e à minha avó, Darcy Magalhães, orientadoras fundamentais de toda a minha existência. À minha irmã, Luísa, e a Edison Melo, outro pai que encontrei pelo caminho.

Ao professor e tio Henrique Magalhães, pela genética da inquietação, indubitavelmente a herança mais rica. Pelo incentivo às publicações, pela revisão incansável da tese e pelos demais apoios nos maremotos em águas estrangeiras. Aos professores e também amigos Cláudio Cardoso de Paiva, Nadja Carvalho e Wellington Pereira, da Universidade Federal da Paraíba, pelos inúmeros e provocativos diálogos que se estenderam desde a Graduação.

Aos amigos de Portugal, por mostrarem que existe família fora do Brasil e vida além da tese, e aos amigos do Brasil, pela *presença ausente*. Em especial a Cecília Avelino, Roberta Matias, Raquel Areia, Raquel Lourenço, Mariana Liquito, Tarcineide Mesquita, Messias Crispim, Geanne Lima, Tyara Veriato e Daysi Lange, pelas leituras de partes deste livro.

Ao meu amor, Kassio, e ao nosso filho felino, Pascoale Defrizze (*in memoriam*), companheiros leves nesse nem sempre tranquilo navegar.

ÍNDICE

Prefácio de Massimo Di Felice 9
Introdução 19

PARTE I – DA QUALIDADE DA AÇÃO EM REDE 25
Capítulo 1 – A política na época do Big Data 31
1.1. *Networked*: as redes como novo sistema operativo social 36
1.2. Massas e microssegmentações da cultura conectada 44
1.3. As redes e a política sem partido 53
1.3.1. O ativismo em rede e a participação sem partido 59

Capítulo 2 – O social além do humano 67
2.1. A crise sociológica do *social* em rede 69
2.1.1. A confusão entre *sociedade* e *corpo político* 78
2.2. A *cosmopolítica* como reagregação do social 83

Capítulo 3 – Transdução e transubstanciação das redes 93
3.1. Transdução do ativismo em rede 97
3.2. Transubstanciação nas redes 102
3.2.1. As três ecologias da comunicação e interação 106

PARTE II – DO NET-ATIVISMO 111
Capítulo 4 – Da *cibercultura* ao *net-ativismo* 115
4.1. Digressão pelas teorias das redes e do net-ativismo 115
4.1.1. O net-ativismo 119
4.2. Marcos e fases do net-ativismo mundial na cultura das redes 124
4.2.1. Potencialidades das redes e fases do net-ativismo 125
4.2.1.1. Fase preparatória: entre as redes de redes e o *Tactical Media* 127
4.2.1.2. As influências punk e pirata no universo *cyber: Hakim Bey e Luther Blisset* 132
Hakim Bey 134
Luther Blissett 142
4.2.2. Fase da experimentação de um novo tipo de conflitualidade 151
4.2.2.1 *O Movimento Zapatista* 153
A internacionalização do movimento 156
A estética zapatista 162

Capítulo 5 – Protestos e subversões na fase da *web 2.0*
e das redes sociais digitais 171
5.1. Das redes do IRC ao MSN Messenger 171
5.2. Do Orkut ao Facebook 173
5.3 Dos movimentos globais em época de *social networks* 177
5.3.1. Anonymous 178
5.3.2. MoVimento 5 Estrelas 184
5.3.3. Primavera Árabe 188
5.3.4. Movimento 15M (Indignados) 191
5.3.4.1. Acampadas 192
5.3.5. Occupy Wall Street 195
5.3.6. Jornadas de Junho de 2013 no Brasil 197

Capítulo 6 – Net-ativismo em Portugal 205
6.1. Procedimentos metodológicos do estudo 208
6.1.1. Tipologia temática para mapeamento dos casos: *técnico*, *político*, *estético* 210
6.1.2. Por uma tipologia das dinâmicas de interação em rede 213
6.2 Net-ativismo técnico: LulzSec Portugal 216
6.3. Net-ativismo político: Geração à Rasca 223
6.4. Net-ativismo estético: Me Myself and I 230

Conclusão 239
Referências 247

PREFÁCIO

MASSIMO DI FELICE[1]

Numa nota à edição de *Pléiade*, o escritor romântico francês Barbey d´Aurevilly narrava a seguinte lenda:

> O imperador Carlos Magno, já em avançada idade, apaixonou-se por uma donzela alemã. Os barões da corte andavam muito preocupados vendo que o soberano, entregue a uma paixão amorosa que o fazia esquecer de sua dignidade real, negligenciava os deveres do Império. Quando a jovem morreu subitamente, os dignitários respiraram aliviados, mas por pouco tempo, pois o amor de Carlos Magno não morreu com ela. O imperador mandou embalsamar o cadáver e transportá-lo para sua câmara, recusando separar-se dele. O arcebispo Turpino, apavorado com essa paixão macabra, suspeitou que havia ali um sortilégio e quis examinar o cadáver. Oculto sob a língua da morta, encontrou um anel com uma pedra preciosa. A partir do momento em que o anel passou às mãos de Turpino, Carlos Magno apressou-se em mandar sepultar o cadáver e transferiu seu amor para a pessoa do arcebispo. Turpino, para fugir àquela embaraçosa situação, atirou o anel no lago de Constança. Carlos Magno apaixonou-se então pelo lago e nunca mais quis se afastar de suas margens (Calvino, 1996, p. 78)[2].

1 Graduado em Sociologia pela Università degli Studi La Sapienza (1993), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2001) e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Paris Descartes V, Sorbonne (2012). É professor da Universidade de São Paulo, ministrando aulas na graduação e pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP). É professor visitante nas Universidades: Università Roma III (Itália), Université Paul-Valéry Montpellier III (França) e Universidade Lusófona (Portugal).

2 Calvino, I. (1996). *Lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Comentando o conto de Barbey d´Aurevilly, I. Calvino afirma que o verdadeiro protagonista do conto é o próprio anel mágico, uma vez que seria a partir dele que se desenvolvem os diversos acontecimentos. Contrariamente a essa interpretação é possível, também, descrever o conjunto de interações que se desenvolvem no conto como a expressão de um emaranhado reticular que, em lugar de um cenário dividido entre personagens (atores protagonistas e atores coadjuvantes, contextos e situações), nos apresenta a complexidade de uma arquitetura reticular e interdependente, na qual cada ator (o anel mágico, a donzela alemã, o arcebispo Turpino, Carlos Magno, o lago e suas margens) é levado a agir por outros.

O próprio anel mágico adquiriu tal propriedade após um sortilégio que alguém, provavelmente uma bruxa, aplicou nele, assim como o próprio Carlos Magno passou a alterar seus atos depois do desenvolvimento de seus sentimentos, despertados e continuamente modificados pelos sortilégios feitos por alguém através do anel mágico. As redes de ação e de atores passam a se cruzar na narrativa, desenvolvendo tal nível de complexidade de relações que resulta, consequentemente, improvável pensar num único ator como o promotor principal das ações sucessivas ou numa origem específica da ação.

Essa possível interpretação das qualidades reticulares das interações que se desenvolvem nesse breve conto resulta numa contribuição fértil para pensar as qualidades da complexidade das ações que desenvolvemos cotidianamente nas redes digitais, conectados a dispositivos, circuitos elétricos, sensores, bancos de dados e às demais pessoas – estas também conectadas a dispositivos, circuitos elétricos, bancos de dados e às outras pessoas. Neste complexo e interdependente âmbito ecossistêmico-informativo digital cotidiano, em lugar de tentar desvendar atores protagonistas e construir hierarquias para interpretar a origem da ação, provavelmente pode resultar útil mudar de atitude e direcionar a nossa atenção para além da busca da ordem e dos princípios geradores, abrindo-nos ao questionamento sobre a qualidade e os possíveis significados da transformação da ação no âmbito reticular.

As culturas ecológicas contemporâneas, as práticas de sustentabilidade, os movimentos de ativismo digital que marcaram a Primavera Árabe e os protestos continuados em todas as latitudes através de formas de conflitualidade realizadas mediante as interações com os *social networks* são as expressões de um novo tipo de ação social, não mais direcionada ao externo, nem apenas resultante de práticas provocadas por um condicionamento informativo ou técnico. Trata-se de um conjunto de ações que não acontecem mais simplesmente no interior das molduras políticas, assim como conjugadas pela tradição europeia-ocidental, isto é, ligadas à determinação única do sujeito-ator, conceitualmente orientado, mas

que se delineiam como o resultado de co-ações e de interações entre diversos "actantes", apresentando-se, portanto, como a expressão de uma nova cultura habitativa que se exprime por formas complexas de interdependências.

O net-ativismo e o conjunto de ações colaborativas que resultam da sinergia de atores de diversas naturezas, pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais, territorialidades informativas, apresentam-se, segundo esta perspectiva, como a constituição de um novo tipo de ecologia (*eko-logos*) não mais opositiva e separatista, na qual uma dimensão ecossistêmica reúne seus diversos membros num novo tipo de social, não apenas limitado ao âmbito humano dos "*socius*", mas expandido às demais entidades técnicas, informativas, territoriais, de forma reticular e conectiva.

Delineiam-se, assim, as características de um tipo de ação não mais realizada por um único sujeito, nem linearmente direcionada a uma finalidade pré-determinada, mas reticular, enquanto desenvolvida no interior de um ecossistema[3] complexo através da colaboração de diversos actantes (circuitos informativos, interfaces, mídias, corpos, paisagens etc.). A sinergia dos conjuntos de actantes passa a modificar o desfecho de uma ação através de suas interações na medida em que se conectam e co-agem. Consequentemente, mais do que expressar uma forma sistêmica, as formas de net-ativismo e a ação reticular apresentam-se como a expressão de um novo tipo de ecossistema atópico, onde os elementos humanos, tecnológico-informativos e ambientais interagem, constituindo uma hipercomplexidade[4] sinérgica e reticular.

Surge a necessidade de pensar um novo tipo de ação, biótica, técnica e informativa ao mesmo tempo, e um novo tipo de meio ambiente, interativo e dinâmico, que é possível habitar somente através de interações tecno-humanas, reticulares e colaborativas. Mais do que uma transformação comunicativa, a forma reticular, portanto, apresenta-se como uma nova ecologia [5]. Diante da qualidade de tal alteração da condição habitativa, sua compreensão necessita de um novo léxico.

3 O conceito de Ecossistema, assim como elaborado por Tansley, mostra o aumento da complexidade da percepção a respeito das interações entre as espécies e o seu meio ambiente físico-químico: *"O nosso preconceito humano natural força-nos a considerar os organismos como as partes mais importantes destes sistemas, mas certamente os fatores inorgânicos também fazem parte – não poderia haver sistema sem eles, e há um constante intercâmbio dos mais variados tipos em cada sistema, não só entre os organismos, mas entre o orgânico e o inorgânico. Estes ecossistemas, tal como lhes podemos chamar, são dos mais variados tipos e dimensões"* (Tansley, 1935 em Leveque, 2001, p. 35). Cf. Leveque, C. (2001). *Ecologie*. Paris: Dunod.

4 Faz-se referência aqui ao conceito desenvolvido por Edgar Morin. Cf. Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: Editions Du Seuil.

5 A utilização do termo ecologia aqui remete ao seu sentido etimológico (*eko-logos*, discurso sobre o meio ambiente).

Nesta direção vai a contribuição da Teoria do Ator-Rede (ANT) proposta por Bruno Latour e seus colegas Michel Callon e John Law, cuja ambição é aquela de estudar o social não mais a partir do conforto dos conceitos teóricos desenvolvidos pelas ciências sociais, mas através da observação dos tipos de agregações reticulares que surgem em volta de controvérsias.

Inspirados na microssociologia de Gabriel Tarde, os criadores de tal abordagem defendem a ideia de que o social não seria mais uma totalidade, feita de estruturas, instituições e grupos, mas um resultado do contínuo devir de processos de conexões. Daqui a necessidade de passar do estudo do social para o estudo dos coletivos e, consequentemente, da sociologia para as ciências das associações:

> outra noção de social tem que ser descoberta: bem mais ampla do que a usualmente chamada por esse nome e, ao mesmo tempo, estritamente limitada à busca de novas associações e ao esboço de seus agregados. Este é o motivo pelo qual definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociações e reagregações (Latour, 2012, p. 25)[6].

Nesta dimensão, a ação deve ser pensada como o resultado do conjunto de ações construídas de forma colaborativa com os demais actantes, humanos e não, no interior das dinâmicas associativas reticulares:

> Um ator é definido pelos efeitos de suas ações, de modo que o que não deixa traço não pode ser considerado ator. Ou seja, somente podem ser considerados atores aqueles elementos que produzem efeitos na rede, que a modificam e são modificados por ela e são estes elementos que devem fazer parte de sua descrição. Porem não há como anteciparmos que atores produzirão efeitos na rede, que atores farão diferença, senão acompanhando seus movimentos (Latour, 2012, p. 35).

O caráter emergente das arquiteturas interativas reticulares coloca o actante numa dimensão na qual a externalidade e a linearidade perspéctica tornam-se impossíveis e as estas, de fato, substituem-se as interações não mais como um conjunto de ações, mas de "atos". Com o advento das redes interativas digitais assistimos ao comparecimento de um inédito tipo de ação, que pode ser pensado

6 Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

como um particular tipo de "ato", realizado tecnologicamente, desenvolvido em interações reticulares com dispositivos e circuitos informativos, capaz de estabelecer uma nova forma de contratualidade[7] – não mais apenas social e antropomórfica, no sentido histórico e sociológico, isto é, sujeito-cêntrica e devastadora, mas resultante de dinâmicas plurais e colaborativas. A dimensão reticular do agir deve ser, portanto, pensada não a partir do conceito de ação que remete a um agir dinâmico e transitivo, mas a partir do ato, isto é, da forma imprevisível e intensa que se desenvolve em seguida das conexões.

A etimologia grega da palavra αίων remete a um dúplice significado: o primeiro faz referência ao "ato", de breve duração; o segundo indica a medula espinhal, enquanto morada da vida e origem da fertilidade. A substituição da ação pelo ato permite-nos pensar o net-ativismo não apenas como uma ação política, mas como um ato vital do ecossistema social que se exprime e advém através de suas conexões ecossistêmicas. A dimensão ecológica do ato conectivo direciona-nos, portanto, para o advento de um agir reticular emergente que exprime sua qualidade principal no seu dinamismo interativo e, portanto, não na sua essência, nem em sua finalidade, mas na sua emergência conectiva e mutante.

O ativismo digital e as formas de participação conectivas surgidas nas redes, embora em diversos casos exprimam objetivos e dinâmicas precisos, não somente não estão relacionados com identidades e objetivos políticos, enquanto estranhos à disputa do poder[8], mas manifestam o advento de um processo de transformação da condição habitativa que vê a passagem das formas de social sedentárias, geográficas, institucionais e políticas para as formas tecno-diaspóricas[9], expressões de um novo tipo de ecossistema. Neste último, todos os membros componentes (humanos, dispositivos, circuitos, meio ambiente, matérias primas etc.), enquanto possíveis actantes são, no decorrer do desfecho de conexões, induzidos

7 Ver a respeito: Serres, M. (1990). *Le contrat naturel*. Paris: Éditions François Bourin.

8 O centro de pesquisa Atopos da Universidade de São Paulo – USP vem desenvolvendo uma pesquisa comparativa em quatro países, com o apoio da Fapesp, cujos resultados parciais revelam claramente a dimensão pós-política de todos os movimentos e práticas que, na quase totalidade dos casos, se colocam distante de todas as instituições políticas tradicionais e da disputa pelo poder.

9 Derivação de uma "e-diáspora" de uma "migração conectada", expressão da socióloga franco-romena Dana Diminescu (2010), reelaborada como um conceito ecossistêmico e ecológico tecno-informativo desenvolvido na tese de doutorado de Eliete Pereira. Cf. Pereira, E. (2013). *O local digital das culturas: as interações entre culturas, mídias digitais e territórios*. [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-06052014-110606/es.php.

a sair da própria condição e do próprio nível de equilíbrio para adquirir sua própria alteração através do diálogo e da contaminação[10].

Nessa perspectiva, o ato conectivo[11] torna necessário o repensamento da dimensão do humano. Michel Maffesoli propõe, a respeito, a análise da etimologia do termo, cuja raiz latina coincide com a de "humus" (Maffesoli, 2013)[12], isto é, com a fertilidade e a fecundidade. Podemos, consequentemente, argumentar que o ato fértil e o ato conectivo coincidem com um novo significado de humano, não mais autopoiético e autocentrado, mas com uma condição dinâmica que constrói processos de humanização[13] através de dispositivos[14]. Tal perspectiva relacional e não essencialista do humano e do agir reticular fornece ao ato uma dimensão profunda, cuja interpretação nos leva à assunção de uma perspectiva ecológica. Isto é, a adoção de um ponto de vista sobre o mundo e a realidade que não é apenas aquele humano.

A assunção de uma perspectiva não humana, considerada um paradoxo pelo pensamento humanista ocidental, resulta, ao contrário, comum em contextos não-europeus. Eduardo Viveiros de Castro[15] revela que, no perspectivismo cosmológico ameríndio, não existe uma supremacia do elemento humano sobre os animais e que eles, as plantas, as coisas, também possuem a condição de "gente" e a de pessoas, e que cada espécie, cada coisa, tem o seu "predador e a sua onça respectivos". O mundo, nesta perspectiva não ocidental, toma a forma do olho que o vê, condição que determina a existência, ao lado do mundo visto pelos humanos, do mundo visto pelo pássaro, pela cobra e pelos demais animais, possibilitando, assim, a passagem do multiculturalismo ocidental, ou seja, da perspectiva da existência de uma única natureza e de diversas culturas, para um multinaturalismo, em que se tornaria possível a existência de mais mundos observáveis a partir de olhares oriundos de diversas naturezas. O olhar de uma onça, de um pássaro, de

10 Uma importante contribuição a respeito é o livro de Michel Maffesoli. Cf. Maffesoli, M. (1997). *Du nomadisme. Vagabondages initiatiques*. Librairie Generale Française.

11 Di Felice, M. (2018). *Net-ativismo*. São Paulo: Ed. Paulus.

12 Maffesoli, M. (2013). *Le nouveau bien-pensants*. Paris: Éditions du Moment.

13 Estamos atribuindo ao processo de humanização um significado diverso daquele oferecido pela tradição humanista ocidental. Se nesta última existe uma "essência" do humano separada da técnica e do meio ambiente, que atribui, consequentemente, às suas transformações uma origem autónoma, na perspectiva da qual compartilhamos, que é próxima da concepção biológica, tudo o que é humano remete às interações, hibridações e saídas contínuas do nível de equilíbrio.

14 Faz-se aqui referência ao conceito proposto por Agamben, que se distanciando um pouco do conceito de Foucault define dispositivo como *"qualquer coisa que tenha de algum modo capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar modelar controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes"*. Cf. Agamben, G. (2006). *Che cos'é un dispositivo*. Roma: Nottetempo Ed.

15 Viveiros de Castro, E. (2011). "O medo dos outros". *Revista da antropologia da USP*. V.54 n.2.

um peixe ou de uma cobra, enquanto seu modo "humano", também constitui a pluralidade da natureza, que passa a ter tantas versões quantos os olhos que a vê.

> Cada espécie está, portanto, na cultura na posição em que os humanos (isto é, os humanos dos humanos) se vêem em relação ao restante do cosmos. (...) Esta divergência perspectiva da espécie é frequentemente atribuída à qualidade dos olhos que cada espécie possui. Os Ye'kuana da Venezuela dizem que cada povo tem seus próprios olhos... gente (humanos) não consegue entender as sucuris porque elas têm olhos diferentes (Viveiros de Castro, 2011, p. 89).

Se no perspectivismo ameríndio a sobreposição e a aquisição de diversos olhares era algo impossível, as tecnologias e os processos de digitalização estão permitindo hoje este tipo de transplante, dando-nos a possibilidade de ver o mundo com os olhos da floresta, através dos sistemas de geolocalização; com os olhos das baleias, por meio dos dispositivos de rastreamentos de suas deslocações; com os olhos da camada de gelo da Antártida etc. Estas mutações puxam-nos para um devir animal: planta, mas também coisa, circuito, redes, em direção a uma mudança na nossa natureza humana, transferindo-a em outras naturezas. Esta perspectiva mostra-nos a impossibilidade da permanência de uma condição habitativa frontal e perspéctica. Esta, num contexto reticular, é substituída por uma ecologia conectiva, que eleva a condição habitativa numa dimensão de transformação constitutiva dos membros que a compõem e a habitam, habitando-se um ecossistema transorgânico reticular.

A dimensão ecológica do ato conectivo não se expressa, portanto, apenas em um sair do próprio nível de equilíbrio cognitivo, isto é, não se constitui apenas como um convite a uma mudança de interpretação ou da própria visão de mundo, pressuposto de cada processo cognitivo ou de aprendizagem desde a maiêutica socrática. O ato conectivo e as interações ecológicas reticulares transformam a saída do próprio nível de equilíbrio cognitivo na saída do próprio nível perceptivo-sensorial e perspéctico-habitativo, constituindo-se, portanto, como um convite a uma hibridação não transitiva e como a construção de processos de humanização através das interações com dispositivos técnicos. A ação reticular apresenta-se, enfim, como um conjunto de atos oriundos de diversas naturezas e como um convite a adquirir a nossa própria humanização mutante, a partir da nossa perda conectiva.

Este livro insere-se no âmbito da linha de pesquisa sobre net-ativismo surgida no Centro Internacional de Pesquisa Atopos da Universidade de São Paulo, como

o resultado de um estudo pioneiro realizado pela Prof.ª Dra. Marina Magalhães de Morais, sob a preciosa orientação do Prof. Dr. José Bragança de Miranda. Neste contexto o Centro Atopos abriu um novo campo de estudo, não um campo disciplinar, mas um campo de forças, no sentido atribuído a este na física por Maxwell. Isto é, um campo no interior do qual convergem visões e interpretações diversas, oriundas das mais diversas disciplinas, que se propõem a abordar a descrição da qualidade da ação no âmbito das redes digitais e nas arquiteturas conectivas.

É necessário desenvolver uma nova teoria da ação para as redes sociais digitais, que leve em conta o caráter não apenas humano das interações e o seu âmbito ecológico e conectivo. Habitar as redes significa não somente interagir e agir em direção a um ponto externo, mas alterar continuamente sua própria ecologia, abrindo-se à modificação da própria condição originária. É esta uma primeira qualidade deste livro: colocar a questão das redes sociais digitais e da conflitualidade em redes num âmbito teórico e epistêmico, recusando o olhar comum que associa os estudos da comunicação digital à mídia, aos meios e à dimensão política, reduzindo o olhar e a perspectiva heurística a uma dimensão meramente instrumental.

A abordagem apresentada a seguir vai numa outra direção e busca narrativas e significados teóricos na interação e nas inúmeras formas de conflitualidades que se multiplicaram no mundo inteiro nas últimas décadas, realizando uma alteração qualitativa do lugar, da linguagem e das formas do agir político. Logo, uma segunda qualidade deste livro é a perspectiva metodológica que o estudo desenvolvido por Marina Magalhães apresenta, caracterizado pela integração entre a observação dos dados, das arquiteturas *on-line*, das páginas web e a pesquisa nas praças, nas arquiteturas físicas dos protestos e dos conflitos. Um olhar hibridizado, "*on-life*", que opta, em lugar de separar, conectar o virtual e o material, recusando a contraposição e pondo em discussão a mesma objetividade dos dois termos.

A terceira qualidade deste trabalho está na perspectiva internacional que aborda as questões do net-ativismo em suas dimensões globais, buscando, portanto, um caminho que permita reconstruir as qualidades e as características do fenômeno. E neste sentido este livro coloca-se como um estudo pioneiro, que vê agora, também em Portugal, a circulação de uma perspectiva teórica original sobre a ideia de ação, a qual aponta para a necessidade de uma nova teoria sobre o social e sobre a comunicação que leve a sério a dimensão conectiva e não instrumental do nosso habitar.

VI

Navegam sem o mapa que faziam

(Atrás deixando conluios e conversas
Intrigas surdas de bordéis e paços)

Os homens sábios tinham concluído
Que só podia haver o já sabido:
Para a frente era só o inavegável
Sob o clamor de um sol inabitável

Indecifrada escrita de outros astros
No silêncio das zonas nebulosas
Trémula a bússola tacteava espaços

Depois surgiram as costas luminosas
Silêncios e palmares frescor ardente
E o brilho do visível frente a frente

Sophia de Mello Breyner Andresen, 1979

INTRODUÇÃO

Escrever é navegar tateando, disse certa vez a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen[16]. Tal pensamento sobre a essência da sua escrita, poética, aproxima-se da natureza do que entendemos por pesquisar, científico: um navegar sem mapas pré-desenhados; um abrir mão das conclusões dos homens sábios de que só pode haver aquilo que é já sabido.

Pesquisar as redes sociais digitais, especificamente, é como navegar em mar aberto. Leva-nos a uma diluição das fronteiras entre o que é terra e o que é mar[17], teorias, métodos e análises; desordena as divisas entre pesquisador observador e pesquisador participante, entre sujeito e objeto, entre homem, natureza e tecnologia, entre tantas separações questionadas ao longo das próximas páginas.

Movidos por uma consciência de que em longas expedições, além de desfazer as amarras, levantar âncoras e içar velas quase sempre é preciso arriscar novas rotas, adotamos como bússola uma visão ecológica e, portanto, pós-humanista da relação entre o homem e a técnica num cotidiano cada vez mais digitalizado, em que "o vértice da técnica se abriu na nossa experiência, liquefazendo a solidez da Terra e a própria distinção milenar que a garantia contra o mar" (Miranda, 1998, p. 24).

16 Cf. Pereira, M. S. (1985). "Sou uma mistura de Norte e Sul". [Arquivo – Entrevista a Sophia de Mello Breyner Andresen]. Biblioteca Nacional de Portugal. Consultado em 9 fev. 2017 em http://purl.pt/19841/1/galeria/entrevistas/02.html.

17 Fazemos aqui menção a uma metáfora apresentada em *Naufrágio com Espectador* (1986), de Hans Blumenberg. Neste livro, o filósofo alemão sugere o naufrágio como uma metáfora existencial, ao argumentar que a oposição terra-mar – referente à posição segura, em terra firme, de onde o espectador observava a cena do naufrágio dos heroicos navegadores, que violavam as fronteiras para se exporem aos perigos dos mares – determina todo um conjunto de oposições vigoradas até a modernidade.

Mais do que isto, compreender a complexidade de um *(não) objeto* como o net-ativismo[18], a partir de um recorte temporal de um fenómeno que surge no contexto da então chamada *cibercultura* (Lévy, 2007), exige uma perceção mais ecológica desses processos na dimensão da comunicação. Antes de tudo, no sentido de deslocar a posição do homem como medida de todas as coisas, como sujeito senhor da ação, para observá-lo enquanto um dos elementos dessa perspetiva reticular.

Para o pós-humanismo[19], somos parte de uma ecologia composta por técnicas, seres orgânicos, seres inorgânicos e por territorialidades (Di Felice & Pireddu, 2010), de modo que nenhum desses elementos deve ser estudado como se estivesse num patamar superior aos demais. Esta linha de pensamento vem ao encontro do que propomos observar neste livro, por superar a tradicional visão da supremacia humana em relação à técnica e à natureza propagada pelos teóricos modernos – o que não mais atende ao frescor de uma contemporaneidade permeada pelo digital, em que a ação se desenvolve *em rede* e *nas redes*.

Uma vez que a tecnologia, os seres humanos, os demais seres vivos e os seres não vivos fazem parte de uma mesma lógica ecossistêmica, ampliamos essa aproximação entre a ciência e a natureza – incluindo nesta, o homem – a fim de sinalizar alguns desafios encontrados no campo da pesquisa em redes sociais digitais. Lançamos, desse modo, um olhar sobre o tema através das lentes da familiar metáfora do mar, utilizada por diversos teóricos e investigadores da cultura das redes e explorada pelo universo da publicidade e da propaganda, no apelo mercadológico que transita do "navegar na internet" ao "surfar as ondas digitais".

O mar – e na nossa metáfora cabem os oceanos e a infinidade de espaços fluidos que se inscrevem no planeta em que habitamos –, quando colocado em perspetiva como tema de investigação em campos de saber diversos, entra em processo de constante mutação. À parte todo o misticismo e a religiosidade que o envolvem no imaginário coletivo, o mar transmuta-se com a sociedade ao seu redor, no compasso das demais transformações naturais resultantes da atuação

18 Fala-se de *não-objeto* no sentido em que se trata de um "objeto dinâmico", formado por inúmeros atos e interações, exigindo uma epistemologia diferente da clássica, que separa sujeito e objeto, agora definíveis pela própria ação.

19 Para Massimo Di Felice e Mario Pireddu (2010) o pós-humanismo é uma galáxia complexa, um universo de referência que compreende internamente abordagens diferentes e posições frequentemente divergentes, quando não antitéticas. "*Provavelmente, entre as demais – trans-humano, além do humano, ciborgue etc., o 'pós-humano' é uma definição infeliz, que deve ser superada, mas que, por enquanto, nos é útil como categoria semântica, como instrumento heurístico, para definir um conceito tão simples que se aproxima da banalidade: pós-humano como pós-humanismo, isto é, como a crise do pensamento humanocêntrico*" (pp. 29-30).

humana e da sua cultura do consumo – que apenas nas últimas décadas começou a voltar as atenções para uma lógica de desenvolvimento sustentável.

A partir da metáfora do mar podemos refletir sobre o nosso *(não) objeto* de investigação em estado de eterno *devir*, uma vez que não nos confrontamos com uma realidade externa a nós ou com uma arquitetura estruturada entre sujeito-objeto comum nas pesquisas desenvolvidas num contexto analógico. Em seu lugar, deparamo-nos cada vez mais com um fenómeno que, na medida em que nos conectamos a este, entramos em processo mútuo e reticular de transformação.

Assim, se a metáfora aqui proposta traz consigo o seu carácter transdisciplinar, obriga-nos, por essa razão, a uma alteração do nosso próprio olhar. Sobretudo quando este se depara com as dificuldades de analisar, de forma concreta e definitiva, as implicações sociais e culturais de seus entornos – uma vez que a internet, assim como o mar, também segue em terreno de pouca estabilidade, que ainda é interesse de estudo tanto de disciplinas Exatas quanto das áreas de Ciências Sociais, Humanas e até Biológicas.

Como questiona Lévy (2007), o que podemos encontrar de comum entre os artefatos informáticos dos anos 1950 – que chegavam a ocupar andares inteiros de prédios, fabricados a custos altos, sem telas nem teclados – e as máquinas pessoais dos anos 1980? E se atualizarmos, então, tal comparação dos primeiros grandes computadores aos smartphones mais recentes, aos dispositivos mediáticos em formato de óculos e relógios ou aos lançamentos que estão por vir, após o lançamento deste livro, na era da *comunicação das coisas*? (Lemos, 2013).

Os computadores criados em 1950 foram desenhados para cálculos científicos e estatísticos; as máquinas da década de 1980, por sua vez, foram pensadas com a finalidade de auxiliar o utilizador[20] em atividades como escrita e desenho, para tocar músicas e planear orçamentos, enquanto os dispositivos tecnológicos mais recentes atravessam praticamente todas as instâncias da vida cotidiana. Com aplicações que indicam caminhos mapeados digitalmente; auxiliam nas dietas ao contar e compartilhar, em rede, as calorias perdidas a cada passo dado; possibilitam videoconferências entre utilizadores situados em pontos distantes do globo; digitalizam processos e dinâmicas de trabalho, e até impulsionam as relações afetivo-sexuais entre membros de uma rede (como aqueles voltados para encontros, responsáveis por rastrear possíveis parceiros a determinado raio de

20 Embora o termo seja empregado ao longo do livro, preferimos *membros, participantes ou colaboradores* ao tradicional *utilizadores*, amplamente adotado em Portugal, pelo fato dos primeiros remeterem a uma ideia pós-humanista sobre a relação do homem com a tecnologia, em especial com a Internet, que busca superar o seu entendimento como apenas uma ferramenta utilizada pelo homem.

distância)[21], podemos constatar como as novas tecnologias passaram por um acelerado processo de transformação desde aquele primeiro computador de interação basicamente técnica, com volume e custos inacessíveis para a maior parte da população.

Tais mudanças estão intrinsecamente relacionadas aos utilizadores e às teorias que analisam e aperfeiçoam esses processos de interação mediados pela Internet. Inicialmente, os estudos de computação estavam ligados à problemática da interação homem-computador; porém, boa parte das transformações ocorridas deve-se à ligação dos próprios computadores entre si. Aquilo que parecia um simples conceito correspondeu a uma mutação decisiva, que levou a uma tecnologia das redes e ao desenvolvimento de uma cultura das redes num contexto em que as conexões, antes restritas aos computadores, passaram a estar cada vez mais estendidas a outras ditas ferramentas do nosso dia a dia.

Hoje, na era do Big Data, este fenómeno de dimensão planetária entremeia-se não somente nos processos de comunicação como também nas tomadas de decisão, nos planeamentos públicos e empresariais, nas formas de aprendizagem etc., inaugurando formas distintas de comunicação e interação percetíveis até mesmo a não especialistas da área. Se adentrarmos a seara do tema aqui estudado, as ações net-ativistas surgidas nos últimos anos não são exatamente iguais àquelas percebidas na emergência do fenómeno; contudo, carregam traços anárquicos, "glocais", anónimos e apartidários percebidos desde as experiências pioneiras.

Por esta razão, explicamos que neste livro os traços empíricos entrecruzam-se aos teóricos ao longo de todas as suas etapas, as quais dividimos em duas partes, de modo a facilitar a compreensão do leitor. Na primeira delas, "Da qualidade da ação em rede", investigamos os significados destas novas formas de ação através de três eixos teóricos distintos.

As leituras iniciais as dimensionam nos quadros de um agir político: a primeira trata o net-ativismo como uma nova esfera pública digital, enquanto a segunda propõe um olhar crítico sobre as teorias da ação em rede – em seu sentido não somente digital – como algo restrito aos humanos, reconhecendo a participação dos não humanos nas ações e reivindicando a sua inclusão no debate sobre uma cosmopolítica. O terceiro eixo interpreta tais mobilizações como o advento de um novo tipo de ação, de uma rutura no paradigma do agir, não mais visto como

21 Tais afirmações são fundamentadas em diversos programas e aplicações disponíveis nas redes, tais como, por ordem de exemplos: GPS's e Google Maps; Apps Cardio Trainer e afins; Skype, Hangout e Facetime; Autocad, para os arquitetos e decoradores, Traktor DJ Software, para os profissionais de mixagem; Tinder, Grindr e Happen.

essencialmente social e político, mas como um processo de transdução e transubstanciação na relação entre o homem, a natureza e a tecnologia.

Na segunda parte, propomos um recorte temporal sobe a evolução das redes sociais digitais e a transformação destas novas formas de ação. Partimos dos conceitos relacionados ao ativismo em rede e seguimos rumo à construção de um panorama que transpassa desde as experiências pioneiras, em contextos mundiais distintos, até o mapeamento das ações colaborativas mais recentes, nas redes portuguesas, ressaltando os principais marcos. Como orientação teórico-metodológica, adotamos a tríade proposta por Bragança de Miranda, que sugere três tipos de net-ativismo desenvolvidos pelos ditos utilizadores, os de natureza técnica, política e estética, para enfim analisarmos os recortes empíricos da Geração à Rasca, do LulzSec Portugal e do Me Myself and I.

A partir das experiências encontradas no mapeamento nacional, trabalhamos com a interpretação das formas do net-ativismo, inspirados na tipologia das dinâmicas de interação nas redes, elaborada por Massimo Di Felice. Os casos, apresentados inicialmente segundo a predominância de seus conteúdos, passam então a ser observados quanto às formas de interação, de modo a investigarmos a aplicabilidade da combinação das tipologias e das suas respetivas categorizações, colocando-nos como desafio teórico a construção de um caminho que nos permita descrever as dimensões atópicas deste agir conectado.

Logo, se voltarmos à metáfora do mar, ainda que como este as redes se encontrem em constante mutação, não podemos deixar de estudá-las, investigá-las e delimitá-las de acordo com a dimensão que pretendemos nos deter, a partir de uma posição cada vez mais distante daquela do espectador em terra firme mencionada por Blumenberg (1986).

Eis a razão pela qual o caminho seguido neste livro sobre o net-ativismo não trilha a pretensão de contemplar a sua imensidão. Ao contrário, assume decisões teóricas e metodológicas que auxiliam na interpretação de uma parte relevante deste fenómeno no contexto das redes contemporâneas. Outrossim, uma vez que é comum perder-se em mar aberto, na ausência de um norte também é possível naufragar quem se largar à deriva pela imensidão da aldeia global digitalmente conectada, em meio a qual reconhecemos, *in primo loco*, a nossa posição de imersão.

PARTE I

DA QUALIDADE DA AÇÃO EM REDE

Manifestações em busca da democracia em países do Norte da África e do Médio Oriente, conjunto de mobilizações heterogéneas conhecido como Primavera Árabe, lideraram o noticiário internacional desde o fim de 2010. Em 17 de dezembro daquele ano, o vendedor ambulante tunisino Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo como forma de protesto, atraindo os holofotes mediáticos e as atenções das redes sociais digitais, que passaram a repercutir as ações articuladas não apenas na Tunísia, como aquelas que se seguiram, de forma mais enfática após tal estopim[22], em pelo menos duas dezenas de localidades árabes[23].

Em outro ponto do planisfério, em latitudes completamente ocidentais, mobilizações contra a construção da central hidroelétrica de Belo Monte, no Brasil, romperam as fronteiras dos ambientalistas e levaram artistas e cidadãos comuns a se integrarem em outra forma de manifestação, através do Movimento Gota D'água. O grupo formado na ambiência digital, surgido em 2011 com a proposta de "transformar indignação em ação" e envolver a sociedade brasileira na discussão de grandes causas que impactavam o país, levou o protesto contra o plano de obras do então Governo Federal, acusado de ameaçar parte da Floresta Amazónica, os índios e as comunidades ribeirinhas, às agendas do Congresso Nacional e da Presidência da República.

22 O caso do jovem tunisino é tratado como estopim da Primavera Árabe por diversos autores, dentre os quais destacamos Manuel Castells (2013).

23 Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Iêmen, Djibouti, Somália, Sudão, Iraque, Bahrain, Líbia, Kwait, Marrocos, Mauritânia, Líbano, Arábia Saudita, Síria, Khuzistão, Israel, Emirados Árabes Unidos, Palestina.

As reivindicações brasileiras acerca das causas ambientais foram seguidas por outros movimentos pontuais de naturezas diversas, com destaque para os protestos contra o aumento das tarifas de transportes públicos, conhecido como Movimento Passe Livre, que após sofrer forte repressão policial ganhou massivo apoio popular. Em 2013, com o envolvimento de milhares de brasileiros que viviam no Brasil e no exterior, logo o Passe Livre ampliou o seu leque de reivindicações, dividindo-se ou desencadeando outros movimentos de naturezas distintas que ultrapassaram as questões estudantis e de mobilidade urbana, denominados pelos *media* e analistas académicos como Protestos de Junho, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho de 2013[24]. Tais protestos passaram a focalizar, sobretudo, denúncias contra os gastos governamentais com a Copa das Confederações daquele ano e com o Mundial de Futebol que ocorreria em 2014, sobretudo em relação à qualidade dos serviços prestados à população – que exigia Educação, Saúde e Segurança nos "padrões FIFA", em alusão aos gastos com os eventos promovidos pela Federação Internacional de Futebol –, além de manifestações contra a dita corrupção generalizada na classe política brasileira.

Simultaneamente aos movimentos ocorridos no Médio Oriente, no norte da África e nas Américas, deste lado do Atlântico vivenciou-se, de modo intensificado nos últimos seis anos, uma série de fenómenos emergidos nas redes sociais digitais europeias, como o MoVimento 5 Stelle (MoVimento 5 Estrelas), na Itália, e o Movimiento 15-M (Movimento 15-M), também conhecido como os Indignados da Espanha, ambos voltados para as questões sociais e em busca de uma mudança profunda na forma de fazer política naqueles países.

Na Itália, em torno da figura do comediante Beppe Grillo surgiu, em 2009, um movimento que se autoproclamava um "não partido" político, com a proposta de substituir os políticos tradicionais no poder pelos cidadãos comuns, estabelecendo uma espécie de democracia direta através das redes sociais digitais. A partir de 2013, o "não partido" conseguiu eleger, entre aqueles antes destinados à condição de meros eleitores, inúmeros prefeitos e parlamentares a nível municipal e regional, como as recentes conquistas das prefeituras de Roma e Turim – antes ocupadas por políticos vinculados ao Partido Democrático (PD), o mesmo do primeiro-ministro então em exercício, Matteo Renzi – nas eleições de 2016.

Os indignados espanhóis, por sua vez, catalisaram protestos que irrompiam isoladamente nos anos anteriores numa mobilização de projeção internacional, em 15 de Maio de 2011 – data que denomina o movimento, 15M –, uma semana

24 Análises de uma série de leituras mediáticas distintas sobre tais protestos podem ser encontradas em: Paiva, C.; Barreto, E.; Nunes, P. & Soares, T. (Orgs.). (2015). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais*. João Pessoa: Editora da UFPB.

antes das eleições municipais, com o apoio de centenas de pequenas associações e a convocação de mais de 150 localidades do país. Os acampamentos e protestos espalhados pela Espanha denunciavam o crescente desemprego, sobretudo entre os jovens, o desrespeito aos direitos básicos de cada cidadão, a corrupção política e um modelo considerado obsoleto de democracia, resumido ao revezamento de poder entre os seus principais partidos.

Particularmente em Portugal, entre as ações que causaram maior repercussão durante a realização deste estudo estão os protestos da Geração à Rasca, cuja primeira mobilização, em 12 de março de 2011, reuniu cerca de 500 mil manifestantes[25], organizados via redes sociais digitais, que foram às ruas de dezenas de localidades portuguesas e do estrangeiro protestar por melhores condições de trabalho e de vida.

Neste mesmo período, também alcançaram projeção mediática entre os canais tradicionais de informação e as próprias redes – a exemplo de blogues jornalísticos – as invasões realizadas por hackers, como os net-ativistas do grupo LulzSec, a sistemas de informação considerados "seguros" de empresas e de instituições governamentais portuguesas. Por meio da quebra de sigilos informacionais, os ditos hacktivistas divulgaram dados pessoais e bancários de servidores públicos, incluindo policiais da Guarda Nacional Republicana, como forma de lutar contra as hierarquias e os sistemas de controlo que persistem em existir em tempos digitais.

Ainda que seus participantes, conectados em pontos espalhados por diversos países, demonstrem ações em rede motivadas por razões distintas, os casos aqui destacados em diferentes contextos culturais, sociais e económicos ressaltam uma ligação fundamental: a importância das redes sociais digitais como elemento *participante* de uma nova forma de fazer ativismo. Também nos servem para ilustrar como as antigas formas de organização social criadas com a finalidade de reivindicar questões de interesse comum ganharam imediatismo e alcance global com o advento das redes sociais digitais, transformando a própria ideia de agir colaborativo.

Tecidas pelo fio condutor das novas tecnologias, as possibilidades recentes de reagrupamento social favorecem, inclusive, que movimentos nascidos em pontos geográficos distantes e motivados por causas adversas inspirem-se uns nos outros, sobretudo no que diz respeito às formas de agregação de seus partici-

25 Número divulgado pelo próprio movimento em textos diversos publicados em sua página oficial, Disponível em https://geracaoenrascada.wordpress.com/. Consultado em 11 jun. 2013.

pantes e de compartilhamento de informações, conforme demonstraremos mais adiante a partir dos discursos dos próprios membros dos grupos analisados.

Nesse sentido, diante das experiências atuais de ativismo em rede, que diluem as barreiras entre o real e o virtual ao impulsionar para as ruas mobilizações emergidas num contexto digital, somos provocados a refletir sobre a qualidade destas ações. Tais movimentos fomentados pelas redes digitais, descritos de forma mais detalhada no final deste livro, configuram práticas sociais e comunicativas específicas que não têm sido ignoradas pelos pesquisadores do campo da Comunicação.

Ora definidos como uma amplificação do agir político, ora vistos como uma negação da própria esfera pública, tais movimentos ainda podem ser analisados dentro de uma perspetiva mais complexa, que busca superar uma leitura meramente política e social desta ação. Ainda assim, as correntes distintas acerca da sua interpretação encontram-se num ponto crucial: o paradigma da política na era da informação não é mais aquele dos tempos anteriores ao advento da comunicação digital.

Embora acentuada na contemporaneidade, numa época em que as novas formas de conflitualidades colaboram também na construção de novos significados, a crise da política teve início antes mesmo das conexões da rede mundial de computadores ultrapassarem as esferas militares e académicas e atravessarem praticamente todas as esferas da vida dos cidadãos comuns. No decorrer dessa transformação, esteve atrelada a outras crises, entre as quais destacamos aquela da *conceção unitária da História* (Vattimo, 1992), a *crise da metanarrativa* (Lyotard, 1988) e a *crise da dialética frente às novas ligações* (Miranda, 1998).

Esta crise herdada do nihilismo moderno, que veio a colocar em xeque os conceitos de soberania, Estado-Nação, imperialismo ou colonialismo, cidadania e sujeito político (Negri, 2005), transformou a própria ideia de política, oferecendo novos significados para aquilo que, no seu sentido original, consistia em algo que se desenvolve *entre* os homens (Arendt, 2002).

Ainda que não represente o centro do nosso estudo, a rutura da premissa moderna de que "tudo é política" torna-se fundamental para pensar a qualidade da ação em rede nos nossos dias. Em primeiro lugar, por estarmos diante da existência de distintas correntes teóricas, voltadas para a compreensão deste novo tipo de ação e participação nas redes sociais digitais, que atravessam a esfera da política. Em segundo lugar, por fazer-se necessária também quando pensamos outro caminho possível para compreender a qualidade da ação em rede fora das suas dimensões.

Por esta razão, no Capítulo 1, sobre a política na época do Big Data, discutimos como a política se inscreve na situação contemporânea de dilúvio de informações e dados da cultura das redes. Partimos da abordagem da participação social (Di Felice, 2010a) nas redes sociais digitais, nomeadamente sobre como isto acarreta transformações seja na programação das campanhas eleitorais, seja no desenvolvimento de políticas públicas[26]. Em seguida, apresentamos a teoria das redes como um novo *sistema operativo social* (Rainie & Wellman, 2012), que observa a tecnologia como algo além de um recurso isolante, como estágio ulterior de uma revolução tripla – redes sociais, internet, telefonia móvel – fomentadora de um novo espaço público formado por *indivíduos conectados*. Somamos ao debate das redes como nova esfera pública digital a abordagem referente à existência de uma cultura de massa no interior da cultura digital (Terranova, 2004), capaz de coabitar com um sem número de microssegmentações que fazem da *multidão conectada* um espaço para experimentação da atividade política. Por fim, ainda na dimensão política da qualidade ação em rede, propomos a análise das novas experimentações de ativismo em rede enquanto amplificação um agir político sem partido (Castells, 2013) – e, portanto, aparentemente dissociado dos moldes tradicionais das suas instituições, em acentuada crise na contemporaneidade.

No Capítulo 2 propomos uma segunda corrente teórica sobre a qualidade da ação em rede, fundamentada na Teoria Ator-Rede. Embora não exatamente voltada para a perspetiva das redes digitais, as contribuições de Bruno Latour (2004, 2012) e Isabelle Stengers (2004, 2014) oferecem-nos uma abordagem mais complexa sobre a ação coletiva, ao abrir caminhos para o debate da crise sociológica do social (e do humanocentrismo) para o desenvolvimento de uma cosmopolítica que nos leva a repensar as fronteiras da própria política.

Ainda sobre a qualidade da ação em rede, no Capítulo 3 tratamos de um outro caminho possível para investigar este agir fora das dimensões políticas, à luz do qual este estudo se desenvolve: a ação em rede não mais conduzida por sujeitos utilizadores das tecnologias, mas como uma ação fora da pólis, que conecta atores de naturezas distintas – humanos, não humanos e territorialidades – em processos de *transdução* (Miranda, 2012) e de *transubstanciação* (Di Felice, 2017a, 2017b). Em outras palavras, abordamos a temática a partir de uma visão mais abrangente, que indica a alteração das próprias substâncias dos atores e actantes envolvidos no curso da ação.

Embora a segunda parte da nossa investigação trate de forma mais específica sobre o net-ativismo – no que se refere aos esforços de conceituação do fenó-

26 Apenas para dar relevância aos aspetos daquilo que nos interessa nesta parte do estudo.

meno do ativismo em rede, aos movimentos irrompidos em diversos pontos do globo e às tipologias para analisá-los –, anteciparemos nos próximos capítulos, sempre que pertinente, aspetos destes movimentos. Afinal, o sentido do teórico não deve ser dissociado do empírico, sobretudo quando tratamos da qualidade da ação na cultura conectada.

CAPÍTULO 1

A POLÍTICA NA ÉPOCA DO BIG DATA

Na Antiguidade, durante a época das batalhas em torno das conquistas territoriais gregas, quando a escrita ainda não era uma técnica dominada e sequer se imaginava a existência de um serviço de correios, a informação estava diretamente relacionada ao corpo do seu portador. Condicionava-se às capacidades físicas do informante, retratado pelo sociólogo Massimo di Felice (2010) na figura do Fidípedes, como representação dos maratonistas que percorriam centenas de quilómetros para atualizar os povos vizinhos quanto à situação daquelas guerras ou buscar reforços para novas missões. Se algo acontecesse ao portador da informação, a mensagem morreria ali, num ponto qualquer entre uma cidade e outra, sem a oportunidade de qualquer passante recolher um pedaço de papel, enviar uma carta, tampouco resgatar uma gravação em áudio ou vídeo, em pendrive ou chip, com vestígios da mensagem para levá-la adiante.

As quatro revoluções comunicativas – a escrita (no século V a.C., no Médio Oriente), o surgimento da prensa (século XV, na Europa), a cultura de massa na era da eletricidade (séculos XIX e XX, no Ocidente) e a cultura digital (século XXI, em todas as latitudes) – proporcionaram, cada uma à sua maneira, transformações profundas nos modelos de comunicação e organização das sociedades, culminando num processo crescente de desmaterialização da informação (Abruzzese, 2010; Pireddu, 2010, entre outros) que afetaria todas as esferas da vida nos mais distintos modelos de sociedade. Se desde os primórdios as tecnologias mediáticas apresentaram vocações democráticas relacionadas ao acesso à informação, não devemos ignorar o avanço da participação popular nesses processos.

No texto *Mídias Nativas: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim dos pontos de vista centrais* (Di Felice, 2010) encontramos os marcos dos seus contributos. Inicialmente, o teatro servia de palco para a democracia ateniense, com o voto do público nos espetáculos e as discussões sobre a pólis. Depois, a prensa de Gutenberg veio possibilitar a reprodução de periódicos e livros em larga escala, retirando o monopólio dos livros aos monges e às hierarquias eclesiásticas; seguida, quatro séculos depois, por um processo acelerado pelo advento da eletricidade e, com esta, dos *media* de massa. Estes últimos são considerados fundamentais para a difusão e a consolidação dos estados nacionais, marcando o desenvolvimento da sociedade pós-moderna – numa ideia próxima ao que Gianni Vatimo (1992) havia tratado como o fim do imperialismo e do colonialismo europeu frente à multiplicação de visões de mundo impulsionada pela ascensão da cultura massificada.

Finalmente, após a quarta revolução comunicativa, a revolução digital, com a transformação do modelo de comunicação bidirecional (baseado na distinção identitária entre emissor e recetor comum aos *media* de massa) ou piramidal (com o topo da pirâmide dominado pelo Estado e pelos conglomerados mediáticos) num modelo *rizomático* (Deleuze & Guattari, 1995)[27], também conhecido como *reticular* (Di Felice, 2010a)[28], novas mudanças se disseminaram nessa lógica horizontal que potencializou o fim dos pontos de vista centrais. Entre tais mudanças, Massimo Di Felice (2010) destaca: a tomada coletiva da palavra, a substituição de uma agenda pautada pelos *media* (agenda *setting*) por uma agenda pautada pelas redes sociais digitais (agenda *building*), a possibilidade de protagonismo pelas minorias ou grupos marginalizados e, consequentemente, uma crescente perda do controlo da informação por parte das empresas, das instituições públicas e do Estado[29].

27 Conceito propagado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, em *Mil platôs* (1995, Editora 34), originário da Botânica e amplamente aplicado ao estudo das redes digitais. No seu sentido original, rizoma denomina um tipo de caule que algumas plantas verdes possuem, que cresce de forma horizontal, na maior parte das vezes subterrâneo, podendo ainda ter porções aéreas.
A pesquisadora brasileira Flávia Turino Ferreira (2008) investiga, na perspetiva das redes digitais, a ideia proposta por estes autores de rizoma como um sistema aberto: "*Segundo Deleuze e Guatarri, que utilizam este conceito em seus trabalhos de filosofia: um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança*" (p. 31). Cf. Ferreira, F. T. (2008). "Rizoma: um método para as redes?" In *Liinc em Revista* (Vol. 4, n.º 1, março, pp. 28-40). Rio de Janeiro: Ibic.

28 Aquele que oferece a todos os internautas (tecno-atores) o mesmo poder comunicativo e igual oportunidade de acesso. "*(...) uma rede transorgânica na qual a cidade, o colectivo, o planeta, passam a assumir as formas de dados informativos criando, assim, uma interação dinâmica com o indivíduo que é chamado a recriar e a ressignificar, através de interfaces, o próprio social e o seu mesmo território*". Cf. Di Felice, M. (2010). "Mídias Nativas: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim dos pontos de vista centrais", *op. cit.*, p. 96.

29 Embora isto ainda não ocorra de forma global, tendo em vista as tentativas de controlo do acesso à Internet nos países árabes no decorrer da Primavera Árabe ou as restrições relacionadas às redes

Com a informação cada dia mais desmaterializada, disponível em todo o lugar e acessível a partir de qualquer ponto, componente elementar da época do Big Data[30], poucos campos da vida cotidiana restam intocados por essa transformação. Desde as automatizações nos processos de trabalho a partir dos softwares da gestão de tarefas, passando pelas digitalizações dos encontros afetivos em redes como Skype, Tinder e Grindr, pela renovação dos elementos não humanos – de um frigorífico ao planeta Marte – como nossos informantes (Latour, 2012; Mayer-Schönberger & Cukier, 2013; Lemos, 2013; Lemos & Di Felice, 2014) à moda *Internet of Things* (Internet das Coisas) até propriamente a forma de fazer, pensar e contestar a política dentro da nova configuração da sociedade informatizada.

Enquanto antes do incremento do digital as informações relacionadas às gestões políticas amontoavam-se em pastas e arquivos cobertos por burocracia e pó nos gabinetes das repartições públicas, em tempos de transparência os dados devem ser atualizados à velocidade dos cliques. Prova recente desta afirmação foram as soluções encontradas pelo governo norte-americano para controlar a epidemia do vírus H1N1, surgida em 2009, quando ainda não existia vacina contra a doença e o vírus se alastrava por diversas cidades, países e continentes, portado pelos fluxos migratórios e turísticos do mundo globalizado.

Como a disseminação do vírus corria mais rápido que o deslocamento dos pacientes aos hospitais, dificultando um mapeamento das áreas de circulação da doença pelos *Centers for Disease Control and Prevention*, nos Estados Unidos, o Big Data colaborou com uma elaboração digital desse mapa. A partir das informações de pesquisas dos ditos utilizadores em navegadores de pesquisa como o Google[31], rastreadas por palavras-chave relacionadas aos sintomas da gripe, foi possível identificar as áreas com pessoas afetadas e promover políticas públicas de controlo da epidemia. Com o cruzamento de dados, já não era preciso esperar que o

sociais digitais em países como a China – onde pelo menos até 2017 permance proibido o acesso a Facebook, Snapchat, Pintrest e de uma miríade de blogs e websites. Ler mais em: Lemos, R. & Di Felice, M. (2014). *A vida em rede*. Campinas: Papirus 7 Mares.

30 De acordo com Mayer-Schönberger & Cukier (2013), o termo cada vez mais relevante na sociedade da informação foi cunhado por ciências como Astronomia e Genómica, embora o conceito esteja migrando para todas as áreas de desenvolvimento humano. Inicialmente, a ideia de Big Data estava relacionada ao volume de informações que havia crescido de forma tal que a quantidade examinada já não caberia na memória dos computadores, o que levou os engenheiros a renovarem as ferramentas utilizadas para analisá-las, originando novas tecnologias de processamento de dados. Como caminho para pensar a questão hoje, os autores se referem às coisas que alguém pode fazer em larga escala para extrair novos *insights* ou criar novas formas de valor, de modo a transformar mercados, organizações, relações entre cidadãos e governos etc. Cf. Mayer-Schönberger, V. & Cukier, K. (2013). *Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think*. London: John Murray.

31 Sobre o vírus H1N1, Mayer-Schönberger & Cukier (2013) explicam que comentaristas mediáticos estavam preocupados com um surto na escala da gripe espanhola surgida em 1918, que infetou meio bilhão de pessoas e chegou a matar cerca de dez milhões.

quadro dos pacientes se agravasse e que os doentes agendassem uma consulta médica para que o rastreamento fosse atualizado.

> Os dados já não são mais lembrados como estatísticas ou coisas obsoletas, as quais perdem a utilidade quando o propósito pelo qual foram coletadas tenha sido alcançado, como depois (...) de uma consulta de pesquisa ser processada. Ao invés disso, os dados tonaram-se um material bruto de negócios, um contributo económico vital, utilizado para criar novas formas de valor económico. De fato, com o pensamento adequado, os dados podem ser inteligentemente reutilizados para se transformarem em uma fonte de inovação e de novos serviços. Os dados podem revelar segredos para aqueles com humildade, disposição e ferramentas para ouvi-los (Mayer-Schönberger & Cukier, 2013, p. 16, tradução nossa).

Numa velocidade nunca imaginada, o Big Data atualizou, nos mais diversos campos, aquilo que Pierre Lévy (2003) havia chamado de *inteligência coletiva*: uma inteligência distribuída por todos os lados, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, resultante de uma mobilização efetiva das competências. Ou, mais apropriadamente, no caso dos sistemas e algoritmos, legitimaram aquilo que havia sido definido por John McCarthy[32] como *inteligência artificial*[33], capaz de executar funções que, caso fossem executadas por humanos, seriam consideradas inteligentes.

Graças aos avanços na manipulação tecnológica dos dados, acumulamos de forma progressiva um volume astronómico de conteúdo. Prova disso são os 140 terabytes de informações coletados pelo *Large Synoptic Telescope*, no Chile, a cada cinco dias, em 2016 (o mesmo volume acumulado ao longo de um ano em 2010). Ou os biliões de sequências de ADN decodificados diariamente em 2013 (bem diferente de há uma década atrás, que levou anos sucessivos trabalhos para sequenciar três milhões de pares de bases). Sem esquecer dos sete biliões de ações compartilhadas dia a dia no mercado financeiro dos Estados Unidos (sendo dois

32 Román Gubem (2000) atribui a John McCarthy a origem do termo: "*No verão de 1956, numa conferência de especialistas celebrada no Dartmouth College, John McCarthy cunhou a expressão Inteligência Artificial (IA) e, para fazê-la realidade, introduziu pouco depois o tratamento simbólico da informação nos computadores. Deste modo pôde-se passar dos aspectos quantitativos aos aspectos qualitativos, do cálculo à simulação de raciocínio*" (p. 87-88, tradução nossa). Cf. Gubem, R. (2000). *El eros electrónico.* Madrid: Taurus.

33 Além dos quadrinhos e livros de ficção científica, como *Neuromancer* (William Gibson, 1984), a temática foi amplamente abordada pela sétima arte, em filmes como *2001: Uma odisseia no espaço* (Stanley Kubrick, 1968), *Inteligência Artificial* (Stanley Kubrick/ Steven Spielberg, 2001) e *Ela* (Spike Jonze, 2013).

terços negociados por algoritmos baseados em modelos matemáticos de previsão de ganhos e redução de riscos) neste mesmo ano[34].

Em relação às redes sociais digitais, ainda segundo Mayer-Schönberger & Cukier (2013), apenas o Google era responsável, até 2012, pelo processamento de mais de 24 petabytes de dados por dia; enquanto o Facebook acumulava 10 milhões de novas fotos publicadas a cada hora, além de aproximadamente três biliões de "*likes*" e comentários diários – obviamente aproveitados para o entendimento da própria empresa sobre as preferências dos utilizadores. No Youtube, 800 milhões dos ditos utilizadores mensais do serviço atualizavam mais de uma hora de vídeo a cada segundo; assim como os do Twitter representaram um aumento de 200% no volume de mensagens em menos de um ano, excedendo, ao final daquele ano, 400 milhões de tweets a cada 24 horas.

Ao menos até 2013, o volume total de dados estocados em todo o mundo era estimado em 1.200 exabytes, dos quais menos de dois por cento correspondiam a informações não digitais. Para dimensionar tamanho volume, os autores sugerem analogias, as quais podemos traduzir como: a) se tudo fosse impresso em livros, seria possível cobrir toda a superfície dos Estados Unidos em algumas 52 camadas espessas; b) se a totalidade de informações fosse gravada em CD ROMs, empilhados em seguida, seria possível alcançar a lua em cinco pilhas separadas de discos; c) se ainda compararmos o volume informacional contemporâneo com aquele da Biblioteca de Alexandria[35], cada ser humano, sozinho, teria o equivalente a 320 vezes mais informações que todo o estoque estimado no maior centro de saber da Antiguidade.

Seja em casos relacionados à saúde pública ou aos demais campos expressos em *Big Data* (Mayer-Schönberger & Cukier, 2013) e aqui destacados, confrontamo-nos com um dilúvio informacional que nos leva a refletir a dimensão da real agência do chamado indivíduo no processo de transmissão de informação. Independentemente da nossa ação direta como informantes nesses processos, o cruzamento de dados (ou os algoritmos) transformam o modo como vivemos e nos relacionamos com o mundo. Revelam também os nossos rastos, orientando as nossas tomadas de decisão e as estratégias adotadas pelos *media*, pelas empresas, pelas instituições e pelo Estado, correspondentes a temas que vão desde campanhas de marketing político a políticas públicas implementadas por cada governo – ultrapassando, indubitavelmente, estas fronteiras, como explicaremos adiante.

34 Dados coletados em 2013, publicados por Mayer-Schönberger & Cukier (2013, pp. 7-8).

35 Considerada o suprassumo do conhecimento mundial no século III a.C., foi criada no Egito com a pretensão de conter em sua coleção os livros de todos os povos da terra.

1.1. *Networked*: as redes como novo sistema operativo social

Em *Networked: the new social operating system* (2012) Lee Rainie e Barry Wellman abordam a temática da qualidade da ação em rede a partir da ideia do *individualismo conectado*, consoante o incremento das transformações tecnológicas – entre as quais, aquelas implementadas pelo Big Data que acabamos de listar. Para os autores, a potencialização da autonomia reside na gestão das redes criadas por cada indivíduo, que ao mesmo tempo resultam e agem como vetores das mudanças enfrentadas em tempos digitais.

Um dos exemplos emblemáticos desta teoria é a análise de uma rede colaborativa fundada em torno de um problema particular de saúde. Em 2003, em Oregon (EUA), um acidente transformaria completamente as vidas de Trudy e Peter Jhonson-Lenz. Após ter a esposa submetida a uma cirurgia craniana para tratar a fratura causada por uma queda na rua, Peter resolveu enviar para os amigos mais próximos, através de e-mail, fotografias de Trudy recém-operada, acoplada a tubos de respiração e envolta por curativos. Esta atitude, tomada a fim de informá-los sobre a situação, mudaria também a forma como o casal se relacionaria com as redes sociais digitais dali em diante.

Um dia depois de compartilhar as fotografias, Peter teria recebido cerca de 150 e-mails de amigos e desconhecidos interessados em novas notícias, em enviar orações, poemas e em disponibilizar ajudas diversas. O caso médico logo viralizou entre os seus contatos, com a criação de uma rede de colaboração de pessoas próximas e de fora da região onde viviam, com campanhas digitais para arrecadação de fundos para as despesas hospitalares, consultoria gratuita em questões médicas e jurídicas, além de todo o suporte logístico para Peter e Trudy, trabalhadores autónomos, nos meses de recuperação que se seguiram – incluindo transporte, comida a domicílio, auxílio no serviço doméstico, adaptação na estrutura da casa para a paciente etc.

Por meio de uma reunião complexa de dispositivos de comunicação e informação – sobretudo a internet, dos e-mails à criação do website Friends of P+T –, tal rede colaborativa descrita em *Networked* (2012) inaugurou uma experiência distinta de conexão digital na vida de um casal que se apresentava como "casal desktop"[36]. Lee Raine e Barry Wellman partem desta história de "derramamento e altruísmo" para demonstrar que nenhuma tecnologia constitui um sistema *isolado* ou *isolante* – como ainda insistem em pensar os disfóricos, apocalípticos ou

36 "Casal desktop" faz referência ao fato de as funcionalidades da comunicação móvel terem sido, por muito tempo, resumidas às ligações e trocas de mensagens para Peter e Trudy, antes de experimentarem o compartilhamento da doença desta última nas redes sociais digitais.

pessimistas em relação aos novos *media* –, mas como algo entrelaçado à vida pessoal de cada um, que se apresenta de forma cada vez mais íntima, especificamente se compararmos as redes sociais digitais às tecnologias que lhes antecederam.

> Pessoas não estão 'agarradas' a dispositivos – elas estão agarradas umas às outras. Quando estas acessam a internet, não estão se isolando. Estão conversando com outras – por e-mail, Blogs, Facebook, Wikipedia ou mesmo *webposters* organizacionais. Quando as pessoas caminham nas ruas escrevendo nos seus telefones, elas estão obviamente se comunicando. As coisas são diferentes agora. Ao incorporarem tais dispositivos nas suas vidas, as pessoas mudaram a forma de interagir com as outras. Elas têm se tornado incrivelmente conectadas como indivíduos, ao invés de encravadas em grupos. No mundo de indivíduos conectados, a pessoa é quem é o foco: não a família, a unidade de trabalho, a vizinhança nem o grupo social (Rainie & Wellman, 2012, pp. 5-6, versão online, tradução nossa)[37].

Dito de outro modo, para os autores aqui citados, preocupados sobre como as redes têm transformado a forma como nos conectamos pessoal e eletronicamente, o individualismo conectado representaria o novo *sistema operativo social*, em contraste ao duradouro sistema operativo até então formado em torno das grandes e pequenas burocracias hierárquicas[38]. Tal individualismo conectado figura como "sistema operativo" porque descreve as formas que as pessoas se conectam, comunicam e trocam informações, mas não apenas por isso: também sublinha o fato que a sociedade, assim como o sistema de computador, tem conectado estruturas que providenciam oportunidades e restrições, regras e procedimentos.

Na visão de Rainie e Wellman (2012), este conceito ecoa a realidade do nosso cotidiano tecnologizado: a maior parte das pessoas se diverte e trabalha "usando" computadores e dispositivos móveis que constituem um sistema operativo. Portanto, como a maioria dos sistemas operativos computacionais e de todos os sistemas móveis, o sistema operativo da rede social é *pessoal*, pelo fato do indivíduo estar no centro autónomo da sua rede e por esta ser alcançada do seu com-

37 A paginação das referências aqui indicadas diz respeito ao primeiro capítulo da obra *Networked* (2012), intitulado "The new social operating system of networked individualism". Reiteramos esta informação pelo fato de cada capítulo da versão online apresentar paginação independente.

38 Lee Rainie e Barry Wellman (2012) citam como exemplo do referido sistema pré-digital os grupos densamente malhados, como aqueles das donas de casa, das comunidades de freguesias ou mesmo os grupos de trabalho em geral.

putador ou dispositivo próprio; *multiuso,* porque pessoas estão interagindo com numerosas outras; *multitarefas,* por estarem desenvolvendo coisas de naturezas diversas; e *multiemaranhada,* por estarem fazendo tais coisas mais ou menos simultaneamente.

Se na época dos nossos ancestrais as redes colaborativas eram restritas a grupos familiares e à vizinhança, com mobilidade limitada às tecnologias da época, as redes contemporâneas incluem não apenas os amigos, mas seu mais variado e extenso sistema de associados, além de novos componentes que incorporam tais redes através dos *media* participativos. Seja no caso exemplificado pelos autores, referente à rede criada em torno de Trudy e Peter, seja em inúmeras outras, o elo entre os indivíduos conectados pode agora ser construído por razões distintas: interesses profissionais comuns, paixão por jazz, moradia próxima etc.

Embora a partir desta visão toda a atenção dada aos novos aparelhos e às tecnologias desenvolvidas não determinem o comportamento humano – pelo contrário, os autores sustentam que os humanos decidem como as tecnologias são utilizadas –, tal pensamento reconhece que o incremento tecnológico tem facilitado a remodelação das redes sociais entre as pessoas. Nesta perspectiva, as novas tecnologias teriam contribuído para que estas redes sejam mais diversificadas e de maior alcance, reconfigurando também as formas das pessoas utilizá-las para aprender, resolver problemas, tomar decisões e apoiar umas às outras[39].

Ainda que uma revolucionária mudança social, de pequenos grupos em direção a redes mais amplas, tenha sido potencializada com a difusão da internet e dos *media* móveis[40], esses autores sustentam que as redes já eram formadas mesmo antes da chegada da internet. Ressaltam, por outro lado, que uma nova ordem social emergiu juntamente às redes sociais digitais, consideradas mais diversificadas e menos sobrepostas que os grupos de outrora, por possibilitarem novos caminhos para solucionar problemas e identificar demandas sociais. "Isto oferece mais liberdade aos indivíduos do que as pessoas experimentaram

39 Pensamento que, de certa forma, pode nos soar contraditório, na medida em que instrumentaliza a técnica e, ao mesmo tempo em que nega, reconhece a agência do elemento tecnológico nas redes colaborativas em questão.

40 Sobre o tema, consultar a obra de Nadja Carvalho (2007), da qual destacamos o seguinte artigo sobre as mudanças implementadas pela convergência da internet nos telemóveis, tratados pela pesquisadora brasileira como *minimídias*: "*pequenos meios convergentes, pluriformes, variposicionais, condutores de linguagens simultâneas e interativas, transportados sempre por um outro meio*" (p. 1). Cf. Carvalho, N. (2008). "Da telinha do celular, pequenas mídias ditam um novo conceito". In *Culturas Midiáticas* (Ano 1, n.º 1, jul/dez., pp. 1-10). Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB.

no passado, pois agora contam com mais margem de manobra e mais capacidade de agir por conta própria" (Rainie & Wellman, 2012, p. 8, versão online, tradução nossa).

Se por um lado este novo sistema operativo social é libertador, visto por outro ângulo também pode exigir os seus tributos, na medida em que o individualismo conectado requer das pessoas novas estratégias e habilidades para lidar com os problemas. As exigências passam por devotar mais tempo e energia na prática da arte do *networking*: estreitar os laços com aqueles que estão perto ou distante, escolher se deseja telefonar, visitar ou conectar-se eletronicamente com os outros, lembrar quais membros das redes são úteis para certo tipo de coisas e forjar alianças entre redes de membros que até então não se conheciam.

Frente a mundos sociais múltiplos, possibilidades de autonomia (cada pessoa pode criar o seu conteúdo e a sua própria experiência de internet conforme as suas necessidades) e de presença contínua (na qual a separação física de tempo e espaço não parece mais importante), o individualismo conectado de hoje seria fruto, neste sentido, de uma *tripla revolução*, bem mais complexa que aquela prevista por Marshall McLuhan (1972, 2007) em seu conceito de aldeia global[41]. Para este filósofo canadense, a tese de que o meio era a mensagem correspondia à ideia de que qualquer meio – ou seja, qualquer uma das extensões do homem – resultava de um novo medidor inserido no cotidiano social por uma nova tecnologia, sobretudo por aquelas relacionadas à eletricidade.

> Hoje, depois de mais de um século de tecnologia elétrica, projetamos nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço (pelo menos naquilo que concerne ao nosso planeta). Estamos nos aproximando da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos (McLuhan, 2007, p. 17).

Atualizando McLuhan (2007), que em meados de 1960 sugeriu que o encurtamento de distâncias proporcionado pelas novas tecnologias tenderia, num futuro próximo dali, a redimensionar todo o planeta numa espécie de aldeia eletricamente interligada, Rainie & Wellman (2012) analisaram casos concretos da

41 Cf. McLuhan, M. [1962](1972). *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP; e McLuhan, M. [1964](2007). *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix.

ambiência digital dos nossos dias. O intuito destes últimos consistia em investigar o novo sistema operativo social em expansão como resultado de uma revolução tripla: rede social, rede mundial de computadores e *media* móveis.

Os enunciados referentes à primeira parte dessa revolução bebem da fonte do filósofo canadense quando tratam da emergência e aperfeiçoamento da *rede social* – não conectada em nível digital como temos hoje, mas num sentido próximo à aldeia global mcluhiana – através da popularização dos veículos automotivos, dos avanços das telecomunicações etc. Rainie & Wellman (2012) indicam, como marcos desse primeiro momento, as inovações responsáveis por encurtar distâncias em épocas anteriores, de forma mais acelerada no período pós-industrial – mesmo antes do advento da internet e dos dispositivos móveis de comunicação.

A *rede mundial de computadores* é apontada como o segundo vértice revolucionário para a extensão do agir deste indivíduo conectado, através das possibilidades de gestão de conteúdo e da realização de consultas/pesquisas de informação. Como já destacamos, a internet também teria vindo impulsionar a formação de grupos de acordo com os mais diversos interesses, oferecendo ainda um modelo de comunicação aberto, proporcionando aos membros de cada um deles a oportunidade de se expressarem nas redes em que fazem parte.

Já como etapa ulterior da revolução tripla, a abordagem de Lee Rainie e Barry Wellman (2012) circula em torno das *comunicações móveis* via smartphones, tablets etc., por meio das quais inauguram-se experiências como a *presença conectada* (a possibilidade de se fazer presente independente das interações face a face), *ausência presente* (quando o dito utilizador se situa presencialmente num ambiente, mas a sua atenção está voltada para as conexões digitais) e *presença ausente* (referente à participação à distância de um amigo em determinado grupo, viabilizada pelas conexões em rede).

De certo modo, a perspetiva da conectividade oferecida pelos autores realça a superação das barreiras espaço-temporais desde logo alardeada na então chamada *cibercultura*, avançando na contribuição teórica acerca da dissolução de outras barreiras, referentes ao online/offline ou à realidade física/realidade digital, cada vez mais indissociáveis nos tempos dos *media* móveis. Porém, a ênfase na autonomia do "utilizador" na criação e compartilhamento do conteúdo em rede, por meio da qual os papéis entre produtores e consumidores também se confundem, acaba por realçar a ideia deste como sujeito da ação e da rede, que nos leva a entendê-lo como participante de um novo espaço público digital.

Ao tratarmos deste tema, inspiramo-nos no sentido habermasiano de esfera pública[42], definida como um espaço destinado à formação de uma opinião coletiva, de acordo ou em discussão racional exterior ao poder político, "cujo resultado se imporia a esse mesmo poder" (Quéré, 2015, p. 18)[43]. Sobretudo quando Rainie & Wellman (2012) sugerem a inclusão de amadores nesta espécie de esfera pública digital[44], ou seja, quando anunciam a ascensão do criador conectado, capaz de romper um modelo anterior que restringia as atividades de criação apenas a profissionais.

Nesta tripla revolução das redes sociais, da internet e da telefonia móvel – que juntas alargaram as fronteiras dos ciclos sociais, antes restritos à família, à vizinhança e a pequenos grupos, para uma dimensão infinitamente mais ampla e diversificada – a noção de *indivíduos conectados*, os ditos "utilizadores" das redes sociais digitais, chega para substituir a de membros de grupos, na opinião dos autores de *Networked* (2012):

> (...) membros da família agem muito mais como indivíduos conectados a redes do que como membros de uma família. As suas casas não são mais os seus castelos, mas bases para relacionamento com o mundo exterior, com cada membro da família mantendo um computador pessoal separado, livro de endereços, calendários e telemóvel.
>
> Estas pessoas não são individualistas rudes, mesmo quando elas pensam que são. Muitas encontram as suas necessidades sociais, emocionais e económicas participando de redes esparsamente malhadas de diversos associados, em vez de confiar em conexões próximas a um relativamente pequeno número de sócios principais. Isto significa que indivíduos conectados podem ter uma variedade de laços sociais para contar, mas menos prováveis

42 Retomaremos no próximo tópico o conceito de espaço público segundo Jürgen Habermas. Em síntese, o filósofo observava a imprensa, os clubes e sociedades burguesas como potenciais formadores de um espaço público da comunicação, onde o público poderia discutir sobre os poderes do Estado e os interesses económicos privados. Cf. Habermas, J. [1962](1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: The MIT Press.

43 Cf. Quéré, L. (2015). "Prefácio". In I. Babo. *Espectadores e públicos activos* (pp. 5-21). Lisboa: Nova Vega.

44 Inspirado no conceito habermasiano, o pesquisador Aldo Barreto (2013) reflete sobre a sua reconfiguração no espaço digital: "*A esfera pública é um conceito de ambiente que transcende um espaço geográfico e vai além das praças, cafés, reuniões, congressos. A esfera pública se configura como um lugar real ou virtual onde o pensamento, a criação, a narrativa de fatos gerados pelo indivíduo privado se colocam disponíveis aos demais indivíduos. Na esfera pública os conteúdos, em qualquer forma, estão destinados ao povo, à coletividade, para uso comum. A cibercultura e a escrita em formato digital modificaram a conformação da esfera pública, levando seus limites a fronteiras antes impensáveis*" (p. 140). Cf. Barreto, A. A. (2013). "Uma análise sobre a importância da urgência de controle dos conteúdos em formato digital na Internet". In S. Albagli (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação* (pp. 127-145). Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

> para ter uma comunidade como "casa" certa (Rainie & Wellman, 2012, p. 12, versão online, tradução nossa).

De modo geral, no sentido apresentado, as redes sociais digitais são vistas como um "aprimoramento" das redes sociais desconectadas. Tal melhoria é delineada justamente pela oportunidade de se conectar às redes que se mostrarem mais úteis de acordo com as necessidades de cada indivíduo, por motivações distintas – de aconselhamento médico e jurídico, suportes emocionais, auxílios em necessidades logísticas, recomendações culturais (de restaurantes a livros) até mobilizações políticas.

Ainda que a ação em rede não seja observada na perspetiva de um agir exclusivamente político, tais redes não deixam de ser assim compreendidas como um mero prolongamento do espaço público, um ambiente de discussões para tomadas de decisão – desde questões simples, cotidianas – e para a formação de forças colaborativas. "São meios mais amplos que dão às pessoas o seu lugar na vida, fornecendo-lhes modos de se conectarem à mais extensa fábrica da sociedade" (Rainie & Wellman, 2012, p. 13, versão online, tradução nossa).

Segundo esta ótica, uma vez que o novo meio é considerado a nova vizinhança, a internet tem o seu papel reconhecido pelos indivíduos conectados como um canal de participação, de conexão sobretudo ao que não está fisicamente no seu entorno. E o novo poder de criar meios e projetar as suas vozes às mais extensas audiências vêm se tornando parte dos novos mundos sociais impulsionados pela tripla revolução. Desse modo, as linhas entre informação, comunicação e ação são cada vez mais borradas, na medida em que os "indivíduos conectados usam a internet, os telemóveis e redes sociais para obter informação na ponta dos dedos e agir a partir delas, delegando as suas reivindicações a especialistas (sejam estes válidos ou não)" (Rainie & Wellman, 2012, p. 14, versão online, tradução nossa).

Em suma, neste novo sistema operativo social analisado nas últimas páginas, as redes sociais e a web são vistas também como uma vasta loja de informações, que pode ajudar os indivíduos conectados a buscar conteúdo, descobrir e contactar outros indivíduos que passam por experiências similares, comparando opiniões face à tomada de decisões e localizando novos especialistas para ajudá-los com diagnósticos, problemas domésticos, compra de produtos etc. Aqui acrescentamos as presenças dos blogueiros, youtubers, instagrammers e outros conselheiros da web 2.0.

Apesar de colocar as redes como uma amplificação conectada do social, ainda sob um olhar positivo de que "as pessoas estão mais sociáveis", a posição teórica dos autores não deixa de instrumentalizar, em muitos momentos, tais redes

como ferramentas ou como meros recursos ao nosso dispor. Entretanto, acaba por contribuir para o entendimento de que as comunidades construídas em tempos digitais assumem novas formas: dos adeptos do desporto, dos atores cívicos, dos cuidadores, dos guias espirituais, entre uma infinidade de oportunidades de se conectarem às comunidades existentes ou fundar novas comunidades.

> Indivíduos conectados podem criar novas comunidades em torno de si mesmos, dos seus interesses ou até das suas doenças – online, presencialmente ou em ambos. Eles também podem usar os social *media*, como o Twitter, para descobrirem ou conectarem-se àqueles com quem compartilham alguma coisa em comum (Rainie & Wellman, 2012, p. 15, versão online, tradução nossa).

Entre os ditos "impactos"[45] que a tripla revolução vem provocando, evidenciados nos campos de acesso e produção da informação, no trabalho e no lazer, Lee Rainie & Barry Wellman (2012) também destacam os recursos para mudar o mundo – ou pelo menos mudar a vizinhança ou situações adversas – através de uma maior organização da atividade política. Ainda assim, não resumir o ativismo em rede à esfera política é o contributo destes autores no debate sobre a ação em rede, mesmo que a teoria do espaço público digitalizado, composto por indivíduos atores, encontre barreiras ao colocá-los como absolutamente autónomos das suas ações.

Este livro não está voltada para o grande problema colocado pelos autores: se as relações mediadas pelas redes sociais digitais representam ou não prejuízos para a sociabilidade dos indivíduos[46]. Porém, a abordagem entusiástica em relação a esta questão dimensiona a qualidade da ação em rede como uma extensão da experiência física, progressivamente entrelaçada a esta, sobretudo após a popularização dos dispositivos móveis de conectividade. E, como tal, da expansão de uma arena pública conectada através deste novo sistema operativo social,

45 Em *Cibercultura* (2007), Pierre Lévy critica a aplicação da expressão "impacto", sobretudo no sentido de ser algo externo ou ameaçador ao homem, ao tratar das novas tecnologias: "*Estas são denunciadas como 'estrangeiras' (americanas), inumanas, embotantes, desrealizantes etc. (...) Peço apenas que permaneçamos abertos, benevolentes, receptivos em relação à novidade. Que tentemos compreendê-la, pois a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer a mudança qualitativa na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural*" (p. 12).

46 Questão tratada por inúmeros teóricos; numa perspetiva oposta, destacamos aquela de Zygmunt Bauman, para o qual a internet veio a provocar uma superficialidade nas relações e afrouxar os laços sociais no interior do que denomina como *modernidade líquida*. Cf. Bauman, Z. (2003). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

enredado pelas teias digitais. Entretanto, a visão apresentada pelos autores não é consensual, como veremos a seguir.

1.2. Massas e microssegmentações da esfera pública digital

Inspirado em Albert Einstein[47], Paul Virilio (2000) já havia alertado para uma catástrofe que golpearia o planeta: uma explosão informacional tão destrutiva quanto a bomba atómica[48]. Nesta perspetiva, o filósofo francês situava a informação como corrosiva, como uma entidade destrutiva e maliciosa capaz de nos ameaçar com a anulação espaço-temporal, subordinando as diferentes durações locais a sobredeterminações de tempo e espaço únicos, esvaziados de interações humanas reais.

> Depois do "fim da história", prematuramente anunciado poucos anos atrás por Francis Fukuyama, o que está sendo revelado aqui são os princípios do "fim do espaço" de um pequeno planeta mantido em suspensão no éter eletrónico dos nossos modernos meios de telecomunicação. (...) O tempo do mundo finito está chegando ao fim e, a menos que sejamos astrónomos ou geofísicos, não entenderemos nada da repentina "globalização da história" se não nos voltarmos à física e à realidade do momento (Virilio, 2000, pp. 7-8, tradução nossa).

Para este filósofo, o dilúvio informacional existente na internet é responsável por nos remeter a um tipo de espaço-tempo tecnológico no qual o volume extenso e denso de informações – hoje conhecido como Big Data – é acessado de forma independente das condições espaciais e cronológicas. Sua visão negativa em relação às novas possibilidades justifica-se na crença de estarmos vivendo um "falso-dia eletrónico, cujo calendário é composto apenas por 'comutações' de informações sem qualquer relação com o tempo real" (Virilio, 1993, p. 10).

47 Quando este profetizou, ainda nos anos 1950, a vinda de uma "segunda bomba" como sucessora da bomba nuclear manufaturada nos Estados Unidos, durante a segunda Guerra Mundial, que explodiu em Hiroshima, no Japão, em 1945. A segunda bomba seria aquela da informação, enquanto a terceira representaria a bomba populacional que explodiria no século XXI. Cf. Armitage, J. (2000). *Paul Virilio: From Modernism to Hypermodernism and Beyond*. London: Sage.

48 Neste sentido, Paul Virilio (2000) explica que a interação em tempo real seria para a informação o mesmo que a radioatividade representava para a energia; isto é, a desintegração não afetaria somente as partículas da matéria, mas as próprias pessoas que formam a sociedade, através de consequências como o desemprego em massa, a ascensão do terrorismo (escondido sob o anonimato da internet), guerras económicas globais (cada vez mais entrelaçadas às guerras informáticas) etc.

Numa direção diversa daquela apresentada por Paul Virilio (2000), que observa a interatividade do mundo contemporâneo como representante do fim do século, em que toda presença é "presente apenas à distância"[49], a teórica e ativista italiana Tiziana Terranova (2004) analisa a cultura contemporânea numa linha um pouco menos entusiástica que aquelas apresentada por Pierre Lévy (2007), Lee Raine e Barry Wellman (2012), mas não tão drástica quanto a do filósofo francês. Terranova reconhece a existência de uma aceleração da história e de uma anulação das distâncias dentro do meio informacional, mas as define como uma *destruição criativa*: um movimento produtivo capaz de resumir, ao invés de simplesmente inibir, potências sociais para a transformação no "caos da comunicação" em que vivemos.

Para pensar a qualidade da ação em rede no contexto desta assembleia heterogénea que representa a cultura conectada dos nossos dias, caracterizada por uma abundância sem precedentes de resultados informativos e por uma aceleração das dinâmicas de informação, esta autora propõe que se reflita, simultaneamente, aquilo que é singular e múltiplo, que é comum e único – numa perspetiva similar àquela sugerida por Antonio Negri (2005) quando trata de *multidão*[50].

> Quando vista de perto e em detalhe, a cultura contemporânea (em todas as escalas do local ao global) aparece como um caleidoscópio de diferenças e desconcertante heterogeneidade – cada uma das quais mereceria reflexões individuais e específicas. Seja como for, no lugar delas mesmas apresentarem-se como fragmentos distintos, cada qual com a sua própria identidade e estrutura, aparecem-nos como uma malha de formações culturais sobrepostas, de reinvenções híbridas, polinizações cruzadas e variações singulares (Terranova, 2004, pp. 1-2, versão online, tradução nossa).

49 Corroboram a posição apocalíptica frente às novas tecnologias pensadores como Carlo Ginzburg (2010), que também coloca em xeque a ideia de que tudo e todos estão na Internet. Ao discorrer sobre a "Era Google", o autor define o referido motor de busca como um poderoso instrumento de pesquisa histórica e, ao mesmo tempo, um poderoso instrumento de cancelamento da história, por acreditar que no presente eletrónico o passado tende a se dissolver. Cf. Ginzburg, C. (2010). "História na Era Google". In *Fronteiras do Pensamento* [vídeo]. Disponível em http://www.fronteiras.com/artigos/carlo-ginzburg-a-internet-nao-apenas-remete-aos-livros-como-tambem-pressupoe-livros-1427135419. Consultado em 23 out. 2016.

50 O auto diferencia *multidão*, algo composto por uma multiplicidade incomensurável, de *povo*, sempre representado como corpo social, dentro de uma ideia de unidade. Cf. Negri, A. (2005). *A constituição do comum* (versão online). Disponível em https://fabiomalini.wordpress.com/2007/03/25/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri. Consultado em 10 dez. 2013.

Ao tratar das implicações destes meios informativos distribuídos e interconectados, no interior de uma possível dimensão política da comunicação, a autora tenta elucidar a seguinte questão: "É ainda possível falar dos media como uma 'esfera pública' na era da propaganda de massa, dos oligopólios mediáticos e da guerra da informação?" (Terranova, 2004, p. 10, tradução nossa). Se a massificação for tomada como um campo para a propagação de afeções, esta pode ser vista como capaz de incluir audiências especializadas e, no caso da internet, microssegmentadas.

Tal meio comum, interconectado por fluxos de imagens e afetos, é apontado por Terranova (2004) como lugar de surgimento de novos modos de engajamento político, da constituição política comum através do biopoder da comunicação[51]. Embora refute a existência de uma relação linear de causa e efeito entre tecnologias e mudanças sociais, a autora não deixa de enfatizar a dimensão da comunicação e da informação sobre outros aspetos de tais mudanças. Sua análise sobre a constituição do biopoder comunicativo como forma de resistência numa cultura conectada parte da lacuna de transparência e de prestação de contas existentes nas instituições públicas oriunda de uma cultura do secretismo[52], responsável por minar o bom funcionamento da democracia.

Uma reflexão que leve em consideração a tríade composta por comunicação, transparência e democracia é apontada por esta autora como uma das premissas do pensamento moderno. "De Diderot a Voltaire e Thomas Payne, as conceções modernas de democracia começam com as demandas de revolucionários burgueses por liberdade de expressão e representação política" (Terranova, 2004, p. 131, tradução nossa). A democracia, no sentido apresentado, não apenas garante, mas é garantida pelos direitos dos seus cidadãos à representação em ambas as esferas, política e comunicativa; ao acesso a informações relativas ao exercício do serviço público e a serem representados no espectro das posições.

51 As observações de Tiziana Terranova sobre biopoder da comunicação exigem-nos um recuo para o entendimento desse conceito, propagado por Michel Foucault e reelaborado por autores contemporâneos como Giorgio Agamben, Antonio Negri e Roberto Esposito. Na conceção original de biopoder, Foucault analisava o poder como algo não proveniente de um núcleo central que a tudo controla, mas como algo dinâmico, instável, heterotópico, investido de todas as partes do social – seja ela política, jurídica, económica, científica etc. –, gerindo as vidas e os corpos através das tecnologias. Como traduziu Lucia Santaella (2016): "*O poder em si não existe, existem relações de poder, muitas vezes difusas, flutuantes, imprecisas, que, nas relações humanas, quaisquer que sejam, amorosas, institucionais ou econômicas, atuam em diversos níveis, sob diferentes formas, de maneira móvel, sutil e múltipla*" (p. 20). Cf. Santaella, L. (2016). *Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política*. São Paulo: Paulus.

52 Fundamentada na abordagem do economista norte-americano Joseph Stiglitz, a autora destaca a maneira como o Fundo Monetário Internacional mina o crescimento dos países em desenvolvimento para favorecer o enriquecimento de investidores estrangeiros. Cf. Stiglitz, J. (2002). *Globalization and Its Discontents*. London: Penguin Books.

Em outras palavras, "liberdade de informação e comunicação sustenta a liberdade de expressão, liberdade de expressão sustenta a democracia" (Terranova, 2004, p. 132, tradução nossa).

Isto significa dizer que o acesso ao espaço público – no sentido habermasiano[53] – da comunicação e informação é tomado por Terranova (2004) como condição elementar para que os cidadãos possam aprender sobre o desenvolvimento da *res publica*, a fim de desenvolver uma opinião informada, expressá-la e pressionar os governos. Conforme adiantamos no tópico anterior, desde a ascensão da burguesia, a qual Jürgen Habermas (1991) remonta o surgimento da esfera pública como um espaço independente para racionalizar o exercício público da autoridade, a opinião pública aceitava que o poder de governar fosse delegado, desde que se preservasse também o direito de monitorar os políticos.

O poder esmagador constituído pelos *media* na vida política da social democracia teria levado, de acordo com a autora, a numerosos postulados teóricos a respeito da emergência de uma nova esfera pública, de modo que a relação entre a comunicação e a democracia nunca tenha sido realmente o domínio exclusivo de uma 'esfera pública' na qual cidadãos pudessem monitorar a ação dos eleitos e incontáveis governos. Provavelmente porque, segundo esta visão, a maior parte da sociedade não se sentia incorporada como "cidadão iluminado" pensante desta esfera, o que contribuiu para que fosse delegado também este papel de formador de opinião à cultura de massa, progressivamente entrelaçada aos interesses políticos.

Tal fenómeno seria provado, mais notoriamente, desde os regimes totalitários da segunda metade do século XX, para os quais comunicação não representava apenas um caminho para o acesso à informação e ao debate público, mas a manipulação através de diversas táticas – da propaganda à censura e distorção. "Como mais explicar o fato que é a predominância de vozes populistas e autoritárias que parecem quase naturalmente mestres dos *media*?", questiona Terranova (2004, p. 133, tradução nossa), ressaltando a presença mediática massiva de nomes da extrema direita como Ronald Reagan, Margareth Tatcher, Silvio Berlusconi, Osama Bin Laden e Tony Blair.

53 O filósofo e sociólogo alemão sublinha o modelo original para tal conceção da relação entre a comunicação e a política: a esfera pública burguesa que emerge no final do século XVII, na Europa Ocidental, como um espaço distintivo no qual indivíduos particulares dialogavam para formar um corpo público. Naquele contexto, os seus componentes não se comportavam nem como empresários ou profissionais negociando assuntos privados nem como membros de uma ordem constitucional sujeita a contrastes legais de um negócio burocrático. Cf. Habermas, J. [1962](1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: The MIT Press.

Por esta razão, a manipulação mediática ao longo das democracias de massa, por parte daqueles que podem finalmente suportá-la – transformando-a num campo sistemático de pesquisa de técnicas para formação de um consenso hegemónico – nem de longe lembraria a esfera pública burguesa composta por indivíduos engajados numa discussão sobre os interesses públicos, conforme diferencia a autora:

> A esfera pública corrente não é uma esfera de mediação entre Estado e sociedade civil, mas um lugar de conflitos permanentes, informados por estratégias de guerrilha mediática. Comunicação não é um espaço da razão que se interpõe entre o Estado e a Sociedade, mas é agora um espaço de luta direta entre o Estado e diferentes organizações, representando os interesses privados de grupos de indivíduos organizados (Terranova, 2004, p. 134, tradução nossa).

A solução contra a corrupção dos meios de comunicação tradicionais pelos interesses privados passaria, na sua interpretação, pela reconstituição de um espaço livre e aberto de comunicação, indicado como chave para o retorno a uma vida democrática mais autêntica. As esperanças para a composição desta nova esfera pública como espaço alternativo aos velhos *media* foram colocadas na Internet e na sua *multidão conectada* em modo *ciberdemocrático*, que teriam revelado um meio político eficiente em termos de poder de mobilização e de abertura ao acesso à informação.

> Tem tornado então visível a existência de uma massa global conectada, com uma participação nos processos políticos regionais, nacionais e globais. Ao mesmo tempo em que tais massas têm aparecido na mediasfera global, contudo, o problema tem se tornado aquele das *outras massas*, a maioria silenciosa, a televisão pública mantida refém por um poderoso monopólio mediático em um mundo às avessas de propaganda e simulação (Terranova, 2004, p. 135, tradução nossa).

O interesse aqui sublinhado não está em distinguir as redes entre os "bons conectados" e os "alienados desconectados"[54], mas em compreender que tipo de relação deve existir entre estas duas constituições na esfera da comunicação. Ainda que não ignore o processo de saturação de imagens e fluxos informativos componen-

54 Aqueles conectados à internet que não participam da esfera pública digital analisada pela autora.

tes dessa "hiperrealidade", capaz de provocar "o fenómeno do parasitismo, dos excessos em rede, dos nichos de imagens locais, das micro-ecologias *undergound* etc." (Terranova, 2004, p. 141, tradução nossa), o foco da sua abordagem também não está na questão do universo mediático ter vindo a constituir um mapa capaz de substituir o real[55]. Seu cerne aponta para esta miríade de imagens ser exibida abertamente, como um campo de propagação de intensidades ou afeções.

Uma cultura conectada, de fato, implica numa complexificação dos ambientes dos *media* de massa – isto é, a dimensão que envolve as múltiplas durações das diferentes formações culturais e meios. Dito de outra forma, não estaríamos mais num regime de cultura de massa, na qual esta poderia ser colocada de um lado oposto a uma alta cultura do discernimento estético e do debate racional, tampouco estaríamos no meio de uma cultura popular que autenticamente expressou o poder das pessoas. A partir desta visão, nem mesmo podem ser opostas as massas televisivas à multidão da Internet sem que sejam convenientemente eliminadas as suas interseções e retransmissões num meio de informação comum.

> A ecologia das imagens da cultura conectada é altamente diferenciada e isto implica, segundo Baudrillard, que as imagens não apenas atravessam, mas são canalizadas através de um segmentado e capilar sistema de comunicação. Não existe simplesmente uma massa amorfa, mas uma ecologia fractal de nichos sociais e micronichos. Isto é, nós não estamos vivendo em uma pura cultura de massa, mas em uma configuração da comunicação onde a perceção pura da massa confronta e interage com um fraturado e micros-segmentado meio informacional (Terranova, 2004, p. 144, tradução nossa).

Embora as correntes teóricas mais recentes sobre a comunicação mediada por computador tenham associado a emergência das comunidades virtuais às fronteiras norte-americanas[56], a autora italiana compreende-as como sucessões tecnológicas das "comunidades imaginadas" ao longo da modernidade – incluindo

55 Falamos aqui da perspetiva do simulacro, projetada por Jean Baudrillard (1990), que tentamos reproduzir através do seguinte enunciado: *"Nesta passagem a um espaço cuja curvatura já não é a do real, nem a da verdade, a era da simulação inicia-se, pois, com uma liquidação de todos os referenciais – pior: com a sua ressurreição artificial nos sistemas de signos, material mais dúctil que o sentido, na medida em que se oferece a todos os sistemas de equivalência, a todas as oposições binárias, a toda a álgebra combinatória. Já não se trata de imitação, nem de dobragem, nem mesmo de paródia. Trata-se de uma substituição no real dos signos do real, isto é, de uma operação de dissuasão de todo o processo real pelo seu duplo operatório, máquina sinalética metaestável, programática, impecável, que oferece todos os signos do real e lhes curto-circuita todas as peripécias"* (p. 9). Cf. Baudrillard, J. [1981](1990). *Simulacros e simulações.* Lisboa: Relógio d'Água.

56 Tratamos da origem das comunidades nas redes sociais digitais na Parte II (Capítulo 5) deste livro.

as comunidades nacionais materializadas pelos grandes eventos mediáticos, como os funerais presidenciais, os casamentos reais ou as produções televisuais acerca dos problemas históricos de uma nação. Tal realidade entre comunicação e comunidade, antes situada nas fronteiras nacionais, hoje tomaria proporções mundiais, fruto da formação de uma opinião pública global coincidente com a emergência de uma infraestrutura de comunicação também globalizada.

"Um mundo menor e mais liberal seria, portanto, um mundo onde flagrantes de injustiça não poderiam ser tolerados, no qual uma nova coalizão internacional de ativistas, membros do público e governos benevolentes, lidassem com os erros globais" (Terranova, 2004, p. 146, tradução nossa).

Esta comunicação das redes, contudo, seria responsável por trancar a segmentação do social, minar e reforçar identificações culturais, ao mesmo tempo em que libera antagonismos sociais alimentados por experiências compartilhadas de injustiças e indignações em problemas imaginados ou reais. Desse modo, a autora reforça que a cultura conectada não pode ser vista como distinta ou oposta ao domínio de uma massa manipulada, o que a leva a identificar, também no seu interior, a existência de um fenómeno de massa – como se este apenas reproduzisse as dinâmicas gerais das dinâmicas comunicativas. Ou seja, na cultura conectada a massa é vista como o corte transversal no corpo de um meio informativo que nunca cessa de microssegmentar, simultaneamente diferenciado e interconectado.

> Se esta mútua porém desigual segmentação (onde as massas segmentam e são segmentadas pelos meios) é de todo possível, isto ocorre porque as diferenças não têm simplesmente se tornado intercambiáveis, e os processos sociais e culturais não perderam a sua capacidade de qualificar e diferenciar fluxos de imagens (Terranova, 2004, pp. 150-151, tradução nossa).

Para Terranova, a lacuna entre a qualidade social e a intensidade da perceção das imagens diz respeito ao potencial autónomo dos corpos e às caóticas dinâmicas de perceção, componentes essenciais de qualquer política cultural de comunicação. Se seus contributos partem do reconhecimento que existe um fenómeno de massa nas redes, este estaria espalhado pelos sites, motores de busca, serviços gratuitos de e-mail, gigantes dos entretenimentos e provedores alternativos. Já os segmentos e microssegmentos desta dimensão informacional que os conecta teriam origem no incremento do satélite, das TVs a cabo etc., replicados e intensificados desde a chegada da Internet – com a sua infinidade de canais especializados em certos nichos de audiência.

> Ao mesmo tempo, contudo, esta separação nunca pode neutralizar a interconectividade do espaço inteiro, a vulnerabilidade geral às dinâmicas informacionais, reações em cadeia, infecções virais, a poluição do spam ou as poderosas ondulações de fluxo de informação não-linear (o envio de links, petições, correntes de ajuda, e-mails de grupo, alertas e bugs, postagens e outros) (Terranova, 2004, p. 153, tradução nossa).

No interior da Internet, a massa conectada é percebida como reveladora de um tipo de poder ativo de diferenciação: é ainda massa, mas não pode ser feita para formar uma maioria estável em torno de algum tipo de qualidade média ou consenso; do mesmo modo que os segmentos têm perdido algo da sua rigidez na recombinação dos fluxos informacionais. Os resultados ressaltados por Terranova (2004) apontam para a constituição de um campo político que não pode ser reduzido a um significante único (como a classe trabalhadora), tampouco dividido em segmentos com identidades socioculturais completamente distintas (nem mesmo aquelas híbridas), aproximando-se de um espaço que é *comum* sem ser necessariamente *homogéneo* ou *igual*.

> Não há nada idílico sobre uma configuração política. Como um meio político, a cultura da internet mais parece um campo de batalhas que uma utopia neo-socialista. Este é o plano pelo qual batalhas de cota de mercado e para a determinação da opinião pública são lutadas; este é um campo de pesquisa e de implantação de avançadas técnicas e estratégias de manipulação e controle; este é o teatro de ataques violentos e grupos de ódio. E, ainda, isto também oferece inúmeras oportunidades de experimentação com táticas políticas e formas de organização. Esta experimentação direciona tanto uma dinâmica social global (que é a necessidade de desenvolver táticas informativas capazes de neutralizar o poder dominante das corporações e atores governamentais nos setores comunicacionais) como um meio político e cultural que já não pode ser subordinado (se alguma vez foi) por uma maioria, liderada por uma classe/vanguarda/ideia ou mesmo feita para formar um consenso que não é inerentemente fraturado e sempre explosivamente instável (Terranova, 2004, p. 154, tradução nossa).

Movimentos net-ativistas globais como aqueles contrários às políticas neoliberais – agrupados pela autora junto às assembleias desenvolvidas pelo Fórum Social Mundial, movimentos indígenas, organizações não-governamentais etc. – são apresentados como exemplos deste tipo de experimentação. E, com

esta, dos problemas e potenciais relativos ao processo. Segundo a sua interpretação, todos eles têm conferido, ainda que de forma temporária, uma poderosa visibilidade aos processos de comunicação horizontal e difusa desenhados tanto a partir das tecnologias recentes (entre celulares com webcam à internet sem fio) como por estratégias mais estabelecidas (conferências, conversas, acampamentos, encontros, viagens de caravana, entre outros recursos anteriores ao digital).

> Estes múltiplos modos de comunicação correspondem a uma proliferação, em sua maior parte, descoordenada de organizações, micro organizações e grupos, com mais ou menos deslocação de fronteiras, mas com interesses comuns e, mais importante, operando dentro de uma matriz de comunicação comum (Terranova, 2004, p. 155, tradução nossa).

Em suma, a partir da análise dos movimentos de ativismo em rede surgidos no começo do século XXI, esta abordagem sobre a qualidade da ação aponta ainda para o deslocamento de uma oposição familiar do espectro político (herdada dos tempos da Guerra Fria) entre esquerda e direita. Isto ocorreria não pelo fetiche da diferença ou da opinião pública como superpoder, mas por uma compossibilidade mais geral das relações no interior de um fluido e já segmentado meio bioinformacional.

Diante da impossibilidade de se construir um consenso ou de serem estabelecidas formas fixas de organização como recurso-chave, tal elemento é aqui analisado não como um limite, mas como um potencial para as redes, uma ressignificação do que se entende como *multidão*[57]. O desafio imposto pela diversidade surge mais como uma força do que como uma fraqueza, produzindo diálogos em torno de devires, oferecendo resistência a estruturas burocráticas através de um espaço aberto a experiências acidentais e inusitadas.

Num sentido semelhante àquele abordado por Lee Rainie e Barry Wellman (2012), para os quais as redes tanto possibilitam novas formas de interação e participação quanto demandam investimentos de tempo e de sociabilidade por parte dos *indivíduos conectados*, Tiziana Terranova conclui que uma rede de micropolíticas, capaz de atravessar o espaço global de comunicação, não representa um tipo de utopia fácil. E aqui assinala a sua colaboração com o debate sobre a qualidade

57 Ao invés da ideia de multidão como uma massa amorfa, Michael Hardt e Antonio Negri sugerem que a cultura conectada constitui uma nova ocasião para a "re-emergência" da multidão, entendida como um plano de singularidades, um conjunto aberto de múltiplas relações, o que não se configura necessariamente como algo homogéneo ou idêntico. Cf. Hardt, M. & Negri, A. (2016). "O que é a multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri", *op. cit*.

da ação em rede através de uma ampliação do conceito original de esfera pública que, embora projete elementos de uma cultura de massa, comporta também uma multidão de singularidades.

Entre os desafios utópicos desse novo espaço de experimentação política inaugurado pelo digital estaria o domínio de uma autogestão, na qual diferenças possam coexistir ou seguir seus caminhos separadas, "onde as dinâmicas globais de um meio de comunicação capilarizado podem ser usadas produtivamente como um tipo de terreno comum – permitindo relações de compossibilidade como também ações coordenadas" (Terranova, 2004, p. 156, tradução nossa).

Tal utopia ainda pode ser dificultada pelo fato de, como com as massas, o modo político ter origem no campo dos afetos[58], das intensidades, das variações de poderes corporais expressos como medo e simpatia, repulsão e atração, tristeza e alegria. Estes são atribuídos pela autora como frutos de investimentos e trabalhos afetivos de uma intelegência política emotiva e inventiva no terreno do *comum*: o terreno constituinte das políticas contemporâneas de comunicação, o terreno cada vez mais digitalizado.

1.3. As redes como amplificação da política

Veremos que a conceção de teóricos como Bruno Latour (2012) sobre o termo "rede" investe numa visão globalitária[59] da expressão, considerada por este filósofo francês uma palavra tão ambígua que já deveria ter sido descartada, por ser empregada tanto para designar redes técnicas[60] (eletricidade, trens, esgotos, internet etc.) quanto na perspetiva da sociologia da organização (a fim de introduzir uma diferença entre empresas, mercados e países). Para Manuel Castells

58 Tal afirmação nos remete ao pensador materialista pré-iluminista Baruch de Espinosa, que trata dos afetos e das paixões como terreno básico para a política, no mesmo sentido que observa a produção de noções comuns como o processo básico para que a constituição ética do mundo tome lugar. Cf. Spinoza, B. (1985). In E. Curley (Ed. and trans). *The collected works of Spinoza* (Vol. I). New Jersey: Princeton University Press.

59 Desde logo adiantamos que Bruno Latour relaciona a ideia de rede à capacidade de cada ator, humano ou não humano, induzir outros atores a fazer coisas inesperadas. Cf. Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

60 Destacamos a colaboração de Isabel Babo (2017) sobre o empego da expressão "rede": "*O uso do termo rede encontra-se referido a partir do século XVII para designar a rede usada pelos pescadores ou pelas mulheres para segurar os cabelos, estendendo-se, no séc. XIX, ao conjunto dos caminhos, estradas e vias férreas, ligando-se a uma geometrização do espaço e uma concepção gráfica do real. Pierre Mercklé (2011) assinala que a noção de rede passou dos objetos concretos que nomeava, para designar o entrelaçamento, a circulação, as relações topológicas*" (p. 94). Cf. Babo, I. (2017). "Redes e Ativismo". In I. Babo; J. B. Miranda; M. J. Damásio & M. Di Felice (Orgs.). *Netativismo* (pp. 93-107). Porto: Edições Universitárias Lusófonas.

(2000), entretanto, esses dois sentidos se misturam, na medida em que o sociólogo espanhol compreende a rede como um modo privilegiado de organização; graças, justamente, ao alcance das tecnologias da informação.

É sob a perspetiva das redes em relação à comunicação e à política que os contributos deste sociólogo espanhol nos interessam ao longo deste tópico. Em obras mais recentes, como *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet* (2013), este autor nos oferece uma leitura atualizada da transformação da política tradicional no compasso das novas tecnologias da comunicação e informação, direcionando as suas reflexões sobre as redes sociais digitais como amplificadores da democracia e da participação política na sociedade em rede.

Mobilizado pelos levantamentos ocorridos na Tunísia no final de 2010, que se difundiram de forma viral pelo países árabes e por diversos outros, Castells (2013) voltou-se para a investigação do que define como uma "transformação de relações de poder em interação com a transformação da comunicação" (p. 13), detectando o desenvolvimento de um novo padrão de movimentos como expressão das novas formas de mudança social do século XXI. Para o sociólogo, algo comparável ao contexto cultural efervescente do movimento de Maio de 1968, em Paris[61], em que tudo parecia possível:

> (...) o mundo não estava necessariamente condenado ao cinismo político e à execução burocrática de formas de vida absurdas. Os sintomas da nova era revolucionária, um tempo de revoluções com o objetivo de explorar o sentido da vida mais do que tomar de assalto o Estado, estavam aparentemente por todo o lado, desde a Islândia à Tunísia, desde a *Wikileaks* aos *Anonymous*, e, em breve, estariam desde Atenas a Madrid e Nova Iorque (Castells, 2013, p. 14).

Isto sugere que os movimentos eclodiram nas redes sociais na Internet por estas se apresentarem como espaços de autonomia, distanciados do controlo dos governos e das empresas que, ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação enquanto fundação do seu poder. Naquilo que Castells (2013) denomina como *espaço público livre*, pessoas de todas as idades e condições sociais formaram redes para além de suas visões pessoais e ligações organizacionais, impulsionadas pela partilha de lamentos e esperanças dentro das possibilidades oferecidas

61 Onda de protestos que começou na França, como um movimento estudantil em busca de reformas no setor educacional francês e culminou numa greve de trabalhadores capaz de pôr em risco o governo do então presidente Charles de Gaulle, que renunciou um ano depois. Em tal mobilização, os universitários se uniram aos operários para juntos promoveram a maior greve geral da Europa, com a participação de cerca de nove milhões de pessoas.

pelo *ciberespaço*[62], organizadas para ocupar também fisicamente o espaço urbano, numa demonstração de autoconsciência que teria caracterizado, desde sempre, os grandes movimentos sociais. "(...) um encontro cego com cada qual, e com o destino que elas queriam forjar, afirmando o seu direito de fazer história – a sua história" (p. 20).

Tais movimentos, interpretados no âmbito das situações de crise que atingem um ou uns tantos aspetos do cotidiano dos seus envolvidos (sobretudo o económico), são analisados pelo sociólogo como alavancas de mudanças da sociedade. Combinam a degradação das condições materiais de vida a uma crise de legitimidade em relação aos responsáveis pela conduta dos assuntos públicos, induzindo os manifestantes a ações coletivas fora dos descredenciados canais institucionais, com o objetivo de defenderem as suas exigências, mudarem os responsáveis ou as próprias regras do jogo em que estão inseridos.

Por considerar que a mudança social requer ação, individual ou coletiva, a afirmação da génese dessa ação como *emocionalmente motivada* acaba por associá-la a todo o comportamento humano. Na seara das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos – medo, desgosto, surpresa, tristeza, felicidade e raiva, com base na teoria da inteligência afetiva na comunicação política (Neuman *et al.*, 2007) – o sociólogo espanhol explica como este rastilho é desencadeado pela raiva, enquanto o opressor seria o próprio medo diante dos perigos inerentes às suas ações, sejam eles intimidações políticas ou a força da repressão policial.

> A raiva aumenta com a percepção de uma acção injusta e com o agente responsável pela acção. O medo despoleta a ansiedade, que está associada com acautelar o perigo. O medo é ultrapassado pela partilha e identificação com os outros num processo de acção comunicativa. Depois a raiva toma o controlo: e conduz ao comportamento de risco. Quando o processo comunicativo induz a ação colectiva e a mudança é posta em prática, a emoção positiva mais potente prevalece: o entusiasmo, que leva à mobilização social intencional. Redes de indivíduos entusiásticos, que ultrapassaram o medo, transformam-se num actor colectivo e consciente. Assim, a mudança social resulta de acção comunicativa que envolve a ligação entre redes de redes neuronais do cérebro humano estimuladas por sinais de um ambiente de comunicação através das redes de comunicação (Castells, 2013, p. 214).

62 O autor utiliza o conceito de Pierre Lévy (1997) para tratar do espaço digital onde os movimentos sociais se articulam. Tratamos das questões conceituais da cultura das redes na Parte II (Capítulo 4).

Ao comparar os movimentos sociais desenvolvidos ao longo da História aos mais contemporâneos – mesmo oferecendo uma leitura desses últimos como um redimensionamento, na internet, dos problemas reais de uma sociedade, isto é, das questões tradicionais relacionadas à política, à cultura, à economia etc. –, o sociólogo não nega o papel crítico da comunicação na formação e nas práticas de todos os movimentos. Independente de qual seja a época ou da tecnologia estar ou não nas suas raízes, "porque as pessoas só podem desafiar a dominação ligando-se umas às outras, partilhando a raiva, sentindo-se unidas, e construindo projectos alternativos para si próprias e para a sociedade em geral" (Castells, 2012, p. 223).

Logo, a conectividade dos utilizadores estaria dependentemente vinculada às redes de comunicação interativas disponíveis hoje, da mesma forma que em épocas analógicas estavam condicionadas a outros modelos comunicativos. Na época do surgimento do jornalismo impresso, o jornalismo cultural[63] desenvolveu um contributo quase panfletário nas revoluções culturais modernas. Atualmente, dentro do modelo contemporâneo de comunicação horizontal e em larga escala, os movimentos seguem uma nova lógica baseada na internet sem fio, em interação com o que Castells (2012) indica como a comunicação face a face e a ocupação do espaço urbano.

Ainda que o sociólogo espanhol observe a Internet "como uma componente necessária, mas não suficiente para a sua acção colectiva" (Castells, 2013, p. 223), por outro lado destaca a importância das redes sociais digitais para a mobilização, organização, deliberação, coordenação e decisão de tais movimentos. Assim, a internet deixa o seu lugar tradicionalmente restrito ao âmbito da instrumentalidade, por ser capaz de criar condições para uma forma de prática partilhada. Isto num contexto em que a rede mundial de computadores também desempenha a função de proteger o movimento contra a repressão dos seus espaços físicos libertados[64], mantendo a comunicação entre as pessoas no interior do movimento e com a sociedade em geral.

Sobre a partilha da cultura da autonomia como matriz das sociedades contemporâneas, originada na ligação elementar entre a internet e os movimentos sociais recentes, Castells (2013) sublinha uma distinção fundamental entre os

63 Aquele que nasceu com a própria ideia de cidade, "marcado pela migração do homem do campo para os novos pólos industriais, pela estruturação da sociedade e chegada do comércio, dos costumes, das modas, das casas de chá (...)" (Magalhães, 2008, pp. 9-10). Cf. Magalhães, M. (2008). *Polarizações do Jornalismo Cultural.* João Pessoa: Marca de Fantasia.

64 Para entender o conceito de libertação de zonas autónomas temporárias, ler os contributos de Hakim Bey, destacados na Parte II (Capitulo 4).

movimentos sociais e os movimentos de protestos – ainda que ambos estejam relacionados às críticas, aos anseios e aos sentimentos de determinada população:

> Os movimentos sociais, enquanto emergem do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protesto. Eles são essencialmente movimentos culturais, movimentos que ligam as exigências de hoje com os projectos para amanhã. E os movimentos que estamos a observar incorporam o projecto fundamental de transformar as pessoas em sujeitos das suas próprias vidas, através da afirmação da sua autonomia face às instituições da sociedade (Castells, 2013, p. 224).

O declínio da confiança nas instituições atuais tem sido um tema amplamente tratado na obra de diversos autores, como Anthony Giddens (2002) e Zygmunt Bauman (2003), ainda que estes indiquem tendências divergentes sobre o processo de transformação social. Enquanto o primeiro observa uma oportunidade para a "democratização da democracia" na libertação das amarras institucionais, Bauman reconhece uma fragilidade nas relações humanas na era da internet, proveniente de um medo generalizado que nos intimidaria a correr os riscos inerentes a uma ação política.

Por meio da leitura de Manuel Castells estaríamos mais próximos da concepção gidenniana, uma vez que o sociólogo espanhol também associa a experiência cotidiana da vida privada às motivações para a participação na esfera pública. Em outras palavras, somos convidados a pensar a qualidade da ação pelo viés dos atores coletivos, digitalmente conectados, que se voltam para a criação de novas formas de vivência em busca de um novo contrato social.

Embora em escritos anteriores Castells (2009) tenha tratado das transformações culturais da sociedade sob o signo da emergência de um novo conjunto de valores, definidos como individualização[65] e autonomia[66], em *Redes de Indignação e Esperança* (2013) o autor prefere realçar que *individualização* não significa neces-

65 Definida por Anthony Giddens (2002) como a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como princípio fundamental orientador do seu comportamento.

66 Com base numa investigação desenvolvida entre 2002 e 2007 com uma amostra representativa da população da Catalunha, definida empiricamente entre seis projetos estatisticamente independentes de autonomia – pessoal, profissional, empresarial, comunicativo, corporal e sociopolítico – Manuel Castells conclui que quanto mais as pessoas eram autónomas em cada uma dessas seis dimensões, mais frequentemente e intensamente usavam as redes sociais. A relação diretamente proporcional entre a presença em rede e a elevação do grau de autonomia de cada pessoa ou movimento também pode ser associada, de forma inversamente proporcional, na relação com a alienação política. O autor afirma que "*há, de facto, um círculo virtuoso entre as tecnologias da liberdade e a luta para liberar as mentes dos quadros de dominação*" (Castells, 2013, p. 227).

sariamente *individualismo*, uma vez que o projeto do indivíduo pode ser dirigido para a ação coletiva e para os ideais partilhados – a exemplo da preservação ambiental e a criação de comunidades sobre temáticas diversas –, enquanto o individualismo restringiria o bem-estar do indivíduo como objetivo final de um projeto particular.

À luz dos movimentos em rede recentes, o conceito de autonomia toma contornos mais abrangentes, possibilitando uma relação tanto com atores individuais quanto coletivos. Tal ideia nasce na capacidade de um ator social se tornar o sujeito de uma ação em torno de projetos construídos conforme seus próprios valores e interesses, independentes das instituições em declínio no mundo contemporâneo. É assim que as redes cumpririam o papel de ponte: na transição entre a individualização e a autonomia, permitindo "que actores individuais construam a sua autonomia, com pessoas com interesses semelhantes, nas redes que escolhem", como fruto dessa cultura da liberdade que é a internet. "Foi deliberadamente desenhada por cientistas e hackers como uma rede de comunicação descentralizada, capaz de resistir ao controlo de qualquer centro de comando" (Castells, 2013, p. 225).

A consolidação das redes sociais digitais como um espaço/meio de resistência para aquilo que o autor explica como "ativismo sociopolítico" teria ainda como base a dimensão do humano, funcionando como uma extensão das nossas relações antes restritas aos ambientes não conectados. "(...) é uma rede auto-construída com base numa conectividade perpétua. Mas esta não é uma sociedade puramente virtual. Existe uma ligação estreita entre as redes virtuais e as redes da vida em geral" (Castells, 2013, p. 226).

No sentido sugerido pelo sociólogo, as pessoas constroem redes para estarem umas com as outras, a partir de critérios que incluem aqueles que já conhecem ou aqueles que gostariam de conhecer, como se o mundo real fosse um mundo híbrido entre a interação online e offline – como trataram Rainie & Wellman (2012) na conceção das redes como *novo sistema operativo social.*

"As redes estão dentro do movimento, com outros movimentos pelo mundo, com a blogosfera, os media e a sociedade em geral" (Castells, 2013, p. 216). Isto significa dizer que a internet é vista como uma rede de redes, descentralizada, capaz de maximizar hipóteses de participação nas ações coletivas, ao mesmo tempo em que reduz a vulnerabilidade dos seus membros em relação às ameaças de repressão e aos próprios perigos internos de burocratização e manipulação nos movimentos. "Enquanto esses movimentos normalmente começam nas redes sociais da Internet, *eles tornam-se um movimento pela ocupação do espaço urbano*, seja

a ocupação das praças públicas ou a persistência das manifestações de rua" (Castells, 2013, p. 217).

Essa lógica observa o espaço do movimento como aquele construído por uma interação do espaço de fluxos da internet e das redes de comunicação sem fios, lado a lado com o espaço físico e os edifícios simbólicos ocupados e marcados pela ação de protestos – o híbrido que constitui o tal espaço de autonomia. Sendo assim, o que entendemos como net-ativismo ficaria restrito aos movimentos que transitam entre a rede e a rua, excluindo as demais formas de ação e colaboração nas redes sociais digitais – a exemplo daquelas hacktivistas – relegadas ao que o sociólogo define como "desafio sem uma base permanente de autonomia no espaço de fluxos é equivalente a activismo descontinuado" (Castells, 2013, p. 217).

Embora reconheça que os valores, objetivos e estilo organizacional dos movimentos oriundos de uma cultura da autonomia não possam existir sem a internet, o significado de tal cultura seguiria associado a algo mais profundo: à adequação do papel das jovens gerações de um novo século enquanto agentes de mudança de uma sociedade em rede, contrastando com instituições políticas herdadas de uma estrutura social historicamente superada. Sendo assim, nos resta aqui investigar quais os anseios dessa cultura da autonomia revelada por este sociólogo.

Se partirmos da ideia castelliana de que as pessoas se organizam nas redes sociais digitais como uma amplificação das redes reais da vida[67], a fim de formar novas redes de indignação e esperança contra as instituições públicas/políticas em declínio, que novos meios de fazer política tais redes sugerem?

1.3.1. O ativismo em rede e a participação sem partido

Nos movimentos que se espalharam por diversas latitudes do norte da África e do Médio Oriente, originaram manifestações nos Estados Unidos, no Brasil, na Argentina e em diversos países da Europa ao longo dos últimos cinco anos, havia algo mais em comum além da crise da democracia (ou a ausência desta, nos países da revolução árabe) e a crise económica global[68]. Ao lado das manifestações agudas contra uma sociedade injusta e uma política de democracia questionável

67 Divisão entre mundo real e mundo virtual (ou digital) cada vez mais questionada, uma vez que a vida cotidiana segue dia após dia mais conectada com e através das novas tecnologias. Cf. Lemos, R. & Di Felice, M. (2014). *A vida em rede.* Campinas: Papirus 7 Mares.

68 Apontada como fator de acentuação das desigualdades sociais, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos ditos desenvolvidos. Tal crise teria começado a dar os seus sinais ainda em 2008, após o colapso da bolha especulativa do mercado imobiliário norte-americano, resultando numa desestabilização em cadeia da economia internacional. Cf. Arestis, P.; Sobreira, R. e Oreiro, J. L. (Eds.). (2011). *The Financial Crisis: Origins and Implications*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

estava o que Manuel Castells (2013) destaca como "a humilhação provocada pelo cinismo e arrogância dos que estavam no poder, seja financeiro, político e cultural" (p. 21).

Tal ciclo, como vimos nesta abordagem, teria se originado numa espécie de medo, que deu espaço à indignação popular, transformando-a em combustível de esperança para uma humanidade melhor. Esta, por sua vez, teria de ser construída de raiz, escapando das armadilhas ideológicas e institucionais que levaram ao mesmo resultado vezes sem conta, forjando um novo caminho pelos seus passos. Qual seria, portanto, a direção desse caminho?

No mapeamento proposto na Parte II deste livro, apresentaremos as principais fases do net-ativismo ao redor do mundo: a *fase de preparação* (através de personagens coletivos como Hakim Bey e Luther Blissett), a *fase de experimentação* das primeiras formas de conflitualidades sociais difundidas através da internet (o Movimento Zapatista) e a *fase web 2.0 e das redes sociais digitais* (na qual movimentos como os Anonymous, Primavera Árabe, Geração à Rasca, Indignados, Occupy Wall Street e Jornadas de Junho de 2013 no Brasil tomam forma). Em cada uma delas, os casos investigados revelam os anseios coletivos dos movimentos envolvidos, que em momentos da nossa história recente refletem reivindicações, motivações e influências por vezes semelhantes e inspiradas entre si.

Ao voltar as atenções para os casos de ativismo em rede na era dos *social media*, Manuel Castells (2012) destaca um aspeto elementar entre os movimentos que fazem da internet a sua base de atuação:

> Em todos os casos, os movimentos ignoraram os partidos políticos, desconfiaram dos media, não reconheceram qualquer liderança e rejeitaram todas as organizações formais, depositando na Internet e nas assembleias locais o debate colectivo e as tomadas de decisão (Castells, 2013, p. 22).

Para o sociólogo espanhol, as relações de poder são constitutivas da sociedade, uma vez que aqueles que o detêm constroem as instituições consoante os seus valores e interesses. E se as instituições de poder seguem em crescente declínio, desafiadas pelos membros dos movimentos sociais emergentes, este fato mostra que tal poder, antes exercido pelos meios coercitivos (o monopólio da violência, legitimada ou não, pelo controlo do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas (através de mecanismos de manipulação simbólica), perde a cada dia o seu lugar na sociedade em rede. Pois, como este autor, já que as sociedades são contraditórias e conflituosas, onde há poder, há também contrapoder, ou seja, "a capacidade dos actores sociais de desafiarem o poder imbuído nas ins-

tituições da sociedade, com o objetivo de conseguirem a representação dos seus próprios valores e interesses" (Castells, 2013, pp. 22-23).

Quando trata de contrapoder, nomeadamente no ativismo sociopolítico, tal abordagem não se refere necessariamente a uma disputa de poder em relação às instituições vigentes, como Igreja, Estado e Mercado, que em épocas e contextos culturais específicos experimentaram variações no seu nível de influência social. Tampouco revela como objetivo a ocupação definitiva de cargos e prédios públicos por parte dos manifestantes – marcas da disputa histórica entre os partidos de esquerda e direita. Aproxima-se, sim, de um desafio a todo o sistema político, mesmo àqueles que se revestem de democracia representativa, por mostrarem os seus sinais de colapso.

Somos provocados, então, a refletir: os movimentos sociais em rede e a reforma política teriam chances de um amor possível? Essa questão leva-nos a um imbróglio que pode ser traduzido da seguinte maneira: se o consenso aponta que o sucesso dos movimentos se baseia na canalização dos sonhos de mudança social pelas instituições, seja por meio de uma reforma política ou de uma revolução[69]; por outro lado, não existem garantias de que tais ideais revolucionários não serão traídos pelos novos poderes e pela nova ordem constitucional. Um dilema que surge pelo fato da maior parte dos movimentos em curso não confiar nas instituições políticas existentes nem, consequentemente, na viabilidade de sua participação nos canais políticos pré-determinados.

Prova dessa crise pode ser verificada no número crescente de votos brancos, nulos e de abstenções nas últimas eleições municipais realizadas no Brasil[70] e na já esperada abstenção dos eleitores na decisão presidencial dos Estados Unidos[71],

69 O ideal revolucionário é rejeitado por movimentos como o coletivo net-ativista Hakim Bey (2001), para o qual uma revolução consiste na institucionalização de uma nova forma de poder, que logo estará suscetível aos mesmos riscos de corrupção/desvios que acometeram o sistema anterior e que motivou o levante do movimento, num círculo vicioso de alternância de forças. Michel Maffesoli (2005) também trata do tema por essa perspetiva em *A transfiguração do político* (2005). Cf. Maffesoli, M. (2005). A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina.

70 Aproximadamente 21,5% dos eleitores registados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não compareceram às urnas para votar no segundo turno das eleições municipais brasileiras de 2016, somados aos 14,3% do eleitorado que optou por votar branco ou nulo na escolha dos prefeitos das suas cidades. As informações, reveladas pelo próprio TSE, representam um recorde desde 2004, ano de início de divulgação das estatísticas digitalizadas. Disponível em http://odia.ig.com.br/brasil/2016-10-31/eleicoes-2016-taxa-de-brancos-e-nulos-e-a-maior-desde-2004.html. Consultado em 15 mai. 2017.

71 Naquele país, como o voto é facultativo, a taxa histórica de abstenções chega à metade do eleitorado, o que tende a se agravar em situações como a das eleições de 2016, pelo descontentamento público em relação aos principais candidatos em questão – o milionário republicano Donald Trump e a democrata Hillary Clinton. O tema foi abordado em reportagem da *BBC News*, intitulada "US election: Why does the US have such low voter turnout?". Consultada em 2 dez. 2016. Disponível em http://www.bbc.com/news/election-us-2016-37634526.

que acabou por eleger Donald Trump, ambos em 2016. Destacamos esses dois países justamente por terem sido palco de movimentos que eclodiram em forma de sucessivos protestos nos anos anteriores aos pleitos: os Movimentos de Junho de 2013, no Brasil, e os Movimentos Occupy que surgiram em 2011, inicialmente em Wall Street, partindo das portas dos centros financeiros norte-americanos para outros pontos do globo.

> (...) na maioria dos movimentos estudados e em movimentos similares à volta do mundo, a passagem crítica da esperança para a implementação da mudança depende da permeabilidade das instituições políticas às exigências do movimento, e da vontade do movimento se engajar num processo de negociação (Castells, 2013, p. 228).

A dificuldade de diálogo entre os movimentos e as instituições cristaliza-se pelo fato dessas redes surgirem baseadas na negação da legitimidade da classe política e na denúncia da sua subserviência às elites financeiras. Tal fator é bastante marcante no caso do Movimento Occupy Wall Street, que conseguiu influenciar politicamente de forma indireta, ao projetar a discussão da desigualdade social (dos 99% da população mais pobre em virtude de 1% da sua parcela mais rica) para a agenda de alguns partidos políticos norte-americanos.

Tal caso nos faz lembrar que em tempos recentes, anteriores ao digital, os movimentos sociais tradicionais eram geralmente segmentados – como os sindicais, ambientais, feministas etc. –, traziam bandeiras de lutas claras e bem definidas e se organizavam em estrutura hierarquizada, com a desginação ou o reconhecimento de líderes. Estes alcançavam uma influência política possível, explicada como uma espécie de contribuição para a definição da agenda pública dos partidos. Em outras palavras, os movimentos eram úteis se os governantes os vissem como potenciais facilitadores ou disruptores dos seus próprios objetivos.

Porém, como isso continuaria a ocorrer numa época em que os movimentos são horizontais, não apresentam líderes-chave para negociação, misturam bandeiras de luta e estão por todos os lugares possíveis entre as redes e as ruas? Podemos ser mais cirúrgicos nos questionamentos propostos: como pode haver diálogo entre os manifestantes e os políticos se uma das bandeiras comuns entre os inúmeros movimentos que se espalham pelo globo é justamente a falta de representatividade da classe política? Ou, como interroga Castells (2013), quando "as eleições estão condicionadas pelo poder do dinheiro e dos *media*, e restringidas pelas leis eleitorais enviesadas, projectadas pela classe política para o seu próprio benefício"? (p. 229).

Salvas raríssimas situações[72], a maior parte das respostas políticas aos movimentos contemporâneos limita-se a atender a agenda anterior com as reivindicações ouvidas durante a campanha eleitoral. Ou seja, em caso de mudanças mais profundas os manifestantes precisam esperar pelas novas eleições, como vem acontecendo historicamente com a dita democracia ocidental. Essa é a lógica da democracia representativa apresentando as suas lacunas, dificultando a possibilidade de uma interação positiva entre os movimentos e os políticos com o objetivo de negociar uma reforma política[73].

Esse novo tipo de participação sugerida por Manuel Castells consiste em superar a lógica da pauta de reivindicações para experimentar uma vivência mais interativa, ao mesmo tempo local e global, de essência conectiva. Contudo, embora o autor relativize a importância da questão, frisamos que a nossa abordagem sobre o net-ativismo percebe o fenómeno não como algo que se apropria das redes, mas que *nasce* nas redes, a exemplo de diversos movimentos, inclusive os de temática predominantemente política, como o MoVimento 5 Estrelas, na Itália, e o Movimento 15-M, na Espanha.

Destacamos a seguir um conjunto de propostas-base comuns a tais movimentos voltados para o âmbito político, que representam esforços de construir, pelo menos em seus discursos de origem, uma nova política, que segundo a ótica castelliana se daria através de uma participação sem partidos: a) o representante escolhido para representar o movimento não pode ter se filiado a partido político anteriormente; b) o candidato não pode ter problemas com a Justiça; c) um percentual do salário do representante deve ser destinado a um fundo de desenvolvimento social; d) o movimento deve desenvolver os seus próprios projetos mediáticos, como blogues, canais de televisão e rádio online, com o objetivo de manter a população bem informada e envolvida nas decisões; e) o representante deve reportar a vontade popular nos processos decisórios do poder ao qual estiver vinculado, bem como na elaboração de leis demandadas pela população.

Frente à miríade de demandas, exigências e motivações de tais movimentos, o sociólogo contrapõe a dificuldade de se formalizar uma organização ou liderança

72 A exemplo da queda de ditadores durante a Primavera Árabe (dentre os quais, Ben Ali, na Tunísia; Hosni Mubarak, no Egito, e Muammar Kadhafi, na Líbia), em 2011, e os movimentos que culminaram na institucionalização do pedido de impeachment da ex-presidente do Brasil, democraticamente eleita, Dilma Rousseff, em 2016. Neste último caso, sob acusações de ter se tratado de um golpe, orquestrado por parte de seus opositores e ex-aliados políticos, com o apoio das instituições jurídicas e de parte da imprensa nacional. Cf. Sena Júnior, C. Z. (2018). *Foi golpe! O presente como História.* Salvador: Quarteto Editora.

73 Explicada por Castells (2013) como uma reforma das instituições de governança, que ampliaria os canais de participação política e limitaria as influências dos *lobbies* e a pressão dos grupos sobre os movimentos sociais.

devido à essência de autogoverno dessas redes – que, como já abordamos, passa pela desconfiança profunda de qualquer forma de delegação de poderes. É como se os movimentos construíssem os seus próprios antídotos contra a difusão dos valores sociais que pretendem combater: não só o objetivo justifica os meios como os meios, de fato, incorporam os objetivos de transformação.

> Mas, por que as exigências são múltiplas e as motivações ilimitadas, não podem formalizar nenhuma organização ou liderança porque o seu consenso, a sua união, depende da deliberação ad hoc e do protesto, não de preencher um programa construídos à volta dos objetivos específicos, esta é tanto a sua força (um apelo aberto) como a sua fraqueza (como pode qualquer coisa ser alcançada se os objetivos não estão definidos?) (Castells, 2013, p. 221).

Como ponto consensual, em sua relação com a política, os movimentos net-ativistas contemporâneos concentram-se em desafiar a soberania dos governos, empresas e instituições; visam, como fim, transformar o Estado, não tomar o Estado. Em síntese, compartilham de um modo de agir coletivo, situado por Manuel Castells (2013) na dimensão de uma natureza política na qual um grupo de atores sociais, reunidos por um propósito específico, se articula em rede para atingir os seus objetivos.

Esta ideia do ativismo em rede como um agir político observa um homem em ação, articulado com outros homens através de um suporte tecnológico, para sair de uma condição de isolamento e posicionar-se politicamente sobre questões diversas. Em comum com o posicionamento que provocamos aqui, tal abordagem compreende o net-ativismo como um agir em rede, como uma ação coletiva, impulsionada pela descrença nos valores das instituições que até então ditavam as regras para a base da pirâmide – ordem cada vez mais desestabilizada com o advento da internet, sobretudo em sua fase *web 2.0*.

Mesmo com o reconhecimento de que a política no tempo das redes sociais digitais não é mais como antes, as leituras das redes apresentadas nesta parte do livro ainda nos levam a observar a espinha dorsal da atuação dos movimentos net-ativistas mais diversos – seja ele o Anonymous, a Primavera Árabe, os Indignados, os artistas performáticos etc. – aprisionada nas paredes da participação política.

A noção do ativismo em rede interpretada como uma procura de autonomia, poder e maior sociabilidade por parte dos movimentos sociais na internet oferece uma leitura possível, consolidada e amplamente reproduzida no ambiente acadêmico. Entretanto, existem outros caminhos para observar o social conectado

e investigar a espinha dorsal do fenómeno, como veremos no capítulo seguinte. Pois, se a política está em crise, agravada desde o dito fim da modernidade, por que continuamos a ver o homem como sujeito central da ação e a observá-la como unidade de medida de todas as coisas?

CAPÍTULO 2

O SOCIAL ALÉM DO HUMANO

No capítulo anterior apresentamos correntes teóricas que mesmo na época do Big Data dimensionam a qualidade da ação em rede na perspetiva do sujeito que, articulado digitalmente com outros sujeitos, desenvolve ações coletivas, definidas em linhas gerais como ativismo em rede. Nas leituras de autores como Tiziana Terranova (2004) e Manuel Castells (2013), ainda no interior do agir político; para Rainie e Wellman (2012), como um *novo sistema operativo social*, também na direção de uma nova esfera pública digital – estendida, porém, por estes últimos, a uma miríade de temas de interesse dos grupos.

Por outro lado, percebemos ainda na introdução deste livro que tal ideia pode ser colocada em questão se considerarmos que a ação do homem – ao contrário do que foi considerado por décadas de estudos das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo após o incremento dos algoritmos[74] – passou a ser cada vez mais conduzida pelo resultado da sua interação com outros elementos, formando novos elementos dotados de agência própria.

74 Inspiradas em Donna Haraway (1991), Sara Orsi e Luísa Ribas (2017) afirmam que a sociedade contemporânea segue imersa numa complexa rede de ligações e numa infindável paisagem de dados capturados, mas também livremente fornecidos, onde a cibernética surge enquanto arte de controlar sistemas através de algoritmos, sejam eles corpos, máquinas, mentes ou os próprios ambientes.
"Hoje, estas entidades, cada vez mais autónomas, estão embrenhadas nos nossos ambientes, nos nossos sistemas e também nas nossas decisões ou, por outras palavras, estão embrenhadas tanto na governação das nossas vidas como na nossa liberdade de escolha. Aliás, se observarmos o nosso quotidiano, verificamos que o modo como procuramos a informação é guiado pelo algoritmo do Google, as nossas relações sociais pelo algoritmo do Facebook, temos algoritmos que reconhecem as nossas faces através de qualquer captor de imagem, e podemos ir mais longe, temos entidades como bots que decidem mais rápido do que nós, por exemplo, quais acções comprar nas bolsas condicionando o nosso sistema económico, e emergem, também, sistemas como o CRUSH desenvolvido para identificar, através de estatísticas e probabilidades, futuros criminosos" (p. 63). Cf. Orsi, S. & Ribas, L. (2017). "Quem são os algoritmos?" In M. Magalhães; L. M. Loureiro; E. P. Costa & M. B. Ribeiro (Orgs.). Constelações do Ativismo em Rede (pp. 56-66). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Desde a época de Aristóteles, passando por Hannah Arendt, o homem era visto como um sujeito atuante, posicionado no centro do mundo. Mas o imenso volume de dados, somado à habilidade de transformar informações em novas maneiras de produzir ideias eficientes, bens ou serviços de valores significantes, chegou para desordenar de forma mais percetível essa ação e, assim, os nossos caminhos para compreendê-la.

> A maior parte das instituições era estabelecida sob a presunção de que as decisões humanas baseavam-se em informação pequena, exata e de natureza causal. Mas a situação muda quando a informação é vasta, pode ser processada rapidamente e tolera inexatidão. Além disso, devido ao imenso volume de dados, decisões devem ser frequentemente tomadas não por humanos, mas por máquinas (Cukier & Mayer-Schönberger, 2013, p. 16, tradução nossa).

O potencial de previsões já sinalizado atualmente pela manipulação de dados, que atua a partir da crescente revelação de nossos rastos aos sistemas informáticos, projeta um cenário no qual será possível prever até mesmo as nossas doenças, perdas financeiras e crimes que poderíamos cometer. Fundamentados neste fator, Mayer-Schönberger e Cukier (2013) afirmam que a conjuntura informacional em perspetiva demanda novas regras para salvaguardar a intimidade dos ditos utilizadores.

Esta questão transcende as fronteiras do público e do privado, cujas linhas cada dia mais se desmancham no ar. Não devemos simplesmente renovar os antigos modelos para entender as circunstâncias que se descortinam em ecrãs cada vez menores, mas reconhecer a necessidade de princípios que abarquem a complexidade do cenário que se delineia. Nesse sentido, se tratamos de política em tempos de redes digitais, um dos caminhos para essa abordagem é o próprio entendimento do que compõe esse "social" em rede: será o social uma teia composta apenas por humanos, como sempre nos fez pensar a Sociologia do Social?

Existe uma corrente teórica voltada para o estudo da qualidade da ação, que embora numa perspetiva não propriamente digital desde logo coloca a questão da composição do social para além do humano, trazendo o não-humano – isto é, a natureza, as máquinas, os objetos em geral, as instituições – para o centro do debate. Ao longo deste capítulo analisaremos os seus contributos, que aprofundam o nosso olhar para um social amplificado, no qual as relações entre os atores e os actantes, entre os humanos e os não humanos, são rastreadas em uma teo-

ria, *Actor-Network Theory*[75] (em português, Teoria Ator-Rede), aplicável a qualquer campo de investigação.

2.1. A crise sociológica do social em rede

Em *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede* (2012), Bruno Latour (2012) sinaliza alguns passos rumo a outras leituras – nem tão novas assim – desse "social", a partir do momento em que retira da Sociologia, além da imutabilidade do seu objeto de estudo, as fórmulas aplicadas para as suas interpretações. Como ponto preliminar da *Actor Network-Theory* (ou simplesmente ANT), busca realçar a importância de seguir não apenas os indivíduos enquanto dito "atores" dessa ação, mas o seu entrelaçamento com as coisas, consideradas também actantes nesse processo – por poderem autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, influenciar, interromper, possibilitar ou proibir –, trazendo os elementos não humanos para o interior das reflexões sociológicas.

Ao desconstruir os pressupostos basilares da sociologia tradicional, por considerar que não existe nada de específico na ordem social, nem dimensão, contexto ou esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo de "social" ou de "sociedade", este filósofo afirma que numa sociologia alternativa, longe de representar o contexto no qual tudo se enquadra, a sociedade deveria ser vista como um dos muitos elementos de ligação que circulam por estreitos canais. "Na visão alternativa, 'social' não é uma cola que pode fixar tudo, inclusive o que outras não fixam; é *aquilo* que *outros* tipos de conectores amalgamam" (Latour, 2012, p. 22).

Isto significa dizer que enquanto a sociologia tradicional prefere denominar o *social* como uma coisa homogénea, o autor propõe que se designe, com o mesmo vocábulo, uma série de associações entre elementos heterogéneos, substituindo a definição de sociologia como "ciência do social" pela "busca de associações", por um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, consideradas sociais.

> À primeira vista, essa definição soa absurda, pois pode forçar a sociologia a significar qualquer tipo de agregado, de ligações químicas a vínculos jurídicos, de forças anatômicas a corporações, de organismos fisiológicos a parti-

75 Tal corrente teórica voltada para pesquisa social surgiu na França, nos anos 1980, no âmbito do Centro da Sociologia e da Inovação (CSI), um laboratório da École des Mines fundado por nomes como Michel Callon, Madelaine Akrich e Bruno Latour. As contribuições deste último, em especial sobre *a crise sociológica do social em* rede, o *parlamento das coisas* e a *cosmopolítica*, interessam-nos mais neste livro.

> dos políticos. Mas é exatamente esse o ponto que o ramo alternativo da teoria social pretende estabelecer: todos os elementos heterogêneos precisam ser reunidos de novo em uma dada circunstância (Latour, 2012, p. 23).

A partir de exemplos de ações em desenvolvimento nos diversos campos que atravessam esse social, como forma de comprovar a sua volatilidade – de uma vacina a ser testada, um partido político a ser criado a um sistema planetário a ser descoberto a cada instância, referências as quais somamos o avanço do Big Data, dos algoritmos e da Internet das Coisas –, Bruno Latour (2012) reafirma a necessidade de reformularmos nossas conceções sobre aquilo que estava associado. É como se já não soubéssemos o que o termo "nós" significa, uma vez que a ideia de social[76], mais genérica em sua origem (do latim, *socius*, "companheiro" ou "associado") e coextensiva a todas as associações, com o passar do tempo e da dita evolução dos campos do saber ficou restrita à relação com os humanos e com a sociedade moderna, tornando a nossa visão humanocêntrica.

Tal ideia de reagregação do social, ajustada aos estudos da ciência e da tecnologia e sistematizada nesta teoria, consiste em atribuir aos não-humanos – antes compreendidos como meras projeções simbólicas – também o papel de atores. Papel que não deve ser necessariamente associado a coisas concretas ou objetos naturais, mas a qualquer tipo de ação mais aberta que a visão tradicional insiste em negar.

Talvez pelo fato dos estudos sobre redes digitais estarem posicionados, geralmente, na contramão de um objeto estável (já que os *media* digitais se transformam a todo o momento) e por englobarem fenómenos que agregam humanos e não humanos em condições de interagentes, a Teoria Ator-Rede vem sendo apropriada em larga escala para fundamentar investigações nesse campo. Principalmente no que diz respeito aos procedimentos teórico-metodológicos dessas pesquisas, inspirados em postulados como:

> Para empregar um slogan da ANT, cumpre "seguir os próprios atores", ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para a sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer (Latour, 2012, p. 31).

76 O estudo etimológico do termo foi publicado em outra obra do autor, desenvolvida com a pesquisadora Shirley Strum sobre o comportamento dos babuínos como seres socialmente e ecologicamente sofisticados. Cf. Strum, S. e Latour, B. (1987). "The meaning of Social: From Baboons to Humans". In *Information sur les Sciences Sociales/Social Science Information* (n.º 26, pp. 783-802).

Nesse percurso, tal teoria contribui para a renovação da definição do que é associação na medida em que substitui uma lista de atores, métodos e domínios já consagrados como membros da esfera social para convidar-nos a pensar uma cartografia das controvérsias em torno do que compõe esse universo. "(...) para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear as conexões entre as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las" (Latour, 2012, p. 44).

Para tal, divide o domínio do social com ênfase em cinco grandes incertezas. Em suma, a primeira delas corresponde à *natureza dos grupos*, substituindo a ideia de existência de grupos pela de formação de grupos, por considerar que relacionar-se com um grupo ou outro grupo é um processo sem fim, constituído por laços incertos, frágeis, controvertidos e mutáveis, uma vez que somos alvos de diversos apelos possíveis e contraditórios de reagrupamento. Assim, sugere que ao invés de elegermos determinado grupo em detrimento de outro, cercando-o por padrões e fronteiras fixas para delimitar a pesquisa, mais vale adotarmos os procedimentos dos atores e sairmos pelo mundo rastreando as pistas deixadas por suas atividades na formação e desmantelamento desses grupos.

Embora a teoria original se apresente como relativista, não sendo direcionada especificamente a investigações relacionadas à internet, podemos pensar os movimentos de net-ativismo na perspetiva não de grupos fechados, mas como formações de grupos, associações em constantes agrupamentos e desmantelamentos, como identidades abertas e mutáveis. Afinal, a transitoriedade, a temporalidade, o nomadismo e a mutação são marcas observadas na maior parte dos casos analisados neste livro, como veremos mais adiante.

A segunda fonte de incerteza colocada por Bruno Latour (2012) faz referência à *natureza das ações*, partindo da ideia de que em cada curso de ação toda uma variedade de agentes pode envolver-se e deslocar os objetivos originais. Assim, devemos nos aprofundar na natureza do que foi agregado, afastando as explicações sociais sobre o que leva esse agrupamento de identidades diversas a agir – ao contrário do que havia sugerido Manuel Castells (2013), por exemplo, quando tratava da crise económica como gatilho para o ativismo em rede –, na medida em que a Teoria Ator-Rede toma a ação como assumida e não como induzida. Como uma alternativa às causas ou motivações propostas pela sociologia do social, este filósofo sugere a substituição do maior número possível de causas por uma ampliação do conjunto de atores, conforme o significado técnico da palavra "rede".

Neste ponto, o autor toma emprestado do teatro e da literatura algumas expressões que ajudaram a construir a Teoria Ator-Rede. "Empregar a palavra 'ator' significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pes-

soas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar" (Latour, 2012, p. 75). A metáfora do personagem no palco serve para ilustrar a incerteza sobre a origem da ação, aqui descentralizada do próprio ator, que atua em colaboração com uma rede de outros elementos, sejam estes humanos (o roteirista, o diretor, os colegas de cena, a plateia) e não humanos (o palco, a maquiagem, a iluminação, a sonoplastia, o roteiro, a publicidade da peça etc.), que permeiam a sua construção de mundo através de uma concatenação de mediadores em que cada ponto age plenamente, contribuindo para o desenvolvimento da ação.

Tal teoria, amplamente empregada em estudos de diversos campos científicos, inspira-nos a pensar no papel dos actantes nos movimentos de ativismo em rede. Como vimos em outros momentos da nossa investigação, sobre o progresso dos *media* e as transformações nos modelos de comunicação de cada época, podemos perceber que os *media* também agem, não no sentido de alienar as massas como imaginado na abordagem de Theodor Adorno (2001), entre outros teóricos críticos frankfurtianos. No caso dos *social media*, esta agência propicia novas formas de organização coletiva, ao propagar modelos de linguagens característicos da convergência mediática[77] (como os hiperlinks, por exemplo) e ao transformar a mensagem – por tempos aprisionada em meios fixos e de propagação limitada – em algo instantâneo, global, viral.

Como terceira fonte de incerteza proposta na Teoria Ator-Rede está aquela da *natureza dos objetos*[78], a qual afirma que os tipos de agências que participam das interações permanecem, ao que tudo indica, abertos. Ao retomar a ideia de social ampliado a entidades, banidas da existência coletiva por mais de meio século de explicações sociais, Latour (2012) explica que a ação não deve ser considerada apenas assumida por estranhos como também transformada ou delegada a diferentes tipos de atores, capazes de levá-la adiante através de outros modos de agir ou de outros tipos de força. "(...) se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, *qualquer* coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante" (p. 108).

O que esta teoria oferece de novo ao campo da sociologia não é a multiplicidade de objetos mobilizados no curso de uma ação, mas o fato desses surgirem como atores completos e explicarem a diversidade do universo estudado, substi-

77 Henry Jenkins tem uma obra importante que trata da convergência dos meios de comunicação, da cultura participativa e da inteligência coletiva, com abordagem fundamentada em casos de softwares e produtos oriundos deste processo de incorporação e transformação das tecnologias e das práticas culturais. Cf. Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Editora Aleph.

78 Sobre o tema dos objetos, José Bragança de Miranda aborda a temática a partir da perspetiva de como a contemporaneidade pensa a objetualidade, o mundo dos objectos e das suas relações com os humanos no documentário português *Objectos entre nós* (2018), do realizador Júlio Alves.

tuindo a ideia de *sociedade*, feita de material social, pela ideia de *coletivo*, composto por novas entidades. Para rastrear esse fluxo de interações, o autor sugere que comecemos pelos agregados que nos parecem familiares, para depois alcançarmos outros totalmente desconhecidos. Entraria aqui o exemplo da nossa aparente inércia em frente à televisão enquanto "zapeamos" canais através do comando: o aparelho, que faz parte da nossa ação, é o nosso agregado familiar, assumido por um sinal infravermelho que não nos parece tão próximo assim.

Porém, pelo fato da Sociologia do Social basear-se em relatos, os objetos são ignorados por não deixarem traços facilmente rastreáveis ao observador. Nesse ponto, a Teoria Ator-Rede questiona se coisas como obras de arte, projetos arquitetónicos, laboratórios, dados estatísticos nada têm a dizer-nos. Como método para ouvir as suas vozes, Latour (2012) sugere exemplos em que o relato dos não humanos podem emergir: estudar as inovações nas oficinas, ateliês ou campos de trabalho, onde os não humanos assumem uma vida intermediada por reuniões, projetos, esboços etc.; estudar os objetos distanciados no tempo, no espaço ou na capacidade, onde a novidade é produzida pelo seu curso normal de ação, como um manual de instruções numa situação de emergência; estudar os objetos diante de acidentes, ruturas ou golpes, como a caixa preta de um avião; por fim, observá-los quando recuam para os bastidores, trazidos de volta em arquivos, documentos ou museus.

As questões de poder envolvidas nas ações provenientes das interações entre humanos e não humanos, entretanto, não devem ser vistas na seara marxista do determinismo tecnológico, como um espelho para refletir as distinções das agências, como teria previsto Pierre Bordieu (2005), nem como um pano de fundo para a teatralidade da vida cotidiana, como teria considerado Erving Goffman (2009), na qual os atores sociais humanos desempenhariam os papéis principais nas interações. O que Bruno Latour sugere é que essas relações sejam investigadas dentro da ideia de poder desigualmente distribuído no decorrer das ações.

A *natureza dos fatos* é apontada como quarta fonte de incerteza, no tocante aos vínculos das ciências naturais com o restante da sociedade. Depois de questionar o *socio*, da palavra sociologia – isto é, o sentido de *social* – o autor lança dúvidas sobre o significado de *logia*. Para isso, retorna aos primeiros esforços da ANT quando esta teoria se baseava na expressão "construção social de fatos científicos"[79]. Assim como o social, a ideia de construção, na visão dos pesquisadores da ANT:

79 Conforme adiantamos em nota anterior sobre a Teoria Ator-Rede, num período em que esta emergia dos estudos das ciências e da tecnologia, pelo ramo composto por aqueles que notaram que

> (...) não apenas nos conduz aos bastidores e nos introduz nas habilidades e talentos dos profissionais, como proporciona um raro vislumbre do que significa, para uma coisa, emergir da inexistência ao conferir a qualquer entidade existente a sua dimensão temporal (Latour, 2012, p. 132).

Nesse caso em especial, emergir dos laboratórios, dos institutos de pesquisa e do seu imenso aparato de caríssimos instrumentos científicos para a construção do fato. Ainda assim, para os colegas das ciências sociais do filósofo francês, a palavra construção significava algo completamente distinto, algo que não era verdadeiro, mas forjado. Por isso, com a finalidade de reivindicar um significado forte para a expressão de um termo tão estigmatizado, o autor procurou uma nova dimensão para o social, de maneira que a *construção social* fosse entendida como o enquadramento da cena na qual os seres humanos e não humanos se fundiam.

Desse modo, Bruno Latour (2012) percebeu que era preciso evitar se colocar na posição superior ao interesse do estudo[80], condenando assim que as explicações sociais continuassem a substituir qualquer fenómeno por um fenómeno social ou objeto explicado pela sociedade, sempre resumido à ação humana. A exemplo do que acontece com fenómenos como o fervor religioso, explicado como algo escondido por baixo da coesão social – o que acabaria por desconsiderar uma série de entidades, estátuas, incensos, lágrimas, preces e peregrinações que também fazem parte de uma ação.

No caso dos estudos sobre a cultura das redes, atualizaríamos tal interpretação para os riscos de ignorarmos os dispositivos de conectividade participantes das dinâmicas de comunicação e interação (os computadores e os *media* móveis, para citar os mais comuns), as próprias redes sociais digitais na qual as dinâmicas se desenvolvem, as conexões, os softwares, as linguagens, as criptomoedas (ou moedas digitais, como Bitcoin[81]) e até os vírus desenvolvidos e propagados pelas ações dos hackers. "(...) explicar não é um feito cognitivo misterioso, mas

não seria possível estender a explicação social aos fatos intricados da ciência – percebendo, logo, que tal explicação também não poderia ser estendida a qualquer outra coisa.

80 Bruno Latour (2012) alerta sobre não estarmos também na posição contrária, ou seja, submetidos ao objetivo daqueles que estudamos.

81 Foram registados, inclusive, diversos crimes nos quais as negociações de resgate envolveram as moedas digitais, em casos de sequestros de pessoas a roubos de imagens armazenadas em dispositivos móveis. Se fundamentarmos a nossa análise na Teoria Ator-Rede, podemos observar a agência do elemento não humano (no caso, a moeda digital) no primeiro plano da ação. De uma forma mais geral, tais exemplos demonstram como as barreiras entre realidade física e realidade digital não devem mais ter lugar nos nossos dias. Sobre o tema consultar reportagem da *Revista Época*, de 7 de maio de 2017: "Bitcoin: a moeda promissora que caiu na mão do criminoso comum". Disponível em http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/05/bitcoin-tecnologia-promissora-que-caiu-na-mao-do-criminoso-comum.html. Consultada em 23 de mai. 2017.

um empreendimento de construção de mundo muito prático, que consiste em ligar entidades a outras entidades, ou seja, em traçar uma rede" (Latour, 2012, p. 152).

A partir da perceção de que algo correra na história e na sociologia dos fatos científicos "duros" que a teoria social já não conseguia explicar, a Teoria Ator-Rede tenta mostrar que o social como era conhecido desapareceu, deixou de estar em algum lugar particular – como uma coisa entre outras coisas – para poder circular em qualquer lugar, como um movimento que liga coisas consideradas não sociais. Assim, ao invés do fator ser observado como uma causa seguida por uma série de intermediários, nesta teoria passa a ser visto como mais um ator na concatenação de atores.

Para redimensionar essa ideia de social fiel à sua etimologia (alguém que segue alguém, um seguidor, um associado), Latour (2012) denomina como *tradução* essa coisa que não é nem um ator entre muitos nem uma força por trás de todos os atores transportados por meio de um deles, mas uma conexão que transporta, por assim dizer, transformações. E *rede*, em sua acepção, seria aquilo que é traçado pelas traduções nas explicações dos pesquisadores. Neste sentido, na sociologia das associações não existiria sociedade, domínio social nem vínculos sociais, mas traduções entre mediadores que podem gerar tais associações rastreáveis.

A quarta incerteza apresentada ainda dissolve o social e o natural como os objetos extremos dessa cadeia – no mesmo sentido em que este livro contesta tal separação –, com o objetivo de libertar as *questões de fato* da sua redução à Natureza, assim como os objetos e as coisas de sua *explicação* pela sociedade. A própria agência da tecnologia juntamente aos humanos e à natureza, que conquistou importantes avanços nas ciências naturais, ajuda a diluir essa separação, bem como a evitar reducionismos das questões de fato (que levam à estabilidade e à unidade), substituindo-as pelas questões de interesse (que levam em conta as realidades, finalmente plurais). "É a própria coisa que se permitiu ser desdobrada como múltipla e, portanto, ser apreendida através de diferentes pontos de vista (...)" (Latour, 2012, p. 171).

Como quinta e última fonte de incerteza figura a própria *composição dos relatos*, o questionamento sobre em que sentido podemos dizer que as ciências sociais são empíricas. Tais relatos, que "precisam registrar diferenças, absorver multiplicidade, reformular-se a cada novo caso" (Latour, 2012, p. 179), na perspetiva da construção social – ainda que perpasse a fabricação e a artificialidade, não necessariamente correspondendo ao oposto da verdade e da subjetividade –, acabam por transformar o próprio texto em mediador.

Sendo assim, a Teoria Ator-Rede propõe que seja renovada também a ideia de relato objetivo, sugerindo que o sentido tradicional da coisa concreta, com o seu apelo frio e desinteressado à objetificação, seja substituído pelo tecer de uma rede: uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa, tornando visível ao leitor o movimento do social.

> Desse modo, a rede não designa um objeto exterior como forma aproximada de pontos interconectados, como um telefone, uma rodovia ou uma "rede" de esgoto. Ela nada mais é que *um indicador de qualidade de um texto* sobre os tópicos à mão. Restringe sua objetividade, isto é, a capacidade de cada ator para *induzir* outros atores a fazer coisas inesperadas. O bom texto tece redes de atores quando permite ao escritor estabelecer uma série de relações definidas como outras tantas translações (Latour, 2012, p. 189).

As cinco fontes de incerteza aqui apresentadas nos trazem a um ponto fundamental da nossa pesquisa, ao entendimento do termo "rede" na teoria de Bruno Latour (2012). Conforme adiantamos no tópico anterior, o sociólogo afirma que a palavra é tão ambígua que já deveria ter sido descartada, por ser empregue tanto para designar rede técnica – eletricidade, trens, esgotos, internet etc., quanto na perspetiva da sociologia da organização, a fim de introduzir uma diferença entre empresas, mercados e países.

De antemão, questionamos tal visão sobre a descartabilidade do termo, uma vez que tomamos a rede como uma forma ecológica de interação, capaz de integrar humanos, não humanos e territorialidades que desempenham de maneira holística as suas agências. Entretanto, a tradução de "rede" à qual Latour (2012) se refere está ligada àquela de Denis Diderot em *O sonho d'Alembert* [1769](1964)[82], que sugere uma interpretação mais ampla com 27 aceções da palavra[83], como um tipo muito especial de materialismo ativo e amplamente disseminado.

82 Cf. Diderot, D. [1769](1964). "D'Alembert Dream". In *Rameau's Nephew and Other Works*. Indianapolis: Bobbs-Merril.

83 *"Isto deve satisfazê-la por ora: uma mulher, após o parto, entrou no estado vaporoso mais assustador. Era um nunca acabar de lágrimas, risos involuntários, sufocações, convulsões, inchaços de garganta, silêncio obstinado, gritos agudos, enfim, tudo o que se possa imaginar de pior. O problema persistiu durante vários dias. Amando apaixonadamente, imaginou perceber que seu amante, cansado de sua doença, já começava a dar mostras de que iria dar o fora, e resolveu sarar ou morrer. Estourou nela uma guerra civil na qual ora prevalecia o senhor, ora os súditos. Quando a ação dos fios da rede igualava a reação de sua origem, ela tombava como morta. Levavam-na então para a cama, onde ficava horas a fio sem fazer um movimento sequer, quase sem vida; outras vezes eram só lassidões, fraqueza geral, esgotamento que parecia prestes a levá-la desta para melhor. A mulher lutou assim durante seis meses. A revolta começava sempre pelas fibras e ela sabia quando ia acontecer. Ao primeiro sintoma, levantava-se, corria para fora e fazia exercícios violentos, subia e descia escadas; serrava madeira e cavava buracos no chão. O órgão de sua vontade, o centro de sua rede se retesava; e ela dizia a si mesma: 'Vencer ou morrer!'"*

> Portanto, rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito. Mantém com o tópico a mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, de ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa rede plana – mas não são aquilo que será pintado, apenas ensejaram ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas. Do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores. A consequência é que podemos elaborar um relato ator-rede de tópicos que de maneira alguma têm a forma de uma rede – uma sinfonia, um código de leis, uma pedra da lua, uma gravura. Por outro lado, é possível escrever sobre redes técnicas – televisão, e-mails, satélites, equipes de vendas, sem em parte alguma oferecer um relato ator-rede (Latour, 2012, p. 193).

A palavra "rede", nesse âmbito, abarca ainda um padrão de estilo literário. Pode gerar confusão pelo fato de que alguns objetos antes descritos pela ANT eram redes no sentido técnico – metrologia, metro, telefone – época em que a Internet ainda nem havia sido lançada. Rede, nessa concepção, era uma novidade que poderia ajudar a estabelecer um contraste com sociedade, instituição, cultura, campos etc. – frequentemente concebidos como superfícies, fluxos de transferências e coisas concretas. Tal sentido, para Bruno Latour (2012), hoje está invertido: as redes são as regras e a superfícies representam a exceção.

No intuito de designar os fluxos de translações, a palavra "rede" foi presa por um hífen à palavra "ator", por este filósofo francês considerar que não existe palavra boa, mas seu uso sensível. Por reter os aspetos que o autor tenciona sublinhar com o termo: uma conexão ponto por ponto, rastreável e capaz de ser registada empiricamente. Por considerar que, num bom relator ator-rede, o mundo dos atores deve ser desdobrado como redes de mediações nos relatos de quem o pesquisa, que tem como papel reunir esse social, substituindo os quadros de referência e explicações sociais pela explicação delineada pelos próprios atores, em processos de ajustamentos contínuos.

(Diderot, 1964 *apud* Latour, 2012, pp. 190-191). Cf. Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

2.1.1. A confusão entre *sociedade* e *corpo político*

O percurso até aqui seguido revela que para Bruno Latour (2012) o social perdeu o seu sentido originário no momento em que a sociologia começou a entendê-lo como algo composto apenas por humanos, dentro daquilo que interpretamos como uma visão humanista. Entretanto, a partir da sua leitura, notamos a diluição das barreiras que separam o humano do não humano, seja este último natureza ou coisa, objeto ou instituição. Tal contribuição ajuda a compreender a ação em rede como algo assumido por atores e actantes, por conexões que impulsionam esse agir, transformando-se em algo que transcende os postulados teóricos há tempos propagados.

Sendo assim, o que estaria, afinal, entre esses elementos heterogéneos, como uma espécie de "cola" possível de reagregar o social como no sentido original do termo? O que seria capaz de unificar esse coletivo formado por elementos tão distintos, porém complementares entre si?

Antes de tudo, o autor explica que o problema do social irrastreável tem origem na própria existência de sociedade, ou seja, na ideia de um reino social, naquilo que considera mais uma confusão histórica da sociologia entre unir o corpo político e unir o coletivo. A fim de pensarmos a origem de tal confusão acerca do vínculo duplo da sociedade, o filósofo sugere que suponhamos, por construção, que o corpo político fosse virtual, total e estivesse sempre aí. Não seria nada errado, uma vez que era preciso esclarecer o problema da representação política fundindo os muitos "em um" e fazendo este "um" ser obedecido pelos muitos.

Assim, somente a ação política é capaz de rastrear, por um movimento circular contínuo, sua virtual e total congregação, que corre sempre o risco de desaparecer por completo. "Nunca se supôs que ele se tornaria uma substância, um ser, um reino *sui generis* que teria existido abaixo, por trás e além da ação política" (Latour, 2012, p. 233).

Ao deixarmos de lado os esforços de compor a existência do público pelos meios políticos, deslocando o nosso olhar para a existência de uma sociedade, sua fragilidade problemática, segundo o sociólogo, dissolve-se, permanecendo sob sua força própria, independente de uma atividade política. Nessa lógica, diversos sociólogos, a exemplo de Zygmunt Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), viram na invenção da sociologia – e portanto, da sociedade – um substituto para a política. Bruno Latour, entretanto, destaca que uma entidade virtual e sempre presente é exatamente o oposto do que se requer para manter o coletivo unido:

> (...) se ele já está aí, os meios práticos para *compô-lo* já não são rastreáveis; se ele é total, os meios práticos para *totalizá-lo* já não são visíveis; se é virtual,

> os meios práticos para *compreendê-lo, visualizá-lo e coletá-lo* se perderam de vista. Enquanto detectarmos por trás do coletivo a sombra da sociedade, e por trás da sociedade a sombra do Leviatã, nenhuma ciência do social poderá avançar. Para dizê-lo mais diretamente: *ou existe sociedade ou existe sociologia* (Latour, 2012, pp. 233-234).

Ao analisar os coletores utilizados pela sociologia do social, o filósofo francês propõe o *oligóptico* (o olho que vê pouco, mas vê de perto) no lugar do *panóptico* (o olho que tudo vê) para identificar as conexões de uma rede. O primeiro englobaria, como fruto da evolução da ciência e da tecnologia, uma série de marcos, a exemplo dos satélites, redes de fibra ótica, calculadoras, fluxos de dados e laboratórios como um novo equipamento material capaz de nos auxiliar a rastrear os vínculos. Já o segundo referia-se à prisão ideal que ensejava a total vigilância dos internos imaginada no início do século XIX, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham e relatada por Michel Foucault (1987)[84] – numa visão "utópica" e "megalomaníaca" deste último, na avaliação de Latour (2012).

Como exemplo da lógica do oligóptico, se analisarmos uma redação de jornal, essa não deve ser vista apenas pela sala do editor, mas pelas suas conexões entre todos os departamentos até o repórter de rua, circulação do periódico, seu uso em reuniões, sala de aula, mesas de bares etc. Na mesma direção, as teorias sociais elaboradas no ambiente académico devem ser observadas também durante a sua aplicação em trabalhos de campos, questionários, entrevistas, polémicas teóricas, conversas em botequim até a sua edição em livro, interpretadas e citadas pelos leitores, inspirados por tais teorias nas tomadas de decisão. Por essa razão, sempre que se referir a um sistema, aspeto global, estrutura etc. devemos questionar:

84 Tal projeto de prisão circular consistia numa estrutura arquitetónica que permitisse a um único vigilante, central, observar todos os prisioneiros sem que estes soubessem em que momento estavam sendo monitorizados. O modelo de dispositivo disciplinar da sociedade analisado por Michel Foucault, estendido a hospitais, escolas e fábricas, consistia numa estratégia de disseminar o medo entre aqueles que estavam sendo observados, induzindo-os a adotar o comportamento expectado por quem vigiava. Cf. Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
Já na perspetiva digital, o modelo do panóptico também foi analisado por Pierre Lévy em *Ciberdemocracia* (2002) naquilo que denomina como cibervigilância. Cf. Lévy, P. (2002). *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget.
Sobre o tema, ainda chamamos a atenção para os serviços de controlo de conteúdo oferecidos por redes sociais digitais como Facebook, que possibilita aos próprios utilizadores denunciarem publicações de outros membros das redes, remetendo-as para a análise de profissionais da empresa que as avaliam segundo um conjunto de normas sobre categorias distintas – sexo, terrorismo, violência etc. A edição do periódico *The Guardian*, de 21 de maio de 2017, publicou reportagem de Nick Hopkins sobre o assunto. Disponível em https://www.theguardian.com/news/2017/may/21/revealed-facebook-internal-rulebook-sex-terrorism-violence. Consultado em 23 mai. 2017.

Em qual edifício? Em qual agência? Através de qual corredor ele é acessível? Que colegas ele leu? Como foi compilado?

Além do oligóptico, outro elemento destacado pelo autor nas pesquisas é a construção de panoramas, que não deveriam ser desenvolvidos como um esforço totalitário de unir o social, catalogá-lo e emoldurá-lo, pelo fato da projeção não condizer com a realidade, em contínuo processo de transformação pelos próprios atores. Contudo, nem de todo precisam ser descartados: podem ser acrescentados à multiplicidade de locais que queremos desdobrar, por nos oferecerem uma antevisão do coletivo – com o qual não podem ser confundido – e nos prepararem para assumirmos as tarefas políticas de composição, ainda que não devam ser encerradas pelos panoramas de sociedade oferecidos pelos sociólogos.

Esse exterior interiorizado pelos atores já não é mais feito da separação de sociedade nem de natureza, o que traz para o primeiro plano o fluxo de outros condutores mais sutis, a fim de nos tornarmos indivíduos e adquirirmos alguma interioridade, como a circulação de conexões – que não tem poder determinante, apenas pode levar alguém a fazer alguma coisa: "é multiplicando as conexões com o exterior que conseguimos perceber como o 'interior' está sendo mobilado" (Latour, 2012, p. 310).

Assim, um ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. "Suas muitas conexões lhe dão a existência: primeiro os vínculos, depois os atores" (Latour, 2012, p. 321). Logo, se quando falamos de ator devemos considerar a vasta rede de vínculos que o leva a atuar, o que existiria, de fato, entre essas conexões?

Para responder essa questão, Bruno Latour tenta detectar os tipos de conexões que possibilitam o transporte de ações a grande distância, com o intuito de compreender por que elas são tão eficazes na formatação do social. Assim que se concentra naquilo que circula de local em local, as primeiras entidades a entrar em foco são as formas, as quais permitem que alguma coisa seja transportada de um lugar para o outro – consideradas um dos tipos de translações mais importantes nesta teoria.

Seja na arte ou na religião, as pessoas continuarão a dizer que são levadas a agir, ficam atraídas, comovidas afetadas por obras de arte ou entidades reais fora delas mesmas. Numa definição relativista do social, os humanos e o contexto social foram relegados aos bastidores, enquanto a luz incide agora sobre todos os tipos de mediadores cuja proliferação passa por muitas outras entidades, os "quase objetos" ou "quase sujeitos", que para a Teoria Ator-Rede constituem o verdadeiro centro do mundo social.

Na visão do social enquanto movimento provisório de novas associações são oferecidas pistas para que outras entidades entrem no coletivo: tão completas, onipresentes, respeitáveis e empíricas quanto o social dos sociólogos, ainda que não seguidas de perto por eles. Ao invés de explicar o social pelas leis, pela ciência ou pela religião, por considerar que não existe sociedade a ser explicada, esta teoria orienta que busquemos como tais associações circulam por aí, conectando entidades de maneira legal, científica e religiosa. O mesmo, segundo o autor, serve para a política:

> Dado que explicar a política pelo poder e a dominação é a atitude controversa, também não faria muito sentido simplesmente inverter o argumento, pois a política almeja objetivos mais sérios, como retraçar incansavelmente a forma paradoxal do corpo político de maneira política. O mesmo se aplicaria a vários outros tipos de conectores ora no centro do palco, pois seus deslocamentos é que traçam as conexões sociais – (...) novas associações entre elementos não sociais (Latour, 2012, p. 341).

Se os coletores antigos do social se dividiam entre sociedade e natureza, agora outras entidades são colocadas em jogo com a possibilidade de reagruparem o coletivo através das suas circulações – lei, ciência, religião, economia, psiques, moralidades, políticas e organizações. Nessa lógica, ao enfatizar que a divisão entre sociedade e natureza deve se diluir, o autor explica que a sociedade não é o todo onde todas as coisas são inseridas, mas aquilo que atravessa tudo, calibrando conexões e dando a cada entidade que encontra uma chance de comensurabilidade.

Aqui talvez seja o questionamento mais relevante da Teoria Ator-Rede para esta estudo do net-ativismo: os espaços vazios entre essas conexões, uma vez que o que vemos, enquanto observadores, é uma parte menor de um todo, envolta num imenso plasma, constituído por aquilo que não foi formatado, medido, socializado, inserido em cadeias metrológicas, coberto, vistoriado, mobilizado, subjetificado. "O mundo não se parece com um continente sólido de fatos pontilhados por algumas lagoas de incertezas; é um vasto oceano de incertezas pintalgado de ilhotas de formas calibradas e estabilizadas" (Latour, 2012, p. 349). Assim, a toda ação descrita neste viés, devemos acrescentar um repertório de massas perdidas, o tal plasma: um território imenso para cada ação formatada, localizada, contínua e computável de ser realizada.

Após o entendimento do social como associação, somos estimulados a mobilizar essa reserva e a questionar como seria possível uma ação política que não

aproveitasse os seus potenciais. Como o primeiro passo sugerido foi o desdobramento das controvérsias, aferindo o número de novos participantes num futuro agregado, seguido por um acompanhamento do modo como os próprios atores estabilizam as fontes de incertezas, elaborando formatos, padrões e metrologias, agora tentamos descobrir como os grupos assim reunidos podem renovar nosso senso de existência no mesmo coletivo.

Para Bruno Latour (2012), a tarefa de reagregar o social passa por uma redistribuição de papéis entre ciência e política. Em suma, nem devemos politizar a ciência como um disfarce das ideologias, nem ignorar a sua relevância politicamente:

> Enquanto a tradição distinguia o bem comum (preocupação do moralista) do mundo comum (naturalmente dado), propus substituir a "política da natureza" pela *composição progressiva de um mundo comum*. Era, ao meu ver, uma maneira de redefinir a ciência e a política, levando adiante a tarefa da epistemologia política que nos foi imposta pelas incontáveis crises ecológicas. Podemos ver agora o que aproxima essas duas forças de agregação, natureza e sociedade: são, uma e outra, tentativas prematuras de coletar em dois conjuntos opostos um mundo comum. (...) Assim, a redefinição de política como composição progressiva do mundo comum tem de ser aplicada tanto aos antigos agregados da sociedade quanto aos antigos agregados da natureza (Latour, 2012, pp. 361-362).

Ao propor uma epistemologia política, o sociólogo ensina que estudar é sempre fazer política, na medida em que reúne ou compõe aquilo de que é feito o mundo comum. Mas para explicar o que entende por política, assim como fez com o sentido de social, tenta se reaproximar ao máximo da experiência original da política, afirmando que a Teoria Ator-Rede busca tornar-se novamente sensível à enorme dificuldade de reunir coletivos formados por tantos membros novos – aqueles que as ideias de natureza e de sociedade como algo separado haviam posto de lado – chegando a propor a existência de um *parlamento das coisas*[85].

> A sensação da crise que percebo estar no centro das ciências sociais poderia agora ser expressa da seguinte maneira: quando ampliamos o rol de entidades, as novas associações não formam um conjunto viável. E aqui a política entra novamente em cena, caso a definamos como a intuição de que

85 Cf. Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

> associações não bastam, de que elas precisam também ser *compostas* para *delinear* um mundo comum. (...) É, pois, absolutamente verdadeiro afirmar que nenhuma sociologia se limita a "descrever" associações, simplesmente gozando o espetáculo da vasta multiplicidade de novos vínculos. Outra tarefa precisa ser executada a fim de que ela mereça o título de "uma ciência da vida em comum" (Latour, 2012, pp. 367-368).

A ideia de composição do coletivo, contudo, não deve ser confundida com as poderosas explicações sociais criticadas ao longo deste tópico. Ao invés de pensar a sociedade como algo por trás da ação política ou simplificar as suas análises em termos de representação do corpo político, este autor provoca-nos a praticar a sociologia de maneira que os elementos formadores do coletivo sejam renovados regularmente, abrindo caminho para a composição, para que ela percorra a volta completa e retorne, certificando-se de que o número, os modos de existência e a recalcitrância dos ingredientes agrupados não sejam coibidos cedo demais. No lugar de insistir na esfera natureza/sociedade, sugere que nos engajemos numa espécie de cosmopolítica, a qual abordaremos logo adiante.

Em suma, a Teoria Ator-Rede planifica a paisagem para observar os movimentos entre os atores e actantes de forma horizontal, não mais hierarquizada por forças ocultas e explicações sociais que já não representam a realidade do mundo pós-moderno. Ao estender o conceito de social aos elementos não humanos, propor caminhos para seguir esses atores e actantes que relativizem os contextos, situem o global e redistribuam o local, apontando vínculos e conectores nas ações em rede analisadas, Latour (2012) percebe a ausência de uma entidade que molde ou reagregue essas novas associações. Aponta como saída para essa reagregação a dimensão da política, não mais com a visão que confundiu sociedade com corpo político, mas como uma composição desses novos participantes, agências e desdobramentos. Ou seja, a qualidade da ação na Teoria Ator-Rede ainda é situada no âmago político, mas a política na perspetiva latouriana não é de todo humana.

2.2 A Cosmopolítica como reagregação do social

Em obra anterior, intitulada *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia* (2004), Bruno Latour já havia abordado a temática da ecologia política propondo que fossem superadas as polarizações, dicotomias ou abismos entre a compreensão dos fenómenos da natureza (da seara científica) e da regulação da vida em sociedade (da dimensão da política). Em sua substituição, sugere um novo esta-

tuto para as políticas da natureza que não mais separem os "humanos políticos" dos "não humanos apolíticos", por considerar ambos como componentes de uma mesma sociedade, ou como prefere denominar, de um mesmo coletivo[86].

Rumo à constituição desse coletivo, através da abertura a uma lista sempre crescente de associações entre atores humanos e não humanos, sugere que essa ideia holística de social seja reagregado pelo viés de uma cosmopolítica, inspirado nas teorias de Isabelle Stengers. Este coletivo cosmopolítico não teria origem no sentido multinacional do termo, mas na direção metafísica de política do *cosmo*: "leva-se em conta o sentido grego de arranjo, de harmonia, ao mesmo tempo que aquele, mais tradicional, de mundo (...), um sinônimo do bom mundo" (Latour, 2004, p. 374).

O caminho apontado pelo filósofo francês remonta às primeiras abordagens gregas ao tema relacionado à excelência da vida pública, onde jamais se tratou de política sem tratar de natureza; ou jamais se apelou à natureza, senão para dar uma lição de política. E aqui acrescentaríamos a própria mitologia grega, que tanto influenciou a cultura, as artes e a literatura ocidental, oferecendo-nos uma miríade de exemplos que envolvem a relação entre os homens, os deuses e a natureza – para a qual a separação dos dois últimos da dimensão humana não passaria de uma mera abstração.

Desse modo, em relação à posição sujeito/objeto abandonada por Bruno Latour (2004, 2012) em favor da oposição humanos/não humanos, a filósofa belga Isabelle Stengers, no texto *Para além da Grande Separação, tornamo-nos civilizados?* (2004)[87], reitera que humanos e não humanos não são feitos para se oporem:

> Essa oposição seria, certamente, muito estranha, com os não humanos englobando o conjunto mais heteróclito que se possa imaginar, dos antepassados e divindades à chuva, ao pluviômetro, aos automóveis, aos recursos energéticos, aos satélites de observação e aos neutrões. O que conta é a associação, e essa associação põe, em primeiro lugar, em situação de agnosticismo deliberado e arriscado aquele que dela se ocupa: não sabemos o que é um humano independentemente do conjunto dos não humanos que para ele contam, ou com os quais ele conta para agir, pensar, prever etc. Onde está o sujeito, onde está o objeto? (Stengers, 2004, p. 138).

86 Por entender que a primeira expressão, *sociedade*, faz referência a uma distribuição desigual dos poderes.

87 Cf. Stengers, I. (2004). "Para além da grande Separação, tornamo-nos civilizados?" In B. S. Santos (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência* revisitado (pp. 131-149). São Paulo: Cortez.

Para ilustrar a questão, enumera uma série de exemplos dos nossos tempos: poderemos conceber um cidadão americano banido do direito de andar armado? Um autor sem direitos de autor? Uma investigação realizada no setor privado sem registo de patente? Um desempregado não submetido ao imperativo de se concentrar por inteiro na procura de novo emprego? Para esse conjunto de questões, poderíamos colaborar com: como a Primavera Árabe alcançaria a notoriedade mundial sem a presença dos novos media[88]? Os movimentos disseminados em pontos distintos do globo teriam acontecido mesmo sem as redes sociais digitais? Como a cultura hacker se expandiria sem a abertura tecnológica da participação do dito utilizador na arquitetura digital?

Para Stengers (2004), estaríamos diante de um mundo que hesita, que não sabe responder sobre os "hábitos" que poderiam ser modificados sem graves consequências ou quanto àqueles que seriam destruídos. E neste mundo estão incluídas as próprias ciências sociais e humanas, que costumam separar o homem dos outros actantes, pela tendência de relegar, a todos esses últimos, o papel de mero contexto, crítica que apresentamos na perspetiva de Bruno Latour (2012).

> É a partir de questões como estas que os problemas suscitados por aquilo que conta e aquilo que não conta, ou que conta menos, ou que não deveria contar, ou que poderia contar de outra maneira, são formulados de um modo que não se presta à Grande Separação (...) Representação pública, alianças, construção de autonomia, mobilização de pessoas não bastam; o que as mantém juntas, mas extrai a sua própria importância do facto de conseguir mantê-las juntas, é o que Latour designa por "laços", "nós" ou "ligantes". Trata-se do que a história das ciências, retrospectivamente, irá separar enquanto saber objetivo propriamente dito, remetendo o resto para contexto (Stengers, 2004, p. 138).

Do ponto de vista da filósofa, a Teoria Ator-Rede seria um caminho para desviar o percurso dessa grande separação para uma inovação no modo de pesquisar, na medida em que as operações de recrutamento daquilo que era separado como objeto põe em convergência interesses, *a priori*, distintos. Isso significa propor que sejam tecidas redes longas e híbridas, nas quais cada vez mais humanos se encontram associados a não humanos, em que a pergunta estratégica "que podemos fazê-los fazer" seja direcionada tanto aos humanos quanto aos não humanos, reconhecendo aquilo que já apresentamos no início deste capítulo: os não humanos também agem.

88 Se sim, como se explica o fato dos seus ditadores providenciaram o desligamento da internet naqueles países? Trataremos desta questão na Parte II (Capítulo 5).

Não se trata, entretanto, de negar as diferenças entre os elementos, mas torná-las cada vez mais "uma aposta arriscada e exigente", como Bruno Latour havia tentado esboçar. Sua aposta nas redes científicas como oportunidade para as ciências sociais se redimirem por tal separação é corroborada por Isabelle Stengers:

> (...) porque a construção de redes põe em cena actores que não se deixam submeter a uma teoria sobre o que seria uma sociedade; porque, sejam eles cientistas que inovam, industriais, juristas, técnicos ou outros, não cessam eles próprios de especular sobre o que podem mudar nesta sociedade, sobre o possível, sobre o interessante, sobre o que conta ou o que pode ser remetido à insignificância (Stengers, 2004, p. 142).

Embora encontre resistência entre os próprios colegas das ciências sociais, a Teoria Ator-Rede é satisfatória, na interpretação desta autora, por se situar ao lado do "como" a construção das nossas ciências e do mundo se fazem, numa perfeita indiferença ao "porquê" assim se constituem. Na medida em que substitui as teorias das grandes causalidades pelas questões das associações, coloca em jogo seres humanos e não humanos que tratam de seus assuntos, desviando-se das grandes questões, "tanto das questões existenciais que levam um humano a sujeitar-se, a alienar a sua liberdade, como das razões epistemológicas pelas quais um não humano é autorizado a fazer diferença nas interpretações humanas" (Stengers, 2004, p. 142).

Em relação ao tema, ainda questiona como caminho alternativo à grande separação: devemos pôr as redes em política? Situada enquanto "bem comum", a política é convocada pela filósofa belga quando afirma que as redes são uma maneira de fazer política de outra forma, no sentido de fabricar a paisagem estriada pelas diferenças entre aqueles que se ativam – isto é, aqueles seres reconhecidos como sociais pela sociologia, os humanos – e aqueles que sofrem, resmungam, se desesperam – no caso, os não humanos, que não são levados em consideração na composição da sociedade.

Na mesma direção em que Latour aborda o tema em *Políticas da Natureza* (2004), trata-se, portanto, de partir da questão política no sentido em que esta torna-se uma "aventura". Para tal, define como seu primeiro risco que os elefantes, os ursos, a liberdade de investigação, as incertezas climáticas não tenham recebido representantes capazes de obrigar os outros – nomeadamente os homens que fazem ciência – a pensar.

> A primeira questão que, em *Politiques de la nature* (Latour, 1999), vai reunir o Parlamento das coisas é: "quantos somos?" Quantos devem ser reunidos para

> que o problema que nos junta seja bem colocado. (...) Bloquear um saber que, se contasse, teria forçado os outros a articular-se de outra maneira, impedir que se aproveite o facto de um protesto não ser plenamente articulado para o remeter para o domínio da opinião, barrar o caminho a uma triagem que decida o que conta e o que deveria compor-se a seguir, essa é a primeira tarefa que Latour passou a atribuir à política (Stengers, 2004, p. 144).

Na busca por esse mundo civilizado, os autores propõem que tudo deve ser visto como ligado a tudo: os ditos empreendedores, aqueles que se lançam ao estudo das associações entre humanos e não humanos e que consideram a existência de uma política da natureza devem também, na visão de Isabelle Stengers (2004), ser apresentados como "vinculados". Isto é, devem ser obrigados a pensar e a sentir por aquilo que os vincula, capazes de devir e de aprender através daquilo que os torna humanos.

A saída apontada pela filósofa para superar essa Grande Separação seria "democratizar a democracia", ou seja, civilizar os empreendedores para os quais ela representa um meio ou um obstáculo para atingir os seus próprios fins:

> Este risco assemelha-se ao hiper-contemporâneo – penso, nomeadamente, nas técnicas de decisão por "consenso", às quais os grupos activistas de hoje pedem que os fabriquem, que suscitem as dinâmicas de *empowerment* sem as quais eles não poderiam evitar o militantismo sacrificial – e ao antigo – penso, nomeadamente, nas técnicas de *palabre*, que pedem à ordem do mundo, a propósito da qual se aceita que cada um dos participantes é detentor de um saber legítimo, que "passe entre eles", que atribua a sua significação ao caso que os dividia ou deixava perplexos. Dir-se-á, talvez, que é utopia, mas aquele que protesta dessa forma já foi transformado. Ele tem de negar um possível lá onde, anteriormente, pensava não ter escolha. A utopia pode ser uma saber que conta (Stengers, 2004, pp. 148-149).

As técnicas de "*palabre*" sugeridas por esta autora, que no sentido moderno remete à "conversação longa, ociosa ou inútil", no contexto descrito é empregue como uma das técnicas possíveis para o que designa como uma *cosmopolítica*. Em *La propuesta cosmopolítica* (2014)[89], Isabelle Stengers define a cosmopolítica como uma proposta para fazer pensar a partir de uma sensibilidade distinta frente aos

89 Stengers, I. (2014). "La propuesta cosmopolítica". In Dossier "Cosmopolíticas". *Revista Pléyade* (N.º 14, jul/dez., pp. 17-41). Centro de Análisis e Investigación Política – CAIP.

problemas e situações que nos movem. Em primeiro lugar, propõe uma diferenciação – e não separabilidade – entre as propostas políticas e aquelas cosmopolíticas, distinguindo as primeiras como referentes à ideia de ecologia política[90] (a politização dos "saberes positivos" ou práticas relativas a "coisas").

Em relação ao conceito de cosmopolítica, a autora se distancia do uso que Kant fazia do termo em seu projeto de Paz Perpétua, em que cada um "pensaria a si próprio como membro da sociedade civil mundial, conforme os direitos dos cidadãos" (Stengers, 2014, p.18). Tal distanciamento deve-se ao fato de a filósofa desconhecer a visão kantiana de um progresso geral do género humano através de uma cosmopolítica quando começou a desenvolver a sua própria proposta.

> O cosmos, tal como tentarei mostrá-lo, pouco tem a ver com o mundo em que um cidadão antigo afirmava a si mesmo, em todos os lados, como estando em casa [*chez soi*], nem tampouco com uma terra unificada de que todos seriam cidadãos. Muito pelo contrário. De fato, a proposta cosmopolítica, bem poderia ter afinidades com um personagem conceitual que o filósofo Gilles Deleuze fez existir com uma força que me marcou: o idiota (Stengers, 2014, p. 19).

No sentido grego especificado pela autora, o "idiota" é aquele que não fala grego e, consequentemente, está separado do mundo civilizado. No sentido de Gilles Deleuze[91], inspirado em Dostoiévski, aquele que atrapalha os demais, aquele que resiste à maneira em que se apresenta a situação ou em que as urgências mobilizam o pensamento ou a ação – por considerar que existe algo mais importante, embora nem sempre saiba o que é. "Mas sua eficácia não consiste em abismar os saberes (...) o idiota exige que não nos precipitemos, que não nos sintamos autorizados a pensar que dispomos do significado do que sabemos" (Stengers, 2014, p. 19).

A metáfora do idiota, empregada por Stengers no sentido de colocar em xeque aquilo que achamos que sabemos, serve para ilustrar os seus esforços na procura em desenvolver um pensamento sobre a cosmopolítica. Manteve a terminologia,

90 Definida por Stengers (2014) como *"a ideia de uma produção pública, coletiva, de saberes em volta de situações que nenhuma especialidade particular bastaria para definir, e que requerem a presença legítima ativa, objetora, propositiva, de todos os 'preocupados'"* (p. 26). Bruno Latour (2012) também tratou da questão ao defini-la como uma busca que a situação escape a razões autorizadas por assuntos de fato ou aos valores que se podem decidir de um interesse geral dos saberes, que permitiam uma arbitragem: a situação deve se produzir como assunto de interesse, de modo que reúna, em torno de si, todos os interessados, colocando essa perspetiva como um desafio político entre os saberes.

91 Cf. Deleuze, G. e Guatarri, F. (2007). *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.

política, no sentido de uma proposta cosmopolítica se tratar de uma coisa firmada, que poderia nos capacitar, nos tornar "coisa boa de pensar", articulada com o termo enigmático *cosmos*. Neste ponto, afasta-se da esfera kantiana do bem-estar comum, de todo cosmo ou mundo particular, de um projeto que procure englobar todos – por considerar uma má ideia designar um englobante para aquilo que se nega a ser englobado por outra coisa. Ao refletir sobre o cosmos, entende-o como um operador de igualdade, mas não de equivalência, uma medida comum que implica o intercâmbio de posições.

> O cosmos, tal como figura no termo cosmopolítica, designa o desconhecido desses mundos múltiplos, divergentes; as articulações das quais poderiam chegar a ser capazes, contra uma paz que se desejava final, ecumênica, no sentido que uma transcendência teria o poder de exigir ao que diverge que se reconheça como uma expressão meramente particular daquilo que constitui o ponto de convergência de todos. Como tal, não tem representante, não exige nada, não autoriza nenhum "e então...". E, portanto, sua pergunta se dirige a todos os mestres do "e então...", a nós que, na ponta do "e então...", bem poderíamos, com toda a boa vontade, tornar-nos representantes dos problemas que, queiramos ou não, impõem-se a todos (Stengers, 2014, p. 21).

Aqui a autora planifica a paisagem dessa rede de atores e actantes, ao falar de um cosmos sem representantes e exigências, onde o qual, mesmo que o homem tente tomar a palavra e se posicionar no centro de tudo, impõe os seus problemas a todos – e não como privilégios dos soberanos. Trabalhar nesse cenário é criar uma inquietude das vozes políticas, uma sensação de que não estão defendendo as coisas pela qual discutem, que a arena política está povoada pelas sombra dos que não têm, não querem ou não podem ter voz política na construção desse mundo comum – no caso, os humanos marginalizados pelas linhas de pensamento ocidentais e os não humanos excluídos dessas mesmas abordagens.

Em síntese, não se trata de dirigir-se aos indivíduos sem considerar o conjunto que os tornam humanos, mas construir um pensamento coletivo que leve em conta àqueles que dão legitimidade à sua existência.

> Dar um nome a essa instância, cosmo, inventar uma maneira na qual a política, que é o nosso acordo, pudesse fazer existir a sua "dobragem cósmica", as repercussões daquilo que se vá decidir, daquilo que constrói as suas razões legítimas, sobre o que se mantém surdo a essa legitimidade, isso é a proposta cosmopolítica (Stengers, 2004, p. 23).

Ao mencionar este estar "em presença", a filósofa faz referência, entre tantos casos, à questão da experimentação animal, que há algum tempo tem vindo a ser politizada não apenas no que diz respeito ao abuso, crueldade ou redução sistemática dos mesmos ao estatuto de "carne com patas"; nem somente nas medições de escala de valor combinadas com o interesse humano, no qual o sofrimento de um chimpanzé valeria mais que o de um rato de laboratório. A autora prefere deter-se aos casos considerados mais complexos, como quando tal experimentação se direciona às causas ditas legítimas, a exemplo da luta contra uma epidemia.

Para Stengers (2014), cuja formação provém do campo da Química, em casos como esse, a necessidade de decidir a respeito da legitimidade de uma experimentação teria, como correlato, a invenção de coações dirigidas ativamente contra as manobras de proteção, que forçariam os investigadores a decidirem na presença daqueles que serão vítimas das suas decisões. Neste sentido, a proposta da cosmopolítica pode ser lida como uma auto-regulação, colocando em cena, entretanto, a questão do *auto*, oferecendo a sua plena significação ao desconhecido da questão. Em síntese, que decidiria o investigador por si mesmo, fora da perspetiva "etho-ecológica"[92].

No exemplo mencionado acima, o que importa é que o devir – de pensar em presença dos animais produtos dessa investigação – será do investigador. Isso decorre num sentido que a autora atribui a um acontecimento, no qual se tornará possível nomear aquilo que chama de *cosmo*, a partir de uma articulação do que parecia se contradizer: as necessidades de uma investigação e as consequências para os animais que são vítimas. Trata-se, portanto, daquilo que denomina como "acontecimento cósmico".

O risco dos saberes contemporâneos, na dimensão criticada pela filósofa, é de se julgarem detentores do saber independentemente de uma perspectiva ecológica. Nesse sentido, ao propor uma relação entre a aposta *etho-ecológica* e a *ecologia política*, Stengers (2014) esclarece que não se trata das práticas que produzem saber requererem um árbitro externo que tenha a responsabilidade de fazer prevalecer um interesse geral entre estas. Corresponde, mais, à possibilidade de num processo cuja situação problemática em torno da qual os experts se voltam, aqueles que dispõem dos meios para objetar e propor tenham o poder de se engajar.

Entre uma miríade de exemplos da vida cotidiana para além dos laboratórios científicos – dos rituais de magia e religião até as ações ativistas –, a autora volta

92 *"(...) que afirma a inseparabilidade do ethos, da maneira de se comportar própria de um ser, ou do oikos, do habitar desse ser, da maneira em que esse habitar satisfaz ou se opõe às exigências associadas a tal ethos, ou ainda lhe confere a ocasião de atualizar-se em um ethos inédito. (...) Poderia-se dizer que o ambiente propõe, mas é o ser que dispõe desta proposta, ele que lhe confere ou lhe nega uma significação 'etológica'"* (Stengers, 2014, p. 24).

a extrair dessa dimensão cosmopolítica a ideia de *empoderamento*. Porém, não no sentido da eficácia de uma deusa ou de um líder que inspiraria as respostas, senão a convocação daquele cuja presença transforma as relações que cada protagonista mantém com os seus próprios saberes, esperanças, temores, memórias, que permitem fazer emergir ao conjunto o que cada elemento, separado, havia sido incapaz de produzir.

> Empoderamento, produção graças ao coletivo, de partes capazes daquilo de que não haviam sido capazes sem ele. Arte da imanência radical, porém a imanência é precisamente o que deve se criar. O regime usual de pensamento é a transcendência, que autoriza posições e julgamentos (Stengers, 2014, pp. 33-34).

Isto serve para refletirmos sobre a proposta de igualdade lançada pela autora, não no sentido em pôr de acordo todos os membros de uma rede analisada, mas no sentido de que todos devem estar presentes de maneira que, em situações de decisão – seja em relação à experimentação de um animal em laboratório, seja na elaboração de um ataque hacker, o qual acrescentamos por estar mais próximo à nossa investigação – ganhe complexidade, uma dificuldade que proíba qualquer atalho, toda simplificação, toda diferenciação, antes de tudo, entre aquilo que conta e aquilo que não conta.

A partir das contribuições de Bruno Latour (2012, 2004) e de Isabelle Stengers (2004, 2014), podemos pensar sobre a política na época do Big Data não mais como uma instância na qual os seres humanos, politizados, continuam a falar em nome dos não humanos apolíticos. Isto porque tal abordagem não levaria em conta a presença dos animais, das paisagens, dos átomos e, claro, também de todos os dispositivos tecnológicos que compõem a nossa contemporaneidade.

Mesmo com o surgimento de uma cosmopolítica centrada em conferir uma nova complexidade à questão – esforço antes tentado pela própria ecologia política, esta restrita em pôr em rede os saberes numa ordem positiva –, a leitura proposta pelos filósofos discutidos ao longo deste capítulo ainda aponta para a política como um elemento para compor esse coletivo heterogéneo denominado por Stengers (2014) como Cosmos. Felizmente, não mais restrito ao homem como centro do universo, mas levando em conta tudo aquilo que faz, de nós, humanos, conforme demonstrado no seguinte trecho de Latour (1995), destacado pela autora:

> Que seria um homem sem elefante, sem planta, sem leão, sem cereal, sem oceano, sem ozono e sem plâncton, um homem só, muito mais só ainda do

> que o Robinson na sua ilha? Menos do que um homem. Não um homem, certamente. A cidade da ecologia não nos diz que é preciso passar do humano à natureza (...). A cidade da ecologia diz simplesmente que nós não sabemos aquilo que faz a comum humanidade do homem e que, sem os elefantes de Amboseli, sem a água que flui da Drôme, sem os ursos dos Pirineus, sem os pombos do Lot, sem o lençol freático de Beauce, talvez ele não fosse humano (Latour, 1995, p. 19 *apud* Stengers, 2004, p. 143).

O que seria do homem, voltamos aqui a acrescentar, sem a sua relação com a técnica? Neste ponto da nossa investigação, talvez não precisemos reafirmar que a questão central não vai ao encontro do determinismo tecnológico, tampouco de uma lógica dialética que coloca os membros dessa rede em oposição. Sugerimos, desde o princípio – no mesmo sentido da recém-apresentada proposta de cosmopolítica de Isabelle Stengers (2014) –, colocar em diálogo, atrair para o debate da ação em rede outras presenças que não apenas as humanas.

Tal perceção não significa negar a existência de conflitos ou garantir uma equivalência de poderes entre os membros que compõem esse coletivo. Trata-se, mais, de justificar a nossa escolha teórico-metodológica a partir de novas leituras que tentem complexificar o social contemporâneo, agora substituído pelo social em rede. Porém, nessa nova conjetura teórica, a política representaria a única leitura possível?

Antes de responder tal questão, sigamos aquele caminho inicial sugerido por Isabelle Stengers (2014) quando traz à tona, na sua proposta de cosmopolítica, a figura do idiota personificada em alguns dos escritos de Gilles Deleuze. Comportemo-nos como idiotas no sentido da sua desaceleração: na contramão da repetição de teorias consagradas nos estudos de Comunicação e Ciências Sociais, relativizemos, assim, o que conta e o que não conta.

Por que não seguirmos também as formigas, como os pesquisadores míopes idealizados por Latour (2012), na busca de novos sentidos não só do que é política na época das redes, mas da própria qualidade da ação em rede? Este contributo, fundamentado na ampliação da ideia do social, abre-nos pistas para questionar a noção de política como uma amálgama que liga todos a tudo, como fio condutor do cosmos, tampouco como algo que existe exclusivamente entre os homens. Talvez existam novos caminhos para perceber a qualidade da ação em rede, no âmago das redes sociais digitais, em que os atores e actantes sejam incluídos nos movimentos net-ativistas sobre os quais voltamos as nossas questões de interesse.

CAPÍTULO 3

TRANSDUÇÃO E TRANSUBSTANCIAÇÃO DAS REDES

Nos capítulos anteriores fomos provocados a pensar a ação em rede na dimensão da política. Inicialmente, na perspetiva das instituições, desgastadas ao longo da sua crise na Modernidade. Depois, como liga de um agir social, ou seja, algo que se desenvolve entre os homens, agora amplificado pelas novas tecnologias digitais da comunicação. Por último, na sugestão de uma cosmopolítica, que questiona o social como exclusivamente humano, incluindo os demais seres orgânicos e as coisas, os não humanos, no interior do debate sobre o bem comum.

Embora tenhamos elencado tais teorias gradativamente, na busca pela ampliação de uma discussão sobre a qualidade da ação em rede, consideramos ainda fundamental nos lançarmos em questões-chave para a compreensão dos movimentos de ativismo em rede no cenário digital contemporâneo. Uma vez investigados o que vem a ser a política em tempos de Big Data e o que vem a ser o social em tempos digitais, outros dois pontos permitem interpretações distintas e continuam abertos para a reflexão. O net-ativismo é realmente uma ação política? Qual seria a mola propulsora das ações colaborativas em rede?

Conforme antecipamos, tais reflexões costumam ser abordadas a partir de uma perspetiva tradicional dos saberes, estas ecoam para uma visão mais humanista da ideia de ação que vem desde a atividade filosófica de Sócrates, perpassa todo o pensamento medieval (Santo Agostinho), estendendo-se ao *cogito* cartesiano e à filosofia moderna, conforme destacam Massimo di Felice e Mario Pireddu em *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época*

das redes (2010)[93]. Na dimensão dessa linha de pensamento antropocêntrica, característica da tradição europeia ocidental criticada pelos referidos autores, costumava-se separar os utilizadores da técnica. Tal dicotomia levou-nos a observar, até muito recentemente, as tecnologias de comunicação e interação como um universo maquínico, frio e externo a nós, humanos.

O pensamento que instrumentaliza a relação entre o homem e a técnica já havia sido contestado originalmente por Martin Heidegger, no seu ensaio *A questão da técnica* (2007)[94]. Ainda no contexto do pós-guerra, o filósofo alemão alertou que a questão de a sociedade viver na iminência de ser dominada pela técnica não deveria representar o problema central dos grandes estudos, mas sim a ausência, no pensamento filosófico do Ocidente, de uma ideia sobre a técnica distinta daquela que a separa do homem. Para este autor, deveríamos abrir a nossa essência a uma relação livre com a técnica, para quem sabe assim experimentarmos o técnico em sua delimitação:

> E por isso nunca experimentaremos nossa relação para com a sua essência enquanto somente representarmos e propagarmos o que é técnico, satisfizermo-nos com a técnica ou escaparmos dela. Por todos os lados, permaneceremos, sem liberdade, atados a ela, mesmo que a neguemos ou a confirmemos apaixonadamente. Mas de modo mais triste estamos entregues à técnica quando a consideramos como algo neutro; pois essa representação, à qual hoje em dia especialmente se adora prestar homenagem, nos torna completamente cegos perante a essência da técnica (Heidegger, 2007, p. 376).

O problema teria raízes ainda na Grécia Antiga, onde se propagaram teorias sobre a separação entre *episteme* (o conhecimento, que para os gregos, era abstrato) e a *teckné* (o conhecimento aplicado), conceitos elaborados por Aristóteles e compartilhado pelos filósofos que o sucederam. Tal simplificação da questão desde aquela época implicaria em lacunas para dimensionar a relação entre o humano e a técnica moderna, alastrando-se por toda a história ocidental até chegar à época industrial. E, com esta, o incremento de um sem-número de novidades, entre radares, aviões, máquinas de alta frequência, que não deixaram de ser

93 Cf. Di Felice, M. & Pireddu, M. (2010). "Além do solipsismo: as naturezas não humanas do humano". In M. Di Felice & M. Pireddu (Orgs.). *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes* (pp. 26-32). São Paulo: Editora Difusão.

94 Cf. Heidegger, M. (2007). "A questão da técnica". In *Scientiæ Zudia* (Vol. 5, n.º. 3, pp.375-398). São Paulo.

"meios para fins", mas já representavam algo inegavelmente distinto das técnicas manuais mais antigas, transcendendo a questão da mera instrumentalização.

Se o processo de industrialização moderno veio a desafiar a nossa relação com a técnica e com a natureza, como afirmava Martin Heidegger, no sentido de explorar, transformar, armazenar e distribuir a energia nesta oculta, a internet – sobretudo em sua fase mais recente, das redes sociais digitais e das aplicações para dispositivos móveis – teria vindo, segundo autores pós-humanistas[95], a acentuar a problemática da colocação da técnica e da natureza como simples coisas diante de uma sinergia que atravessa todos os campos da vida cotidiana. Tal conceção coloca em xeque a soberania do sujeito e confunde os papéis entre requerentes e requeridos, já alardeado no sentido heideggeriano[96].

Por esta razão, convém retomarmos o nosso desafio de pensar a técnica não como um instrumento, mas sim no nível de arquitetura do conhecimento, uma vez que o humano sempre desenvolveu conhecimento em simbiose com a tecnologia, da elaboração dos primeiros livros aos e-books contemporâneos (Lemos & Di Felice, 2014). Esse caminho pode ser seguido ainda que a própria linguagem, mesmo aquela empregada para denominar as interações no contexto digital, não consiga superar tais dicotomias.

O próprio termo "utilizadores", popularmente empregado em Portugal, assim como a expressão "usuários", no Brasil, traduções do amplamente adotado "*users*", nos países de língua inglesa, contribuem para a impressão de que as novas tecnologias são meras ferramentas utilizadas pelos homens. No caso do ativismo em rede, especificamente, a expressão "utilizadores" não poderia ser mais adequada para aqueles que oferecem uma leitura mais tradicional do fenómeno, que o observam como uma atualização do modelo tradicional de ativismo[97], alterado apenas pela incorporação das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias comunicativas.

95 Sugerimos a leitura da obra *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes*, que reúne abordagens de teóricos distintos sobre esta linha de pensamento. Cf. Di Felice & M. Pireddu (Orgs.) (2010). *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes, op. cit.*

96 Ou como diria Bragança de Miranda (1998): *"Estamos numa época em que todos escolhem, de entre o que lhes é oferecido, e em que o gosto de cada um é incitado (ou excitado, sabe-se lá), mas existem boas razões para suspeitarmos que são mais os escolhidos do que os que escolheram"* (p.31).

97 Sobre os movimentos de ativismo tradicionais, em especial no caso das entidades sindicais no seu conflito contra o "extermínio" de postos de trabalhos pelo avanço tecnológico, Bragança de Miranda (1998) coloca-nos uma questão que talvez ajude a traduzir outra distinção entre aqueles movimentos e os fenómenos de ativismo nas redes sociais digitais: *"Parece assim bem desesperada a tentativa dos sindicatos de garantir uma ligação permanente de um trabalhador a um lugar. Mas não significa isso reconhecer o* status quo, *no seu arranjo injusto, como é bom de ver?"* (p. 22).

Dito de outro modo, para os autores que se orientam por uma interpretação mais humanista é como se a luta ativista de outrora tivesse se apropriado das redes sociais digitais como uma espécie de megafone de potência mundial, amplificando as vozes e as bandeiras que defende. Entretanto, não podemos ignorar que as primeiras associações a conotações políticas dos termos "ativismo" e "ativista"[98] teriam surgido na imprensa belga, em 1916, pelo menos cinco décadas antes do surgimento da ARPANET[99]. Ao longo de um século, da primeira conceituação do ativismo na imprensa internacional ao ano de finalização deste livro, eis que surge uma internet no meio do caminho[100], capaz de transformar profundamente não apenas as atividades cotidianas, mas as próprias formas de se relacionar em rede. E de provocar, de modo cada vez mais incisivo, vias alternativas a conceitos academicamente reconhecidos, definições exaustivamente reproduzidas e teorias explicativas sobre o fenómeno.

> O questionar constrói num caminho. Por isso é aconselhável, sobretudo, atentar para o caminho e não permanecer preso a proposições e títulos particulares. O caminho é um caminho de pensamento. Todos os caminhos de pensamento, mais ou menos perceptíveis, passam de modo incomum pela linguagem. Questionamos a técnica e pretendemos com isso preparar uma livre relação para com ela (Heidegger, 2007, p. 375).

Nessa direção, sublinhamos a necessidade de superação da ideia do homem como o centro do mundo e como unidade de medida de todas as coisas por compreender que tal visão, aplicada ao fenómeno do ativismo em rede, não mais abarca a complexidade de uma sociedade digitalmente conectada, na qual é crescente o incremento de atores e actentes de naturezas distintas no curso de uma ação. As redes digitais nos convocam, mais do que nunca, a transcender tais dicotomias quando nos dispomos a refletir a própria dimensão do humano numa nova perspetiva, que passa pela renovação do pensamento em torno da sua relação com a técnica e com tudo a que se conecta.

98 *"O termo 'ativismo', usado primeiramente em 1916 pela imprensa belga, foi cristalizado nos Estados Unidos da América pelos veredictos proferidos pela Suprema Corte em casos que alcançaram expressão pública (...)"* (Vitório, 2013, p. 141). Cf. Vitório, T. (2013). *Ativismo Judicial: Uma nova era dos direitos fundamentais*. São Paulo: Editora Baraúna.

99 Veremos de maneira mais aprofundada na Parte II (Capítulo 4) deste livro a internet em sua primeira forma, como uma rede de computadores para fins militares.

100 Com a licença poética de *No meio do caminho,* poema de Carlos Drummond de Andrade. Cf. Andrade, C. D. (2002). *Alguma poesia*. Rio de Janeiro: Record.

Na busca por uma visão mais ecológica deste fenómeno, não podemos ignorar a existência de uma interseção elementar entre as correntes teóricas humanistas e pós-humanistas: o reconhecimento de uma transformação profunda – seja esta "positiva" ou "negativa" – proporcionada pelas possibilidades de comunicação com alcance global e em tempo real acentuada pela popularização das redes sociais digitais (expressões da *web 2.0*)[101], o avanço exponencial do Big Data e as novidades tecnológicas implementadas pela Internet das Coisas.

Sendo assim, na trilha para pensar a política nos tempos digitais e a sua relação com o ativismo em rede hoje, nossa perspetiva pós-humanista seguiu as pistas de uma compreensão mais inclusiva sobre como o social se compõe nos nossos dias. O caminho percorrido conduziu-nos ainda a outras pistas teóricas, que nos instigam a analisar o net-ativismo não mais na dimensão meramente política, tampouco resumido à ideia de social que a sociologia teria, ao longo dos anos, limitado aos humanos. Finalmente, apresentamos a seguir quais vias alternativas esta visão, distinta daquela apenas política, oferece-nos para a análise do fenómeno.

3.1 Transdução do ativismo em rede

Ao tratarmos da desestruturação das barreiras entre o real e o virtual, o online e o offline, tentamos chamar a atenção para uma perceção consensual entre as distintas correntes teóricas, humanista e pós-humanista, aqui apresentadas: o crescente incremento da digitalização das atividades cotidianas. Não se trata, como reitera Bragança de Miranda, de apontar para uma diluição completa da experiência real na virtual, uma vez que a relação com a técnica não deve ser confundida com a própria técnica em si. Ainda assim, não podemos negar os novos desafios epistemológicos diante do que este autor português define como o recobrimento de toda a experiência por redes tecnológicas.

Para Miranda (2010), o agir humano ganhou novas potencialidades no momento em que se instalaram as redes digitais sobre o mundo dividido e conflitual dos países e impérios. O novo espaço físico estendido sobre toda a Terra apontaria, inicialmente, para uma afinidade essencial entre o ativismo em rede

101 Embora alguns autores já tratem como fase *web 3.0*, termo originalmente empregado pelo jornalista John Markoff, em reportagem publicada no *The New York Times*, no intuito de denominar a tendência de estruturação de todo o conteúdo disponível na internet sob as perspetivas de compreensão das máquinas e de semântica das redes, que teria transformado a World Wide Web em World Wide Database (base mundial de dados). Disponível em http://www.nytimes.com/2006/11/12/business/12web.html. Consultado em 16 dez. 2014.

e a tendência para a globalização, isto é, para o horizonte de um agir transnacional – o que Massimo Di Felice (2017a) vai denominar também como transorgânico, na obra *Net-Ativismo: Da ação social para o ato conectivo*.

Embora reconheça que, mesmo em meio a movimentos emancipatórios ao estilo Eletronic Frontier Foundation[102], chegamos a um estado de coisas que representam o inverso dessa ideologia – as redes monitorizadas pelos grandes Estados mundiais, determinadas pelas grandes empresas transnacionais etc. – Miranda (2010) argumenta que é preciso superar a discussão dos inúmeros interesses ali instalados e buscar um outro conceito de Internet, "pois dele depende a própria possibilidade de um *net-activism*, da actividade em rede, a potenciação de algumas possibilidades novas para a criação de um espaço comum mundial" (p. 251).

Desse modo, este autor trata da questão do ativismo em rede em duas direções: a primeira referente à análise de alguns dos problemas que confrontamos atualmente, abordados ainda neste tópico; a segunda diz respeito à delimitação de algumas condições que devem servir de critério para reconhecê-lo. Estas últimas abordaremos na Parte II (Capítulo 6) deste livro, que inclui os procedimentos metodológicos para as análises dos movimentos net-ativistas nas redes portuguesas.

Diante da euforia de uma miríade de teóricos em torno das capacidades cooperativas ou colaborativas das tecnologias atuais, com seus espaços relacionais extensos e interativos, Bragança de Miranda explica que existe uma confusão entre estas capacidades de colaboração e participação que se espalham por todo o ciberespaço, a partir de uma ligação qualquer, e aquilo que seria o net-ativismo propriamente dito, em seu sentido mais radical. Enquanto nas ações em rede, em seu sentido genérico de ativismo tradicional, caberiam todas aquelas "que têm a característica interessante de não se confinarem aos espaços fechados e aos seus atributos rígidos" (Miranda, 2010, p. 255), o net-ativismo consistiria num agir situado fora das divisões que procuram controlar e canalizar os atos, rompendo com qualquer modelagem institucional:

102 Ou Fundação Fronteira Eletrónica, movimento surgido nos anos 1990, nos Estados Unidos, voltado para a proteção dos direitos de liberdade de expressão no contexto digital. Tal movimento, hoje transformado em organização sem fins lucrativos, foi iniciado por Mitch Kapor, John Gilmore e John Perry Barlow, que se teriam conhecido através de uma comunidade virtual, unidos pela defesa das liberdades civis na internet após uma série de invasões e inspeções em websites pelo serviço secreto norte-americano. A EFF foi tema no livro de Dan Brown, *Fortaleza Digital* (1998), sobre o conflito entre as liberdades individuais e as questões de segurança nacional. Mais informações na página oficial da organização: https://www.eff.org/.

> A primeira crítica a fazer ao activismo atual assenta na maneira como mantém e reforça, agora por meios "interactivos", as divisões tradicionais do agir. Daí que em boa medida o activismo surja como pura extensão e complemento dos sistemas tradicionais. É o caso, por exemplo, da maneira como os jornais passaram a usar os blogues, cuja lógica lhes era antitética; ou como as empresas usam os meios interactivos para efeitos puramente comerciais, ou como o Estado usa meios de vigilância electrónica através da rede ou de monitorização das bases de dados etc. São formas de desenvolver processos que já estavam em curso no chamado 'mundo real', onde a lógica da rendibilidade domina. Parece-se claro que a 'colaboração' ou 'interactividade' não serve de critério para o activismo em rede, podendo mesmo dissimular a sua verdadeira natureza (Miranda, 2010, p. 255).

Isto significa dizer que, embora os processos de ativismo em rede incluam em sua génese a colaboração e a interatividade, não podem ser resumidos apenas a estas, o que implicaria no risco de confundir estas ações com qualquer outro tipo de ação nas redes sociais digitais, sobretudo com aquelas vinculadas a instituições tradicionais – empresas, governos, *media* de massa –, interessadas na manutenção do estado das coisas mesmo frente às mudanças inerentes ao contexto digital. Sendo assim, a natureza do net-ativismo não seria a de um agir social qualquer, tampouco a de um agir determinado tecnologicamente, uma vez que se "(...) não devemos pensar a técnica como algo de absolutamente determinante, também não devemos reduzi-la aos seus usos" (Miranda, 2010, p. 257).

Na busca pela natureza do net-ativismo, esta visão reforça que precisamos de uma outra análise da técnica, capaz de apreender como os objetos técnicos se inscrevem na cultura, bem como as alterações que esta vem enfrentando neste tipo de inscrição. Os próprios objetos técnicos, na era digital, teriam vindo a escapar das estruturas simbólicas e culturais que os determinavam historicamente. Neste ponto, o autor português revisita o pensamento de Gilbert Simondon[103], quando afirma que os objetos se estão a associar em enormes plataformas cibernéticas e digitais, levando a matematização do real ao extremo.

103 A partir do conceito de transdução, este pensador francês trata da individuação progressiva nos objetos técnicos, num processo ontológico entre sujeito e objeto técnico no qual cada fase ou patamar atingiria um equilíbrio metastático, com potencial de criação de novas formas ou soluções sem, necessariamente, eliminar as antigas. Cf. Simondon, G. (1989). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

> Em suma, estamos perante tecnologias de movimento, de transmissão e de envio, de circulação que enformam a técnica contemporânea. No seu conjunto podem ser descritas como 'telemática' ou 'teletecnologias' (Stiegler) sendo talvez preferível denominá-las como 'transdução'[104] (Miranda, 2010, p. 260).

Tal tipo de tecnologia é visto pelo autor como algo que sustenta e propaga as tendências para a globalização e a criação de espaços trans-históricos[105]. Na sua visão, não se tratam de instrumentos ou de suportes, mas de uma "tecnologia de ligação que associa dinamicamente máquinas, signos e actos de forma nova e que abre possibilidades" (Miranda, 2010, p. 261), do mesmo modo que suscitaria também novos perigos.

Entre os riscos inaugurados por tais tecnologias, merece destaque aquele relacionado ao fato das ligações serem tão concentradas ao ponto de tornarem-se invisíveis, com a alteração profunda na relação entre o que está próximo e o que está distante. Embora outros autores tenham tratado do tema na perspetiva negativa da diluição das barreiras espaço-temporais – como aquele conceito da *bomba informática*, de Paul Virilio (1993) –, Bragança de Miranda reconhece a inquietação causada pela abolição telemática da distância física, mas ao mesmo tempo identifica possibilidades distintas inauguradas pelo ativismo em rede nesse processo:

> Era dessa distância que vinham as ordens dos Deuses e os seus 'mandamentos'; era da distância que vinham os comandos dos chefes; era o pôr à distância que delimitava a propriedade e a pertença à nação, etc. (...)
> Por um lado é fundamental a abolição das distâncias físicas que se cristalizam historicamente, transpondo fronteiras e limites ligados ao poder e à propriedade, mas por outro a excessiva proximidade tende a destruir o espaço humano, baseado em véus, subterfúgios e jogos de todo o género, ou seja, em sábios deslocamentos da distância e da proximidade. A tendência para a fusão, o imediato, a proximidade exige uma redivisão permanente de uma

104 Para a Física, transdução representa a transformação de uma energia noutra energia diferente. Para a Biologia, a transferência de material genético de uma célula para outra, seja por intermédio de um vírus ou de uma bactéria.

105 Sobre esta questão, o autor observa a transformação das redes históricas – familiares, de trânsito, de capital, do sistema postal, das primeiras tecnologias (como o telégrafo, telefone e rádio) – quando "capturadas" pelas redes técnicas. Seriam estas, por sinal, que nos permitiriam detectar a importância das primeiras. *"A experiência actual está totalmente marcada pelo entrançar dos processos históricos com os procedimentos técnicos"* (Miranda, 2010, p. 257).

> realidade que parece constituir uma segunda natureza, e cuja consistência lhe vem da transdutividade da técnica actual (Miranda, 2010, pp. 262-263).

A questão do controlo é colocada pelo autor como um outro problema na dimensão da ação em rede. Desde o surgimento dos computadores e das ligações reticulares percebemos a transferência das funções de controlo, basicamente cognitivas, para os sistemas telemáticos, "que nas suas relações com a economia agenciam a produção e a reprodução segundo uma lógica transdutiva" (Miranda, 2010, p. 264).

Em outras palavras, se a energia humana começou a ser substituída pelas energias mecânicas no auge da Revolução Industrial, o mesmo estaria a ocorrer em nível cognitivo, através do incremento das tecnologias inteligentes e dos algoritmos, como uma espécie de "*upload* da consciência para as redes, tornando-se o corpo em pura informação e inteiramente reversível" (Miranda, 2010, p. 265). Isto demonstra um reconhecimento da ação para além da esfera humana, além da própria fusão entre o corpo e a técnica, conforme abordamos a partir de contribuições mais recentes sobre a política na era do Big Data.

Frente ao envolvimento da Terra e dos corpos pelas redes tecnológicas, capaz de articulá-los naquilo que Miranda (2010) denomina como espaço trans-histórico, elementos arcaicos da cultura retornariam sob novas formas, exigindo novas decisões. Embora a técnica na época da transdução evoque certos perigos, generalize as relações e crie espaços de reinserção física da terra e da história, faz emergir, para este autor, uma questão política terminal referente ao destino do corpo e do planeta.

> A possibilidade de um activismo à altura das tarefas actuais implica uma outra visão do político – que se baseia na memória histórica do comum e das suas promessas históricas – numa outra visão das artes, cuja expansão global é condição para dar visibilidade àquilo que pode e deve ser posto em comum – e uma outra visão da técnica, de modo a privilegiar a capacidade para a distribuir livremente, para a compartilhar, para a usar fora das lógicas das rendibilidades (Miranda, 2010, p. 266).

Em suma, mais do que simples reconfigurações, as redes telemáticas teriam vindo a alterar a própria natureza das ações, exigindo novas interpretações sobre a técnica, a política e as artes – dimensões nas quais Miranda (2010) inscreve o ativismo em rede, reconhecendo-o como algo não apenas político nem apenas humano. O próprio termo *transdução* – que para a Física representaria uma

mudança de energia entre os elementos, enquanto para a Biologia seriauma transferência de material genético intercelular – assumiria nesta perspetiva uma ideia de movimento, de circulação, que por mais que ofereça uma convergência das redes históricas nas redes digitais distancia o net-ativismo das demais ações inscritas nas modelagens institucionais.

3.2. Transubstanciação nas redes

Há quem defenda, nessa mesma direção, a tese de que as experiências de ativismo em rede corresponderiam a um processo ecológico de transubstanciação. Para Massimo Di Felice (2017b)[106], a qualidade da ação em rede nos nossos dias evidencia um novo tipo de ação: não somente social nem mais direta em relação ao externo, tampouco apenas fruto de um condicionamento informativo e técnico. Seria, portanto, algo capaz de alterar a própria substância dos atores e actantes envolvidos naquilo que denomina como *ato conectivo*[107], característico da dimensão ecossistémica e conectiva dos contextos reticulares.

Por esta razão, segundo o sociólogo italiano, o processo de digitalização demanda que a ideia de ação seja repensada para além de seus significados sociológico, político, antropomórfico, pondo em relação as interações entre as diversas entidades da biosfera. Isto porque a tradição sociológica da teoria da ação segue duas linhas imaginárias que não contemporizariam suficientemente a complexidade da lógica reticular impulsionada pelo digital.

A primeira corrente é explicada como aquela que parte da obra de Émile Durkheim (2007)[108] ao estrutural funcionalismo norte-americano de Talcott Parsons (2010)[109], interpretando a ação social como circunscrita no âmbito de normas e vinculantes relações institucionais capazes de limitar seus impactos e suas geometrias. Já a segunda, num sentido oposto, descreve a ação social como tele-

106 Cf. Di Felice, M. (2017b). "O Net-ativismo e as dimensões ecológicas do agir nas redes digitais: 20 teses em busca de uma linguagem". In I. Babo; J. B. Miranda; M. J. Damásio & M. Di Felice (Orgs.). Netativismo (pp. 49-58). Porto: Edições Universitárias Lusófonas

107 "*A distinção entre* ação *e* ato *(no sentido do* aiov *grego, que ressalta sua dimensão espontânea, impermanente e sua não reprodutibilidade) especifica a qualidade das ações em rede como a emergência de um* ato conectivo *(Di Felice, 2013), que interpreta o agir não mais do ponto de vista do sujeito-ator, nem do sujeito teleológico – consequências de uma estratégia racional humana – mas a partir da condição ecossistémica e conectiva própria dos contextos reticulares*" (Di Felice, 2017b, p. 53).

108 Cf. Durkheim, E. [1895](2007). *As Regras do Método Sociológico*. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

109 Cf. Parsons, T. [1937](2010). *A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes* (Vol I. Marshall, Pareto, Durkheim). São Paulo: Editora Vozes.

ológica[110], ou seja, como um processo resultante de um sujeito-ator que decide segundo seus próprios ideais e valores.

A socióloga portuguesa Isabel Babo também questiona a aplicação de tais correntes teóricas sobre a ação nos nossos dias, ao argumentar que o modelo reticular que hoje vivenciamos não pode ser resumido à linearidade de um esquema causal propagado nas teorias de comunicação de massa. Do mesmo modo, como modelo de pensamento, também não poderia ser conciliável com o determinismo *ex post facto* ou o método da "imputação causal singular" (Max Weber e Raymond Aron) que explica os acontecimentos históricos, nem se ajusta à explicação teleológica ou finalista da ação.

> Na rede, em que vigora a interatividade, a causa pode, por efeito de retorno, tornar-se consequência e inversamente, o que rompe a irreversibilidade de sequência linear; logo, não há fluxo causal porque a causalidade não é mais irreversível. As noções de causa, efeito e consequências não se mantêm (Babo, 2017, p. 95).

Em linhas contrárias às duas grandes matrizes enumeradas anteriormente, Massimo Di Felice acrescenta ainda uma tradição minoritária proposta pelo sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto (1984), que considera a ação social na perspetiva de um agir irracional, nem ideológico-político nem social económico. Há, ainda, uma quarta via teórica relacionada à ação social, aquela da Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Michel Callon Law (1992) e Bruno Latour (2012) – a qual abordamos, na perspetiva deste segundo, no capítulo anterior. Apesar de apresentar uma noção mais complexa da ação social, como resultante das associações entre actantes de diversas naturezas em torno de controvérsias, esta última continuaria a descrever o agir "num tempo e numa espacialidade materiais, arquitetónicas e, embora opinativa (...), numa geografia material e agregativa" (Di Felice, 2017b, p. 50).

Em outras palavras, por um lado Di Felice (2017b) reconhece os contributos da Teoria Ator-Rede para o debate da crise sociológica do social. Por outro, critica os seus postulados no que se refere ao social ainda ser visto como uma ecologia de atores que – mesmo não visto como apenas humanos – dialogariam entre si num contexto espaço-temporal concreto, real e composto por entidades em relação.

110 De acordo com Massimo Di Felice (2017b), esta teoria estaria relacionada à obra de Max Weber (1961) e influenciaria boa parte da teoria social da ação, *"chegando a condicionar o pensamento económico (teoria do consumidor) e político, tendo seus efeitos no pensamento da teoria do agir de Jürgen Habermas (2012) e em diversos outros autores"* (p. 49).

> O processo de digitalização, sobretudo nas suas dimensões mais recentes, *social networks*, *internet of things* e *big data*, parece expressar uma dimensão informatizada do agir, não mais material nem apenas relacional ou associativa. A informatização das coisas, das pessoas, do meio ambiente e do território transforma em bits e em informação as diversas entidades, criando uma alteração das naturezas das diversas substâncias e tornando-as concretas, isto é, portadoras de uma relação não agregativa nem articulada por um agir, mas "trans-substanciativa" (Di Felice, 2017b, p. 50).

Num esforço de demonstrar tal complexidade empiricamente, podemos nos arriscar a rastrear casos próximos desse processo de transubstanciação. Uma folha de papel quando digitalizada; uma canção, gravada acusticamente, quando remetida para sites de compartilhamento de músicas; as próprias fotografias na era digital podem ser exemplos de coisas que alteram as suas substâncias quando circuladas nas redes. A água em Marte, transformada em informação pelas diversas sondas colocadas na órbita daquele planeta; assim como uma planta, digitalmente monitorada, que pode nos fornecer informação sobre a sua espécie, idade e proveniência; ou mesmo as tornozeleiras eletrónicas que informam a localização de presos em regime aberto, os chips implantados em animais domésticos etc. são exemplos que nos fazem pensar se ainda existiria substância "pura" nesta nova ecologia digital.

As explosões de bombas nos ditos atentados terroristas propagados em diversas latitudes pelo autoproclamado Estado Islâmico, assim como o sangue de manifestantes reprimidos pela polícia nos movimentos de ativismo em rede mundo afora ou os foguetes lançados ao espaço a partir de impressoras 3D somam-se ao volume de coisas que, no momento em que são digitalizadas e reproduzidas nos ecrãs de computadores e dispositivos móveis, mudariam substancialmente frente à nova condição digital contemporânea,

> (...) que antecede e forma pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais e territorialidades informativas, apresentando-se (...) como a constituição de um novo tipo de ecologia *(eko-logos) não mais opositiva e separatista, mas expandida e portadora de uma substância comum que a torna reticular e conectiva* (Di Felice, 2017b, p. 51).

Tal dimensão das redes e conexões supera o entendimento apenas associativo da qualidade da ação em rede – como pensado pelas teorias de Rainie e Wellman (2012), Tiziana Terranova (2004) e Manuel Castells (2013) apresentadas no

Capítulo 1 – para, em seu lugar, focalizar uma condição habitativa inédita[111]. Para o sociólogo italiano, estamos emaranhados num novo tipo de ação em rede que não expressa mais a atividade linear de um único sujeito-ator em direção ao exterior e ao território, motivo pelo qual devemos pensá-la, também, além da dimensão mediática-informativa, isto é, das trocas de informações[112].

Enquanto Bruno Latour (2012) trata da mudança de pressão e de agência de cada actante no decorrer de uma ação em rede, Massimo Di Felice (2017b) sugere a aletração da própria substância dos envolvidos, no qual cada um se redefine por meio do distanciamento do seu nível de equilíbrio originário provocado pelo conjunto das ações interativas.

Nesse sentido, esta visão analisa a perspetiva dos movimentos de ativismo nas redes sociais digitais como uma forma de *conflitualidade pós-política* (Di Felice & Lemos, 2014), que ultrapassa os limites dos espaços urbanos ou identitários nacionais das esferas públicas antropomórficas em direção a uma atopia[113] conectiva, um lugar complexo de definir teoricamente, porém próximo ao sentido das dimensões cosmopolíticas teorizadas por Isabelle Stengers (2014), só que numa perspetiva digitalmente conectiva.

> Assistimos, hoje, à passagem das dimensões políticas antropocêntricas – organizadas por meio das saturadas formas eleitorais de representação e baseadas na gestão do poder em sua monodimensão público-humana – em direção às práticas de interação atópicas (Di Felice, 2009), que expressam a formação de condições habitativas reticulares e emergentes. As quais, por meio das dimensões de conectividade, deslocam, dos Estados Nacionais e da política, nossa condição habitativa em direção à biosfera e às *metaterritoria-*

111 Conforme Massimo Di Felice já havia afirmado em *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar* (Annablume, 2009).

112 O autor propõe a substituição do termo "*media*" (meio e instrumento), que exprime inevitavelmente uma relação de instrumentalidade, pela expressão "forma formante" ou por "condição habitativa", "capaz de projetar-nos em uma dimensão ecológica e não mais funcionalista dos processos de interação e comunicação" (Di Felice, 2017a, p. 39-40).

113 *"A atopia não é um não lugar. A atopia não é um novo tipo de espaço, nem um território simulacro, nem poderia ser definida inteiramente como uma pós-territorialidade, no sentido único da superação das formas físicas e geográficas do espaço. Melhor seria defini-la como a substituição destas por uma forma informativa digital e trans-orgânica, cujos elementos constitutivos são as tecnologias informativas digitais, os ecossistemas informativos elaborados pelos sistemas informativos geográficos e territoriais e as redes sociais, compostas pela fusão de coletivos inteligentes e pelas formas híbridas do dinamismo das linguagens transorgânicas. O habitar atópico se configura, assim como a hibridação, transitória e fluida, de corpos, tecnologia e paisagem, e como o advento de uma nova tipologia de ecossistema, nem orgânica, nem inorgânica, nem estática, nem delimitável, mas informativa e imaterial"* (Di Felice, 2009, p. 291).

> *lidades* (A. Abruzzese, 2006) nem internas nem externas de Gaia (J. Lovelock, 1979) (Di Felice, 2017b, p. 55).

É como se, na nova condição digital afirmada por Massimo Di Felice, os limites dos Estados Nacionais fossem ampliados para Gaia – ou até mesmo para além da Terra, se considerarmos a Lua, Marte e os novos planetas descobertos como actantes nos processos de interação contemporâneos. Ou como se a perspetiva política neste habitat contemporâneo tivesse saltado de uma lógica de representatividade parlamentar para a própria biosfera – na qual o parlamento das coisas (Bruno Latour, 2004) ganharia o seu espaço, com as vozes dos não-humanos transubstanciadas em bits, acessíveis por meio de informações exibidas nos nossos ecrãs. Ou ainda, como já havíamos anunciado antes, como se passássemos de uma condição habitativa do sujeito, indivíduo da ação, para uma condição habitativa das redes, na qual atores e actantes, humanos e não humanos, participam da ação, numa dinâmica substancial não mais uniforme – como pensado na Teoria Ator-Rede.

Nesta nova ecologia digital definida por Di Felice (2017a, 2017b), além de apartidários, impermanentes e temporários (pela própria dinâmica de transubstanciação), os movimentos de ativismo em rede, tratados por este como net-ativismos, ganham também uma dimensão do agir "a-institucional", num processo de agregação e desagregação que tende ao seu desaparecimento. Em substituição da dimensão política do poder estaria a dimensão ecossistémica e interativa própria dos organismos vivos e das formas emergentes de adaptação aos contextos abertos, como propõe a complexidade moriniana[114].

3.2.1 As três ecologias da comunicação e interação

Enquanto Bruno Latour (1994, 2012) questiona se algum dia fomos realmente modernos[115], chegando até mesmo a afirmar que jamais fomos apenas humanos[116], Massimo Di Felice (2017a) acrescenta que a comunicação nunca foi uma atividade exclusivamente humana. Primeiro, pelo fato desta ter sido desenvol-

114 Cf. Morin, E. (2011). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina.

115 Latour (1994) faz uma crítica ao pensamento moderno, destacando o caráter antropocêntrico das teorias fabricadas naquele contexto, que ajudou a cristalizar as separações entre homem, natureza e tecnologia, negligenciando a questão das redes formadas por estes elementos. "*Enfim, se jamais tivéssemos sido modernos, pelo menos não da forma como a crítica nos narra, as relações tormentosas que estabelecemos com outras naturezas-culturas seriam transformadas. O relativismo, a dominação, o imperialismo, a má fé, o sincretismo seriam todos explicados de outra forma, modificando então a antropologia comparada*" (p. 16). Cf. Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

116 Ao propor o resgate do sentido original de social, uma visão que inclui também atores de outras naturezas no desenvolvimento da ação, à luz da Teoria Ator-Rede, tratada no Capítulo 2 deste livro. Cf. Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*, *op. cit*.

vida em colaboração com entidades não humanas (voz, alfabeto, escritura, eletricidade e, mais recentemente, as redes digitais), as quais não são vistas pelo autor como meros instrumentos, mas como constituintes da forma e do modo artificial do próprio comunicar. Depois, porque mesmo se excluirmos os dispositivos tecnológicos e nos concentramos numa comunicação face a face, ainda fica evidente que as interações dependem de um conjunto de processos comunicativos adicionais, tais como:

> a respiração, o batimento cardíaco, as interações de nosso corpo com o meio ambiente, o fluxo de nossos pensamentos e a comunicação em geral com o meio ambiente em torno (odores, sons, ruídos, informações visuais etc.), além do contínuo movimento dos fluxos informativos que, embora tecnicamente ausentes naquele momento, contribuíram ativamente para a formação de nossas opiniões e nosso conhecimento. Portanto, rejeitando a ideia de uma centralidade do corpo nos processos comunicativos, é necessário, provavelmente, assumir a dimensão ecológica, complexa e não sujeito-cêntrica dos processos de comunicação (Di Felice, 2017a, p. 41).

Tal fundamentação inspira-se em teóricos que defendem uma ideia ecológica da comunicação, como Walter Benjamin[117], que observou as transformações operadas pela máquina fotográfica e pelo cinema dentro da perceção do ambiente e das formas do habitar; ou como Marshall McLuhan[118], com seus estudos sobre a estreita relação entre as mudanças tecnológico-comunicativas, a condição habitativa e as relações entre o humano e o ambiente; ou ainda como Joshua Meyrowitz[119], que mesmo sem se referir explicitamente à tal ideia, estabelece uma relação comunicativa entre as tecnologias, os fluxos informativos, as pessoas e o ambiente social.

Massimo Di Felice (2017a), contudo, atribui a Abraham Moles[120] a conceção mais explícita de uma ecologia da comunicação, baseada na ideia de um *continuum* e de formas de interação não opositivas,

117 Na qual Benjamin sublinhava a alteração tecnológica do estado da natureza, dando a este o significado de uma transformação ecológica: *"Entende-se, assim, como a natureza que fala à câmera seja diversa daquela que fala ao olho"*. Cf. Benjamin, W. (198SD). *"A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica"*. In *Magia e Técnica, Arte e política* (Obras escolhidas I). São Paulo: Brasiliense.

118 Cf. McLuhan, M. [1964](2007). *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix.

119 Cf. Meyrowitz, J. (1993). *Oltre il senso del luogo*. Bologna: Baskerville.

120 *"A ecologia é a ciência da interação entre espécies diversas no interior de um determinado espaço; as espécies às quais nos referimos aqui são as espécies de comunicação, próximas ou distantes, fugazes ou registradas, táteis*

> de uma comunicação que ocorre entre diferentes organismos e/ou sistemas que interagem entre si, características essas que diferenciariam a abordagem conteudística daquela realizada pela sociologia ou pela psicologia e que justificariam a criação de um novo âmbito de estudos: a ecologia da comunicação (Di Felice, 2017a, p. 33)

Lado a lado das alterações comunicativas e das transformações tecnológicas existiriam, na visão do sociólogo italiano, três tipos distintos de ecologias de comunicação e interação: *ecologias comunicativas sociais*, *ecologias comunicativas da colaboração* e *ecologias comunicativas transorgânicas*. Cada um deles, enquanto ecologia comunicativa, estabeleceria diferentes modelos e práticas de participação e interação.

O primeiro, relacionado às ecologias comunicativas da democracia, forjado nas formas da disseminação e do diálogo, teria como característica fundamental a questão da centralidade. Ainda situado numa dimensão social antropomórfica, por arquiteturas comunicativas centralizadas e disseminativas, tal ecologia consistia na produção e distribuição de conteúdos para o grande público. Seria a ecologia do teatro e das praças, inicialmente, e dos *media* de massa, mais recentemente, os quais teriam limitado a participação ao voto (decisório) e às fronteiras opinativas (dialógicas) diante do conteúdo produzido por outros. Ou seja,

> arquiteturas que organizaram e restringiram as formas da cidadania e da interação à reação por parte apenas dos humanos – entendidos como sujeitos racionais –, às mensagens – sejam essas faladas, escritas ou filmadas –, à possibilidade do voto e à soma, assim, das vontades dos cidadãos, isto é, dos únicos "animais inteligentes" (ζοων πόλιτικον). Tal função apenas social da interação limitou também a ideia da comunicação a uma dimensão instrumental, centrada nos meios e nas mensagens (Di Felice, 2017a, p. 54).

A segunda ecologia comunicativa é definida pelo mesmo autor como aquela que inaugura um novo âmbito ecológico, que deixa de ser exclusivamente ligado às práticas da opinião, aos processos de interação racionais e ao homem da esfera pública, estendendo-se também a interações com circuitos informativos e bancos de dados, como os processos de *personal media* e das redes digitais. Tal extensão teria sido assim ampliada qualitativamente para a terceira ecologia comunica-

ou auditivas, pessoais ou anônimas que reagem efetivamente uma sobre a outra dentro de um espaço delimitado, seja esse as vinte e quatro horas de um dia, seja o espaço social do planeta" (Moles in Moragas, 1982, p. 125 *apud* Di Felice, 2017a, pp. 43-44).

tiva, aquela da interação, a qual é formada por ecologias comunicativas transorgânicas, "compostas por múltiplas conexões entre os diferentes elementos constituintes da biosfera e tornadas possíveis pelas novas formas de conexão entre diversos tipos de superfícies (wi-fi, *Internet of things*, RFID, via satélite etc.)" (Di Felice, 2017a, p. 55).

À luz desta teoria, concluímos que o net-ativismo e as ações colaborativas nas redes sociais digitais podem ser observados na dimensão das duas últimas ecologias comunicativas de interação, aquelas colaborativas e transorgânicas. Embora reconheçamos que a primeira ecologia – dos *media* tradicionais, da participação pelo voto da democracia representativa – ainda coexista[121] com as transformações implementadas pelas interação nas redes digitais, não podemos negar que vivenciamos a abertura de um tipo de interação participativa que não mais se limita à tomada de decisões ou expressão de opiniões, mas que ativa a colaboração entre diversas substâncias e elementos, num processo reticular capaz de alterar a sua própria natureza.

Na segunda parte deste livro, que começa por uma abordagem dos conceitos relacionados ao ativismo em rede, mostraremos também a nossa preocupação em analisar de que modo as inovações desenvolvidas nas arquiteturas informativas possibilitaram novas formas de participação nas redes sociais digitais. Por fim, além da discussão dos conceitos e da apresentação dos mapeamentos históricos, apresentamos a parte empírica da pesquisa, com as análises de casos de net-ativismo e de ações colaborativas nas redes digitais portuguesas.

121 Aqui não se trata de sugerir uma superação entre os modelos, mas reconhecer uma não temporalidade, sem qualquer intenção de representar fases e etapas como um processo unitário e diacrónico.

PARTE II

DO NET-ATIVISMO

Uma discussão provocada pelo surgimento da cultura das redes, inicialmente conhecida como *cibercultura* (Lévy, 2007), norteou inúmeras pesquisas desenvolvidas no campo das tecnologias de comunicação e informação desde o final do século XX. As discussões em torno dos considerados "impactos"[122] sobre a cultura que emergia naquele cenário polarizou os pesquisadores do tema entre os efeitos positivos e negativos do advento da Internet, praticamente dividindo-os entre aqueles que se posicionavam contra e a favor das mudanças trazidas pela era digital.

Um dos lados dessa visão polarizada, o grupo dos *apocalípticos* ou *disfóricos*[123] categorizava o crescimento do então denominado ciberespaço como uma ampliação do abismo entre os "ricos", digitalmente conectados, que hoje estariam com os seus smartphones, tablets, automóveis regidos por GPS's e demais itens do mundo informatizado, dos "pobres", digitalmente marginalizados, sem acesso às tecnologias que os conectam às redes sociais digitais, como o Facebook, o You-

122 A expressão merece aspas por ser evitada por estudiosos do tema, como Massimo Di Felice (2017a), que se distanciam da ideia das transformações tecnológicas como algo externo e não como algo desenvolvido e alimentado também por nós.

123 Conceitos criados por Umberto Eco, publicados em *Apocalípticos e Integrados* [1964](2015), no auge da cultura de massa, atualizados nos primeiros debates sobre o surgimento da internet entre autores e pesquisadores de campos distintos do saber. Tal discussão voltou à tona recentemente, com o lançamento de livros, filmes e séries – ironicamente, produtos da própria cultura de massa – como *Black Mirror*, série do canal por assinatura Netflix, que trata dos reflexos negativos de uma sociedade mediada pelas tecnologias digitais. Recomendamos a leitura da entrevista com o criador do projeto, o britânico Charlie Brooker. Cf. Harisson, A. (2016). "O criador de 'Black Mirror' fala sobre tecnologia, política e o futuro". In *Vice* (online). Disponível em https://www.vice.com/pt/article/z4b5px/entrevista-charlie-brooker-criador-black-mirror. Consultado em 30 dez. 2016.

Tube e o Twitter, as mais populares entre uma diversidade de redes que se multiplicam dia após dia[124].

A essa visão da cibercultura como um fenómeno conservador e reacionário, no sentido de uma simples "ferramenta" de manutenção do *status quo* capaz de separar conectados dos desconectados, juntam-se ainda vozes em torno de uma suposta superficialidade característica nas novas formas de relacionamento surgidas entre os nós das redes, como a voz do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, segundo o seu livro *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (2004).

Todavia, num ponto distante dessa interpretação também já tomava forma a visão do ciberespaço como uma espécie de arena de libertação ou como um espaço público digitalizado, dotado de forte autonomia relativamente aos poderes existentes, conforme destacamos através de diversos autores na segunda parte deste livro. Nesse ponto de vista *eufórico*, o olhar dos denominados *integrados* mirava um campo distribuído em redes compostas por *bytes* e também por humanos, onde – e por meio dos quais – textos, imagens e sons de todos os tipos circulavam em larga escala pelo mundo inteiro, com uma menor intervenção dos censores estatais e dos editores dos grandes conglomerados mediáticos[125].

Em meio a essa visão entusiástica do que se entendia por ciberespaço, como uma atmosfera impregnada por um viés questionador dos valores estabelecidos na sociedade contemporânea, os dogmas religiosos, os poderes políticos do Estado e os impérios mediáticos das grandes corporações passaram a ser colocados, de forma enfática, em discussão. Ainda assim, os fenómenos de ativismo em rede correspondem a uma versão mais realista das potencialidades abertas pelas redes digitais, suscitando abordagens mais críticas, longe das distopias e utopias que projetam sobre a rede uma visão que a tende a distorcer ou idealizar.

Nessa perspetiva, convém esclarecermos que expressões como *cibercultura* e *ciberativismo*, ainda que tenham inspirado tantos estudos nas áreas de redes sociais digitais e continuem a ser empregados por inúmeros pesquisadores desse campo do saber, merecem ser revistas. Uma vez que a nossa abordagem sobre o tema busca superar a separação entre o mundo virtual e o real, entre o *ciber* e a *cultura*, distinções que não mais se enquadram em tempos de *web 2.0* ou das redes sociais digitais.

124 Tem ocorrido uma intensa polémica em torno do chamado "*digital divide*", i.e., a desigual distribuição a nível global dos meios digitais e os seus efeitos. Ver: Pick, J. B. & Sarkar, A. (2015). *The Global Digital Divides: Explaining Change*. Berlin: Springer Verlag.

125 Embora reconhecemos que tal distância dos censores estatais das redes sociais digitais deve ser relativizada, como no caso da China (Di Felice & Lemos, 2014) do controle norte-americano sobre a comunicação de diversos países (Greenwald, 2014) e da própria política de gerenciamento de conteúdo por parte de redes como o Facebook em relação aos seus membros.

Embora a teoria da cibercultura e todas as expressões geradas por esta tenham inegável importância para a compreensão da primeira fase da internet, quando ainda se justificavam essas claras separações, o nosso esforço teórico-metodológico segue em busca de novas linguagens que atendam às demandas dos fenómenos recentes. Estes, diferentes dos primeiros movimentos, emergem numa fase da internet que possibilita uma participação cada vez maior dos ditos utilizadores, com a construção facilitada de páginas pessoais e as colaborações reticulares que lançam, a cada clique, um vasto volume de informações à composição do Big Data.

De uma forma metafórica podemos considerar que hoje "habitamos" toda uma biosfera conectiva e informatizada[126], em que as tecnologias digitais passaram do papel de meros mediadores para membros desse processo de transformação do habitar contemporâneo (Di Felice, 2009, 2017a). Logo, para pensar a questão, propomos no Capítulo 4 um debate sobre o que é o *net-ativismo*, que características reflete e qual a sua relevância na sociedade atual. Em seguida, partimos para uma retrospetiva histórica dessas novas dinâmicas de interação em rede, com movimentos net-ativistas que deixaram os seus traços – seja pelo ineditismo das ações, seja pelos seus alcances globais – para novos movimentos e ações colaborativas ao redor do mundo.

No Capítulo 5 voltamos o nosso estudo para a acelerada evolução das redes sociais digitais, com o intuito de compreender como as novas possibilidades inauguradas pelas transformações tecnológicas acabaram por modificar, também, as formas de colaboração e interação no interior dos movimentos. Assim, propomos um panorama descritivo dos movimentos globais em tempos de *social networks*, com destaque para aqueles de maior projeção mediática nos últimos anos. Anonymous, MoVimento 5 Estrelas, Primavera Árabe, Movimento 15M (Indignados), Occupy Wall Street e Jornadas de Junho de 2013 do Brasil são apresentados neste livro através de recortes das vozes dos seus próprios atores na internet e nos *media* tradicionais.

126 Alguns autores sublinham o fato de que ninguém habita as redes, pois ninguém pode habitar puros pontos virtuais e matemáticos, como é o caso de Peter Sloterdijk (2009): "*Toda a discussão sobre redes e suas composições tendem a neutralizar o espaço existencial, e eu penso que isso é tão perigoso quanto o individualismo das cápsulas. Net thinking inclui apenas pontos e interfaces subjacente à noção de duas ou mais linhas de interseção ou curvas, dando-lhe uma visão de mundo cujo elemento constitutivo é o ponto*". Cf. Sloterdjik, P. (2009). "Talking to Myself About the Poetics of Space". In Harvard Design Magazine (n. 30, Spring/Summer). Canbdrige, MA, EUA: Harvard University Graduate School of Design. Disponível em http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/30. Consultado em 10 mar. 2016.
De fato, existe uma inscrição das redes e dos corpos na superfície da terra. Mas a metáfora da habitação permite sublinhar o fato de que o digital tem vindo a adquirir uma consistência própria, que demanda novas leituras teóricas.

A partir desse percurso fundamental para compreensão do fenómeno, apresentamos, no Capítulo 6, a busca por um mapeamento dos casos de net-ativismo nas redes sociais digitais portuguesas, orientado por um recorte empírico que busca observar os casos estudados em relação à predominância de uma temática crítica, estética ou técnica no modo como se apresentam. Uma vez analisado o contexto digital nacional por um viés temático (Miranda, 2010), propomos, finalmente, uma análise das formas de interação em rede (Massimo Di Felice, 2017a) sobre os casos Lulz Security, Geração à Rasca e Me Myself and I, com o objetivo de interpretar os traços dos significados das suas ações.

CAPÍTULO 4

DA *CIBERCULTURA* AO *NET-ATIVISMO*

4.1. Digressão pelas teorias das redes e do net-ativismo

Dispomos, hoje, de uma série de teorias sobre a natureza da rede e o tipo de conexões que possibilitam. É certo que essas teorias tendem a privilegiar os chamados *prosumers*, utilizadores ao mesmo tempo produtores e consumidores, ou o surgimento de uma série de atos em rede, tendendo a memorizar o estudo sobre a natureza técnica das redes, os seus protocolos, servidores, bases de dados e algoritmos – os quais, em certa medida, escapam ou controlam sutilmente os denominados utilizadores[127]. Mas, para o nosso propósito, cabe-nos aqui focalizar as formas de intervenção em rede, ou seja, a maneira como ação colaborativa encontra uma maximização das suas potencialidades[128].

Teorias sobre o advento de uma nova tecnologia, capaz de superar as barreiras de espaço e de tempo ao engendrar pessoas de diversas partes do planeta numa grande rede surgiram antes mesmo da popularização da internet que marcou a década de 1990. Quando a rede mundial de computadores não passava da Arpanet, criada para fins militares durante a Guerra Fria estendida entre os anos 1970 e 1980, o filósofo canadense Marshall McLuhan já alardeava a emergência de uma Aldeia Global conectada.

127 Cf. Seyfert, R. (Ed.). (2015). *Algorithmic Cultures: Essays on Meaning, Performance and New Technologies*. New York: Routledge.

128 Tanto mais, que numa certa visão o ativismo em rede passa também pela tática de média, *hackering*, software livre etc., como veremos no próximo tópico, dedicado aos principais marcos históricos do fenómeno.

Ao ampliar a ideia de globalização norte-americana retratada inicialmente na obra de Wyndham Lewis (1949)[129], autor inglês que destacava as linhas telefónicas e as rotas aéreas dos Estados Unidos como sinais da ascensão de uma "União Americana" em torno de seus próprios Estados e cidadãos, McLuhan (2007) escreveu sobre o aparecimento de uma rede de dimensões planetárias, que caracterizaria a última fase das extensões humanas, na medida em que desenvolveria a simulação tecnológica da consciência.

Se trouxermos tal ideia para a realidade contemporânea, sob o signo da *inteligência coletiva*[130], identificamos uma legião de exemplos, como as bibliotecas digitais à la Wikipedia ou mesmo o próprio Google, entre inúmeros sites populares de buscas. Nestes casos, enquanto mal completamos a solicitação de procura já nos deparamos com páginas a perder de vista sobre informações relacionadas ao tema, em línguas, formatos e nichos distintos – filtragem por Notícias, Web, Imagens, Académico etc. Se ampliarmos, então, a visão das novas tecnologias comunicativas não apenas como mediadoras, mas como colaboradores dessa *inteligência coletiva conectada*[131], chegaremos ao Big Data e às infinitas possibilidades de combinações desenvolvidas pelas máquinas e seus algoritmos, a partir dos rastos informativos deixados pelos humanos e também por não humanos.

Entretanto, a escolha do filósofo Marshall McLuhan como ponto de partida para esta abordagem deve-se ao seu pioneirismo, junto a outros estudiosos da Escola de Toronto, na interpretação da relação dos *media* sob o ponto de vista da transformação social na era das redes. Para os autores desta escola, os meios de comunicação agem diretamente na esfera dos sentidos, entendimento que originou uma corrente teórica alternativa à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt no tocante às análises de conteúdo mediático – antes centradas na esfera da audiência, dos resultados das campanhas de marketing e das campanhas políticas.

Amplamente reconhecida após o surgimento das redes telemáticas, a teoria da Aldeia Global foi revista, questionada e analisada por uma série de autores contemporâneos. Nesse sentido, as obras de teóricos e pesquisadores como

129 Ler: Lewis, W. (1949). *America and Cosmic Man*. New York: Doubleday

130 Pierre Lévy, um dos pioneiros da cibercultura europeia, considerou o surgimento da inteligência coletiva como a característica essencial das redes. Cf. Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.* 4.ed. São Paulo: Loyola.

131 Cláudio Paiva (2013) também contribui para o inventário do que integra esta inteligência coletiva conectada na paisagem cotidiana, perpassando o conjunto das atividades económicas, socioculturais e ético-políticas: "*O correio eletrónico, o web-jornalismo, o sistema bancário-informatizado, o comércio on line, a medicina computadorizada, o voto digital, as bibliotecas virtuais, teleconferências e ensinos mediados pela tecnologia, para o pior e para o melhor, quase todos os espaços e tempos do cotidiano são varridos pelas redes sociais*" (p. 20). Cf. Paiva, C. (2013). *Hermes no Ciberespaço: uma interpretação da comunicação e cultura na era digital*. João Pessoa: Editora da UFPB.

Manuel Castells (2000), André Lemos (2002, 2004, 2013), Pierre Lévy (2003, 2007), Derrick de Kerckhove (2009), Massimo Di Felice (2009, 2010, 2017a, 2017b), Raquel Recuero (2009) e Cláudio Paiva (2013, 2015) fundamentam esta parte do estudo acerca das redes sociais digitais, ambiente onde nascem e se disseminam ações coletivas conhecidas como novas formas de ativismo, denominadas por alguns autores como *ciber-ativismo*, *ativismo online*, *advocacia eletrónica* ou *net-ativismo*[132].

O surgimento dessas redes sociais digitais, sobretudo em seu modo mais atual –a exemplo do Facebook, Twitter e YouTube, capazes de permitir a construção e veiculação em alta velocidade de áudios, vídeos e imagens em plataformas colaborativas –, foi interpretado pelos autores citados como um marco revolucionário na natureza da produção e do repasse das informações. Pierre Lévy (2007) foi um dos estudiosos pioneiros a afirmar que a tendência à interconexão provocava mudanças no processo comunicacional, por meio das quais passamos das noções de canal e de rede para uma sensação de espaço envolvente.

Para o filósofo francês, os veículos de informação não estariam mais num espaço específico, e sim, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se tornaria um potencial canal interativo. "A cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a uma humanidade em um contínuo sem fronteiras" (Lévy, 2007, p.127). Ou, como define Derrick de Kerkchove (2009), a partir dos meios eletrônicos capazes de atuar como extensões do nosso corpo e do nosso sistema nervoso, teríamos entrado num processo de reconfiguração tecnológica responsável por forjar uma espécie de nova pele cultural[133].

No contexto do avanço acelerado das tecnologias digitais, que atingiu um ponto crucial de expansão com o advento da banda larga, possibilitando o compartilhamento de informações de forma instantânea e em alcance global, não emergiu somente um incremento de dados e mensagens veiculadas. Entre as conexões da Aldeia Global 2.0, as redes sociais digitais multiplicaram as relações sociais online, impulsionando novas formas de interação e construção de ações colaborativas.

Uma reflexão apresentada pela pesquisadora brasileira Raquel Recuero (2009) reconhece a importância tanto dos utilizadores quanto da própria tecnologia

132 Este último adotamos como conceito que define melhor define a complexidade do tema estudado, por razões explicadas adiante.

133 O sociólogo belga propõe uma renovação do pensamento mcluhiano, apontando a realidade virtual como a verdadeira extensão dos nossos corpos, imersos nas redes: a pele cultural dos tempos recentes. Cf. Kerckhove, D. (2009). *A pele da cultura: investigando a nova realidade electrónica*. São Paulo: Annablume.

comunicativa neste novo cenário delineado pelas redes, na medida em que afirma que "a teoria da rede tem o seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões" (Recuero, 2009, p. 24). Sendo assim, para compreendermos as qualidades e o significado das conexões, devemos fazer uma equivalência entre os termos *conexão*, *relação*, *troca*, *interação* e *comunicação*.

> Estudar a interação social compreende, deste modo, estudar a comunicação entre os atores. Estudar as relações entre suas trocas de mensagens e o sentido das mesmas, estudar como as trocas sociais dependem, essencialmente, das trocas comunicativas (Recuero, 2009, p. 31).

Em outras palavras, as conexões responsáveis por constituir uma rede podem ter origem em laços associativos ou dialógicos, isto é, através de uma interação que resulta de uma reação de resposta a um estímulo ou por meio de uma *interação colaborativa*, que ocorre através da construção coletiva. As ideias propostas pela autora fazem referência à teoria das redes de Manuel Castells (2000), um dos primeiros estudiosos a considerar o papel relevante das tecnologias da informação nos contextos cultural, social, político e económico.

Ao analisar os reflexos da aceleração da informática a partir dos anos 1970, o sociólogo espanhol coloca em perspetiva as principais características da sociedade em rede, ao destacar a *informação*, a *flexibilização da produção*, a *lógica reticular,* a *difusão* e a *convergência* das tecnologias digitais de comunicação. Na sua interpretação, a informação assume o papel central na sociedade conectada em rede, enquanto as redes sociais constituem a base material de transformação social e de reestruturação dos modos de produção capitalista/estadista, alterando ainda o processo de desenvolvimento industrial em direção ao *informacionalismo*. Desse modo, "a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas" (Castells, 2002, p. 65).

Isto significa dizer que numa sociedade em rede o desenvolvimento tecnológico é tomado como uma mola propulsora para o aumento da acumulação de conhecimentos e, consequentemente, da complexidade de processamento dessas informações. Face ao novo cenário, surgiria também uma demanda crescente pela ação do conhecimento sobre o conhecimento, o que viria a colaborar para um círculo de geração e circulação de saberes e símbolos, de produtividade e de possível empoderamento das sociedades e dos indivíduos.

O ciclo delineado leva Manuel Castells (2002) a pensar os indivíduos como os protagonistas dessa nova estrutura reticular e horizontal, que veio a alterar a lógica

de um modo burocrático e verticalizado de produção e circulação das informações, antes dominado pelos poderes estatais e empresariais. Para o sociólogo espanhol, foi a partir dos teclados destes utilizadores e das suas conexões com as redes sociais digitais que surgiram movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, denominada pelo autor como *redes de indignação e esperança*, abordadas de forma mais aprofundada na Parte I (Capítulo 1) da nossa investigação.

Outro teórico a identificar na criação das redes sociais digitais um potencial de suporte a movimentos globais e a causas locais, André Lemos (2002) observa o fenómeno, também conhecido como ativismo on-line, não como uma simples incorporação da Internet aos processos comunicativos do ativismo tradicional. Este autor enfatiza o modo como a tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de *participação*, *espaço democrático*, *identidade coletiva* e *estratégia política*, ao implicar numa mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos que prefere denominar como ciber-ativistas.

4.1.1. O net-ativismo

Ativismo em rede, ativismo online, ciber-ativismo, *eletronic advocacy*, net-ativismo: expressões distintas, que em algumas interpretações encontram similitudes, nos esforços de traduzir em conceito as ações colaborativas que emergem nas redes sociais digitais das últimas décadas. A fim de debatermos os movimentos investigados nesta pesquisa e explicarmos a escolha do termo *net-ativismo* como conceito, torna-se necessário, antes de tudo, apontarmos uma diferença elementar entre tal fenómeno, surgido no interior da era digital, e o ativismo tradicional historicamente conhecido – aquele relacionado aos ideais revolucionários, à projeção de líderes e bandeiras de luta bem definidas, isto é, movimentos concebidos dentro de uma estrutura verticalizada e, na maior parte das vezes, institucionalizada.

Massimo Di Felice (2017a) propõe essa diferenciação na medida em que resgata a origem norte-americana do termo *ativismo*, utilizado para denominar as organizações de ação política direta de base, que no cenário atual estariam marcadas pela difusão de informação na rede com objetivos distintos. Tais intentos podem incluir desde o boicote ao consumo de determinados produtos até a organização de ocupações, manifestações e protestos ligados aos direitos humanos, civis e ambientais, entre tantos casos de mobilização digital enumerados também na obra *Hacktivismo: La libertà nelle magie della rete* (Di Corinto & Tozzi, 2002)[134].

134 Cf. Di Corinto, A. & Tozzi, T. (2002). *Hacktivismo: La libertà nelle magie della rete.* Roma: Manifestolibri.

Contudo, entre as formas tradicionais de ativismo, geralmente relacionadas à esfera política e às lutas contra-hegemónicas dos Direitos Humanos[135], e os novos fenómenos que surgem na era digital existe uma série de diferenças. A começar pela comum eloquência dos líderes e as bandeiras de luta bem definidas do ativismo tradicional, que surgem fora do espaço digital e se apropriam das possibilidades oferecidas por suas redes para disseminar ideologias, conflitos de classe, raça ou género, questões sindicais, causas ambientais etc., apenas para citar alguns exemplos de movimentos segmentados.

No caso dos fenómenos mais recentes de ativismo, nascidos e projetados nas redes sociais digitais, líderes ou formas hierárquicas de participação pré-definidas não tendem a encontrar os seus espaços. Pelo contrário, a verticalização do ativismo tradicional, ainda que com os seus cargos de representação votados em assembleias organizadas por aqueles movimentos, deu lugar a uma horizontalidade no formato digital, no qual são permitidos, no máximo, porta-vozes. Também não tendem a ser escolhidas "caras" conhecidas para negociar com figurões políticos ou conceder entrevistas aos *media* tradicionais. As bandeiras de lutas claras e definidas do ativismo tradicional ainda foram substituídas por bandeiras múltiplas lançadas na própria arquitetura digital, que além de tudo possui o marco da transitoriedade e do nomadismo característicos deste habitar em rede, como veremos nos casos analisados nos próximos capítulos.

Na tentativa de dar nome a esse novo fenómeno, chegamos aos conceitos anteriormente mencionados, entre os quais destacamos *Cyber Activism* (ciber-ativismo), *Eletronic Advocacy* (advocacia eletrónica) e *Internet Activism* (net-ativismo). O primeiro, segundo Di Felice (2008)[136], teria sido originado nos anos 1990, no contexto da profusão das tecnologias digitais em rede. Primeiramente pela luta neozapatista, e sucessivamente por grupos ativistas ligados aos movimentos *no-global* (contra a globalização), como o People's Global Action, alguns organizando grandes protestos de repercussão mundial, como aqueles que tomaram as ruas de Seattle (1999), Génova (2001) e Londres (2004).

O maior potencial destacado pelo sociólogo italiano acerca deste novo tipo de ativismo, que nasce no interior da cultura digital, ultrapassaria a ideia de "utilização" das novas tecnologias de comunicação como um instrumento valioso para o fortalecimento das organizações, tanto local quanto globalmente, direcionado seja para a arrecadação de fundos, campanhas beneficentes, estruturação

135 Sobre a relação entre o ativismo tradicional e a política, ler: Santos, B. S. (2014). *Se Deus fosse um activista dos direitos humanos*. Coimbra: Almedina.

136 Cf. Di Felice, M. (Org.). (2008). *Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Paulo: Difusão.

de manifestações e protestos; seja na obtenção, difusão de informações e denúncias ou na elaboração coletiva de petições. Tais movimentos não podem ser compreendidos como uma representação de um agir individual isolado, justamente por se constituírem em forma reticular, na qual o dito utilizador representa apenas um dos membros dessa rede, em interação com os demais elementos.

Nesse sentido, o termo *ciber-ativismo* nos conduziria a uma interpretação relativamente maquínica do fenómeno, como se o peso dessa relação em rede estivesse centrado na tecnologia como ferramenta externa, separada dos demais membros. Podemos observar o emprego do termo por teóricos como André Lemos (2003), que ao tratar do ciber-ativismo se refere a como utilizar a internet para dar suporte aos movimentos globais e às causas locais, aproveitando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação.

Embora todas essas ações colaborativas sejam desenvolvidas no contexto das redes, analisá-las através da difusão de termos como *suporte*, *recurso* ou *instrumento* pode representar uma visão mecanicista das redes sociais digitais, como se apenas utilizássemos a tecnologia para corresponder a uma necessidade organizacional, comunicativa e de visibilidade global – ainda que esta não represente necessariamente a intenção deste último autor, que destaca o papel dos não humanos também em outras obras[137].

O mesmo acontece com a expressão *Eletronic Advocacy*[138], que limita o entendimento da dimensão dessa transformação, reduzindo-a ao âmbito da advocacia eletrónica na defesa das bandeiras de determinado grupo. Convém, entretanto, ampliarmos o foco dessa reflexão para as interações entre indivíduos, territórios, redes e tecnologias digitais, com o intuito de entender as ações net-ativistas como um resultado desse processo substancialmente plural.

Assim, diante da necessidade de descrever esse tipo de ação que emerge da interação com as redes digitais através da sua dimensão de *conectividade* – ou da capacidade e dos níveis de conexões de uma rede, assim como analisado por diversos autores, entre os quais Barabási (2003)[139] e Latour (2012) –, buscamos um outro conceito. Mais próximo da dimensão ecológica na qual nos propomos a

137 Cf. Lemos, A. (2013). *A comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume.

138 Também conhecida como *Digital Advocacy*, foi definida por Darrell West e Richard Francis como técnicas de advocacia que utilizam as tecnologias comunicativas como um esforço para apoiar tentativas de mudanças políticas. Cf. West, D. M. & Francis, R. (1996). *"Electronic advocacy: Interest groups and public policy making"*. In *PS: Political Science & politics* (Vol. 29, n.º. 1, Mar., pp. 25-29). Washington: American Political Science Association.

139 Cf. Barabási, A. L. (2003). *Linked: How Everything Is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science and Everyday Life*. New York: Basic Books.

abordar o fenómeno está aquele propagado por Massimo Di Felice (2013a)[140], que por sua vez recorre a Ed Schwartz (1996)[141], um dos autores a adotar a expressão *Net Activism*, como uma simplificação de *Networked-Activism*.

Di Felice (2013a) justifica tal escolha pela necessidade de não restringir o seu significado ao ciberespaço, ao uso da internet baseado, como troca de informações, visto nas primeiras experiências net-ativistas que descreveremos no próximo capítulo. Explicamos, com isso, que o conceito foi elaborado como um esforço para abranger uma nova forma de ativismo digital *em rede*, por reunir membros humanos e não humanos, seres vivos e não vivos, e *na rede*, por se desenvolver de forma digitalmente conectada.

Nessa direção, a expressão net-ativismo é sugerida como construção linguística que deve ser compreendida como um oxímoro, composta pelo prefixo "net" e pela palavra "ativismo". O termo é utilizado para indicar este novo tipo de interação, que através das redes digitais conecta diversos membros.

> Apresenta-se, segundo esta perspectiva, como a constituição de um novo tipo de ecologia (eko-logos) não mais opositiva e separatista, na qual uma dimensão ecossistêmica reúne seus diversos membros em um novo tipo de social, não apenas limitado ao âmbito humano dos "socius", mas expandido às demais entidades técnicas, informativas, territoriais, de forma reticular e conectiva (Di Felice, 2013b, p. 9)[142].

Essa nova forma de ativismo, denominada *net-ativismo*, passou a se articular com a maximização das possibilidades de autonomia e sustentabilidade do desenvolvimento e da criatividade. Não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não se nega à diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação "glocal" avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente, sustentabilidade, entre outras reivindicações.

> A forma de cidadania e ativismo que caracteriza tais movimentos é resultado de uma interação fecunda com a tecnologia digital e expressão de uma inte-

140 Cf. Di Felice, M. (2013a). "Being networks: the digital formism of net-activist movements". In *Matrizes* (Vol. 7, n.º 2, jul/dez.). São Paulo: PPGCOM-USP.

141 Cf. Schwartz, E. (1996). *NetActivism: How Citizens Use the Internet*. O'Reilly Media.

142 Di Felice, M. (2013b). "Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares". In XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação [Anais]. Manaus: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação.

> ração não opositiva entre sujeitos, grupos e territorialidades com as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces realizadas (Di Felice, 2012, p. 36)[143]

Em suma, tal conceção ajuda-nos a pensar as novas tecnologias da informação e da comunicação como o emergir de uma nova relação que se distancia tanto do paradigma tecnocêntrico quanto daquele antropocêntrico, numa dimensão que põe em forma não mais dialética a relação entre a tecnologia e a sociedade. Como também havia mencionado Castells (2000), mesmo partindo de uma visão mais tradicional do ativismo em rede como amplificação da política, o dilema do determinismo tecnológico é provavelmente infundado, dado que a tecnologia e a sociedade não podem ser compreendidas nem apresentadas sem as extensões tecnológicas.

Pelas razões elencadas, entre os conceitos apresentados, concluímos que *net-ativismo* é o que melhor representa o nosso interesse em investigar as relações costuradas pelo homem – mas não só por ele, uma vez que interage com uma série de elementos distintos – na dimensão de uma rede digitalmente conectada. Pois, quando nos lançamos numa perspetiva pós-humanista, na qual o humano não é mais visto como medida de todas as coisas, e também ecológica, capaz de integrar as relações com o todo do qual faz parte, o termo *ciber-ativismo* não contempla tal complexidade. Tampouco a expressão *advocacia eletrónica*, que soa como a tradução de um processo de advocacia do "utilizador" a partir de determinada "ferramenta", o que mais uma vez contradiria o nosso esforço em superar a ideia de instrumentalização da técnica.

A cada etapa de desenvolvimento da internet nas últimas três décadas, desde os seus primórdios para fins militares à fase *web 2.0*, surgiram conceitos para tentar contemporizar as mudanças impulsionadas pelas novas possibilidades de comunicação digital. Nessa seara, o conceito de net-ativismo permanece atual até em tempos de Big Data, por distribuir o peso de colaboração na ação entre os ditos *atores*, ou utilizadores, e actantes, ou não humanos participantes do processo.

No tópico seguinte, que apresenta o desenvolvimento das redes sociais digitais e busca contribuir para a construção de uma memória dos movimentos, compreenderemos a evolução dos conceitos no compasso das transformações vivenciadas pelas próprias experiências net-ativistas.

143 Cf. Di Felice, M. (2012). "Net-ativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais". In *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia* (Vol. 19, n.º 1, jan/abr., pp. 27-45). Porto Alegre: Faculdade de Comunicação Social da PUC/RS.

4.2. Marcos e fases do net-ativismo mundial na cultura das redes

Quando observamos movimentos de alcance global como a Primavera Árabe, que teria impulsionado o rompimento de ditaduras e ajudado a instaurar a democracia em diversos países do Médio Oriente e do Norte da África, pensamos: como uma mobilização articulada em colaboração com as redes sociais digitais, capaz de reunir povos de territórios distintos em torno de uma mesma luta em prol da democracia, conseguiu alcançar esta força intercontinental?

Provocações similares são lançadas através de movimentos como os Occupies mundo afora, os indignados com a crise espanhola, os protestos brasileiros que ameaçaram a realização do Mundial de Futebol, a multidão levada às ruas pelas manifestações da Geração à Rasca em Portugal, entre tantas mobilizações vivenciadas nos últimos anos de pesquisa sobre o net-ativismo.

Uma reflexão mais superficial apontaria como elo entre todos esses movimentos a existência de um contexto de crise – seja esta política, económica ou cultural. Além, como já mencionamos, da emergência de uma nova cultura da rede, na qual os avanços tecnológicos implicaram em transformações em todas as esferas da vida cotidiana, possibilitando modos de organização horizontalizados e, consequentemente, o desenvolvimento de ações colaborativas em busca de outras formas de vivência.

Como já abordamos de forma mais aprofundada a qualidade da ação em rede na primeira parte deste livro, ressaltamos aqui a importância de construir uma memória do net-ativismo mundial, inserindo Portugal neste panorama. Enfatizamos como esse panorama histórico pode ser um caminho possível para entender de que modo as ações em rede se atualizaram até assumirem as formas e a relevância percebidas na atualidade.

Todavia, na impossibilidade de contemplar a infinidade de movimentos que sugiram, simultaneamente, em países distintos desde o começo desta era digital, adotamos como ponto de partida para a elaboração desse panorama uma retrospetiva proposta por Massimo Di Felice. Na sua incursão sobre a origem e o desenvolvimento do net-ativismo, o sociólogo demarca as três principais fases que influenciaram uma possível história das atuais formas de conflitualidade que hoje se espalham por diversas latitudes, através de um tipo de participação que se desenvolve por meio dos fluxos interativos das redes digitais.

As fases demarcadas por Di felice (2017a) estão divididas entre: *fase preparatória*, referente ao advento da internet em sua primeira forma de rede de computadores, correspondendo a uma troca de informações e de práticas de participação na web 1.0 marcadas, sobretudo, pela "difusão e compartilhamento de textos

entre internautas" (p. 134); *fase de experimentação* das primeiras formas de conflitualidades numa espacialidade informático-planetária, "que começa a inaugurar novos tipos de conflitos e de participação descentralizados, realizados em sinergia entre pessoas, movimentos e tecnologias digitais" (p. 135); e *fase web 2.0* e *das redes sociais*, marcada pela emergência de "movimentos de protesto, subversão de vários tipos e pela constituição de redes eficazes distribuídas de interação entre pessoas, dispositivos de conexão, banco de dados e territorialidades" (p. 135).

Cada fase destacada pelo autor ainda foi associada a diferentes modelos de estrutura comunicativa e de tipologias das redes. Sobre esse aspeto, uma das primeiras formulações que trata dessas transformações foi elaborada por Paul Baran (1964)[144], responsável por definir os paradigmas de redes em: *redes centralizadas*, *descentralizadas* e *distribuídas*. Este último modelo, no qual se desenvolve o net-ativismo contemporâneo, é compreendido como um arquétipo no qual a informação navega de forma distribuída, horizontal, dialógica e redundante, onde cada nó tem igual importância e poder de interdependência. Entretanto, conforme apresentaremos no panorama proposto, nem sempre foi assim.

4.2.1. Potencialidades das redes e fases do net-ativismo

Para a elaboração de um panorama sobre os principais marcos do net-ativismo no mundo, seguimos as pistas oferecidas por Massimo Di Felice (2017a). Nesse contexto engrenado pelo que o autor denomina como círculo virtuoso de geração e circulação de saber e dos símbolos, de produtividade e de possível empoderamento das sociedades e dos indivíduos, observamos ainda a substituição das formas de produção verticais e burocráticas por um modo de ação mais horizontal e reticular.

No interior do paradigma comunicativo que nasce entrelaçado às redes, o acesso a estas e a possibilidade de troca de informações pela sua mediação passaram a ser tomados como parâmetros de inclusão. Ou melhor, como afirmou Manuel Castells (2000), do próprio equilíbrio da sociedade da informação. Entendimento corroborado, nesse ponto, pelo sociólogo italiano, que especifica a importância estrutural de tais redes:

> Para tanto se torna imprescindível que toda rede seja uma estrutura aberta capaz de se expandir ilimitadamente, agregando sempre novos nós e indivíduos aptos a se comunicarem através de um código comum e, por isso mesmo, considerados pertinentes à lógica do sistema. Assim sendo, a pre-

144 Cf. Baran, P. (1964). *On Distributed Communications Networks*. Santa Monica: The Rand Corporation.

> sença na rede (ou a ausência dela), a maneira como uma rede se relaciona com as demais, são fatores fundamentais para o estabelecimento de relações de dominância e para a transformação social (Di Felice, 2012, p. 32).

Se na perspetiva da globalização económica Castells (2000) observa a promoção de uma integração global capaz de conectar povos e desconectar os vínculos locais, do ponto de vista das redes ainda destaca o elemento da interdependência entre os nós conectados, nos quais o predomínio das identidades primárias (Religião, Estado, Raça) reafirmariam as diferenças locais em torno da resistência às forças de exclusão e alienação, procurando garantir sua função.

Em outras palavras, a lógica da rede não somente definiria os processos sociais dominantes, como corporificaria a estrutura social, estabelecendo o arquétipo informacional como regra de inclusão nas redes globais de riqueza, cultura e poder. Ao mesmo tempo, acentuaria uma tendência à assimetria, à regionalização, à interdependência de sistemas e à diversificação crescente no interior de cada região. Essa conceção inclui, além de grupos e indivíduos, bairros, cidades, regiões e países inteiros, ampliando a dialética definida pelo teórico espanhol entre o "espaço de fluxos", enquanto lógica espacial das redes digitais, e o "espaço de lugares" da nossa experiência histórica de organização espacial e de identidade[145].

O argumento apresentado nos conduz a pensar a internet como uma criação cultural, que emergiu numa época de liberdade de pensamento e inovação, impulsionada pela atmosfera da contracultura presente no contexto universitário norte-americano a partir dos anos 1960 e pela capacidade criativa dos seus produtores – que seriam os *produtores utilizadores*, que trabalham na criação e configuração da net, diferente dos meros *consumidores utilizadores*.

Sendo assim, se a internet pode ser considerada uma construção cultural, a cultura, por sua vez, é percebida como uma construção coletiva, capaz de transcender preferências individuais e formas de comportamentos e costumes. Além de um novo padrão de comunicação, a internet também teria originado uma nova cultura em torno de uma ideologia da liberdade, estruturada por Castells (2003) em quatro camadas: *cultura tecnomeritocrática*, *cultura hacker*, *cultura comunitária virtual* e *cultura empresarial*[146]. Entre as conexões dessas camadas surgem, respeti-

145 Em publicação mais recente, *Redes de Indignação e Esperança* (2013), referida anteriormente, Manuel Castells chega a afirmar que os movimentos de ativismo na internet só se legitimam com a ocupação dos espaços públicos. Defendemos um ponto de vista distinto dessa ideia, convocando, por exemplo, a legitimidade dos movimentos hacktivistas, como veremos mais adiante.

146 Tais camadas podem ser resumidas, a nosso modo, da seguinte forma: a cultura dos produtores utilizadores (tecnomeritocrática); a cultura voltada para o aprimoramento tecnológico, seja na perspectiva do conhecimento ou da invasão de sistemas com fins financeiros ou de protesto (hacker);

vamente, movimentos de naturezas diversas capazes de contestar, em sua lógica colaborativa, desde a liberdade de criação e expressão, o direito de acesso aos softwares livres, comunidades virtuais (ou digitais) acerca de temas de interesse distintos, até a busca por modelos de economia solidária.

Na impossibilidade de abordar o fenómeno em sua plenitude, não apenas pela infinidade de casos de net-ativismo que surgem a cada dia como também pela transitoriedade das suas associações, propomos uma ampliação do mapeamento sobre as três fases do net-ativismo no mundo, iniciado por Massimo Di Felice (2017a), como um recorte temporal do tema abordado. Consideramos as fases mais emblemáticas dos movimentos net-ativistas ao redor da nossa aldeia global conectada a fim de contribuir para a observação das suas principais influências e de verificar a existência de similitudes entre os casos pioneiros e os contemporâneos.

4.2.1.1. Fase preparatória: entre as redes de redes e o Tactical Media

Entre os primeiros exemplos da transformação impulsionada pelo advento digital nas formas de participação social e de ativismo encontamos a Association for Progressive Communications (APC). Criada em 1990, esta associação reunia cerca de seis mil membros de organizações diferentes do pacifismo, com interesses diversos que se estendiam da ecologia aos direitos humanos, atraídos pela ideia de disponibilizar uma rede informática interconectada em nível mundial. Essa rede de redes telemáticas – um dos poucos casos estudados que não desapareceu no decorrer dos anos, mas transformou-se numa organização não-governamental – desde o princípio se baseava na difusão de informação entre os membros, a troca de mensagens eletrónicas e a organização de debates via fóruns, discussões e teleconferências.

Na página oficial da rede, em inglês[147], tal associação se apresenta não como somente entusiasmada pela chegada da internet com fins em si mesma, mas como um conjunto de ativistas comprometidos em utilizar a rede mundial de computadores para fazer do mundo um lugar melhor. O desafio inicial da Association for Progressive Communications era levar a internet a lugares onde as pessoas não tinham acesso, orientando os grupos de base sobre como acessá-la para desenvolver as suas comunidades e promover os seus direitos. Outra missão consistia em acompanhar as políticas governamentais relacionadas a informação

a construção de redes dentro das redes (a cultura comunitária virtual) e a cultura que se renova estrategicamente frente ao incremento do digital (empresarial).

147 Site da *Association for Progressive Communications:* https://www.apc.org/.

e comunicação, para garantir que atendessem, de forma mais eficaz, os interesses da população, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

> A visão da APC
> Todas as pessoas têm acesso fácil e acessível a uma Internet gratuita e aberta para melhorar suas vidas e criar um mundo mais justo.
> A missão da APC
> A missão da APC é capacitar e apoiar organizações, movimentos sociais e indivíduos no uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para construir comunidades e iniciativas estratégicas com o objetivo de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento humano eqüitativo, justiça social, processos políticos participativos e sustentabilidade ambiental.[148]

Tal como observamos nas ações net-ativistas contemporâneas, em que uma rede tanto pode aglutinar outras redes como provocar o surgimento de novas formas associativas, no interior da Association for Progressive Communications (APC) também tiveram origem outros movimentos relevantes, como o Women´s Networking Support Programme, voltado para o empoderamento feminino através das novas tecnologias. A Wednet (Women, Environment and Development Network) teria sido responsável por tecer uma linha de conexão entre as bases estáveis do Canadá e dos pesquisadores africanos com o grupo Mujer a Mujer, associação de mulher de base no México. Por meio da ampliação dessas conexões surgia um conjunto de redes informativas fundamentadas principalmente na troca de boletins eletrónicos, a exemplo do Women Envision d´Isis ou do South East Asian Women´s Information Projects.

Baseado na pesquisa francesa desenvolvida por Dominique Cardon e Fabien Granjon (2010)[149] junto a organizações diferentes do pacifismo, com interesses diversos que se estendiam da ecologia aos direitos humanos, Massimo Di Felice (2017a) afirma que a fase primária do net-ativismo se dava em meio a uma rede de redes telemáticas em profusão, compostas por militantes internacionais, com o objetivo de disponibilizar uma rede informática interconectada globalmente, a exemplo da citada APC.

Contemporâneo ao caso apresentado, no princípio dos anos 1990 rompia em pontos mais remotos do Oriente, como a Austrália e a Índia, um novo movimento relacionado à teoria da estética e dos meios, conhecido como *tactital media*

148 Tradução nossa. Disponível em https://www.apc.org/en/about. Consultado em 3 jun. 2014.

149 Cf. Cardon, D. & Granjon, F. (2010). *Médiactivistes*. Paris: Presses de Sciences Po.

(ou "média tática"), interessado em articular ações de crítica aos *media* tradicionais através da interação com as tecnologias digitais. Este fenómeno, também desenvolvido como uma rede composta por outros movimentos[150], atuava em busca de uma intervenção inovadora nos campos da arte, da política e da comunicação.

> Como sublinhado pelos autores D. Cardon e F. Granjon no texto *Mediactivistes*, a experiência dos "*tactical media*" terá uma rápida ramificação internacional, primeiramente nos Estados Unidos, por meio do "*Critical Art Ensemble et Electronic Disturbance Theater*", começando a desenvolver uma concepção de luta no interior dos *bits* e dos circuitos informativos digitais. Começaram se difundir nessa mesma época os primeiros casos de "mail bombing", exemplos de manifestações virtuais e protestos on-line. Nascia, assim, um novo tipo de participação, o qual, mais do que utilizar os *media* para fazer contrainformação (*media* independente), começava a utilizar as tecnologias digitais como lugar e estratégia para a participação, experimentando, assim, um novo tipo de interação midiática participativa, a qual começará a tecer formas de conflito global informáticas (Di Felice, 2017a, pp. 138-139).

Embora o elemento digital estivesse presente nas ações do Tactical Media desde o início, convém destacarmos que esta "tática" também passava pela apropriação dos meios de comunicação de massa, ou seja, fazia com que as suas críticas circulassem no próprio meio que estavam a questionar. Com campanhas de curta duração, em sua maior parte, os net-ativistas envolvidos em tal movimento adotavam o lema "bater e correr", focalizando o tipo de informação distribuída pelos *media* – que reproduziam as notícias falsas implantadas pelo Tactical Media, denunciando, com isso, a própria falta de apuração das informações divulgadas na imprensa tradicional.

Nessa direção, este movimento net-ativista tentava reverter o fluxo unidirecional de comunicação e poder, até então nas mãos dos grandes conglomerados mediáticos, com o objetivo de devolver algum grau de controlo para as mãos do chamado público, ocupando os espaços sobre os quais tecia as suas críticas e desenvolvia a sua oposição. Tal tática de guerrilha veio substituir a disputa do *espaço* – já que não investia necessariamente na criação de meios de comunicação alternativos – pela disputa do *tempo*, à procura de brechas e fragilidades no sistema tradicional ocupado, levando os mesmos a reverem o seu *modus operandi*.

150 A exemplo de coletivos artísticos como The Yes Men Project, Critical Art Ensemble, Meme-Rider Media Team, Next 5 Minutes, RTMark, Telestreet, Preemptive Media, Institute for Applied Autonomy, Carbon Defense League, Tactical Art Coalition etc.

"Não odeie os *media*, torne-se *media*". O slogan comumente adotado pelos net-ativistas do movimento em questão resume a essência do *Tactical Media*, que seguia em constante processo de nomadismo e transformação. Provavelmente por essa razão, foram desenvolvidas também ações no então chamado "ciberespaço", com a finalidade de colocar em xeque as hierarquias de poder contra as quais os ditos utilizadores direcionavam a sua luta: ao invés de atribuir as ações a indivíduos identificáveis, geralmente os seus membros associavam a autoria a uma mesma entidade, como forma de conferir pluralidade e legitimidade às mensagens que pretendiam disseminar nas redes, a exemplo dos e-mails bomba[151], das manifestações virtuais e protestos digitais mencionados por Di Felice (2017a).

Entre os mais relevantes casos net-ativistas por trás da média tática estão as ações de *sit ins*, isto é, ações hackers voltadas para a interrupção de serviços oferecidos na internet, desenvolvidas também com o intuito de colaborar com outro movimento net-ativista que será estudado mais adiante, o Zapatista. Inúmeras réplicas de sites associadas ao então candidato à presidência dos Estados Unidos George W. Bush também foram criadas, como estratégia para confundir os meios de comunicação tradicionais na busca por informações, dados ou fontes para as suas reportagens. Outras ações de destaque, não exatamente restritas ao ambiente digital, direcionavam-se aos "trotes" para jornais, programas de rádios e televisivos, com destaque para o caso "Dow Ethics", implementado na BBC rede pelo The Yes Men Project[152].

Tal projeto, criado pelos artistas e ativistas conhecidos pelos pseudónimos Andy Bichlbaum e Mike Bonanno, pelo menos até 2018 continua a articular ações contra entidades e indivíduos suspeitos de causar quaisquer tipos de danos sociais, económicos ou ambientais. No contexto temporal aqui tratado, da primeira fase do net-ativismo, impunha ações ao estilo "correções de imagens", realizadas a partir da personificação dos seus alvos ou dos seus respetivos representantes, com ênfase na alteração de conteúdos veiculados em peças publicitárias. O objetivo final era despertar nas pessoas uma maior consciência socioambiental e alertar sobre os riscos do liberalismo económico, investindo em caricaturas de empresários, políticos e porta-vozes das empresas – denunciando, porém, o que estes escondiam.

O emblemático Dow Ethics, por exemplo, talvez tenha sido o caso de maior repercussão do The Yes Men, por ter conseguido infiltrar a sua crítica num dos

151 Tipo de e-mail que "bombardeia" a caixa-postal do destinatário, fazendo com que este receba centenas de outros e-mails.

152 Um conjunto dessas ações, definidas sob o signo de um projeto revolucionário online, pode ser encontrado no site do The Yes Men Project: http://theyesmen.org. Consultado em 11 mar. 2015.

maiores conglomerados mediáticos, a rede de televisão britânica BBC, em 2004. Andy concedeu uma entrevista à referida emissora fingindo ser um executivo da empresa Dow Chemicals[153]. Em sua fala no noticiário internacional, afirmou que depois de duas décadas do desastre químico provocado pela companhia na cidade de Bhopal (Índia) [154], que teria custado a vida de milhares de pessoas, a empresa assumiria a responsabilidade e indenizaria as famílias das vítimas do desastre no valor de US$ 12 biliões.

Se trouxéssemos esta iniciativa para um contexto mais recente, como o Brasil em 2015, seria como se um integrante do The Yes Men Project conseguisse convencer a Rede Globo – com uma das maiores audiências dos noticiários naquele país – de que era um dos executivos da Samarco, principal responsável pelo desastre ambiental corrido na cidade de Mariana (estado de Minas Gerais)[155]. Mais ainda, que aproveitasse a oportunidade para anunciar uma indenização milionária às vítimas da tragédia provocada pela mineradora.

Embora fossem em sua maior parte direcionadas aos *media* tradicionais, as ações deste projeto, abrigadas na estratégia do Tactical Media, passavam pelo digital na medida em que os net-ativistas criaram uma "página-espelho" do site da empresa[156], por meio do qual os jornalistas da emissora britânica entraram em contato, erroneamente, a fim de acordar a entrevista. Ao longo de horas o falso pronunciamento do executivo da Dow Chemicals circulou na internet, além de ter sido reproduzido em diversos outros noticiários da mesma rede BBC, até que os verdadeiros executivos da companhia notificaram a emissora sobre falsa identidade do entrevistado, solicitando ainda o cancelamento do serviço de IPS (Internet Service Provider) da empresa que hospedava o site falso.

153 O trecho da entrevista está disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=LiWlvBro9eI. Consultado em 15 mar. 2015.

154 Na madrugada de 3 de dezembro de 1984, 40 toneladas de gases tóxicos vazaram na fábrica de pesticidas da empresa norte-americana Union Carbide (comprada pela Dow Chemicals), localizada em Bophal, na Índia. Este acidente foi considerado o maior desastre industrial e químico ocorrido em todo o mundo (pelo menos até Novembro de 2018), expondo mais de 500 mil pessoas aos gases. A principal causa apontada no desastre foi a negligência com a segurança por parte da empresa de pesticidas, que se negou a fornecer informações detalhadas sobre a natureza dos contaminantes, impossibilitando os médicos de tratarem adequadamente as vítimas. Estima-se que pelo menos 13 mil pessoas morreram e outras 50 mil foram incapacitadas para o trabalho por problemas de saúde derivados do desastre.

155 Em 5 de novembro de 2015 rompeu-se uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do globo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. Considerado o maior desastre socioambiental da história brasileira – e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos –, a lama provocada pelo rompimento chegou ao rio Doce, cuja bacia hidrográfica abrange 230 municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, muitos dos quais abastecem sua população com a água do rio.

156 Chamado <dowetchis.com>.

Na investigação intitulada *Mídias táticas no Brasil: dinâmicas de informação e comunicação* (2011), a pesquisadora brasileira Anne Clinio Santos[157] afirma que a partir do momento em que o site foi retirado do ar outros membros se mobilizaram pela causa defendida pelo The Yes Men Project, criando diversos "sites-espelho", como forma de burlar a censura e oferecer fontes múltiplas para as informações divulgadas pela dupla de artistas e net-ativistas.

A combinação entre arte, ativismo e internet compõe a marca dos projetos lançados na esfera do Tactical Media, cujas raízes remontam a movimentos artísticos distintos, como os citados The Yes Men Project e o Critical Art Ensemble. Assim sendo, ainda que não existam meios estritos através dos quais essa forma de ação mediática opere, tal tática projeta, na maior parte dos casos, valores artísticos, subvertendo a espetacularização dos *media* através de um net-ativismo de natureza estética[158], bastante comum nas primeiras experiências de ativismo em rede, como veremos através de outros casos no tópico seguinte.

4.2.1.2. As influências punk e pirata no universo *cyber*: Hakim Bey e Luther Blissett

Esse conjunto de experiências, atividades, publicações, ações e estéticas multiplicadas em diversos países, do qual o Tactical Media fez parte, foi conhecido inicialmente sob a alcunha de *cyberpunk*. Uma influência difícil de definir conceitualmente, por remeter, de acordo com Massimo Di Felice (2017a), a uma pluralidade sem síntese de atividades, pessoas, filosofias, visões de mundo contrárias a qualquer tipo de homogeneidade unificadora[159].

O movimento ciberpunk, entretanto, não significou necessariamente a digitalização do movimento punk. Para o autor, trouxe algo de mais complexo e diverso que tem início na própria origem do termo, considerada "nebulosa". Embora o seu surgimento seja apontado como fruto do título de um conto de Bruce Bethke (1983)[160], o termo logo tomou formas mais complexas ao ser associado a uma corrente de escritores e de obras literárias, bem como a um conjunto de pensadores e ativistas da área digital, como também trata André Lemos (2014):

157 Cf. Santos, A. C. (2011). *Mídias táticas no Brasil: dinâmicas de informação e comunicação* [Dissertação de Mestrado]. Disponível no Repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – UFRJ: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/752. Consultado em 13 jun. 2015.

158 Retomaremos este tema no Capítulo 6, através da abordagem da tipologia de conteúdos do net-ativismo oferecida por Bragança de Miranda (2010).

159 Neste ponto, bastante diferentes de alguns movimentos mais recentes, como a Primavera Árabe, por exemplo, que conseguiu fortalecer reivindicações diversas de países em torno da luta por democracia, alcançando notoriedade mundial.

160 Cf. Bethke, B. (1983). "Cyberpunk". In *Amazing Fiction Stories* (V. 57, n.º 4, nov.).

> O termo cyberpunk aparece para designar um movimento literário no gênero da ficção científica, nos Estados Unidos, unindo altas tecnologias e caos urbano, sendo considerado como uma narrativa tipicamente pós-moderna. O termo passou a ser usado também para designar os ciberrebeldes, o underground da informática, com os hackers, crackers, phreakers, cyberpunks, otakus, zipp. Esses seriam os cyberpunks reais. Assim, o termo cyberpunk é, ao mesmo tempo, emblema de uma corrente da ficção científica e marca dos personagens do submundo da informática (Lemos, 2004, p. 11)[161].

Em todas as suas versões, o conceito remete ao denominador comum da rutura de valores, seja no famoso *Neuromancer*, de William Gibson, e no fanzine *Cheap Truth*, publicado por Bruce Stearling. "Outros também atribuíam a paternidade sua paternidade a um conjunto de autores como Rudy Rucker, John Shirley, Michael Swanwick, Richard Kadrey, Pat Lewis Shiner" (Di Felice, 2017a, p. 140). Tais escritores também se encontram na crítica à sociedade contemporânea a partir da ficção científica, da metáfora da construção de mundos virtuais e da dimensão de um novo agir político possibilitado pela interação com a tecnologia.

Exemplo disso é o citado romance de ficção científica *Neuromancer* (1991)[162], narrativa sobre um ex-hacker que, após tentar roubar os seus patrões, foi punido com um envenenamento que danificou o seu sistema nervoso, impossibilitando-o de se conectar à Matrix. A saga do personagem em busca de sua cura ajudou a difundir vários conceitos na época, como *inteligências artificiais* e a própria ideia de *ciberespaço*, inspirando inúmeras criações sobre o género. Tal espírito ciberpunk presente no livro transitava da literatura ao cinema, do cinema aos mangás, aos games e à música, propagando pensamentos e práticas que se posicionavam, segundo o Di Felice (2017a), junto à cultura antagonística e ao pensamento crítico e dialético próprio da tradição política de esquerda.

Em meio a uma miríade de movimentos envoltos no signo da rebeldia punk, o autor destaca dois que merecem maior atenção, justificada tanto pela sua expansão mundial quanto pela originalidade de estilos, cujos traços foram refletidos em movimentos ao longo das décadas seguintes e continuam a exercer as suas influências no cenário contemporâneo: o Hakim Bey e o Luther Blissett. "(...) dois nomes coletivos utilizados por muitos ativistas que em muitos países e em modos diversos começaram a fazer experimentações de participação informativa, teori-

161 Cf. Lemos, A. (2004). "Ficção científica ciberpunk: o imaginário da cibercultura". In *Revista Conexão – Comunicação e Cultura (UCS)* (V. 3, n.º 6, pp. 11-16). Caxias do Sul: Centro de Ciências Sociais – UCS.

162 Cf. Gibson, W. (1991). *Neuromancer*. São Paulo: Aleph.

zando novas formas de protagonismo ecológico-comunicativo" (Di Felice, 2017a, p. 141).

Hakim Bey

Se na atualidade nos deparamos com o Anonymous ou o Lulz Security (LulzSec), como grupos com identidades coletivas, de vozes múltiplas, que propagam a transformação através das suas ações net-ativistas pelo globo – revelando desde os dados pessoais de políticos suspeitos de corrupção até a identidade dos ditos terroristas do autoproclamado Estado Islâmico –, precisamos reconhecer os traços da experiência de Hakim Bey refletidos nesses movimentos.

Este último surgiu sob o signo do *cyberpunk*, entre o final de 1980 e o princípio dos anos 1990, contemporâneo ao aparecimento da Association for progressive communications (APC) do Tactical Media, com a proposta alternativa de criação de *zonas autónomas temporárias* no lugar do tradicional conceito de *revolução*. Para tal, defendia a sua proposta de experimentação de uma autonomia livre de políticos, conforme sugere no livro *T. A. Z.: Zona Autônoma Temporária* (2001)[163], assinado pelo pseudónimo coletivo.

> A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la (Bey, 2001, p. 6).

Este pseudónimo alcançou popularidade por meio da divulgação de textos traduzidos em vários idiomas e disseminados integralmente na internet – mesma base das ações desenvolvidas por movimentos recentes, como os citados Anonymous e Lulz Security. Entretanto, no caso do Hakim Bey, os textos baseados nas críticas ao conceito de revolução propunham, além da realização de ações libertárias e da criação de áreas autónomas temporárias, a difusão de uma espécie de terrorismo poético.

Assumidamente inspirado em outra obra de ficção científica, *Islands in the Net* (Sterling, 1988)[164], o personagem compilava as suas ideias numa espécie de obra de arte e manifesto, publicada no referido livro *T. A. Z.*, que resumia a sua proposta

163 Bey, H. (2001). *T. A. Z.: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad.

164 Referenciado na versão portuguesa do livro de Hakim Bey como *Ilhas na Rede*. Curiosamente, a tradução brasileira deste livro de Bruce Sterling recebeu o nome de *Pirata de Dados* (Editora Aleph, 1998). Para simplificar a questão, registamos aqui a referência da obra original, em inglês. Cf. Sterling, B. (1988). *Islands in the Net*. New York: Ace Books.

anarquista de experimentar uma autonomia livre de políticos, regras e impostos, "nem que seja por um momento sequer, num pedaço de terra governado apenas pela liberdade" (Bey, 2001, p. 4). A partir de então, foi lançada a ideia da criação de uma zona autónoma temporária como um certo tipo de enclave livre, ensaio ou fantasia poética, algo não definido e sem a pretensão de se constituir como dogma político.

A heterogeneidade de estilos e de conteúdos que apareciam publicados, traduzidos ou difundidos na internet, levou por muito tempo a pensar se tratar de uma produção coletiva, um conjunto diverso de autores que, embaixo do mesmo nome, passaram a distribuir ideias e conteúdos numa perspectiva insurrecional e emancipadora. Como analisa Di Felice (2017a), no começo dos anos 1990 na internet, nos movimentos de vários lugares do mundo, nas práticas de grupos juvenis e nos movimentos de inspiração anárquica de diversos lados do planeta, o conceito de área temporariamente libertada se tornou uma referência constante.

A crítica ao conceito de *revolução*, presente nos discursos sob a alcunha de Hakim Bey, justificava-se pelo fato de que os séculos XIX e XX foram marcados por uma conflitualidade política engendrada na perspetiva revolucionária e na constante disputa pela conquista do poder, como abordou também Michel Maffesoli em *A transfiguração do político* (2005)[165]. Ainda que a lógica revolucionária prometesse romper com as hierarquias autoritárias e com as injustiças até então vigentes, objetivando um futuro melhor e mais justo ao final de um processo de luta e insurreição, a História mostrava resultados às avessas do que era esperado.

> Levante e insurreição são palavras usadas pelos historiadores para caracterizar revoluções que fracassaram – movimentos que não chegaram a terminar seu ciclo, a trajetória padrão: revolução, reação, traição, a fundação de um Estado mais forte e ainda mais opressivo –, a volta completa, o eterno retorno da história, uma e outra vez mais, até o ápice: botas marchando eternamente sobre o rosto da humanidade (Bey, 2001, p. 5).

Como acrescenta Massimo Di Felice (2017a), a perspetiva teórica de Hakim Bey evidenciava como os processos revolucionários levaram ao surgimento de novas ditaduras, as quais teriam, num breve espaço de tempo, construído novas formas de opressão. Tal percurso teria justificado, consequentemente, a necessidade do surgimento de um novo processo revolucionário. Isto é, ao invés de um processo de transformação, o personagem em questão observava na história

165 Cf. Maffesoli, M. (2005). *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina.

das revoluções a impossibilidade de uma mudança profunda dentro das estruturas de poder existentes, uma vez que os ditos revolucionários tendiam a trair a promessa original de emancipação e de liberdade radical com uma postura de autoritarismo e de opressão no intuito de se perpetuar no poder.

É na lacuna aberta por esse ciclo repetitivo, denominado por Hakim Bey como "revoluções falidas", que surge uma oportunidade para a criação das zonas autónomas temporárias. Estas são apontadas como uma caminho para romper com a alternância de *status quo* na qual culminava a tríade "revolução – governo revolucionário – *status quo* outra vez".

> A História diz que uma Revolução conquista "permanência", ou pelo menos alguma duração, enquanto o levante é "temporário". Nesse sentido, um levante é uma "experiência de pico" se comparada ao padrão "normal" de consciência e experiência. Como os festivais, os levantes não podem acontecer todos os dias – ou não seriam "extraordinários". Mas tais momentos de intensidade moldam e dão sentido a toda uma vida (...) Primeiro, a revolução até hoje não nos levou à concretização desse sonho. A visão ganha vida no momento do levante – mas assim que a "Revolução" triunfa e o Estado retorna, o sonho e o ideal já estão traídos (Bey, 2001, p. 5).

As novas zonas incentivadas por esta figura mediática representavam uma espécie de levante, que não tinha como objetivo se chocar diretamente contra o Estado, mas configurava-se como uma operação de guerrilha mais complexa e emancipatória. Ou seja, a estratégia era voltada para a liberação de uma determinada área (seja esta de tempo, de terra ou de imaginação) para logo em seguida se dissolver sobre novas formas espaço-temporais, escapando, assim, de um possível controlo por parte do Estado.

O personagem coletivo ainda alertava que a criação de uma zona temporária poderia demandar táticas de violência e defesa – tão presentes nas táticas dos Black Blocs[166], como aquelas infiltradas em movimentos net-ativistas mais recentes, a exemplo das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil –, mas que a essência da sua força estaria na invisibilidade.

166 Os Black Blocs atuam através de uma tática de ação direta, de caráter anarquista, voltados para desafiar as forças de ordem. Vestidos com roupas e máscaras pretas, costumam formar um bloco de pessoas que se coloca entre a polícia e os manifestantes, geralmente em protestos de rua. Suas origens remontam aos anos 1980, na Alemanha, mas estratégia teria voltado a ganhar destaque durante as manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, nos Estados Unidos, em 1999.

A impossibilidade de identificar o ator e o lugar de onde partia a ação era o que impediria o Estado de reconhecer a "zona", justamente por nunca ter havido uma definição desse tipo de prática, segundo as análises de Di Felice (2017a). Tal característica fluida, impalpável e nômade pode ser identificada em diversos momentos dos discursos assinados pela alcunha de Bey, como no seguinte trecho:

> A TAZ é um acampamento de guerrilheiros ontologistas: ataque e fuja. Continue movendo a tribo inteira, mesmo que ela seja apenas dados na web. A TAZ deve ser capaz de se defender; mas, se possível, tanto o "ataque" quanto a "defesa" devem evadir a violência do Estado, que já não é uma violência com sentido. O ataque é feito às estruturas de controle, essencialmente às ideias. As táticas de defesa são a "invisibilidade", que é uma arte marcial, e a "invulnerabilidade", uma arte "oculta" dentro das artes marciais. A "máquina de guerra nômade" conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado (Bey, 2001, pp. 6-7).

O lema de atacar e fugir, também comum aos net-ativistas do Tactical Media, pode ser facilmente percebido como um imperativo para diversos movimentos contemporâneos, não apenas nas táticas de defesa Black Bloc como também nos grupos LulzSec e Anonymous, que serão tratados mais adiante, na fase da web 2.0 e das redes sociais digitais. No caso do Hakim Bey, nomeadamente, o pressuposto da emancipação temporária representava ainda uma crítica ao modelo de política vigente no Ocidente, onde a ação desenvolvia-se no âmbito do público, distante da esfera privada e corporal dos indivíduos.

Na visão de Massimo Di Felice (2017a), as ações das zonas autónomas temporárias não eram direcionadas a uma estratégia política; ao contrário, inclinavam-se ao desaparecimento. Carregavam ideias e referenciais poéticos e metafóricos, remetiam a contextos históricos diversos, preocupavam-se mais em se constituir como uma inspiração que em definir um código específico. Miravam claramente na influência dos piratas dos mares do século XVII, como um referencial na forma de atuar e organizar as ações, tomando como exemplo uma rede de informações que estes estenderam pelo globo – ainda que de forma primitiva e voltada basicamente para negócios considerados "cruéis".

> Era formada por ilhas, esconderijos remotos onde os navios podiam ser abastecidos com água e comida, e os resultados das pilhagens eram trocados por artigos de luxo e de necessidade. Algumas dessas ilhas hospedavam "comunidades intencionais", mini-sociedades que conscientemente viviam fora da

> lei e estavam determinadas a continuar assim, ainda que por uma temporada curta, mas alegre (Bey, 2001, p. 3).

Tal inspiração pirata esteve presente no discurso do Hakim Bey em diversos outros momentos. Um deles é quando o personagem coletivo critica, no mesmo livro, o processo histórico que teria culminado no "fechamento do mapa", ao contar que o último pedaço da Terra não reivindicado por um Estado-nação foi devorado em 1899. Na ocasião, aquilo que antes era conhecido como Ilha das Tartarugas teria virado os Estados Unidos, fazendo com que nenhum centímetro de terra fosse livre da polícia e dos impostos. Ao menos em teoria, pois sempre que indica uma perceção negativa da realidade Hakim Bey acaba por oferecer, por outro lado, inspirações positivas, como a sua proposta de zonas autónomas temporárias.

Além do não reconhecimento dessa cartografia do controlo, outra influência marcante do universo pirata refletida até os dias atuais está na composição do que o personagem define como *bando*, afastando a composição das suas ações da tradicional família nuclear, unidade base da sociedade do consenso. No lugar da família fechada, geneticamente, pela posse masculina sobre as mulheres e crianças, pela totalidade hierárquica da sociedade agrícola/industrial, Bey (2001) chegou a propor uma ideia de bando aberto, formado por um grupo que divide afinidades, por iniciados que juram sobre um laço de amor.

"O bando não pertence a uma hierarquia maior, ele é parte de um padrão horizontalizado de costumes, parentescos, contratos e alianças, afinidades espirituais etc." (Bey, 2001, p. 9).

Suas inspirações de bando, portanto, vinham também dos piratas do século XVII, que nas suas vidas errantes assaltavam os navios coloniais, libertavam os escravos neles transportados, apropriavam-se dos tesouros e fugiam para usufruir das suas conquistas até os meios de subsistência acabarem. Também remontavam aos índios norte-americanos, que até meados de 1980 preservavam as características de típicos bandos nômades caçadores/coletores, traço comportamental visto até hoje nos membros de uma rede net-ativista.

Na tentativa de atualizarmos o nomadismo pirata para os modos de vida contemporâneos, num cenário em que a velocidade do nosso tempo e o "fetichismo de mercadoria" ofuscaram a diversidade cultural e contribuíram para a sensação que Hakim Bey (2001) define como aquela em que "todo lugar seja igual ao outro", podemos chegar, também, à imagem dos ciganos. E nessa categoria não nos detemos ao povo cigano em si, mas aos viajantes psíquicos guiados pelo desejo ou pela curiosidade, aos seres errantes em busca de aventura, aos artistas, intelectuais, trabalhadores de diversas áreas, imigrantes, refugiados, mochileiros, *flâ-*

neurs[167] e até aos cidadãos comuns – que embora restritos às rotinas de casa e trabalho seguem em busca de novas experiências, as quais cada vez mais atravessam os caminhos digitais.

> Esses nômades orientam seu percurso por estrelas estranhas, que podem ser núcleos luminosos de dados no ciberespaço ou, talvez, alucinações. Abra um mapa do território; sobre ele, coloque um mapa das mudanças políticas; sobre ele, ponha um mapa da internet, especialmente da contra-net, com sua ênfase no fluxo clandestino de informações e logística; e, por último, sobre tudo isso, o mapa 1:1 da imaginação criativa, estética, valores. A malha resultante ganha vida, animada por inesperados redemoinhos e explosões de energia, coagulações de luz, túneis secretos, surpresas (Bey, 2001, p. 11).

A alusão às práticas piratas no discurso do Hakim Bey também nos faz lembrar dos discursos dos grupos net-ativistas mais recentes. Na parte portuguesa do mapeamento dos movimentos e ações colaborativas nas redes sociais digitais, verificamos essa mesma influência nas mensagens publicadas pelos hackers do LulzSec Portugal. Para balizar a nossa comparação, antecipamos o seguinte texto, extraído de uma página da internet, no qual o movimento presta uma ode aos antigos navegadores portugueses, num discurso permeado de convocatórias a ações hackers, incentivos à vigilância digital e aos ataques em prol da liberdade de expressão que lembram a base da pirataria:

> Sejam bem-vindos à nossa caravela... embarquem connosco rumo à nova era dos descobrimentos. vamos conquistar uma terra que desconhecemos a quem pertence. Portugal... o nosso país (...) encorajamos um milhão de portugueses a sair à rua pela demissão da classe política. encorajamos todos os jornalistas, advogados, professores desempregados. todos os activistas e todos os hackers. cada blogue, cada fórum, todas as instituições, movimentos e todas as formas de luta contra a corrupção. está na hora de sair à rua manifestar a nossa liberdade de expressão. (...) vamos provocar comichão aos governos on-line, e mostrar-lhes o que é um choque tecnológico quando nos privam dos nossos direitos... da nossa privacidade e até mesmo da nossa

167 Esteticamente, o conceito de flâneur foi difundido pelo escritor Charles Baudelaire para denominar um tipo de andarilho casual, que se maravilhava ao observar e compartilhar as suas experiências na vida urbana das cidades modernas, praticamente um tipo literário essencial a qualquer imagem das ruas parisienses do século XIX. Walter Benjamin reelaborou academicamente tal conceito, no século seguinte. Mais informações sobre o termo em http://psychogeographicreview.com/baudelaire-benjamin-and-the-birth-of-the-flaneur/. Consultado em 5 abr. 2013.

> humanidade. é por isso que temos como alvo as primeiras instituições corruptas a conhecer as nossas frotas e vão estar sobre ataque nos próximos dias. (...) LEVANTAR ÂNCORAS, IÇAR VELAS, DESFAZER AS AMARRAS! junta-te a esta viagem. por um Portugal Livre[168].

Outra inspiração direta do espírito da pirataria pode ser encontrada no Partido Pirata, fundado em 2006 como *Piratepartiet*, na Suécia, logo disseminado por outros mares mundo afora. Como traz no nome, a bandeira de luta desse coletivo de partidos, surgido em meio à guerra contra a indústria de entretenimento e as suas campanhas anti-pirataria, está centrada no respeito do direito à privacidade, ao domínio público, nas promoções dos sistemas operativos livres, no compartilhamento de conhecimentos e na defesa da transparência pública. Em Portugal, os primeiros esforços para a constituição de um Partido Pirata nacional surgiram três anos depois, por iniciativa de estudantes do curso de Engenharia Informática na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa[169].

Não seria ousadia afirmar que Hakim Bey tenha influenciado, de algum modo, os movimentos em rede recentes, uma vez que no texto a *Internet e a Web*[170], no qual o personagem relata a distinção entre ambas, a segunda estaria relacionada a uma rede não-hierárquica, definindo como contra-net o uso clandestino, ilegal e rebelde da web, incluindo a pirataria de dados e outras formas de "parasitar" a própria rede mundial de computadores.

> A TAZ possui uma localização temporária mas real no tempo, e uma localização temporária mas real no espaço. Porém, obviamente, ela também precisa ter um local dentro da web, outro tipo de local: não real, mas virtual; não imediato, mas instantâneo. A web não fornece apenas um apoio logístico à TAZ, também ajuda a criá-la (Bey, 2001, pp. 12-13). Seja através de uma simples pirataria de dados, ou do desenvolvimento de formas mais complexas

168 A transcrição dos casos analisados preserva a grafia dos textos originais. Disponível em http://revoltatotalglobal.blogspot.it/2011/09/lulzsec-ciberguerrilha-portugal.html. Consultado em 10 jun. 2014.

169 O tema foi investigado em tese de doutoramento desenvolvida pelo pesquisador Rodrigo Saturnino Cf. Saturnino, R. (2015). *A política dos piratas: informação, culturas digitais e identidades políticas*. [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20229/1/ulsd071378_td_Rodrigo_Saturnino.pdf. Consultado em 10 nov. 2016

170 Publicado no Capítulo 4 do livro *T.A.Z. – Zonas Autônomas Temporárias* (Bey, 1985), o texto promove uma clara diferença entre a Internet e a Web, como se a primeira correspondesse à totalidade das transferências de informações e de dados, enquanto a segunda remetesse a uma espécie de contra-net, a uma estrutura aberta, alternada e horizontal de troca de informações, o que a aproximaria das redes sociais digitais como conhecemos hoje.

> de relacionamento com o caos, o hacker da web, o cibernauta da TAZ, encontrará maneiras de aproveitar as perturbações, quedas e breakdowns da net (maneiras de gerar informação a partir da "entropia"). O hacker da TAZ trabalhará para a evolução de conexões fractais clandestinas como um rastreador de fragmentos de informações, um contrabandista, um chantagista, talvez até mesmo como um ciber-terrorista. Estas conexões, e as diferentes informações que fluem entre elas e por elas, formarão as "válvulas de poder" para a emergência da própria TAZ – como é necessário roubar energia elétrica dos monopólios distribuidores de eletricidade para iluminar uma casa abandonada que foi invadida (Bey, 2001, p. 15).

Por esta razão, não podemos esquecer a importância desse marco nas conflitualidades das redes sociais digitais, na medida em que a figura mediática em questão retomou a essência pirata, incorporando o seu modo de ação e de organização no novo ambiente proporcionado pela cultura tecnológica. E, na leitura de Hakim Bey (2001), os piratas não eram considerados meros "bandidos do mar", mas uma espécie de bandidos sociais que trocaram as comunidades camponesas tradicionais por utopias criadas a partir do nada em terras desconhecidas, destinadas a uma ocupação temporária – uma vez que a verdadeira república eram os seus navios.

Di Felice (2017a) explica que a cada mudança de rota assumida nessa odisseia pirata, novos mundos eram compostos por populações de diversos lugares e por vários tipos de *outsiders*, ou núcleos formados por escravos e servos fugidos, criminosos (isto é, os mais pobres), prostitutas (muitas vezes mulheres brancas que tinham se casado com não brancos) e membros de várias tribos nativas. Percebemos a mesma heterogeneidade nos movimentos contemporâneos, uma vez que o LulzSec e os Anonymous agregam membros de todas as idades, sexos, profissões, raças e religiões.

Tal evidência é facilmente encontrada nos discursos difundidos pelos net-ativistas do LulzSec Portugal, quando afirma "(...) encorajamos um milhão de portugueses a sair à rua pela demissão da classe política. encorajamos todos os jornalistas, advogados, professores desempregados. todos os activistas e todos os hackers (...)[171]". Na mesma linha seguem muitas das publicações postadas pelos

171 Disponível em http://revoltatotalglobal.blogspot.it/2011/09/lulzsec-ciberguerrilha-portugal.html. Consultado em 10 jun. 2014.

Anonymous, reproduzidas nos depoimentos exibidos no documentário *Nós somos uma legião: a história dos hacktivistas* (Brian Knappenberger, 2012)[172].

Outra característica que merece destaque na proposta elaborada por Hakim Bey está relacionada à subversão da lógica racional e funcionalista do cotidiano, abrindo o indivíduo à ação poética e criativa. Sejam como os piratas, tidos como foras da lei, indivíduos apolíticos e sem identidade social claramente definida; sejam como os ciganos, os migrantes, os refugiados e aqueles sem uma demora fixa em determinado ponto, as influências englobadas no "nomadismo psíquico" do seu plano de ação colaboram para um levante ao "cosmopolitismo sem raízes".

> Além de formas não permanentes das ações propostas por H. Bey, multiplicaram-se formas originais de atuação numa perspectiva que era definida como "nomadismo ontológico", entre essses, para além do terrorismo poético, havia o sequestro relâmpago. O primeiro consistia na invasão de habitações, de lugares de trabalho ou de espaços públicos para espalhar poesias ou para sua distribuição e sua declamação pública. O sequestro consistia, em vez disso, em raptar um indivíduo para fazê-lo feliz. Um indivíduo tinha direito, durante o tempo de seu sequestro, de satisfazer todos os seus desejos (Di Felice, 2017a, p. 146).

Recorrer aos primeiros personagens e às influências que auxiliaram o seu processo de configuração torna-se fundamental para perceber de que forma os espíritos punk e pirata deixaram deixaram um legado aos movimentos posteriores, ao longo da expansão do que era conhecido como cibercultura. Tanto que outros personagens importantes nos provocaram a repensar os valores ocidentais por séculos exportados para contextos tão distintos, acentuando a crise social e cultural que vivenciamos atualmente.

Luther Blissett

Num sentido próximo ao movimento Tactical Media, voltado para uma crítica aos meios de comunicação infiltrada nos próprios espaços tradicionais de transmissão de informação, outro personagem que pode nos ajudar a compreender a evolução dos movimentos net-ativistas é o Luther Blissett. No mapeamento histórico proposto por Massimo Di Felice (2017a), tal movimento emerge ainda na primeira fase das expressões de conflitualidade digital, que o autor convencionou denominar como fase preparatória.

172 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pG1JH89LIAU. Consultado em 27 mar. 2015.

Tal pseudónimo, ou espécie de identidade aberta, adotou como nome Luther Blissett devido à inspiração num homônimo futebolista inglês de origem jamaicana[173], que jogou no Watford entre as décadas de 1970 e 1990. Ao ser contratado pelo clube Milan, da Itália – país onde se desenvolveu a maior parte das ações do personagem, através do Luther Blissett Project, de 1994 a 2000 –, o atacante teve o seu desempenho considerado o pior de todos os jogadores da equipa, tendo sido devolvido ao clube original em seguida. A escolha do nome já sinalizava o tom de deboche, humor e ironia das ações que se seguiriam dali em diante.

Além da Itália, o personagem reuniu entre os seus colaboradores hackers e ativistas culturais de vários países. Empenhados em transformar a sua existência num acontecimento mundial, dedicaram-se a criar uma lenda e a dar à luz a um novo tipo de herói popular, comparado a Robin Hood[174], mas Robin Hood da Informação. Na era digital, Blissett travava uma espécie de guerrilha contra a indústria cultural, sobretudo contra os grandes meios de comunicação, promovendo uma tomada coletiva da palavra por quem estava excluído do sistema mediático.

A estratégia do movimento envolvia lendas urbanas, técnicas de inteligência e estratégias publicitárias com o intuito de criar uma reputação para o personagem, concentrando as suas ações na organização de zombarias (conhecidas atualmente como "trollagens") e na implantação de notícias falsas (fake news) nos meios de comunicação tradicionais no intuito de ridicularizá-los. Diferentemente do Tactical Media, cujas ações de maior destaque eram predominantemente direcionadas a alvos claros – indivíduos ou empresas relacionados a crimes ambientais, racismo, questões de género etc. – qualquer meio de comunicação poderia ser alvo das suas ações.

> Antes de simplesmente fazer contra-informação e demonstrar como QUALQUER UM poderia obter as manchetes desejadas, o Projeto Luther Blissett confirmou que cada um poderia construir o "furo" do jornal de amanhã através dos mecanismos de deformação das notícias e desinformação dos jornalistas. Tudo isso era muito simples e começou com um convite absurdo, lançado em meados dos anos 90, na Itália: "Qualquer um pode ser Luther

173 O futebolista se recusa a comentar sobre a escolha do seu nome para o personagem, segundo informações publicadas em diversas reportagens, como a do jornal português Público. Disponível em https://www.publico.pt/desporto/noticia/luther-blissett-avancado-anarquista-e-escritor-de-best-sellers-1726487. Consultado em 15 set. 2013.

174 Conhecido em Portugal como Robin dos Bosques, o personagem que roubava dos ricos para dar aos pobres

> Blissett, basta adotar o nome Luther Blissett!". (...) Alguns festivos eram presos e na frente do juiz todos confirmavam: "Meu nome é Luther Blissett[175]".

Na direção oposta à lógica dos sindicatos, das organizações, dos movimentos de ativismo verticalizados ou dos partidos políticos, geralmente envoltos por uma necessidade de filiação, inscrição ou contratação, qualquer um poderia ser Luther Blissett, desde que adotasse o nome do personagem em suas ações. Tanto que, após a realização das ações do coletivo, a autoria costumava ser reivindicada através do pseudónimo, sem a atribuição do protagonismo do movimento a uma figura pública real ou a um líder em especial.

Entre as ações desenvolvidas sob esta alcunha, podemos destacar a simulação de uma fase de "horrorismo" em Bolonha, em 1994, quando relatos de destroços de animais encontrados em áreas públicas da cidade italiana, como parques, praças e centros religiosos, foram enviados por membros do coletivo à imprensa local, gerando uma cobertura mediática intensa de rádio, jornais e televisão. Após a publicação de diversas notícias sobre o ocorrido, Luther Blissett enviou uma carta aos meios de comunicação locais desmentindo o acontecido, informando que o único horrorismo daquela história era o sensacionalismo mediático.

Esse e outros feitos de Luther Blissett podem ser encontrados na página do projeto[176]. Tais ações abrangeram desde a circulação de uma notícia falsa sobre a passagem da top model Naomi Campbell por Bolonha, a fim de consultar um cirurgião plástico local, até o suposto desaparecimento do artista Harry Kipper em terras italianas. Este último caso levou a RAI, rede pública italiana de rádio e televisão, a deslocar repórteres para Londres na promessa de entrevistar o grupo Amigos de Kipper – responsável pelo convite – e de filmar os lugares pelos quais o artista costumava frequentar. Minutos antes da reportagem ser exibida no programa *Chi l'ha visto?* (ou, em português, *Quem viu?*), sobre pessoas desaparecidas, descobriu-se junto à embaixada britânica que o artista nunca existiu. E ninguém da emissora havia, até então, apurado a informação antes de deslocar as equipas para tantas localidades diferentes.

A anarquia do personagem também ludibriou a editora italiana Mondadori, que contatou um "utilizador" qualquer da internet que se apresentou como Luther Blissett, a fim de organizar uma coletânea de textos do personagem, lan-

175 Análise de Nailana Thiely, sobre o livro *Baderna: Guerrilha Psíquica*. Disponível em http://www.screamyell.com.br/literatura/blisset.html. Consultado em 25 jul 2016.

176 Disponível em três línguas: inglês, italiano e espanhol. Pode ser consultada em http://www.lutherblissett.net/.

çada sob o título *net.gener@tion* (1996)[177]. No final, a compilação de textos não passava de um conjunto de redações escolares retiradas da internet e reorganizadas por membros do coletivo. Logo após a publicação do livro, Blissett enviou aos jornais locais uma nota explicando a "brincadeira".

> Quantos Zé Ninguém e Luther Blissett existem espalhados pelo mundo? Se nosso vizinho de casa desaparece, saberemos "tudo" pela televisão, sem sequer precisar olhar pela janela. A mídia de massa nos oferece a medida da nossa existência. Muitos vivem para aparecer, mas somente poucos aparecem para viver. Luther Blissett apareceu desaparecendo. Pode desaparecer uma pessoa que não existe? Principalmente se seu nome for apenas o pseudônimo do suposto ilusionista Harry Kipper, misteriosamente desaparecido? Ser e não aparecer, e quem resolve aparecer atrás de um nome coletivo faz isso para desarrumar as regras do jogo. Se na mídia aparece o rosto de Luther Blissett, este é com certeza mais um falso, pois LB possui rostos demais para ser representado somente por um. Mas acima de tudo porque, se está presente na mídia, então desaparece como LB, isto é, prefere-se a aparência à existência (Blissett, 2000, p. 221, tradução nossa)[178].

Assim como Hakim Bey deixou a sua marca na literatura, com *T.A.Z. – Zona Autônoma Temporária* (2001), além da conhecida coletânea de escritos *Totò, Peppino e la guerra psichica: 2.0* (2000)[179], Luther Blissett teve outros livros lançados sob sua assinatura, como o *Q, o caçador de hereges* (2002)[180], romance de 523 páginas, escrito entre 1996 e 1998 por quatro membros da cidade de Bolonha (Itália), que faziam parte do Luther Blissett Project. A publicação foi traduzida para oito idiomas: inglês, espanhol, alemão, holandês, francês, português, dinamarquês e grego[181].

O trabalhador social, o carteiro, o porteiro e o bibliotecário que escreveram o referido livro de espionagem sobre a Reforma Luterana, considerado um *best-seller*

177 Cf. Blissett, L. (1996). *net.gener@tion: manifesto delle nuove libertà*. Milano: Mondadori.

178 Cf. Blisset, L. (2000). *Totò, Peppino e la guerra psichica: 2.0.* Torino: Einaudi.

179 A coletânea de escritos de Blissett, intitulada *Totò, Peppino e la guerra psichica: 2.0* (2000) recebeu esse nome em homenagem aos populares comediantes italianos Totò e Peppino De Filippo, que em suas produções simples retratavam situações de simulação, falsificação, disfarce e fraude.

180 Blissett, L. (2002). *Q, o caçador de hereges.* São Paulo: Conrad Editora.

181 O livro foi um sucesso tão estrondoso (200 mil cópias vendidas apenas na Itália, em 2003), que se chegou a especular que o famoso escritor italiano Umberto Eco estava por trás da obra, o que foi negado por seus autores, componentes do Luther Blissett Project.

italiano[182], revelaram as suas identidades durante uma entrevista ao jornal *La Repubblica*. Ao repórter, não deixaram de ressaltar que a complexidade do Luther Blissett não poderia ser reduzida a quatro de seus membros, tampouco que a concessão da entrevista significaria uma renúncia às práticas adotadas anteriormente pelo coletivo. Tanto que pouco tempo depois uma quinta pessoa aliou-se aos quatro narradores do livro, lançando um novo grupo, autointitulado Wu Ming[183].

> Os nossos nomes têm importância mínima e a das nossas histórias individuais é ínfima. Somos o grupo que escreveu *Q.*, mas não chegamos a constituir o 0,04% do Luther Blissett Project. Além da complexidade da trama e do seu valor alegórico, o livro desperta interesse também pelo fato de ter sido publicado em uma espécie de fórmula copyleft. Surpreendem-se os que ignoram que a crítica da propriedade intelectual é uma pedra angular do LBP[184].

A existência de Luther Blissett também transitou da literatura para outras artes, como a música, com o lançamento de diversos álbuns, a exemplo de *Luther Blissett: The Original Soundtracks* (1995), *Klasse Kriminale*, *Sham 69 and Luther Blissett United in Struggle!* (1999) e *Luther Blissett, The Open Pop Star* (1999). Além das produções italianas que consolidaram o projeto naquele país, inúmeros textos produzidos em outros países e em diversas línguas foram criados no período de efervescência do personagem, sendo citado até num livro sobre programação informática (*Python Cookbook*, 2003)[185], cuja subversão se revelava no modo como os programas eram ensinados: na forma de livro de receitas. Ainda foi referência numa música da banda de rock de São Paulo (Brasil) Dance of Days, intitulada "Corona Australis":

182 Na referida entrevista, os autores Roberto Bui, Federico Guglielmi, Luca Di Meo e Giovanni Catabriga declararam a intenção de mostrar, com a obra, o nascimento de tudo o que estava podre na vida moderna, desde as origens do estado policial, do capital financeiro e dos serviços secretos a partir de uma narrativa sobre o tráfico de indulgências na Igreja Católica, da remissão dos pecados em troca de uma pia doação à Igreja. O título, inclusive, faz referência a um agente secreto do Vaticano que assina como "Q." as cartas nas quais denuncia a revolta de Martinho Lutero diante das práticas da Igreja no século XVI.

183 Em mandarim, "sem nome", segundo o jornal *La Repubblica*. Tal escolha pelo nome chinês vem do fato de os autores considerarem que o futuro ecológico e social mundial depende da mistura daquilo que ocorre na China Continental, considerada por estes como superlotada, hiper-poluída, afetada por um mix doentio de liberalismo económico e stalinismo político. Disponível em http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2000/03/07/il-suicidio-di-luther-blissett.html . Consultado em 24 jul. 2016.

184 Disponível em http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/1999/03/06/luther-blissett-siamo-noi.html. Consultado em 20 jul. 2015.

185 Cf. Beazley, D. & Jones, B. K. (2013). *Python Cookbook*. 3.ª ed. Sebastopol: O'Reilly Media.

"(...) Luther Blissett ninguém sabe onde está e o telescópio mente"[186]. Neste trecho, identificamos uma alusão à invisibilidade do personagem – além de uma crítica velada sobre a suposta falta de compromisso dos *media* com a verdade.

Inúmeros episódios de sabotagens blissettianas também foram registados na Hungria, na Noruega e na Finlândia, incluindo desde uma falsa campanha para "libertar Luther Blissett" da condição de prisioneiro político dos Estados Unidos – o que ganhou o apoio de diversos parlamentares na Hungria e de comitês de solidariedade internacionais – até o aparecimento de uma troca de correspondências românticas (na verdade, com mensagens de críticas políticas e anárquicas) entre Luther Blissett e sua "suposta" senhora por toda a Europa. Por se tratar de um personagem mediático, vale lembrar que tanto a campanha quanto as cartas mediatizadas de tal romance foram, de fato, inventadas.

Na Finlândia, na noite anterior à abertura de uma mostra de arte[187] que homenagearia o poeta Elias Lonnrot (1802-1884), pessoas desconhecidas distribuíram bilhetes falsos entre jovens imigrantes russos e ucranianos para o evento, cujas entradas traziam a informação: "bebida de graça e *strippers*". O falso convite atraiu milhares de pessoas aos portões da mostra, um público que acabou por invadir o festival, transformando-o num evento gratuito. Luther Blissett, como nas ações anteriores, reivindicou a autoria do "trote" tempos depois.

Tais exemplos mostram que não apenas na Itália, mas em países como Alemanha, Inglaterra e Espanha, diversos net-ativistas criaram ações, reivindicações, performances; produziram escritos teóricos, páginas virtuais e documentos utilizando a mesma assinatura. Através do pseudónimo blissettiano, a guerrilha mediática em questão projetava ainda, entre as suas bandeiras, uma crítica explícita à identidade e ao conceito de indivíduo como expressões da cultura ordenadora e autoritária vigente.

> Luther Blissett é *Gemeinwesen* (em alemão: ser comunitário). (...) Indica a dimensão coletiva da verdadeira comunidade humana, que não se identifica com alguma comunidade existente (*Gemeinschaft*) ou grupo limitado, mas com a multiplicidade e a riqueza das relações que o proletariado poderia e deveria ter criado na mesma cooperação social capitalista (...) além das comunidades fictícias como a cidadania, e além da mesma luta de classe. (...) A reputação de Blissett pode ser utilizada por qualquer um que queira fazer

186 Letra disponível em https://www.letras.mus.br/dance-of-days/1507291/. Consultado em 20 jul. 2015.

187 The XVIth Art Festival, promovido na antiga Praça Kauppatori de Turku. Mais informações sobre esta ação em http://www.lutherblissett.net/ . Consultado em 24 jul. 2016.

> dela uma arma para uma nova guerra de classe. (...) Não existe mais nenhum ponto arquimédico desde o qual revirar o mundo, nenhum sujeito príncipe da revolução, como acreditaram as diversas correntes do comunismo no século XX. (...) A ação pode partir de qualquer ponto (Blissett, 2000, p. 21-22, tradução nossa).

Com base na prerrogativa da ação partir de qualquer ponto, em poucos anos a figura de Luther Blissett foi mantida em atividade em latitudes distintas, por meio da realização de protestos e ações pioneiras em guerrilha mediática. No cenário italiano, Massimo Di Felice (2017a) afirma que o rádio foi o primeiro meio de comunicação apropriado pelo movimento, através da criação de um canal homônimo composto por redatores que se apresentavam, todos, como Luther Blissett. As informações eram divulgadas pelos redatores e colaboradores da rádio sempre em primeira pessoa, inicialmente para as cidades de Roma e Bolonha. Nesse mesmo período, ainda foram publicados três números da revista *Luther Blissett – Rivista Mondiale di Guerra Psichica* (1995)[188], seguida por uma segunda série denominada *Quaderni Rossi di Luther Blissett* (1998)[189].

Em sua relação com os *media* tradicionais, a estratégia começava pela distribuição anónima de informações para os profissionais da área, geralmente *scoop* jornalístico ou imagens fortes que tinham como objetivo atrair a atenção dos meios. Estes, por sua vez, passavam a reproduzir as informações, suscitando debates envolvendo analistas, experts, filósofos, teólogos, entre outros especialistas. Quando a atenção sobre o tema era total, os ativistas que distribuíram a "notícia" enviavam um comunicado declarando a não veracidade da informação, ou seja, ironizando a "estupidez" do meio jornalístico através de uma ação capaz de criar uma espécie de curto-circuito nos *media* e na sociedade mediática.

Essa forma subversiva de questionar o *modus operandi* mediático encontra os seus ecos nos dias atuais, com a disseminação de notícias falsas criadas por "utilizadores" na internet – como a morte de alguns artistas, por exemplo – que pelo número de compartilhamentos acabam por pautar, de maneira equivocada, os meios e comunicação tradicionais. Sem a devida apuração, muitos profissionais e órgãos de comunicação chegam a transmitir as notícias inventadas, também conhecidas como *fakes* ou *fake news*, como informações verdadeiras, sendo obrigadas a publicar posteriormente uma "errata" com um pedido de desculpas pelo ocorrido.

188 Blissett, L. (1995). *Rivista Mondiale di Guerra Psichica*. Bologna: Grafton 9.

189 Blissett, L. (1998). *Quaderni Rossi di Luther Blissett*. Bologna: Luther Blissett.

No Brasil, em 2009 chegou a ser criado um site de humor especializado na produção de notícias fictícias sobre temas em alta nos *media* tradicionais, intitulado *Sensacionalista*[190]. Como o próprio nome revela, o site representa uma ironia à forma sensacionalista de fazer jornalismo no país, através da publicação de notícias absurdas, que muitas vezes acabam sendo compartilhadas nas redes sociais digitais como verídicas, por leitores desavisados. Em Portugal, do mesmo género podemos encontrar os sites *Imprensa Falsa*[191], com o slogan "Qualquer semelhança com a coincidência é pura realidade", e o *Inimigo Público*[192], um suplemento humorístico do jornal *Público*, cujo tema é "Se não aconteceu... podia ter acontecido!". Embora este último seja comandado por uma empresa, em parceria com Produções Fictícias e o Estado de Sítio, as mensagens veiculadas por ambos os sites são amplamente compartilhadas nas redes sociais digitais com o objetivo de "trollar" os demais utilizadores.

Para Massimo Di Felice (2017a), o tipo de guerrilha mediática impulsionada por Blissett tinha como inspiração os ensinamentos do livro *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu[193]. Apresentava-se como um método de defesa da ingerência dos *media* no imaginário coletivo e no cotidiano da sociedade. Em um dos documentos publicados pela sua alcunha (na revista *Guerra Psichica e Adunate Sediziose*[194]), Blissett afirmava se tratar de um personagem metodológico, cuja ideia era atrair o interesse para as suas obras, suas ações e reputações, como uma forma de "fugir da prisão da arte e mudar o mundo".

Contudo, foi sobretudo na internet que essa figura mediática conseguiu estender a sua presença, na difusão de sites, documentos, grupos de discussão e ensaios de vários géneros. Era no então chamado ciberespaço que esse Robin Hood da Informação "roubava" o espaço de fala das oligarquias políticas e das grandes corporações para dar voz ao cidadão comum, dando vazão ao seu terrorismo mediático.

A possibilidade oferecida pelo personagem, de qualquer um se tornar Luther Blissett desde que se apresentasse como parte do projeto e assinasse com o nome coletivo, seguia na mesma direção do movimento que tratarmos anteriormente,

190 O site brasileiro, criado pelo redator Nelito Fernandes (do programa humorístico "Casseta & Planeta", da Rede Globo) teria sido inspirado no norte-americano *The Onion*. Pode ser consultado em: http://www.sensacionalista.com.br.

191 Disponível em http://www.imprensafalsa.com.

192 Pode ser consultado em http://inimigo.publico.pt.

193 Cf. Tzu, S. (2006). *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM.

194 Cf. Blissett, L. (1995). *Rivista di Guerra Psichica e Adunate Sediziose* (N.º 0, Abr/Mai). Bologna: Grafton 9.

Hakim Bey. Tratava-se, assim, "(...) de um genuíno experimento existencial, um exercício de filosofia prática" (Blissett, 2000, p. 76, tradução nossa).

Tal abertura de identidade também é vista nos movimentos net-ativistas mais recentes, como Anonymous e LulzSec Portugal. A estratégia do Luther Blissett nos faz lembrar, ainda, da personagem moé japonesa Isis, protagonista de uma campanha contra o autoproclamado Estado Islâmico (aEI, também conhecido pelo acrônimo ISIS, na língua inglesa), através das ações do movimento ISIS-Chan no Twitter[195]. Após o dito grupo terrorista propagar nos *media* mundiais um vídeo no qual exigia um pagamento de 200 milhões de dólares do governo japonês em troca da libertação de dois reféns daquele país, qualquer utilizador do mundo poderia participar da identidade coletiva ISIS-Chan. O objetivo da ação colaborativa era confundir as buscas de novos adeptos do aEI e bombardear as suas páginas de domínio, a fim de "trollar" o efeito violento das mensagens veiculadas pela organização jihadista.

Embora as ações do Luther Blissett continuem a deixar as suas marcas para os movimentos net-ativistas contemporâneos, na virada do século XXI os membros por trás das ações italianas sob sua alcunha decidiram pela realização do *seppuku*, ou seja, um suicídio coletivo inspirado no ritual suicida samurai[196]. Foi essa a forma escolhida para demonstrar, de forma prática, a renúncia do personagem como lógica identitária e territorial – o suicídio como a alternativa mais extrema para a fuga de um "herói popular".

> O *seppuku* não era uma diretriz, Luther Blissett era um nome que qualquer um poderia ter continuado a usar mesmo depois da passagem para o novo milênio. Existiam países nos quais a luta com a máscara de Blissett acabava de começar e seria bom que continuasse. (...) o tornar-se estrangeiro sem nome em territórios desconhecidos: para alguns isso significava começar a chamar-se Luther Blissett, para outros significava exatamente o contrário. (...) Para aqueles que participaram, o suicídio de Blissett significou parar de

195 Oriunda de uma subcultura japonesa que retrata personagens *kawaii* (ingénuos ou "fofinhos") com o objetivo de satirizar a violência empregada na campanha mediática do autoproclamado Estado Islâmico. Esta pesquisadora, em parceria com Carlos Santos Neto, escreveu artigo sobre o tema. Cf. Santos Neto, C. & Magalhães, M. (2018). "Net-ativismo contra a campanha mediática do autoproclamado Estado Islâmico nas redes: o combate à propaganda terrorista através das ações de ISIS-chan no Twitter". In M. Magalhães, L. M. Loureiro, E. P. Costa & M. B. Ribeiro (Orgs.). *Constelações do Ativismo em Rede* (pp. 37-55). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

196 Segundo Blissett (2000), o *seppuku* prevê que depois da evisceração (a saída das vísceras pela abertura do corte feito pela espada), um segundo soldado decapite o samurai. O sentido proposto pelo personagem era o de qualquer um que adotasse o nome no futuro contribuiria para a decapitação do Luther Blissett que um dia existiu.

> assinar com esse nome, mas, ao mesmo tempo, continuar um percurso. (...) Pelo *seppuku*, Luther Blissett dará vida a múltiplos renascimentos, liberando-se do uso de um nome. (...) Portanto, realizar o *seppuku*, deixar a criatura una e múltipla em si mesma, no tempo indefinido do mito, não significa, de nenhum modo, retirar-se, mas abrir novas pistas, traçando novas rotas (...) Blissett não morre, renasce e se reencarna em muitos modos diversos (Blissett, 2000 *apud* Di Felice, 2017a, p. 150).

A questão do suicídio virtual encabeçado pelo Luther Blissett pode ser relacionada à transitoriedade das zonas autónomas temporárias defendidas pelo Hakim Bey (2001), no ponto em que este último personagem afirma que "assim que a TAZ é nomeada (representada, mediada), ela deve desaparecer (...) deixando para trás um invólucro vazio, e brotará novamente em outro lugar" (p. 6).

Ambas as estratégias, utilizadas justamente como formas de garantir a continuidade de um caminho de múltiplas identidades, remetem a outra questão fundamental relacionada aos movimentos net-ativistas contemporâneos. Na medida em que se consolidam como um partido político, organização ou instituição estruturada, com líderes e sede bem definidos, contrariam os princípios a partir dos quais foram criados, deixando a sua configuração como movimentos net-ativistas para se tornarem outra coisa qualquer, sobre a qual, diante do frescor dos casos mais recentes, pouco ainda podemos definir. Ainda assim, na tentativa de registar os seus principais traços, seguimos na retrospetiva dos experimentos de ativismo em rede que os antecederam.

4.2.2 Fase da experimentação de um novo tipo de conflitualidade

Após uma fase preparatória do net-ativismo, marcada pela influência punk no universo *cyber* e pelo espírito pirata nas ações de figuras mediáticas criadas em rede, seguimos o recorte temporal proposto pelo sociólogo Massimo Di Felice (2017a). Chegamos, portanto, à segunda fase do fenómeno, aquela da experimentação de novas formas de conflitualidade, com a expansão planetária de causas locais e a consolidação de uma nova forma digital de participação.

Apontado como emblema desse período, o Movimento Neozapatista (mais conhecido como Movimento Zapatista) distancia-se da primeira fase na medida em que experimenta as possibilidades inauguradas pelo digital não mais apenas como *media*, mas como uma nova forma de participação social. A partir do movimento criado em 1994, no estado mexicano de Chiapas, a relação com as tecnologias interativas teria ultrapassado a esfera da crítica aos meios de comunicação

tradicionais para produzir uma diferença qualitativa nas dinâmicas dos conflitos, revelando um novo caráter desse tipo de interação.

Tal experiência expressava, segundo este autor, uma transformação paradigmática no âmbito do ativismo, tanto sobre o que se entendia por ativismo, quanto sobre como o ativismo passou a ser praticado dali em diante. O uso baseado da internet para troca de informações tomou lugar no seio do movimento: expandindo o alcance de uma causa inicialmente local (liderada coletivamente por sete etnias indígenas mexicanas de origem Maya) para alçá-la ao patamar de uma preocupação global, capaz de atrair a solidariedade, sem precedentes, de pessoas de diversos continentes, conectadas ao movimento através da Internet. Por essa azão, o zapatismo ficou conhecido, nos *media*, como o primeiro movimento revolucionário do mundo pós-moderno.[197]

Também em pesquisas académicas, o movimento inicialmene mexicano é apontado por autores distintos[198] como um expoente desse marco de experimentação, por inaugurar uma nova forma de conflito ao divulgar os seus comunicados pelas redes, ampliando as suas conexões com outros movimentos sociais globais. Ao mesmo tempo em que liberavam o acesso às informações, os zapatistas convocavam a atuação da sociedade civil internacional, que não tinha uma ligação direta com as questões daquele país, mas passou a desenvolver um papel ativo no conflito entre o governo mexicano e as comunidades indígenas através da rede.

Na visão de Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz, autores de *A Revolução Invencível* (1998)[199], esse expoente é percebido em outros movimentos, como aqueles antiglobalização, constituídos após o fim da Guerra Fria, motivados pela crise do Estado de bem-estar social e pelas barreiras económicas criadas pelos monopólios multinacionais. Logo, por meio de uma nova tecnologia comunicativa emergiu um protagonismo sociopolítico disseminado num movimento de descentralização das redes, o qual abordamos de forma mais detalhada a seguir.

197 Conforme declaração do *The New York Times*. Cf. Golden, T. (2001). "Revolution Rocks: Thoughts of Mexico's first postmodern guerrilla commander". In *The New York Times*. Disponível em http://www.nytimes.com/books/01/04/08/reviews/010408.08goldent.html?mcubz=0. Consultado em 12. jan. 2014.

198 Num perspectiva mais voltada para a estrutura das redes por trás deste movimento, o Zapatismo também foi abordado em obras como a de Fábio Malini e Henrique Antoun. Cf. Malini, F. & Antoun, H. (2013). *A Internet e a rua: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

199 Cf. Di Felice, M. & Muñoz, C. (Orgs.). (1998). *A revolução invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – Cartas e Comunicados*. São Paulo: Boitempo.

4.2.2.1. O Movimento Zapatista

A atenção mediática global voltou-se para as notícias que chegavam do extremo sul do México em primeiro de janeiro de 1994. Durante a madrugada, homens e mulheres armados, com os rostos cobertos, haviam ocupado 16 municípios no estado de Chiapas, numa declaração de guerra ao exército mexicano. Na cidade de San Cristobal de las Casas, onde tomaram a sede do governo local, anunciaram-se como membros do "Exército Zapatista de Libertação Nacional" – EZLN.

À imprensa internacional e ao povo mexicano distribuíram uma declaração em que informavam o início de uma luta por diversas bandeiras, dentre as quais trabalho, terra, alimentação, saúde, educação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz, como explica o autor José Pinheiro Neves (2003):

> Do México chegavam relatos de uma insurreição armada. No Sul do país, na região de Chiapas, um grupo de guerrilheiros ocupava cidades e aldeias. Chamavam-se então "Exército Zapatista de Libertação Nacional". Para muitos, o EZLN nascia "fora de tempo". Ele seria apenas um vestígio de uma época que acabara com a queda dos regimes de Leste. Por isto mesmo, o primeiro grande triunfo dos zapatistas foi esse simples gesto de existência, o levantamento que parodiou as teses do fim da História. Essa paródia deu-se simplesmente fazendo a História com as próprias mãos (Neves, 2003, online)[200].

Os zapatistas apresentavam-se, conforme retratado no documentário *Zapatista* (1999)[201], como o resultado de 500 anos de luta popular em solo mexicano. Inicialmente contra a escravidão. Depois, na guerra da independência do México contra a Espanha. Mais tarde, na batalha para não serem absorvidos pelo expansionismo norte-americano. Em seguida, por promulgar a Constituição e expulsar o império francês das suas terras. Como também, tempos depois, contra a ditadura de Porfírio Díaz, que lhes negou a aplicação justa das leis da reforma agrária, fazendo com que o povo se rebelasse, formando os seus próprios líderes.

Naquele contexto surgiram Pancho Villa e Emiliano Zapata, homens pobres, como os de Chiapas, que em 1917 levaram ao triunfo a Revolução Mexicana, estabelecendo uma nova Constituição no México[202]. E, conforme reflete o nome esco-

200 Cf. Neves, J. P. (2003). "Os Zapatistas". In *Público*. Disponível em https://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-zapatistas-209595. Consultado em 17 jan. 2014.

201 Cf. Eichert, B.; Sandberg, S. & Rowley, R. (1999). *Zapatista* [documentário]. EUA: Big Noise. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=RxefyhSlOoQ. Consultado em 16 set. 2014.

202 No Artigo 27 da Constituição lançada em 1917 estipulava-se a posse pública de todas as terras e recursos hidrográficos, florestas e depósitos minerais. Também era estabelecido o "ejido", isto é, um

lhido para representar a nova luta dos anos 1990, foi neste último líder popular que o movimento zapatista se inspirou.

Diferentemente dos movimentos de insurreição até então retratados na História da América Latina, que embora bastante heterogéneos tendiam a projetar seus líderes, com rostos e nomes conhecidos, o porta-voz do movimento zapatista tinha o rosto coberto e se apresentava como mais um entre os demais membros do EZLN. Era conhecido apenas sob a alcunha de "Subcomandante Marcos", negando qualquer vínculo de liderança formal do movimento, atribuindo esse papel às próprias comunidades indígenas do sul do país, que cansadas de viver sob cinco séculos de exploração resolveram colocar os seus próprios limites.

Di Felice & Muñoz (1998) explicam que tal acontecimento coincidia, oportunamente, com a entrada em vigor do NAFTA[203] (acordo económico entre Estados Unidos, Canadá e México), defendido pelo então presidente Salinas de Gortari como uma promessa para posicionar o país subdesenvolvido entre os considerados "países de primeiro mundo". Em troca, porém, seria preciso adequar o México às necessidades do mercado internacional, ignorando os anseios da população e o respeito às suas tradições.

> Nós não pegamos em armas para ganhar postos ou escritórios ou algum outro lugar importante. Nós pegamos em armas porque não queríamos morrer esquecidos, para que as pessoas escutem as nossas demandas e não esqueçam que neste canto, desta pátria, México, viviam indígenas que estavam abandonados há muitos anos[204]. (...) O poder nos quer aniquilar, quer aniquilar a nossa cultura, a cultura dos indígenas, quer aniquilar a forma de organização social, quer aniquilar a sua forma de poder político, a forma que se leva a política nas comunidades, quer aniquilar como forma produtiva. Para o mercado neoliberal, o indígena não serve para nada, porque não

sistema de propriedade comum de terra. Em 1991, o então presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, na preparação para o NAFTA, alterou o Artigo 27 com o objetivo de facilitar a compra ou venda de qualquer parcela de terra, o que colaborou com a resistência indígena contra o acordo.

203 No referido documentário *Zapatista* (1999), eles são apresentados como uma grande lição de vida para todos os povos do mundo, cada vez mais dobrados aos interesses das grandes corporações. Os zapatistas representavam o inconformismo de uma população em relação ao Acordo de Livre Comércio, o NAFTA, e a consequente ameaça de destruição de seus recursos naturais, sua cultura local, seus meios de sobrevivência. Isso explicaria a razão do Zapatismo ter sido tão combatido pelo governo mexicano com o apoio financeiro e logístico dos Estados Unidos, através de uma potente força militar e policial empenhada em dar fim ao movimento – o qual alega não ter disparado um tiro sequer durante os confrontos com o Estado.

204 Depoimento extraído de um dos membros do documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*, no intervalo entre os minutos 1:41 e 2:12.

> compra, não vende, não tem cartão de crédito nem conta nos bancos, não se negociam na bolsa de valores[205].

No âmago das divergências políticas e económicas ocorreram, inicialmente, doze dias de conflitos entre o exército dos rebeldes e dos federais, que responderam ao levante zapatista com 12 mil soldados, aviões caça suíços e helicópteros norte-americanos. Até que se estabeleceu uma suposta trégua, com a possibilidade de diálogo promovida por diversos setores da sociedade civil, a fim de evitar mais mortes nos confrontos.

Don Samuel Ruiz, bispo de San Cristobal, conhecido pelos nativos como seu "padrinho", foi designado pelos zapatistas como mediador das propostas de paz e diálogo, enquanto Manuel Camacho Solis representou o governo nas negociações. Nesse momento de trégua, o exército de índios se recolheu na Selva Lacandona[206], onde continuou a desenvolver uma ação política pioneira, através do diálogo contínuo com a sociedade civil mexicana, com a sociedade internacional (que atravessava a crise histórica do modelo socialista), com as comunidades indígenas, com a imprensa nacional e internacional e também com o governo mexicano.

> Acontece que o fizeram tornando-se igualmente os mais radicais críticos do anticapitalismo tradicional. E isso é o que hoje mais nos interessa sublinhar. Não para consagrar uma nova Moscovo no coração da selva lacandona. Não para desmascarar em Marcos um novo Lenine. Mas exactamente pelo contrário. E o contrário resume-se às seguintes três rupturas que os zapatistas nos oferecem: ridicularização da nação, revolta contra o Estado, crítica das vanguardas. (...) Os zapatistas inauguram-se como uma luta nacional dos indígenas contra o Estado-nação que sempre os esqueceu (Neves, 2003, online).

Tal luta, sublinhada pelo pesquisador e historiador português José Pinheiro Neves (2003), acabou por ultrapassar as fronteiras de uma luta nacional. Embora os discursos difundidos pelo movimento criticassem o anticapitalismo tradicional, dos movimentos de esquerda x direita pela tomada de poder, os zapatistas fugiram das fórmulas antigas de fazer revolução para, de um modo original, dar

205 Parte do depoimento atribuído ao Subcomandante Marcos, transcrito do documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*, no intervalo entre os minutos 14:36 e 15:07.

206 Floresta pluvial situada no extremo sul do México.

voz aos excluídos da lógica capitalista global, seja no México ou em outras latitudes, envolvendo coletivos internacionais de géneros diversos em seu apoio.

A internacionalização do movimento

> Irmãos e irmãs da Ásia, da África, Oceania, Europa e América: bem-vindos às montanhas do sudeste mexicano. Queremos nos apresentar, nós somos o Exército Zapatista da Libertação Nacional. A voz que se arma para se fazer ouvir; o rosto que se esconde para se mostrar; o nome que se cala para ser nomeado; o amanhã que se colhe no ontem... [207]

Ainda que o movimento zapatista se baseasse na criação de "focos revolucionários" e de "áreas libertadas" capazes de expandir as ações e, consequentemente, levar os rebeldes ao poder, o objetivo do zapatismo afirmava-se outro. Conforme o comandante indígena Tacho declarou em entrevista[208], a essência do exército zapatista não se concentrava na tomada bruta de cargos e prédios públicos, mas "na conquista do coração de cada mexicano". Dito de outro modo, tal exército constituído primordialmente por indígenas buscava uma transição pacífica para uma nova sociedade, na qual os valores democráticos, de liberdade e justiça ajudassem a construir um novo país.

Massimo Di Felice (2017a) afirma que no período em que estavam retirados na Selva Lacandona, os zapatistas estabeleciam as suas relações com a sociedade civil mexicana e internacional através de comunicados assinados pelo subcomandante Marcos ou pelo "Comitê Clandestino Revolucionário Indígena" (CCRI). Logo os textos divulgados via correio eletrónico eram reproduzidos pelos principais jornais do país, chegavam à imprensa internacional e aos cidadãos comuns conectados à internet.

> As interações estabelecidas via Internet pelos insurgentes não se limitavam a um simples diálogo, mas se estendiam a uma série de formas originais de participação que, em pouco tempo, conseguiram romper os limites geográficos do conflito e o isolamento histórico das comunidades indígenas descendentes dos maias.

207 Trecho extraído do documentário *Zapatismo* (1999), *op. cit.*, entre os minutos 4:14 e 4:55.

208 Ler: Le Bot, Y. (1997). *Subcomandante Marcos. El sueño zapatista: entrevistas con el subcomandante Marcos, el mayor Moisés y el comandante Tacho, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.* Anagrama: Barcelona.

> Assim, em agosto de 1994, o EZLN chamou a sociedade civil mexicana – não os partidos ou as instituições – a uma Convenção Nacional Democrática, cujo escopo era aquele de discutir a transição em direção a uma nova sociedade. Milhares de pessoas atenderam ao convite e, superando dificuldades, distâncias ambientais e a tentativa de bloquear os acessos por parte do exército federal, transformaram a floresta em um laboratório de interação para a pesquisa de novas formas de ativismo (Di Felice, 2017a, pp. 154-155).

Nessa mesma época, os zapatistas davam continuidade ao diálogo com o governo, que tentava minimizar a força do movimento, restringindo o conflito a uma questão meramente indígena e regional, substituindo o que deveria ser um diálogo pela pressão militar. Para tal, o governo em questão determinou que o exército federal circundasse a selva em tom ameaçador, desrespeitando os acordos firmados anteriormente, contando com o apoio estadunidense na sua missão de reprimir novas articulações.

A adesão ao movimento por uma legião de apoiadores de pontos distintos do mapa dificultou a proibição do movimento pela força militar, atraindo mais de três mil participantes à Convenção Nacional Democrática zapatista, entre nativos, intelectuais e jornalistas da imprensa internacional, segundo o documentário *Um lugar chamado Chiapas* (1997)[209]. De acordo com os depoimentos apresentados em outro documentário, *Zapatista* (1999), apesar do cessar-fogo[210] inicial e da negociação firmada com o governo, que declarava tencionar uma saída pacifica para o confronto, o número de soldados em Chiapas continuava a ser incrementado como repressão aos militantes. Com as dificuldades causadas pelas provocações governistas, muitas das comunidades indígenas viram-se obrigadas a deixar os povoados em busca de proteção nas matas.

Desse modo, por meio dos comunicados lançados mundialmente através da internet, organizações não-governamentais e cidadãos comuns decidiram pressionar os representantes dos governos mexicanos nos seus respetivos países, com a finalidade de cessar a repressão militar aos manifestantes. Todas as embaixadas mexicanas na Europa foram ocupadas por apoiadores que reivindicavam a retirada do exército federal da selva. Outra forma de reivindicação foi o envolvi-

209 Cf. Wilde, N. (1997). *Um lugar chamado Chiapas* [documentário]. CAN: Zeitgest Video. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jaP9hbBZBdQ.

210 Ainda segundo o documentário *Um lugar chamado Chiapas* (1997), *op. cit.*, o cessar-fogo foi interrompido logo após o governo mexicano receber 47,5 bilhões de dólares de empréstimo do governo norte-americano, em 9 de fevereiro de 1995. A partir desse marco, foi iniciada uma ofensiva com o objetivo de prender os rebeldes do movimento.

mento de intelectuais, personalidades artísticas e políticas de diversas partes do mundo na elaboração de cartas direcionadas ao presidente mexicano, com um pedido de respeito aos direitos dos índios chiapanecas.

O movimento conquistou ainda mais popularidade internacionalmente após o entendimento que aquele levante, inicialmente percebido como uma reação contra a força nacional mexicana, representava também uma guerra contra o capital financeiro e as suas especulações – que tomava decisões pelo México e por tantos outros países submetidos às suas leis. Neste ponto residia a importância de levar o grito indígena a outros territórios, que embora não compartilhassem de um mesmo contexto cultural enfrentavam problemas semelhantes, questões que permaneceram no cerne de movimentos que sucederam o zapatismo, a exemplo do Occupy Wall Street, dos Indignados espanhóis, da Geração à Rasca portuguesa e de tantos levantes mundo afora.

Com as atenções da sociedade civil internacional voltadas para o confronto, o governo mexicano sentiu-se intimado a recuar com a ação militar, evitando assim um preço político contraproducente, na opinião de Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz (1998). Estes recorrem a Garcia Leon, historiador mexicano, para definir a tentativa do exército federal de capturar os insurgidos: "algo parecido à tentativa de pegar o arco-íris".

> Naquela ocasião o sub-comandante Marcos, em nome da EZLN, assim falou aos presentes: "Aqui neste lugar, no coração da Selva, um punho de índios cortou árvores, com os troncos construiu bancos e no meio da montanha entupida construiu um estádio, um anfiteatro, onde à primeira vista as cascas de madeira pareciam uma concha, a Chiglia de uma nave, a cobertura de lona, uma vela, a tribuna e cabine de comando, o pedestal do microfone, o timão. Nesta arca chegaram mais de seis mil pessoas, provenientes de todas as partes do país, sobreviventes ao dilúvio. Eram peregrinos em caminho versus uma meca imaginária? Eram bacanieri, ladrões, brigantes, revolucionários, militantes sociais, mexicanos em busca do sonho perdido que queriam subir em uma nave inventada na selva, que na realidade não era uma nave, mas uma metáfora, uma borboleta, um besouro que se chamava utopia"[211].

A convocação da sociedade civil nacional e internacional não se resumia, para os zapatistas, a uma ação estratégica voltada apenas para pressionar o governo, mas

211 Discurso do subcomandante Marcos em ocasião da Convenção Nacional Democrática, acontecida em agosto de 1994 na Selva Lacandona, reproduzido em *A revolução invencível* (Di Felice & Muñoz, 1998).

correspondia à essência da própria ação política. Longe de se constituir uma vanguarda revolucionária com um projeto político claro, o movimento zapatista era absorvido mais como uma fonte de inspiração de resistência para outros povos, sobretudo para aqueles que vinham cedendo aos interesses das grandes corporações. Apesar de atuar como um braço armado, o exército zapatista era alçado dia a dia como um interlocutor da sociedade civil nacional e internacional, junto às quais lutava por uma nova sociedade.

Como prova disso, em 1995 foi realizada uma consulta pública (no México e em outros países) para indagar a forma política que o movimento deveria assumir a partir dali: o da constituição de uma força político-partidária ou da sua continuação como exército. A partir da Convenção Nacional Democrática surgiu a Frente Zapatista de Libertação Nacional, uma organização paralela, não armada, presente no interior da sociedade civil, a fim de atuar através de comitês e de várias atividades, em prol de uma transição pacífica a caminho de uma nova sociedade.

Com a organização do Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo na Selva Lacandona, em agosto de 1996, do qual participaram delegações de cada um dos continentes, o Exército Zapatista quebrou o cerco novamente. Demonstrou, mais uma vez, a incircunscritibilidade do movimento, da sua luta e das suas reivindicações, originando, assim, uma nova forma de pressão política e de conflito absolutamente difícil de ser controlada, pelo fato de não se dar mais num lugar geográfico específico, mas sim num espaço comunicativo sem limites.

Ao longo dos dias do evento a comunicação com quem não estava presente na Selva Lacandona era estabelecida por meio de um telefone celular. Através do aparelho, o Subcomandante Marcos, diretamente da Selva, saudava os participantes em nome do Exército Zapatista, enquanto a sua voz era reproduzida por caixas de som espalhadas em pontos distintos do país, como a Praça do Zocalo – ponto emblemático de encontros políticos na Cidade do México –, e dali reproduzidos mundialmente.

> Quebrando o muro e a distância que mantinham separados e incomunicantes o mundo indígena e o mundo dos brancos, o mundo da floresta e o mundo da cidade, naquele dia a tecnologia permitia o que por mais de cinco séculos fora proibido.
> A floresta invadiu a metrópole e as comunidades indígenas, através da voz do sub-comandante Marcos falou aos habitantes da cidade, concretizando o sonho de Zapata de "unir as mãos calosas do campo àquelas da cidade".

> Daquele dia em diante, outras "mãos se juntaram" recolhendo o ouvinte "eletrônico" que na Espanha, na Alemanha, na França, na Grécia, na Áustria e na Itália se transformou em atividades de solidariedade, "sit-in", encontros e debates (Di Felice & Muñoz, 1998, p. 19).

Além de manifestações em diversos países (apenas na Itália, uma das manifestações pró-zapatismo conseguiu reunir 10 mil manifestantes), foram organizadas coordenações nacionais entre os grupos de apoio das nações parceiras na luta indígena, que funcionavam em contato direto com Selva Lacandona. Entre os atos mais significativos destacados por estes autores consta o episódio de 31 de janeiro de 1997, quando centenas de manifestantes se apresentaram aos consulados mexicanos nos Estados Unidos em protesto ao estado de guerra do México, reivindicando uma solução pacífica para a questão indígena.

> Zapatistas são aqueles que... bem, existem várias formas. Alguns são membros da organização, outros são o que chamamos de *s*, de simpatizantes. Se sentem zapatistas e nós não podemos negar isso. Então dizem: "Eu sou um zapatista". Bem, você é um zapatista. Ou: "Eu irei colaborar no que puder". Bem, então colabore. Dessa maneira existem várias pessoas que se consideram zapatistas[212].

O alcance internacional do movimento, assim como a abertura da identidade zapatista a qualquer um que se identificasse com as causas pelas quais os índios de Chiapas lutavam naquela altura – período em que o mundo vivia em conflito com o mercado internacional, que determinava a subida e a queda dos preços conforme os seus interesses, produzindo diversos efeitos do neo-liberalismo para índios, estudantes, negros, imigrantes e excluídos de várias partes do planeta –, revelam-nos uma característica bastante recorrente nos casos de net-ativismo estudados na presente investigação, referente à formação de grupos.

> Se eles estão sofrendo exploração, se estão sofrendo moléstia, se estão sofrendo intimidação, estão sofrendo de não receber o salário justo, então eles podem ser considerados zapatistas porque essa é a nossa luta também. Porque é o que queremos. Creio que é por isso que há muitas pessoas que

212 Depoimento do Comandante David exibido no documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*, no intervalo entre 24:07 e 24:38.

> simpatizam com a gente, porque, na realidade, é isso o que está sofrendo a grande maioria do nosso país e do mundo[213].

Em Portugal, por exemplo, ainda que os dois países estivessem aparentemente em posições históricas distintas – Portugal como potência colonial e o México como antiga colônia espanhola –, a luta zapatista mereceu a atenção não apenas da imprensa, como também da academia.

No texto "A Luta Zapatista"[214], publicado inicialmente em 1994, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que para além das aparências de Portugal como um país europeu desenvolvido e do México enquanto país latino-americano pertencente ao Terceiro Mundo, tratavam-se de dois países de desenvolvimento intermédio, cujos governos recorriam à integração das suas economias em espaços económicos de países desenvolvidos, com o objetivo de promover os seus países ao escalão superior. No caso de Portugal, com a integração da Comunidade Europeia e com a chegada da indústria Ford-Wolkswagen, que o teriam alçado ao status de "industrializado". No caso mexicano, com a turbulenta entrada daquele país no acordo de livre comércio (NAFTA).

> Estas promoções fáceis chocam com a revolta dos camponeses em Chiapas ou com a destruição de uma agricultura familiar em Portugal. No México, as terras férteis estão a ser compradas pelos americanos. Em Portugal, os bancos rentáveis estão a ser comprados pelos espanhóis (Santos, 2001, p. 82).

A identificação de tantos povos que pouco aparentavam em comum com as questões zapatistas (até a transformação da sua problemática local para uma preocupação global) faz-nos observar algumas semelhanças com casos como Hakim Bey e Luther Blissett, bem como outras expressões de colaboração em rede mais recentes. O "zapatista", enquanto símbolo de luta ou personagem mediático, apresentava-se como um a figura central de um movimento aberto. Nesse caso, não como uma ideologia ou rotina acabada, mas como uma espécie de intuição, algo de tão flexível poderia ser encontrado em qualquer lugar.

Tais elementos podem ser reforçados por diversos depoimentos de manifestantes replicados em livros, nas redes e em registos audiovisuais sobre o movimento, como no documentário *Zapatista* (1999), quando um dos militantes propõe

213 Transcrição do discurso de Zebedeu, registado no documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*, entre os minutos 29:31 e 30:12.

214 Cf. Santos, B. S. S. (2001). "O movimento zapatista". In *A cor do tempo quando foge. Crónicas 1985 – 2000* (pp. 81-82). Porto: Edições Afrontamento.

questões-chave, porém bastante abrangentes, para o entendimento da causa: "o que me faz assim?", "o que me exclui?", "o que me faz isolado?".

> E a resposta que se dá é diferente para os indígenas mexicanos, como por exemplo para os indígenas norte-americanos ou para os imigrantes na Europa, ou para o movimento e resistência na Ásia ou para os negros na África. Em cada lugar essa resposta é diferente. O Zapatismo simplesmente faz a pergunta e adianta que a resposta é plural, que a resposta é inclusiva e deve ser tolerante[215].

Naquele contexto de economia global em que o México se destacava com uma mina de ouro para a exploração – e o levante de Chiapas representava uma grande ameaça ao NAFTA – empresas de qualquer lugar do mundo poderiam se instalar, da mesma forma, em terras mexicanas, portuguesas ou em qualquer outro lugar do mapa onde pudessem pagar menos e explorar o trabalho daqueles que lá viviam. Em síntese, mais do que uma questão local, o movimento zapatista representava uma luta por democracia, justiça e liberdade, seja dentro do México, seja fora das suas fronteiras geográficas.

A estética zapatista

Ao longo da história, os países latinos e sul-americanos tiveram que lidar, de maneiras distintas, com uma série de imposições relacionadas à religião, à língua e às tradições culturais por parte dos países que os colonizaram. O mesmo ocorreu frente à resistência – ou, em alguns casos, subserviência – a modelos políticos e linguagens que não expressavam a sua diversidade enquanto povo. Esse talvez seja um dos feitos mais marcantes do movimento zapatista: a linguagem que permeava o seu discurso procurava afastar-se, desde o princípio, das linguagens comuns adotadas pela maior parte dos movimentos de esquerda antecessores, ao apostar numa referência da própria cultura indígena e das visões de mundo que fazem parte desta cultura, excluídas do processo de construção das nações vizinhas.

Em trechos dos discursos do Subcomandante Marcos, sobre o qual pouco se conhece e tanto se especula, sobretudo a respeito da sua formação superior na área de Filosofia[216], percebemos constantes reverências aos seus superiores, "os

215 Depoimento anónimo publicado no trecho compreendido entre 50:00 e 50:55 do documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*

216 Segundo o Subcomandante, tal nome teria sido escolhido em homenagem a um falecido colega, como parte de uma ideologia que incluía adotar os nomes daqueles que morreram para mostrar que

melhores homens e as melhores mulheres das etnias tzeltl, tzotzil, chol, tojolabal, mam e zoque", com os quais o porta-voz orgulha-se por ter convivido durante mais de uma década, colocando à disposição desses povos a sua alma, as suas armas e as suas palavras andantes.

Como antecipamos no tópico anterior, os zapatistas não elaboraram um plano político-partidário claro, fator que impedia os jornalistas e pesquisadores das Ciências Sociais de classificá-los junto aos movimentos comuns de esquerda. Não existia, sequer, a intenção de conquistar o poder de forma revolucionária para depois manter-se no topo a qualquer custo, evitando cair num movimento cíclico condenado por outra figura mediática apresentada no nosso mapeamento, o Hakim Bey (2001).

A proposta de atuação do EZLN envolvia a superação da lógica política tradicional, recusando os instrumentos clássicos adotados pelos partidos e organizações de esquerda: a política (como arte do compromisso) e as eleições e estruturas hierárquicas do partido (com o objetivo prioritário da luta pelo poder, por vezes conquistado através de revoluções). Pelo contrário, as comunicações proferidas pelo Subcomandante explicitavam que o caminho a ser escolhido sempre seria o da dignidade, fosse este o caminho da paz digna, da vida digna ou da morte digna.

Massimo Di Felice (2017a) revela mais um diferencial da atuação do EZLN, que se apresentava como algo mais radical e alternativo no ponto em que não propunha um modelo de sociedade. Em seu lugar, convoca a sociedade, as organizações não-governamentais, os movimentos populares e os cidadãos comuns a construírem esse modelo, lado a lado com vários grupos étnicos que faziam parte da nação mexicana.

> Há entre nós, como em Nossa Grande Nação Mexicana, sangue indígena e sangue mestiço. Estamos orgulhosos dos dois e aspiramos ser parte de todos os sangues que são dignos. O país que queremos, queremos para todos os mexicanos e não só para os indígenas. A Democracia, a Liberdade e a Justiça que queremos, queremos para todos e não só para os indígenas. Não queremos separar-nos da Nação Mexicana, queremos ser parte dela, queremos que nos aceitem como iguais, como seres dignos, como seres humanos[217].

"um não morre se a ideia continuar". Por algum tempo especulou-se que Marcos correspondia a uma sigla referente às primeiras comunidades onde o EZLN se levantou – Las Margaritas, Altamirano, Rancho Novamente, Comitan, Ocosingo, Oxchuc e San Cristobal.

217 Comunicado de 17 de novembro de 1995 do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, publicado em *A revolução invencível* (Di Felice & Muñoz, 1998, p. 21), *op. cit.*.

Comunicados como este, parcialmente transcrito acima, tiveram um papel fundamental na visibilidade do fenómeno, pautando, através da internet, os principais meios de comunicação de imprensa, unindo o universo indígena, mítico e ao mesmo tempo contemporâneo, ao metropolitano da sociedade de consumo e de massa (Di Felice & Muñoz, 1998). E a linguagem sincrética adotada pelo porta-voz do movimento nos seus escritos, capaz de incorporar diferentes estilos literários americanos e europeus (sem deixar de lado os causos e contos míticos da cosmogonia Maya), teria sido responsável por conferir uma pluralidade linguística capaz de envolver interlocutores de contextos socioculturais distintos.

Contudo, embora tenha se apresentado apenas como porta-voz do movimento, não se pode negar o protagonismo mediático alcançado pelo Subcomandante Marcos. No documentário *Um lugar chamado Chiapas* (1999), ainda que os próprios indígenas declarassem em depoimentos não conhecer o seu rosto ou detalhes sobre a sua vida pessoal, o governo mexicano identificava-o como um mestiço, professor de Filosofia e Comunicação, oriundo da Cidade do México[218]. Nas palavras da cineasta canadense Nettie Wild, realizadora desta obra audiovisual, um mexicano miscigenado que veio da selva para entrar na internet, revolucionando a música e a tecnologia da nova era. "A mídia é o míssil de longo alcance de Marcos. Para manter a atenção do mundo sobre os zapatistas, Marcos precisa constantemente se reinventar, bem como a imagem da revolução" [219].

Essas "palavras eletrónicas andantes", preocupadas em traduzir a essência do movimento zapatista à sociedade civil nacional e internacional, primavam por uma estética própria e estratégica. Tal estética atraiu desde jornalistas de moda da revista francesa *Marie Claire*, que registaram o estilo dos zapatistas num editorial especial da época, a movimentos culturais de origens diversas mundo afora, entre eles o Movimento Manguebeat[220], no Brasil.

218 Em 1995, um ano após o princípio do levante, o governo mexicano declarou publicamente conhecer a identidade do Subcomandante Marcos, acreditando tratar-se de Rafael Sebastián Guillén Vicente (nascido em 19 de junho de 1957, em Tampico), ex-aluno da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e professor da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM), em Cidade do México.

219 Análise exibida no intervalo entre 18:19 e 18:36 do documentário *Um lugar chamado Chiapas* (1999), *op. cit*.

220 Movimento da contracultura surgido em Recife, Pernambuco, nos anos 1990, com a proposta de misturar ritmos regionais, como o maracatu, com o rock, hip hop, funk rock e música eletrónica. Trazia como principais críticas o abandono económico-social do mangue e da desigualdade social de Recife e do Nordeste em geral. No seu lançamento, foi criado o manifesto "Caranguejos com Cérebro", por Chico Science e Fred Zero Quatro. Este último, para além da canção "Desafiando Roma", já declarou em diversas entrevistas ter se inspirado nos zapatistas para a criação do movimento brasileiro.
A pesquisadora Ilana Almeida Monteiro desenvolveu dissertação de Mestrado sobre o tema. Cf. Monteiro, I. A. S. (2012). *Na lama da Manguetown: a comunicação e o cotidiano do homem caranguejo na*

O zelo com a linguagem e a originalidade das palavras difundidas em rede pelo Movimento Zapatista chegou a ser retratado tanto em pesquisas académicas quanto em canções. Como exemplo, transcrevemos parte da letra de "Desafiando Roma", composta pela banda Mundo Livre S/A, uma das fundadoras do "movimento mangue" brasileiro:

> Salve Marcos!
> Salve, Salve!
> Combatente da contra-informação
> Envenenando as redes
> Cyberpunk com fuzil na mão
> Disseminando a contra-hegemonia (...)
> Essa parte do texto eu ainda estou maquinando
> Tem que ser direto e epidêmico
> Não esquecerei de mencionar os banqueiros americanos
> César há de tremer
> Viva o México! [221]

A originalidade presente no desenvolvimento de uma nova linguagem que rompia com os modelos anteriores foi capaz de provocar mais perdas e derrotas ao governo mexicano que qualquer tipo de ataque ou insurreição tradicionais. Para Di Felice (2017a), se durante cinco séculos a América Latina vinha lutando contra a imposição de linguagens eurocêntricas, visões de mundo políticas, económicas e religiosas "ensinadas" como verdadeiras e inquestionáveis[222], havia chegada o momento de superar essa tradição, através de uma linguagem tipicamente latino-americana, "contaminada", onde cabiam "todos os mundos" – uma linguagem "poliglóssica" e, portanto, antidogmática.

cidade mídia [Dissertação de Mestrado]. Repositório institucional do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Consultado em 7 fev. 2016.

221 "Desafiando Roma", Mundo Livre S/A. Álbum *Guentando a ôia (1996)*. Excelente Discos. Em 2004, o grupo lançou outro álbum, *O outro mundo de Manuela Rosário,* baseado numa personagem fictícia simpatizante dos zapatistas. O álbum do cantor, músico e compositor, um dos fundadores do Manguebeat, é repleto de alusões ao movimento mexicano.

222 Não podemos desconsiderar, porém, os movimentos de resistência nos países colonizados, mesmo antes da proclamação das suas independências, o que nos leva a pensar na colonização como um processo contraditório, não linear e, nem de longe, pleno em relação ao imaginário coletivo. Sobre o tema consultar a produção literária do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, da qual destacamos, na perspetiva indígena: Castro, E. B. V. (1992). *From the Enemy's Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society.* Chicago/London: The University of Chicago Press.

Ainda assim, o sociólogo italiano reforça que por mais que essa nova linguagem integrasse as tradições filosóficas, políticas e literárias europeias – de *História do Almanaque*, de Bertolt Brecht (1987)[223], a *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes (2008)[224] – à visão de mundo e às influências dos descendentes dos maias, das camponeses, das crianças e das mulheres do sul do México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional não se enquadrava nas categorias políticas e ideológicas europeias que marcaram a conflitualidade social moderna.

Primeiramente, pela sua composição fortemente indígena, seguida pela atuação transnacional através da internet e da divulgação das produções audiovisuais para a imprensa e a sociedade civil mundial, que participavam ativamente das consultas e encontros de apoio em diversas partes do globo. Por fim, justamente por não se tratar de uma luta exclusivamente indígena – o que poderia ser supostamente resolvida com a demarcação de territórios e atribuições de cotas por etnias –, mas por reivindicar "Democracia, Liberdade e Justiça" para todo o território mexicano.

Ou seja, embora tenha partido dos índios, a luta clamava por valores mais democráticos a toda a nação. Aqueles manifestantes não estavam em luta por áreas protegidas, reservas e quotas para que seus grupos e etnias compartilhassem dos benefícios da sociedade do capital ou da justiça maquiada pelos direitos reparatórios das culpas antigas. A projeção internacional do movimento, nas análises de Massimo Di Felice & Muñoz (1998), fez com que as reivindicações particulares e regionais ultrapassassem os espaços de representações da política moderna.

Ainda segundo os autores, se desde as lutas independentistas a linguagem e a atuação política latino-americanas sofreram marcas de uma introjeção dos ideais e das categorias iluministas que moldavam os conceitos políticos – e com estes, a representação de conflitualidade social –, a luta zapatista afastava-se daquela pela conquista do poder e da direção política do espaço, dos sindicatos e dos partidos. O modo dos zapatistas era um modo "ni modos", ou seja, "sem modos".

> O que buscamos, aquilo de que precisamos e que queremos é que todas essas pessoas sem partido, sem organização, entrem em acordo sobre aquilo que não querem e sobre como é possível se organizar para alcançarem esse objetivo (preferindo vias civis e pacíficas); não almejamos tomar o poder, mas sim exercê-lo. Já sei que dirão que é utópico e pouco ortodoxo, mas esse é o

223 Cf. Brecht, B. (1987). *História de Almanaque*. Lisboa: Vega.

224 Cf. Cervantes, M. (2008). *Dom Quixote de la Mancha*. Lisboa: Relógio d'Água.

> método dos zapatistas. "Ni modos"... Nós temos traçado um percurso novo e radical que todas as correntes políticas criticaram e veem com desconfiança, vocês inclusive. Estamos desconfortáveis. "Ni modos", assim é o método dos zapatistas. (Subcomandante Marcos *apud* Di Felice, 2017a, p. 160).

A metáfora da "ponte", também proesente nos discursos dos zapatistas reproduzidos por estes autores em *A revolução invencível* (1998), exprime o movimento como um meio de trânsito do *velho* para o *novo*, revelando as pretensões do grupo enquanto atores e forças políticas: a tendência ao desaparecimento. E as ações refletiram essa metáfora, já que desde a tomada simbólica e temporária dos municípios mexicanos, em 1994, as armas foram substituídas por uma atuação voltada para a comunicação eletrónica que alçou os zapatistas a uma nova forma de conflitualidade transnacional, dinâmica e comunicativa, com o deslocamento dos papéis e a multiplicação dos seus atores, incluindo nestes os comitês de apoio espalhados pelo globo – partes ativas, atores diretos dos conflitos capazes de intervir e pressionar o governo mexicano através dos *media* e das novas formas de atuação.

> Transferindo o conflito para os "bits eletrónicos", os zapatistas fizeram da linguagem sincrética e das "palavras digitais" as suas armas principais. Se a linguagem ideológica da política moderna ocidental contrapunha, de forma dialética e exclusiva, verdade a verdade, ideologia a ideologia, bandeira a bandeira, líder a líder, a linguagem e a representação lógica dos zapatistas criavam uma linguagem mestiça a que e na qual tinham acesso e voz "todos os mundos" (Di Felice, 2017a, p. 163).

Talvez por isso, no espaço eletrónico, essas palavras andantes tornavam-se as armas principais dos neozapatistas, numa linguagem distante dos purismos, contaminada por mitos, leituras e ideologias múltiplas capazes de fazer da própria forma um conteúdo original e expressão do espírito latino-americano. Tal linguagem manteve-se presente durante os anos que sucederam o movimento, cujas ações apareciam e desapareciam rapidamente, desinteressadas numa prática política institucional e duradoura. Desde a ocupação da Cidade do México, movimentos de diversos géneros difundiram-se mundialmente reproduzindo formas de conflitualidade sem líderes, vanguardas, partidos ou bandeiras, espalhando um sentimento de não conformação diante da lógica economicista neoliberal.

Embora o seu porta-voz já se declarasse "um homem morto" – pelo fato da morte não o assustar mais, já que era preciso conviver com o alto índice de mor-

talidade infantil nas famílias indígenas de Chiapas e com o assassinato de muitos dos seus irmãos de militância – o movimento zapatista "cometeu suicídio". A exemplo do que foi proposto pelos movimentos estudados anteriormente, a estratégia dos zapatistas era desaparecer para se perpetuar em outras caras, outras latitudes e outras histórias. Antes de partir, entretanto, eles deixaram a sua mensagem.

> Venham, irmãos. Ir, nós não podemos. Grande é a sua força se fizerem dela uma só. Venham, não haverá fogo para receber seus passos nem fechado estará nosso coração para sua palavra. Venham. Um nome nós temos, Já não morreremos, Deixem-nos dançar[225].

Não podemos deixar de registar, contudo, que mesmo após a decisão de retirada oficial do levante zapatista, o movimento, de fato, não teve um fim. Tanto que, 23 anos depois do início da insurreição em Chiapas, após longos períodos de especulação sobre a constituição de um partido político – contrariando a inclinação inicial do movimento – o Congresso Nacional Indígena (CNI) mexicano, apoiado pelo EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), anunciou a primeira candidata zapatista às eleições presidenciais mexicanas de 2018, Maria de Jesus Patrinez[226].

> Em um comunicado, o EZLN e o CNI chamaram os indígenas do país a "nos organizar em todos os rincões do país para reunir os elementos necessários para que o Conselho Indígena de Governo e nossa porta-voz seja registrada como candidata independente à presidência do país, e assim fazê-los perder sua festa baseada em nossa morte e fazer nossa própria baseada na dignidade, na organização e na construção de um novo país e um novo mundo"[227].

A candidata em questão já atuava como porta-voz do Conselho Indígena do Governo. Caso vencesse as eleições de 2018, deveria exercer o compromisso de continuar a atuar segundo as decisões tomadas coletivamente pelos zapatistas.

225 Comunicado Zapatista de 12 de Março de 1995, reproduzido no documentário *Zapatista* (1999), *op. cit.*, no intervalo entre os minutos 50:55 e 51:25.

226 A candidata em questão nasceu na comunidade dos índios nahua em Tuxpan, no Estado de Jalisco. Médica tradicional, desde 1994 é porta-voz da sua comunidade. Desde então, vem atuando em hospitais de comunidades indígenas e militando pelos interesses dos nativos mexicanos.

227 Discurso reproduzido pelo *Portal Vermelho*, em 20 mai. 2017, em reportagem intitulada "Zapatistas anunciam candidatura à presidência do México". Disponível em http://www.vermelho.org.br/noticia/297555-7. Consultado em 4 jul. 2017.

O movimento, por sua vez, após negar durante décadas a participação nas formas políticas tradicionais, argumentou ter lançado a sua candidatura à presidência como uma alternativa para o fortalecimento da luta indígena. "Não é que nos interesse o processo eleitoral, os votos ou ganhar a presidência. Nós queremos voltar a visibilizar a luta indígena, como fez o EZLN em 1994"[228].

228 Afirmou Carlos Gonzáles, um dos porta-vozes do CNI, em entrevista reproduzida pela reportagem referida na nota anterior.

CAPÍTULO 5

PROTESTOS E SUBVERSÕES NA FASE DA *WEB 2.0* E DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Após uma incursão pelos caminhos preparatórios para o net-ativismo tal como o conhecemos hoje, com destaque para essa última passagem pelo movimento zapatista como expressão de uma fase de experimentação dos primeiros conflitos mediados pela internet, oferecemos a seguir uma análise da evolução acelerada das redes sociais digitais. Propomos esse percurso com o intuito de compreender as transformações refletidas nas qualidades dos movimentos net-ativistas contemporâneos.

Sem a pretensão de realizar uma investigação apurada sobre a conceituação de cada uma dessas redes, tratamos aqui de alguns apontamentos gerais que possam facilitar a contextualização dos movimentos net-ativistas mais recentes, na dimensão da própria evolução das plataformas, sites e aplicações oferecidos ao longo do primeiro quarto de século de criação da Internet. Destacamos, desse modo, os mais relevantes na seara dos movimentos investigados, divididos em dois breves momentos, por uma ordem cronológica de surgimento e popularização entre os ditos utilizadores.

5.1. Das redes do IRC ao MSN Messenger

Numa época em que a comunicação através das redes digitais ainda se baseava na internet discada, via linha telefónica, as redes do IRC (*Internet Relay Chat*) surgiam como uma revolução relativa à troca de conteúdo e ao contato com outros membros da rede, possibilidades antes limitadas ao correio eletrónico. Se antes era

necessário criar uma conta de e-mail e conhecer o endereço de correio eletrónico do destinatário para enviar mensagens, essa rede de *chats* segmentada por temas de interesse, região (cidade, estado, país) ou mesmo canais de ajuda sobre como lidar com aquela tecnologia emergente, possibilitou que qualquer utilizador, através da criação de um pseudónimo, acedesse a um desses canais onde outros utilizadores estivessem igualmente conectados e acessíveis para diálogo.

O IRC, projetado pelo programador finlandês Jarkko Oikarinen ainda em 1988, surgiu com a proposta de criar um sistema de teletexto que oferecesse recursos avançados a quem o acedesse (a exemplo de conversas públicas em massa, entre milhares de utilizadores separados por canais), com a possibilidade do bate-papo e da troca de arquivos acontecerem de forma individual ou em grupo – e a princípio, sequer havia um avatar de identificação.

Inicialmente restritas ao âmbito académico, com a abertura comercial da internet ao grande público em 1993, qualquer pessoa assinante de um provedor de acesso poderia se conectar a essas redes do *Internet Relay Chat*, geridas por operadores responsáveis por expulsar os chamados utilizadores que ferissem a etiqueta virtual. Com o passar dos anos, novas redes do IRC foram criadas e popularizadas em mais de 60 países, com salas viruais de jogos e enquetes, consideradas inovações para o final da década de 1990[229]. Em Portugal, tal protocolo de comunicação textual entre canais ou salas de chat foi bastante acessado através da Rede IRC Portuguesa PTnet[230], entre os anos 1997[231] e 2003, alcançando o posto de nona rede em nível mundial em número de acessos na época, com picos de 25 mil utilizadores[232] – que pouco tempo depois começaram a aderir a outras redes emergentes, repletas de inovações conectivas.

A decadência dos canais do IRC seguiu, de fato, uma tendência universal naquele ano, na medida em que apareciam programas de mensagens instantâneas como o MSN Messenger (desenvolvido pelo MSN, como uma espécie de chat atrelado aos e-mails). Entre as vantagens do Messenger, estava a possibili-

229 É válido acrescentar que o IRC alcançou fama internacional durante 1991, com a Guerra do Golfo Pérsico, devido à apropriação da rede para constantes atualizações de informação provenientes de todo o mundo, através dos chamados utilizadores, que se reuniam num único canal para ter acesso aos relatos mais recentes. A mesma tendência foi observada durante o golpe contra Boris Yeltsin, em setembro de 1993, período em que utilizadores do IRC de Moscovo emitiam relatos em direto acerca da evolução da situação.

230 Ainda disponível em http://www.ptnet.org. Consultado em 25 set. 2015.

231 Contudo, estudos apontam para as primeiras conexões da PTnet em 1995, com uma ligação experimental entre a Universidade do Algarve (UALG) e a Universidade de Coimbra (UC).

232 Dados retirados do texto *História do IRC/PTNET* (2002), de Ricardo Alexandre Alcântara Mateus Ventura da Fonseca. Disponível em https://student.dei.uc.pt/~rfonseca/Site_Antigo/historia.htm. Consultado em 25 set. 2015.

dade de selecionar os membros da sua rede de bate-papo, montando o seu próprio canal a partir dos contatos de interesse, sem necessariamente estar disponível online para "utilizadores" estranhos, como acontecia anteriormente quando se entrava num canal qualquer. Esse processo de migração digital também foi motivado pela chegada de novos recursos de conversa em vídeo, webcams e voz, jogos do portal MSN, além da manutenção das salas de conversa comunitárias para quem optasse por conhecer novos membros.

Entretanto, cerca de duas décadas depois do ápice do IRC mundialmente, e mesmo com o lançamento de redes inovadoras que o tornariam obsoleto nesse intervalo de tempo, os diálogos mediados por esse sistema de teletexto continuam até hoje como preferência de um público bem específico: os Anonymous. É nos canais do IRC que os seus membros, assim como os membros do LulzSec e de outros movimentos hackers espalhados pelo planeta, podem criar salas, reunir-se, discutir de forma gratuita e livre de monitoramento sobre questões relacionadas aos protestos e ataques, sem o receio de terem seus IPs rastreados[233]. Além da possibilidade de anonimato, uma vez que a identificação dos participantes do canal deve ser feita a partir de *nicknames*, todo o conteúdo dos diálogos é criptografado, garantindo um acesso seguro que outras redes não oferecem.

5.2. Do Orkut ao Facebook

Se, de um lado, o programa de mensagens instantâneas criado pela Microsoft Corporation em 1999, o Messenger, atraiu uma migração digital em massa das redes do IRC – transformando o antigo sistema num espaço de encontros para os saudosistas ou para as consideradas "subculturas", como os mencionados hackers –, por outro lado, experimentou uma evasão semelhante dos ditos utilizadores com a chegada de novas redes sociais digitais, sendo substituído definitivamente em 2013 pelo Skype (programa de chamadas em vídeo e chats em tempo real pertencente à mesma companhia).

O Orkut, criado em 2004 pelo engenheiro turco da Google Orkut Büyükkökten, é exemplo de uma dessas redes. Segundo a pesquisadora brasileira Raquel Recuero, que no livro *Redes Sociais na Internet* (2009)[234] publica uma relação dos principais sites de redes sociais desenvolvidos até 2008, este sistema foi criado

233 Abreviação de *Internet Protocol,* o IP é uma identificação única atribuída a cada computador conectado a uma rede; isto é, uma espécie de documento de identificação de cada máquina ou *gadget* (tablet, smartphone etc.).

234 Cf. Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Editora Meridional.

pelo engenheiro, também estudante da Universidade de Standford, no seu período de horas vagas, a partir de uma versão embrionária denominada Club Nexus, lançada em 2001. Com a aquisição deste último e posterior lançamento pela Google em janeiro de 2004, o Orkut combinava diversas características de redes sociais digitais anteriores (como a criação de perfis focados em interesses, a profusão de comunidades e até mesmo exibição dos membros ou "amigos" da rede social de cada ator) (Recuero, 2009, p. 166).

No Brasil, a plataforma esteve no topo da preferência entre os brasileiros durante anos[235], representando, em 2007, 53,41% do total de "utilizadores" desta rede. Portugal esteve em sétimo lugar no mesmo ranking, com 0,39% de portugueses entre o volume total, atrás, além do Brasil, dos Estados Unidos (18,27%), da Índia (15,89%), do Paquistão (1,18%), do Reino Unido (0,54%) e do Japão (0,41%)[236].

Como vinha se tornando comum a outras redes naquela época, a exemplo do hi5[237], o Orkut oferecia aos seus membros a criação de uma página individual, com definições pessoais, profissionais, interesses, depoimentos de amigos, álbum de fotografias etc. A princípio, tratava-se de um sistema que "apenas permitia o cadastro através de um convite feito por um outro ator que já estivesse cadastrado" (Recuero, 2009, p. 166), o que acabou valorizando a entrada dos também chamados tecnoatores nessa rede.

A partir do momento em que determinada página pessoal era elaborada na rede, o criador em questão poderia enviar e receber solicitação de amizades, com a oportunidade de aceitar ou rejeitar os convites que recebesse, bem como bloquear diretamente os contatos indesejados. O Orkut diferenciou-se, entretanto, por ter convergido o espaço de debates existente nos canais do IRC para aquilo que denominava como comunidades virtuais, que além de agregarem grupos funcionavam como fóruns, com tópicos (novos ficheiros de assuntos) e mensagens (trocadas dentro de cada ficheiro) sobre os temas mais diversos, resultando numa dinâmica próxima aos grupos que vemos hoje no Facebook.

235 Sugerimos a consulta da dissertação de Mestrado em Comunicação e Culturas Mediáticas de Marina Magalhães, desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Doutor Cláudio Cardoso de Paiva e publicada em livro. Cf. Magalhães, M. (2013). *Jornalistas no cotidiano das redes digitais.* João Pessoa: Marca de Fantasia.

236 Ranking divulgado pela agência de notícias Lusa e publicado pela RTP. Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-o-setimo-pais-em-numero-de-utilizadores-do-orkut_n52866. Consultado em 25 set. 2015.

237 Criada em 2003, por Ramu Yalamanchi, até 2008 o hi5 esteve entre os vinte sites mais visitados na Internet. Foi considerado o site mais visitado pelos portugueses em 2007, segundo o ranking mundial publicado pela empresa Alexa. Disponível em https://www.alexa.com/siteinfo. Consultado em 25 set. 2015.

Embora a abertura de parte da sua plataforma à construção de recursos relacionados à própria arquitetura informativa – permitindo a criação de novas aplicações através do sistema *open social* – tenha contribuído para prolongar a existência do Orkut por dez anos, a criação do engenheiro turco não resistiu à migração dos membros para outras redes sociais digitais, como o Facebook. Em virtude do nomadismo antes experimentado por redes que o antecederam, o Orkut foi descontinuado pela Google em 2014, sob protestos online de antigos membros.

> Entendemos e apreciamos que tantas pessoas gostaram do Orkut ao longo dos últimos dez anos. Além disso, compartilhamos a visão dos usuários de que as comunidades do Orkut representaram uma parte vibrante e chave do Orkut, e é por isso que anunciamos o arquivo de todas as comunidades públicas – que estará disponível online a partir 30 de setembro de 2014. Esperamos que este arquivo ajude o Orkut a permanecer como um ícone do início da internet social[238].

No mesmo ano da criação do Orkut, em 2004, surgia no contexto universitário dos Estados Unidos o Facebook (originalmente *Thefacebook*)[239]. O sistema criado por Mark Zuckerberg, na época em que ainda estudava na Universidade de Harvard, voltava-se para os alunos que ingressavam nas universidades, "o que, nos Estados Unidos, quase sempre representava uma mudança de cidade e um espectro novo de relações sociais" (Recuero, 2009, p. 172).

A rede social mais popular em todo o mundo, mesmo após mais de uma década desde o seu lançamento, surgiu como um aperfeiçoamento do protótipo Facemash, lançado no ano anterior por Zuckerberg e por mais três colegas de faculdade (Eduardo Saverin, Chris Hughes e Dustin Moskovitz). O site inicial oferecia recursos de interatividade mais limitados: havia sido programado para funcionar como uma espécie de jogo eletrónico, no qual os estudantes participantes poderiam escolher entre as fotos de outros estudantes, classificando-as por grau de atratividade como "*hot or not*" (algo como "giro" ou "não giro", em português).

238 Comunicado enviado pela empresa Google à imprensa internacional. Retirado do site de notícias de tecnologia Techtudo. Disponível em http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/09/fim-do-orkut-mesmo-sob-protestos-google-encerra-rede-social-apos-10-anos.html. Consultado em 26 de set. 2015.

239 A fundação do Facebook é tratada no livro *The Accidental Billionaires*, escrito por Ben Mezrick e adaptado para o cinema no filme *A rede social (2010)*, pelo realizador Aaron Sorkin. Cf. Mezrick, B. (2009). *The Accidental Bilionaires. The foundig of Facebook: A tale of sex, money, genius and betrayal*. New York: Doubleday.

Inicialmente, para tornar-se membro do Facebook era preciso ser aluno da Universidade de Harvard, o que atraiu a adesão de mais da metade dos estudantes no primeiro mês de lançamento. Logo a rede foi ampliada a outras instituições reconhecidas, alcançando universidades dos Estados Unidos e do Canadá, até chegar às instituições do Reino Unido, México e Porto Rico. Com o sucesso do Facebook, já no ano seguinte foi desenvolvida uma versão direcionada às escolas, assim como abriram também as inscrições, na versão original da rede, para os trabalhadores ligados à área tecnológica. Finalmente, em 26 de setembro de 2006, o Facebook foi aberto a qualquer utilizador acima de 13 anos com um e-mail válido, ampliando a sua rede de membros por todo o espaço digitalmente conectado.

Ao contrário do Orkut, rede com perfil mais centrado em determinados países e dividida por línguas, logo que a rede norte-americana ultrapassou os muros das escolas tornou-se a mais popular mundialmente, conquistando mais de um bilião de utilizadores, sendo 5,8 milhões portugueses, segundo dados divulgados em 2017[240]. Com o funcionamento baseado em perfis individuais, fã pages e grupos temáticos, o Facebook inovou as dinâmicas de interação ao possibilitar, em cada perfil, a abertura para módulos de aplicações.

Tal popularidade do Facebook deve-se, sobretudo, às constantes atualizações implementadas na rede, bem como à sua integração com outras plataformas. A aquisição do serviço de compartilhamento de fotos, o Instagram, em 2012, e a incorporação do serviço móvel de mensagens instantâneas WhatsApp, em 2014, ampliaram o leque de convergências de redes, aplicações e funcionalidades pelo Facebook, inaugurando uma transformação nas formas de comunicação e interação a partir dos *media* móveis.

Ainda que as redes mencionadas neste tópico da investigação apresentem as suas particularidades, aquelas surgidas na época da internet banda larga trazem em comum a lógica da *web 2.0* ou *web social*, que permite a cada utilizador criar a sua própria página na rede de preferência, participar em comunidades temáticas sugeridas por qualquer outro membro, com opções de acesso livre ou reservado a convidados.

Nessa síntese de linha do tempo das redes sociais digitais ainda caberia mencionar o Blogger (criado em 1999), Fotolog (2002), Friendster (2002), Linked in (2003), My Space (2003), Skype (2003), Flickr (2004), Youtube (2005), Twitter (2006), Instagram (2010), Google+ (2011)[241], entre uma infinidade de redes e aplica-

240 Fonte: *Future Behind*. Disponível em https://www.futurebehind.com/numero-utilizadores-facebook-portugal-2017/. Consultado em 25 de mai. 2017.

241 Datas retiradas do *Infográfico com a linha do tempo das redes sociais*. Disponível em http://blog.wedologos.com.br/infografico-com-a-linha-do-tempo-das-redes-sociais. Consultado em 2 de jan. 2015.

ções desenvolvidas para os processos comunicativos em tempos digitais. Entretanto, a nossa investigação propõe um estudo mais aprofundado dos movimentos net-ativistas surgidos nas redes sociais digitais, sem a pretensão de enfocar detalhes das engrenagens das próprias plataformas, o que compete a campos de estudo mais específicos, como as áreas de Computação e Informática.

5.3. Dos movimentos globais em época de *social networks*

Inspirado tanto na influência *cyberpunk* e no espírito pirata da fase de preparação, quanto pelas novas formas de conflitualidade informativo-mediática da fase de experimentação, o terceiro marco do net-ativismo, denominado por Di Felice (2017a) como *fase da web 2.0 e das redes sociais digitais*, traz como diferencial, em relação às primeiras, a emergência das formas reticulares de ativismo. Tais ações mediadas pelo digital desde a década de 1990 vêm sendo capazes de implantar processos de transformação social e até impulsionar a dissolução de governos ditatoriais, o que demonstra um crescente potencial de articulação em rede em colaboração com as novas tecnologias.

Destacamos, a partir deste ponto, os movimentos net-ativistas que alcançaram maior projeção mediática em todo o globo, no período compreendido entre 2000 e 2016, por meio de uma abordagem construída a partir dos relatos criados, publicados e divulgados nas próprias redes. Para tal, inspiramo-nos nas vozes dos seus atores, na forma como estes presentam os movimentos dos quais fazem parte, os seus lemas e bandeiras de luta.

As próximas páginas não são dedicadas a análises profundas sobre os possíveis reflexos socioculturais e políticos dessas ações em rede, tendo em vista que a parte mais analítica deste livro volta-se para o mapeamento dos casos de net-ativismo em Portugal[242]. Contudo, tal recorte não nos impede de colaborar na construção de um panorama mundial de casos de net-ativismo mais recentes fora das fronteiras portuguesas, como forma de entender as principais influências, similitudes e diferenças entre os movimentos observados. Com essa ampliação, as novas nuances colocadas em perspetiva visam auxiliar na reelaboração do conceito de *net-ativismo*, contribuindo para a interpretação dos significados das suas interações.

242 Publicadas no Capítulo 6 e nas Conclusões deste livro.

5.3.1. Anonymous

No contexto universitário norte-americano, numa época em que ainda se falava em realidade física como distinta da virtual, os jovens conectados começaram a reproduzir, no âmbito das redes sociais digitais, "brincadeiras" que repetiam a lógica do *bullying* praticado nas escolas ou nas praxes académicas. Ressignificadas na Internet, ficaram conhecidas como *trollagens* (prática de provocar determinado indivíduo com o objetivo de irritá-lo) ou *memes* (quando se cria uma imagem cômica a partir de um acontecimento cotidiano, de um personagem etc.). Mal poderíamos imaginar que zombarias aparentemente inofensivas resultariam na composição da maior comunidade de hackers do planeta, denominada Anonymous.

O documentário *We are Legion: The story of the Hacktivists* (Brian Knappenberger, 2012)[243] retrata essa transição. As "pegadinhas" habituais promovidas no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos) pelos chamados "nerds", que antes variavam de um carro colocado em cima de um edifício da instituição até a contagem da extensão de uma ponte pela métrica da altura de um aluno, deram lugar, em tempos digitais, aos *sit-ins* e negação de serviços[244]. Isto é, os universitários passaram a se dedicar a derrubar ou modificar o conteúdo de sites de personalidades, empresas e instituições consideradas inimigas dos seus ideais de liberdade de expressão, impedindo o funcionamento das páginas através de uma sobrecarga de acessos e por meio de ataques digitalmente orquestrados.

Depoimentos coletados no referido documentário associam as primeiras experiências coletivas do género ao 4chan[245], um site fundado em 2003, por Christopher Poole – um garoto de apenas 15 anos à época, fã de animações japonesas –, que proporcionava dinâmicas interativas semelhantes às redes do IRC[246]. A diferença é que nesse site utilizadores postavam imagens, acompanhadas por comentários, com a opção de revelar a sua identidade ou seguir como utilizador "anonymous", o que teria originado o nome do movimento, uma espécie de identidade online compartilhada.

243 Cf. Knappenberger, B. (2012). *We Are Legion: The Story of the Hacktivists* [documentário]. USA: Luminant Media. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pG1JH89LIAU. Consultado em 27 fev. 2013.

244 Interrupção dos serviços prestados através da ação hacker, a exemplo da retirada de site do ar ou da ocupação de sites com conteúdos diferentes do oficial (no caso dos *sit-ins*).

245 A rede ainda está em funcionamento e pode ser acedida através do seguinte endereço: www.4chan.org.

246 Retratadas no capítulo anterior deste livro.

Segundo Poole, criador do 4chan, que renunciou ao cargo de administrador da rede em 2015, o site poderia ser definido como "(...) esse lugar aberto, cru, sem filtros. E sites como esse estão indo no caminho dos dinossauros. Eles estão em perigo porque estamos indo na direção das redes sociais, em direção à real identidade, em direção à real falta de privacidade"[247]. As conversas do site eram divididas em tópicos, com temas que variavam de origamis a armamentos pesados – sendo o "tópico /b/" um dos mais famosos entre os seus membros, por reunir uma mescla de assuntos e postagens bizarras.

No universo dessa rede, numa direção praticamente oposta ao que o Facebook representa atualmente – estimulando a troca do anonimato pela visibilidade, as fotos grotescas pelo império das *selfies* e pelas informações pessoais cada vez mais segmentadas –, foram experimentadas diversas ações que mostraram o poder do agir coletivo anónimo. Num dos primeiros, os ditos utilizadores organizaram uma ação na qual foram criados milhares de avatares idênticos na comunidade online Hobbe Hotel (uma espécie de Second Life[248] da época), encarregados de repetir as mesmas ações pelo simples prazer de arrancar risadas e provocar tumulto no desenvolvimento do jogo.

Após uma série de brincadeiras e de ataques cibernéticos de menor repercussão, a descoberta do real poder da força anónima coletiva e digital veio a seguir, na ocasião do vazamento de um vídeo interno da Igreja da Cientologia, em 14 de janeiro de 2008, no qual o ator Tom Cruise dava o seu depoimento para a instituição[249]. Como o discurso foi compartilhado de forma ridicularizada em diversos sites, o fato gerou inúmeros esforços, por parte da Cientologia, para retirar os vídeos do ar legalmente – incluindo uma denúncia por violação de direitos autorais contra a comunidade de vídeos YouTube, que exigia a remoção do material.

247 Trecho retirado do documentário *We are Legion* (2012), *op. cit*., compreendido no intervalo ente 14:00 e 14:20.

248 Desenvolvido em 2003, trata-se de um ambiente virtual e tridimensional que simula em alguns aspetos a vida real e social do ser humano. Dependendo do tipo de interação, pode ser encarado como um jogo, um mero simulador, um comércio virtual ou uma rede social.

249 "*Cruise aparece como um verdadeiro crente de olhos esbugalhados, e o incidente provavelmente seria esquecido, como seus pulos no sofá do programa da Oprah Winfrey – entretenimento mediano mas não o suficiente para iniciar uma revolução – se os advogados da Scientology não tivessem tentado obrigar o Gawker a remover o vídeo, sob o argumento de que ele violava as leis de Direito Autoral, e era para ser apresentado apenas pelas igrejas autorizadas apenas com 'propósitos religiosos'. Gawker recusou-se a remover o vídeo, sob o argumento que o vídeo merecia ser notícia, e publicou a carta da igreja. De alguma forma, isto foi a gota d'água para o Anonymous*" (Landers, 2008, online). Cf. Landers, C. (2008). "Anonymous Desafia a Scientology (e Não Teme Nada)". In *A Guerra na Internet: Anonymous vs. Church of Scientology*. Disponível em https://cientonetica.wordpress.com/2008/04/10/a-guerra-na-internet-anonymous-vs-church-of-scientology/. Consultado em 12 mar. 2013.

Por considerarem a ação da Igreja uma censura à Internet, internautas de diversos canais coordenaram o Projeto Chanology. Tratava-se de um revide massivo acentuado pelo fato de os valores do seu alvo serem exatamente opostos ao da geração conectada: a propriedade intelectual e a exclusividade da Cientologia chocavam-se contra o discurso da liberdade de expressão e com o perfil aberto dos Anonymous, rede na qual qualquer um poderia – e ainda continua a poder – fazer parte.

Tomava forma, naquele contexto, um novo movimento, através do compartilhamento incessante dos telefones da Igreja da Cientologia no 4chan e em outras redes. A estratégia passava por estimular trotes, congestionamento das linhas de ajuda, ações para derrubar os sites institucionais[250] e até a substituição de vídeos da Igreja por mensagens dos Anonymous, que exaltavam a informação como um bem livre.

Em 28 de janeiro daquele ano, 2008, foi publicada no YouTube uma vídeo-mensagem elaborada pelos net-ativistas, um tipo de chamada para a ação, convocando os membros da rede para protestos no dia 10 de fevereiro seguinte, em frente aos prédios de Cientologia mais próximos de cada um. A mensagem orientava que no lugar das armas os manifestantes levassem máscaras e cobrissem os seus rostos como precaução, para evitar perseguições por parte da Igreja. Naquela primeira convocatória, aproximadamente dez mil pessoas protestaram em mais de 90 cidades em todo o mundo, fato que se repetiu na segunda e na terceira ondas de protestos.

Além do número de participantes acima do esperado, outro fato marcante da primeira mobilização, destacado no citado documentário *We are Legion* (2012), foi a máscara escolhida como escudo dos membros: a de Guy Fawkes, da série de banda desenhada *V de Vendetta* (criação de Alan Moore e David Lloyd)[251] – que já estava entre as brincadeiras anteriores difundidas no 4chan e passou a ser a identificação dos membros dos Anonymous sempre que tomassem as ruas dali em diante. Isto mostra como esses net-ativistas, que levaram a lógica da internet para as portas da Igreja da Cientologia (de cidades como Nova Iorque, Houston, Florida, Portland, Sindey, Adelaide, Perth, Melbourne, Tel Aviv, Londres e Berlim),

250 Por meio do desenvolvimento de *LOIC – low orbit ion cannon*, estratégia hacker que forjava, a partir de um computador, um número insustentável de visitantes no site atacado.

251 Os ideais do personagem da banda desenhada publicada pela DC Comics inspiraram um filme homónimo em 2006, que se passa num futuro próximo. Tais ideais se caracterizam como anarquistas, buscam igualdade e justiça numa sociedade que precisa ser reestruturada para que isso aconteça. Cf. Mc Teigue, J. (2005). *V de Vingança* [filme de ficção]. USA: Warner Bros.

conheciam as mesmas piadas, compartilhavam interesses e a vontade de socializar com os seus pares nas redes sociais digitais.

Mesmo com a reação intensa por vias legais da Cientologia, que levou o FBI a apurar os ataques à Igreja e, inclusive, prender um dos membros dos Anonymous[252], o movimento seguiu fortalecido, com o propósito de "fazer a diferença no mundo através das redes". Ainda que enfrentasse, internamente, conflitos ideológicos acirrados, pois nem sempre as ações iniciadas a partir de qualquer ponto eram bem intencionadas e vistas com bons olhos pela opinião pública.

Assim como o movimento zapatista criou a sua estética, os membros dos Anonymous, também com os rostos cobertos, criaram uma linguagem própria. Tal linguagem é repleta de referências da ficção científica e do cinema, de memes e de trollagens tão perigosas (como a invasão de contas confidenciais, privadas, públicas ou governamentais) quanto infantis (como as brincadeiras de enviar incessantemente pizzas a uma das sedes da Igreja da Cientologia, com o objetivo de irritar os seguidores da religião).

De um modo bastante criativo, a partir da pequena comunidade original, atraída por piadas e por jogar excesso de informação ao sistema, criava-se um verdadeiro exército na internet, com uma ética e uma estética tão peculiares que era possível um "anon"[253] conhecer o outro através da sua linguagem ou do lema: "Nós somos Anonymous. Somos uma legião. Nós não esquecemos. Nós não perdoamos. Esperem por nós".

Cada vez mais articulado, o primeiro confronto do movimento hacktivista com um governo veio no ano seguinte à luta contra a Cientologia, pela Operação Tsitorm, com ataques cibernéticos contra o Governo Australiano – que tencionava censurar a internet, sobretudo os sites pornográficos, naquele país. Como resultado, teve os seus sites institucionais retirados do ar pelos membros dos Anonymous, que também se empenharam em providenciar uma profusão de e-mails, faxes e ligações para os gabinetes responsáveis.

Sucessivamente, foram orquestradas novas ações hackers por parte dos membros contra a indústria cinematográfica e fotográfica, com o objetivo de liberar os vídeos e as imagens na internet, sem respeitar os direitos de autor. As empresas

252 Dmitriy Guzner, na época com 18 anos, ficou um ano preso e mais um ano em liberdade condicional, proibido de conectar-se através de qualquer computador ou de associar-se aos Anonymous novamente. A pena poderia ter chegado a cinco anos, por ter forjado 800 mil acessos no site da Cientologia, derrubando a página da Igreja.

253 "Anon", diminutivo de Anonymous, como são conhecidos os membros do movimento hacktivista, conforme propagado no discurso dos próprios membros do movimento, demonstrado no referido documentário *We are Legion – A História dos Hacktivistas* (Brian Knappenberg, 2012), *op. cit.*

revidavam contratando companhias de segurança eletrónica para derrubar os sites piratas criados pelos "anons", num ciclo repetitivo de guerrilha digital.

Em 2010, o movimento ganhou notoriedade por meio da polémica Operação PayBack, com a invasão dos sites da Mastercard e Paypal[254], em protesto ao boicote das empresas ao WikiLeaks[255]. Quando o site criado por Julian Assange foi bloqueado também na Tunísia, no norte da África, em janeiro de 2011, foi a oportunidade encontrada para os "anons" direcionarem a sua atuação de vingança para as latitudes árabes[256], numa época em que o país em questão enfrentava sérios problemas, teoricamente também "fora da internet", com um governo ditador há décadas no poder.

Na ocasião, o grupo net-ativista se articulou solidariamente com os movimentos sociais tunisianos, através do Telecomix, uma espécie de "*ad hoc cluster*" de ativistas voluntários que vinham se empenhado, no último ano, em manter a internet funcionando no Médio Oriente. Quando perceberam que o governo de Zine El Abidine Ben Ali estava censurando a internet no país, através de um truque que roubava as senhas de acesso do Facebook para controlar as postagens dos utilizadores, os "anons" da Tunísia procuraram o movimento internacional, que os ajudou a extrair arquivos e enviá-los para o WikiLeaks. Dali em diante, os tunisianos passaram a contar com fortes aliados para se organizarem cada vez mais através da Internet até a derrubada do seu ditador, dando maior fôlego ao movimento conhecido como Primavera Árabe, sobre o qual falaremos mais adiante.

Com a vitória das mobilizações populares contra o ditador, diversos tunisinos exibiram faixas e máscaras nas ruas em reconhecimento à importância da colaboração do Anonymous em todo o processo, conforme registrado no documentário *We are Legion* (2012)[257]. E no compasso da expansão da Primavera Árabe, o auxílio dos "anons" antes restrito à Tunísia também chegou ao Egito, onde as pessoas estavam impedidas de acessar as redes sociais digitais, como Twitter e IRC – até que os hacktivistas começaram a postar por eles, no intuito

254 O FBI prendeu 16 suspeitos de ataques cibernéticos pelo Caso PayPal, sob acusações de trazerem prejuízos à companhia, uma empresa protegida. Cf. BBC Brasil. (2011). "Polícia prende supostos hackers nos EUA, na Grã-Bretanha e na Holanda". Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/celular/noticias/2011/07/110719_hackers_prisoes_pai.shtml. Consultado em 10 ago. 2014.

255 Site de revelação de documentos confidenciais de governos de todo o mundo, que sobrevivia de doações pela internet mediadas por tais companhias de crédito.

256 E por que não dizer também a oportunidade de juntarem-se aos Anonymous daqueles países?

257 Os militantes tunisinos aparecem agradecendo o apoio dos Anonymous ao longo do movimento conhecido como Primavera Árabe. Na gravação, ainda seguram a emblemática máscara do movimento hacktivista, no intervalo entre 1:03:00 e 1:03:34.

de informar ao mundo o que se passava no país. Com a ordem do ditador Hosni Mubarak para que a internet fosse desligada, em janeiro de 2011, membros do Anonymous de todo o mundo empenharam-se em ensinar os egípcios a religarem as suas conexões, mostrando caminhos para subverterem o governo em busca da liberdade.

O pacote de informações postado pelo Anonymous no Twitter instruía os manifestantes tanto em relação a ligações via rádio amador, conexões dial-up e modem discado – responsáveis por colocar 500 linhas em funcionamento –, quanto sobre o que fazer em caso de ataques por gás lacrimogéneo; tudo com o auxílio de membros da comunidade, que traduziam as sugestões para a língua árabe. As diretrizes eram postadas em sites e enviadas por fax ao longo de todo o conflito também "cibernético", que retirou diversas vezes o site do ditador do ar, mirando todos os meios de comunicação governamentais. Mubarak renunciou em 11 de fevereiro de 2011. E o Anonymous seguiu em ação, liberando também os nomes e senhas de endereços de e-mail de oficiais do governo do Médio Oriente, em apoio à Primavera Árabe, como os oficiais do Bahrein, Egito, Jordânia e Marrocos.

A interligação do Anonymous com o caso WikiLeaks, com a Primavera Árabe – que também enviou documentos para este "site de notícias" – e com os movimentos Ocuppy, que serão estudados ainda neste capítulo, reforça a lógica reticular na qual funciona a sociedade contemporânea. Embora cada movimento tenha as suas bandeiras próprias, como no caso da luta em prol da democracia no Norte da África e nos países do Médio Oriente, acabam por reverberar em outros movimentos net-ativistas contemporâneos, sensibilizados, como no caso dos Anonymous, pela questão de liberdade de expressão, por ideais de horizontalidade e transparência governamentais.

De 2011 em diante, o Anonymous continuou em atuação. O movimento reivindicou a autoria da derrubada de sites das empresas Visa e Mastercard, o roubo de dados de 77 milhões de utilizadores Playstation da Sony, provocou a ira de grupos conservadores, obteve informações na internet que não estavam acessíveis a jornalistas nem a qualquer órgão público das nações. Originou até mesmo outras ramificações do grupo hacktivista, a exemplo do LulzSec, considerado por alguns net-ativistas o "lado mau" dos Anonymous, que será melhor situado no mapeamento das redes sociais digitais em Portugal.

Até a publicação deste livro, o caso mais recente e de maior destaque do Anonymous desenvolveu-se em torno das diversas ações contra o ISIS (o autoproclamado Estado Islâmico). Desde os ataques terroristas de 2015 ao jornal satírico

Charlie Hebdo[258] – como retaliação a uma crítica da publicação a Maomé, seguida, meses depois, por uma noite de atentados numa casa de shows, em restaurantes e num estádio de futebol que matou 120 pessoas e deixou centenas de feridos em Paris –, o Anonymous passou a bombardear as contas relacionadas ao grupo terrorista, prometendo uma "caça" aos envolvidos nas ações, revelando nomes de alguns dos suspeitos.

Por fim, convém questionarmos se o surgimento dos net-ativistas do Anonymous vai além da sensação de estar junto proporcionada pelas redes sociais digitais. Isto se considerarmos o contexto em que o movimento se desenvolve: uma época pós-11 de setembro[259]. Em meio à repressão governamental, ao aumento da vigilância das redes e ao direito à privacidade cada vez mais negado, os membros dos Anonymous, ainda que apresentem as suas contradições internas, experimentam conectados a sensação de terem a sua privacidade de volta, o poder de auto transcendência e a possibilidade de, junto aos seus pares conectados e em colaboração com as novas tecnologias, batalhar pelos ideais que acreditam, incluindo nisto a luta pela liberdade de expressão.

5.3.2. MoVimento 5 Estrelas

Inspirado num ideal "cinco estrelas"[260] para a Itália – água, ambiente, transportes, conectividade e desenvolvimento – o MoVimento 5 Stelle (também conhecido como M5S, ou MoVimento 5 Estrelas, em português) surgiu em 2009, como uma livre associação de cidadãos, com o objetivo de lançar uma alternativa ao modelo político tradicional naquele país. A priori, não foi lançado como um partido político, embora tenha conseguido eleger representantes da sociedade civil nesse campo nos últimos cinco anos.

Em sua página de apresentação[261], não se define como uma ideologia de esquerda nem de direita; prefere, simplesmente, apresentar ideias voltadas para

258 O atentado de janeiro de 2015 contra o jornal resultou na morte de 12 pessoas e de outras cinco gravemente feridas por integrantes do ISIS, além da morte de um policial na periferia de Paris e da invasão a um supermercado, onde foram feitos mais reféns, sendo quatro deles assassinados.

259 Como ficou conhecido o dia marcado pelos atentados terroristas suicidas em diversos pontos dos Estados Unidos, dentre eles as Torres Gémeas do complexo empresarial World Trade Center e o Pentágono, atingidos pelos aviões sequestrados. Quase três mil pessoas morreram nos ataques de 2001, cuja autoria foi atribuída ao grupo al-Qaeda, liderado por Osama Bin Laden. Como resposta ao evento, os Estados Unidos declararam uma verdadeira "Guerra ao Terror", com o reforço das políticas antiterroristas, o controle exponencialmente maior das redes digitais – sobretudo em relação à cibervigilância internacional.

260 Referente a um alto padrão de excelência nesses campos.

261 Página oficial do MoVimento 5 Stelle: http://www.movimento5stelle.it. Consultado em 20 set. 2016.

uma mudança de opinião e um confronto democrático que envolva os que estão fora do cenário político, sem a mediação de órgãos diretivos ou associativos, reconhecendo a todos os cidadãos o papel de governança antes restrito aos políticos profissionais.

A plataforma Rousseau é o meio disponibilizado aos membros para participarem dos debates e propostas de leis do movimento. Tal plataforma foi desenvolvida com a finalidade de reconectar a cidadania ao representante eleito, através do princípio da participação digital. Esse sistema operacional tem como base páginas distintas, nas quais os net-ativistas podem intervir a partir de uma lógica colaborativa na agenda política do M5S. Ainda oferece um programa de capacitação (com aulas em e-learning) sobre a estrutura na qual estão inseridos os eleitos e seu funcionamento, como forma de promover um melhor esclarecimento dos trâmites políticos entre os membros.

Criado em Milão, por iniciativa do comediante e ativista Beppe Grillo, juntamente ao empresário da área de webmarketing Gianroberto Casaleggio, o M5S nasceu impulsionado pela experiência de um movimento anterior, Amigos de Beppe Grillo[262], de 2005, e pela Lista Cívica 5 Estrelas, apresentada pela primeira vez nas eleições administrativas de 2009. O humorista, tanto em seus espetáculos quanto nas páginas de internet – ou seja, inicialmente em sua página pessoal e, em seguida, naquela do movimento – provocava reflexões sobre a iniciativa política com a ambição de estimular métodos de democracia direta em contraposição à democracia representativa vigente. Por sua ideologia e organização, veio a ser comparado pelos *media* internacionais ao Partido Pirata do Norte da Europa, ao Movimento Occupy e aos Indignados espanhóis.

Em 2006, o seu blogue pessoal transformou-se num espaço de democracia participativa, onde os militantes, conhecidos como *pentastellati* (em português, penta-estelares) ou *grillini* (grilinhos, em homenagem a Beppe Grillo), eram convidados a debater questões políticas e a escolher possíveis candidatos. As discussões em rede estimularam a aproximação dos ditos "sujeitos políticos", a partir de reuniões autogerenciadas em fóruns locais espalhados por diversos pontos da Itália, originando as listas cívicas de democracia direta e, consequentemente, o lançamento de cidadãos comuns como representantes. Estes eram, de acordo com a versão do movimento, democraticamente escolhidos nas reuniões auto-

262 Uma iniciativa de encontros online no blog do humorista Beppe Grillo (http://www.beppegrillo.it/movimento/), com o intuito de divertir-se, estar junto e compartilhar ideias e propostas para um mundo melhor, a partir das suas cidades. No interior dos encontros, foram criados grupos temáticos diversos, resultando em pedidos para que o comediante se candidatasse à vida política.

geridas, para representarem a população nos pleitos eleitorais, com propostas de governo desenvolvidas coletivamente nos encontros.

Entre os principais marcos do movimento, desde seu surgimento até seu lançamento dentro das instituições políticas italianas, está o *Vaffanculo Day* (V-Day)[263], cuja primeira edição ocorreu em 14 de junho de 2007. O dia de mobilização pública lançado pelo comediante consistia na recolha de assinaturas necessárias para a apresentação de uma lei de iniciativa popular denominada *Parlamento Pulito* (ou Parlamento Limpo, em português, que impedisse os condenados penais e os políticos que já houvessem cumprido dois mandatos de se candidatarem. Como resultado, obteve-se a recolha de 336 mil assinaturas entre os manifestantes presentes, um volume quase seis vezes maior que as 50 mil necessárias para a apresentação da proposta.

Tal processo de autogestão culminou, em 2009, num referendo sobre o nascimento de um movimento político democrático, que acabou por lançar o *5 Stelle* nas eleições de 2010, com campanhas financiadas publicamente (através de doações individuais para o site do movimento). A cada pleito, novos nomes ligados ao M5S ganhavam o seu espaço no cenário político italiano, bem como os referendos projetados pela plataforma, com consultas populares sobre diversos temas: desde a união civil entre pessoas do mesmo sexo, questões migratórias, saída da Itália do Euro até a candidatura de Beppe Grillo à presidência da república italiana em 2013 – entre os nomes sugeridos espontaneamente pelos ativistas, indicação declinada pelo próprio humorista.

Nas últimas eleições realizadas em 2016, o MoVimento 5 Estrelas conseguiu eleger seus candidatos em quatro municípios no primeiro turno, e em diversas outras cidades na cédula, com destaque para as metrópoles de Roma e Turim. Embora o ingresso na política de representação direta não tenha se mostrado como o objetivo inicial do movimento, este foi o caminho encontrado pelos militantes para assegurar a democracia participativa através de várias medidas, como a realização dos citados referendos e a participação dos eleitores por meio das tecnologias informativas.

Outra medida a favor do eleitorado, segundo os valores listados na página do movimento, é a introdução de mandatos imperativos para os eleitos, que devem se limitar a executar os programas votados pelos eleitores e a cumprir exigências previamente votadas. Entre tais exigências acordadas pelos membros do movimento até 2016, podemos destacar: proibição do acúmulo de cargos, cumpri-

263 O "V" maiúsculo no nome do MoVimento 5 Stelle faz referência a este evento que marcou a emergência do coletivo, o Vafanculo Day (V-Day).

mento de dois mandatos como limite máximo, devolução de parte da remuneração e das diárias extras de trabalho para o Fundo de Amortecimento dos títulos de Estado (do Ministério da Economia e das Finanças) e para o Fundo de Garantia para as Pequenas e Médias Empresas, além da liberação dos atos públicos para consulta popular – com o objetivo de oferecer transparência na gestão e incentivar o controle por parte dos cidadãos.

O financiamento de campanhas do M5S tem como obrigatoriedade desenvolver-se através de microdoações privadas voluntárias, no intuito de encerrar as contribuições públicas aos partidos políticos. Outro lema do MoVimento 5 Estrelas consiste na redução da dívida pública através da luta contra a evasão fiscal, diminuindo o desperdício de arrecadação financeira no governo graças a iniciativas de informatização. Nesse mesmo sentido, os programas relacionados ao movimento têm a obrigação de envolver valores como economia sustentável, geração de energia através de fontes renováveis, reciclagem de resíduos, mobilidade sustentável e estímulo ao trabalho à distância.

Apesar das conquistas crescentes do MoVimento 5 Estrelas na Itália, o projeto político estruturado a partir deste coletivo vem recebendo diversas críticas, por parte dos *media* tradicionais, de outros partidos e de cidadãos comuns. O jornalista e escritor italiano Giuliano Santoro sintetizou algumas delas no livro *Un Grillo Qualunque. Il MoVimento 5 Stelle e il populismo digitale nella crisi dei partiti italiani (2012)*[264].

De um modo geral, tais críticas passam pela falta de organização nos fóruns de comunicação do M5S, a ausência de um programa de governo linear, acusações direcionadas a alguns de seus representantes – como, por exemplo, a de não cumprir os requisitos de devolução de parte do salário ou das diárias para o fundo público – , bem como o desconhecimento, por parte dos mesmos, dos procedimentos básicos dos trâmites políticos. Este último teria origem no fato de se tratarem de "cidadãos" comuns lançados num sistema político tradicional.

Em relação ao protagonismo do Beppe Grillo em todo esse processo, há ainda críticas referentes ao populismo das suas ações, assim como acusações do humorista ser detentor da marca registada "5 Stelle", com o poder até de expulsar os militantes com os quais discordar. Embora não se defina como um movimento de esquerda ou de direita, algumas posições políticas do movimento se aproximam desta última, como a rejeição da cidadania aos filhos de imigrantes e o posiciona-

264 Cf. Santoro, G. (2012). *Un Grillo Qualunque. Il MoVimento 5 Stelle e il populismo digitale nella crisi dei partiti italiani*. Roma: Castelvecchi.

mento contrário à união homoafetiva por parte dos deputados do M5S, no período de discussão legislativa do tema naquele país.

Mais um ponto negativo indicado por seus críticos seria o fato do site <www.beppegrillo.it> ter sido, durante anos, o único meio de comunicação e organização do movimento, permitindo a intervenção dos militantes unicamente através de comentários nos posts – como um site de informação comum, privando a colaboração dos chamados utilizadores na arquitetura digital da rede e na criação de ferramentas comunicativas autónomas.

Por fim, como último contrassenso apontado por Giuliano Santoro, destacamos a manutenção da primazia das eleições no seio do movimento, cujo interior centra-se quase totalmente na temática do voto e das campanhas eleitorais. "Para os que participam no M5S, não se trata de mudar um sistema que não funciona, mas sim de substituir os governantes por 'cidadãos', os políticos profissionais por 'pessoas normais'"[265].

5.3.3. Primavera Árabe

Os holofotes mediáticos mundiais finalmente voltaram o seu foco para o Norte da África e o Médio Oriente, a partir de 2010, em virtude da denominada Primavera Árabe[266]. Como resultado de eventos e mobilizações ocorridos em diversas localidades árabes, originou-se um movimento internacional contra a opressão dos regimes políticos autoritários vigentes e a favor da democratização das instituições públicas naqueles países. A Tunísia[267] foi o primeiro a se levantar de forma mais enfática contra o regime autoritário que dava as cartas na sua nação, derrubando pela pressão popular o governo de Ben Ali (em 14 de janeiro de 2011). Foi seguida pelo Egito, Líbia e Iêmen, ainda que por contextos diferentes e fatores políticos particulares a cada país.

Além das revoluções da Tunísia e do Egito, da guerra civil instalada na Líbia e na Síria, grandes protestos também ocorreram na Argélia, Bahrein, Djibuti, Ira-

265 Cf. Santoro, G. (2013). "Itália: algumas razões para desconfiar do 'Movimento 5 Estrelas'". In *Esquerda.net*. Disponível em http://www.esquerda.net/artigo/it%C3%A1lia-algumas-raz%C3%B5es-para-desconfiar-do-%E2%80%9Cmovimento-5-estrelas%E2%80%9D/26958. Consultado em 27 set. 2016.

266 O termo Primavera Árabe, como o evento se tornou conhecido, apesar de ter-se iniciado durante o inverno do hemisfério norte, é uma alusão à Primavera de Praga, de 1968 – período de liberalização política na Checoslováquia durante a sua dominação pela União Soviética, depois da Segunda Guerra Mundial.

267 O site Tunezine (www.tunezine.com) destacou-se entre as inúmeras iniciativas presentes nas redes. Criado pelo jornalista Zouhair Yahyaoui, em 2001, tornou-se um dos principais meios de oposição ao governo de Ben Ali. O editor, tratado pelos *media* como o pioneiro entre os ciber-dissidentes, chegou a ser preso, solto e morreu em seguida de ataque cardíaco, em 2005. Embora o site tenha estado fora do ar na altura de publicação deste livro, foi tomado como referência na luta contra o regime.

que, Jordânia, Omã e Iémen, com protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. As manifestações compartilhavam técnicas de resistência civil envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios. Em comum, também traziam a importância da comunicação digital no interior dos levantes, através dos blogues e de redes como Facebook, o Twitter e o YouTube na organização das suas ações, bem como na sensibilização da sociedade internacional em relação às tentativas de repressão e censura na internet por partes dos Estados.

De modo próximo ao que ocorria com o Movimento Zapatista – agora com a diferença de uma maior possibilidade de alcance dos *social media* nessa fase *web 2.0* – a mobilização através da internet representou uma transformação na forma de "fazer revolução" naqueles países árabes, muitos deles há décadas sob as leis dos mesmos governantes. Embora os primeiros passos tenham sido dados fora das redes, em movimentos menores situados em contextos geográficos distintos, a Primavera Árabe teve como estopim o caso de um jovem tunisiano Mohamed Bouazizi[268]. Em dezembro de 2010, o ambulante foi alçado à mártir da revolução ao atear fogo ao próprio corpo como forma de protestar contra as condições de vida na Tunísia. Segundo a BBC, "o homem que 'acendeu' a fagulha"[269] que faltava para impulsionar uma onda de protestos e o súbito pedido de renúncia do ex-ditador, Ben Ali, propagando a revolta nas redes sociais digitais para outros países que passavam pela mesma situação.

Influenciados pelo sucesso mediático dos protestos tunisianos, net-ativistas da Argélia, Jordânia, Egito e Iêmen organizaram as maiores manifestações da Liga Árabe[270], como uma espécie de um "dia de fúria". Assim como ocorria nos demais países, as suas populações experimentavam duras condições de vida geradas pelo desemprego, além dos regimes corruptos e autoritários, oriundos dos nacionalismos árabes entre as décadas de 1950 e 1970. No passar dos anos, resultaram em

268 Considerado o estopim da Primavera Árabe, o caso do jovem que ateou fogo em si mesmo como recurso último de protesto foi relatado por Manuel Castells (2013), em *Redes de Indignação e Esperança, op. cit,* que traz textos específicos sobre a Primavera Árabe, tais como: "Tunísia: 'A Revolução da Liberdade e da Dignidade'" (pp. 38-46), "Espaços de fluxos e espaços de lugares na revolução egípcia" e "Os Levantamentos Árabes" (pp.103-106), além do capítulo completo "A Revolução Egípcia" (pp.67-101).

269 Cf. Gardner, F. (2011). "O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe". In *BBC Brasil*. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavra_arabe_bg Consultado em 13 out. 2016.

270 Fundada no Cairo, em 1945, a Liga Árabe é uma iniciativa original de sete países – Arábia Saudita, Egito, Iraque, Líbano, Síria, Transjordânia (hoje Jordânia) e Iémen do Norte (atual Iémen) – interessados em reforçar os laços económicos, políticos e socioculturais entre os Estados membros e mediar suas possíveis disputas. Em 2017 contava com 22 Estados, com uma população total de mais de 200 milhões de pessoas.

governos repressores que impediam a oposição política credível, dando origem a um vazio preenchido por movimentos islamistas diversos[271].

Como adiantado no tópico anterior, movimentos net-ativistas como o Anonymous, com o suporte tecnológico e hacker oferecido nas manifestações da Tunísia e do Egito, e o site de notícias WikiLeaks, com a divulgação do vazamento de telegramas diplomáticos estadunidenses, teriam contribuído para a comunicação e a estruturação da Primavera Árabe. Com o processo de globalização recente difundindo as ideias ocidentais a regiões longínquas dali, principalmente entre a geração mais jovem e antenada com as redes sociais digitais, os manifestantes árabes pediam o auxílio de outros ativistas no intuito tanto de transmitir o que se passava para os *media* internacionais quanto de receber instruções. Estas variavam de técnicas de guerrilha a tutoriais sobre como religar a internet – desativada por inúmeros chefes de Estado daquelas nações, como ocorreu no Egito.

Embora em muitos países tenham sido percebidos avanços no campo da democracia ou, pelo menos, da troca de governo, até o fechamento dessa pesquisa observava-se uma situação de violência e instabilidade em larga escala na sequência dos protestos no mundo árabe. Conhecido como Inverno Árabe, esse período é caracterizado por extensas guerras civis, sensação de instabilidade regional geral, declínio económico e demográfico da Liga Árabe, com o crescimento exponencial da diáspora rumo à Europa[272]. Guerras religiosas globais entre muçulmanos sunitas e xiitas também alargaram o seu espaço, em meio ao fortalecimento do autoproclamado Estado Islâmico e ao avanço dos seus ataques terroristas pela Europa.

Não podemos associar o agravamento dos conflitos na Síria[273], no final de 2016, como resultado da Primavera Árabe. Entretanto, com a crescente destruição daquele país, observamos a continuidade da colaboração dos *social media* para denunciar a situação de precariedade entre os que permaneceram em cidades como Aleppo. Famílias inteiras, sobretudo mulheres, divulgaram, por meio das redes sociais digitais, os abusos cometidos durante as invasões das cidades, como forma de pedir auxílio à sociedade civil internacional – o que dificilmente receberia a devida cobertura dos *media* sem a viralização das denúncias em redes como

271 Sobre o tema, consultar: Cf. Guidère, M. (2012). *O choque das Revoluções Árabes: Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*. Lisboa: Almedina.

272 E, com esses movimentos migratórios, milhares de mortos anualmente e uma forte crise na negociação de países da União Europeia sobre a questão do acolhimento e reintegração dos imigrantes e refugiados.

273 Cf. BBC Brasil. (2016). "Entenda a 'mini guerra mundial' que ocorre na Síria". Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_siria_nova_guerra_tg. Consultado em 27 dez. 2016.

YouTube, Twitter e Facebook –, seguindo uma estratégia inaugurada, naquele contexto, pelo movimento árabe[274].

5.3.4. Movimento 15M (Indignados)

Impulsionado por uma sequência de mobilizações nas redes sociais digitais, o Movimento 15-M, popularmente conhecido como Indignados, surgiu na Espanha, contemporâneo à onda revolucionária da Primavera Árabe, do movimento italiano de transformação política Estrelas e dos protestos portugueses da Geração à Rasca. O nome do movimento espanhol é uma abreviação da data inicial de ocupação da Porta do Sol, praça central de Madrid, em 15 de maio de 2011, tomada pelos manifestantes antes, durante e depois das eleições daquele ano.

Também conhecido como "revolução espanhola", o movimento catalisou questões que vinham se arrastando em protestos menores realizados nos anos anteriores, relacionados a uma insatisfação generalizada em relação ao modelo político vigente e à crise económica global. Em meio ao desemprego crescente, seus manifestantes lutavam por uma reforma política, pelo fim do financiamento público partidário, pela inabilitação para o exercício legislativo de políticos condenados ou com processos penais (bandeiras semelhantes àquelas do MoVimento 5 Estrelas), além de protestos contra o desemprego e a corrupção – lutas também similares às que ocorriam em Portugal e na Grécia no mesmo período.

A insatisfação pública com o poder dos bancos e a crise económica global reverberaram, ainda, em movimentos como o Occupy Wall Street meses depois. Do mesmo modo que o clamor por uma democracia direta, assim como ocorria nos países árabes – ainda que a realidade da Primavera Árabe representasse uma guerra mais árdua, para destituir ditadores há décadas no poder –, demonstrava um contexto de crise global, com alternativas que passavam pela organização em rede na busca por uma efetiva transformação do cenário político dessas nações.

Na Espanha, o movimento foi iniciado na plataforma civil e digital denominada ¡Democracia Real Ya! (Democracia Real Já!, em português), articulada, a priori, com mais de duzentas pequenas associações. Foi através dessa rede que os idealizadores do movimento convocaram cidadãos de 58 cidades de toda a Espanha para uma mobilização nas ruas, a fim de denunciar os abusos cometidos sob o pretexto da crise que atingia a Europa desde 2008. O argumento baseava-se no fato de os partidos políticos em questão não representavam os interesses do

274 Cf. BBC Brasil. (2017). "O apelo em carta de menina tuiteira síria a Donald Trump". Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38744192. Consultada em 2 fev. 2017.

povo, cada vez mais intimidados pelas medidas de austeridade, o que teria gerado lemas como: "não somos marionetes nas mãos de políticos e banqueiros".

A exemplo do levante zapatista, organizado nas vésperas da entrada do México no NAFTA, o Movimento 15M também escolheu como data de lançamento a aproximação das eleições municipais na Espanha, que aconteceriam em 22 de maio de 2011. Inspirada no livro *Indignai-vos!* (2011)[275], de Stéphane Hessel, a geração de jovens que já não estudavam, mas também não encontravam trabalho, representava a maioria desse grupo heterogéneo de manifestantes. Eles seguiram unidos pela aversão à classe política, clamando pelo fim do bipartidarismo entre o Partido Popular e o Partido Socialista Operário (que se alternavam no poder desde 1980) e pelos direitos básicos, como saúde, educação, moradia e bens de primeira necessidade.

O manifesto divulgado pela plataforma ¡Democracia Real Ya! foi escrito em castelhano, galego, catalão, asturiano, euskera e inglês, estendendo o convite para os protestos aos cidadãos de outros países, como Portugal (Braga, Coimbra, Faro, Lisboa e Porto), Londres (Reino Unido), Irlanda (Dublin) e França (Paris). O evento inicial, estimado em 130 mil participantes apenas na Espanha, concentrou-se nas críticas às medidas antissociais impostas no país no ano anterior, quando os gestores priorizaram o resgate aos bancos – apontados como os responsáveis pela crise financeira em vários países europeus.

5.3.4.1. Acampadas

Como um espelho do que houve durante a Primavera Árabe na Praça Tahrir – a maior praça pública do Cairo (Egito) –, a Praça Porta do Sol, em Madri, foi completamente ocupada por membros do Movimento 15-M, que tiveram a ideia de se instalarem no local até o período das eleições. A forte repressão policial e a perseguição sofrida pelos manifestantes por parte da Junta Eleitoral Central, que tentava judicialmente dissolver a mobilização[276], conseguiu um efeito contrário: o de atrair cada vez mais membros, identificados com a luta espontânea e que se apresentava como apartidária.

275 Isso explica porque o movimento também foi conhecido como Indignados. O famoso livro foi escrito por um diplomata e ex-combatente da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, que teve a sua trajetória associada à defesa dos direitos humanos. Cf. Hessel, S. (2011). *Indignai-vos*! Lisboa: Objectiva.

276 Como argumento, alegava a proibição de aglomerados de pessoas nas vésperas das eleições segundo a lei eleitoral espanhola. A informação foi extraída do documentário dirigido por Stéphane Grueso. Cf. Grueso, S. (2012). *15M: "Excellent. A wake-up call. Important"* [documentário]. ES: Madrid.15M.cc.

Logo, o acampamento conhecido como Acampada Sol tornou-se uma espécie de cidade autossustentável, organizada em grupos temáticos de trabalho – serviços, economia, jurídico, enfermaria e comunicação, apenas para citar alguns –, com a realização de atividades culturais e assembleias diárias para a discussão de propostas. A iniciativa propagou-se em poucos dias para outras 30 localidades da Espanha, com maior destaque em La Coruña e Barcelona, além de mobilizações semelhantes nas portas das Embaixadas da Espanha em diversas cidades da Europa.

Após o movimento ganhar destaque na imprensa internacional, em periódicos como o *Washington Post*, logo na primeira semana, os meios de comunicação locais, que ignoraram o princípio da mobilização, tiveram dificuldades em abordar o fenómeno a partir dos seus antigos moldes. Tal renovação teria levado ao que os manifestantes consideram uma deturpação do 15M pelos *media*, que o associavam ora a uma espécie de "confraternização ideológica" ora a uma mobilização político-partidária. Como resultado, sempre que a imprensa nacional tentava visitar o local era hostilizada pelos membros do coletivo, aos gritos de "vocês não nos representam" – semelhante ao que aconteceria no Brasil três anos depois, na altura das Jornadas de Junho de 2013.

O movimento espanhol chegou a recusar entrevistas nas televisões locais, como a RTVE, alegando que o coletivo não seguia um líder específico, mas que todos ali eram líderes, não podendo ser representado por um só rosto – no mesmo sentido que ocorria na maior parte dos movimentos estudados anteriormente. Além da convocação para o protesto ter sido mediada pela internet, desde a primeira noite de acampada os seus manifestantes estruturaram toda a comunicação através das redes sociais digitais, conquistando o apoio de outros movimentos net-ativistas, como os Anonymous, cujas máscaras foram utilizadas por muitos dos indignados envolvidos no Movimento 15-M.

A conta do Twitter Acampada Sol <@acampadasol> foi criada ainda no começo da ocupação da praça madrilenha, entre os membros que decidiram passar a primeira noite na Porta do Sol. Em seguida, criou-se um blogue profissional, o Concentracion Sol <concentracionsolmadrid.blogspot.com>, com o envio de e-mails para os endereços fornecidos pelo departamento de estratégias da acampada. As redes traziam informações sobe as assembleias e difundiam narrativas cotidianas do movimento, através de um tom de linguagem que enfatizava as decisões tomadas coletivamente e que poderia representar qualquer membro. Ainda foram criados o AudioviSol, um serviço de vídeo notícias do Movimento 15-M, a Sol Radio, um periódico mensal chamado

Madrid 15-M e o *Tomalatele*, um website para cobertura ao vivo do cotidiano no acampamento[277].

As assembleias realizadas entre os manifestantes resultaram em diversas propostas, tais como: reforma eleitoral para que todos os votos da Espanha tivessem a mesma validade, separação de poderes e reforma do Senado (independência real e total entre os poderes executivo e judiciário) e reforma do Senado (considerado por eles como "mero trâmite" no sistema político então vigente). Outro ponto proposto foi uma regeneração política generalizada, com a abertura pública de listas, o não financiamento público de partidos, a inabilitação permanente de condenados por corrupção, a supressão de privilégios e a publicação do patrimônio de políticos.

Após o dia 22 de maio, mesmo com o final das eleições, o acampamento da Porta do Sol, em Madrid, resolveu continuar, sob a alegação de que desde o princípio o movimento se revelou como uma iniciativa apartidária, independente de qual partido vencesse a disputa eleitoral. As manifestações também seguiram em outras cidades, como Barcelona, que em 27 de maio daquele ano teve o seu acampamento da Praça Catalunia dissolvido pela repressão policial, com 121 feridos nos confrontos entre a polícia e os manifestantes.

Um mês após a permanência na Praça de Madri, a Acampada Sol foi levantada em 12 de junho de 2011, sob a promessa "nós não partimos, nos expandimos", enfatizando que as ideias seguiriam no imaginário coletivo espanhol. A decisão do movimento de levantar acampamento, com o cuidado de deixar a praça em condições melhores que as anteriores à acupação, foi tomada em assembleia, pelo entendimento que o trabalho poderia ser continuado nos bairros, descentralizando as atividades do icónico cartão-postal madrilenho.

> Agora é a hora de trabalhar em bairros e pequenas cidades. Somos donas e donos dos nossos propósitos. Viemos à [Praça Porta do] Sol quando e como quisemos e nos iremos quando e como nós decidirmos. E nunca, nunca, de forma forçada, nem por agentes externos nem por disfunções internas[278].

Fisicamente, após a decisão de desocupação do espaço, a acampada foi resumida a um posto de informações deixado na praça madrilenha, com orientações sobre

277 Tal estrutura também faz-nos lembrar da Mídia Ninja, coletivo de jornalistas brasileiros reunidos na cobertura das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, com o objetivo de oferecer via redes sociais digitais uma cobertura dos movimentos sem a mediação dos interesses dos grandes grupos mediáticos.

278 Declarou uma das "indignadas" em assembleia realizada na Praça Porta do Sol. O depoimento foi exibido no referido documentário *15M: "Excellent. A wake-up call. Important"* (2012), no trecho entre 56:04 e 56:30.

os eventos que seriam desenvolvidos em outros bairros da cidade. As atividades, no entanto, continuaram perto e longe dali, através das mobilizações online e de uma série de protestos por toda a Espanha – boa parte deles em prédios abandonados, como uma espécie de retaliação à falta de moradia, transformando esses locais em associações culturais[279]. O empenho em levar os protestos contra os efeitos do neoliberalismo, como acúmulo de grandes fortunas na mão de poucas pessoas, a especulação imobiliária etc., ecoou em outros movimentos, como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos.

No documentário *15M* (2012)[280], lançado um ano e meio após a onda de acampadas, diversos manifestantes declararam que a maior contribuição do movimento estava na expansão da consciência das pessoas em relação à crise que enfrentavam, tornando-se um problema para o governo – no sentido de pressão e fiscalização popular – e uma ajuda para os seus pares – no que se refere à solidariedade em rede nos momentos de crise. A experiência das ações colaborativas também é fruto da convivência no acampamento, onde para além da coleta de 15 mil propostas para a cidadania e para melhorar a democracia vivenciou-se uma série de trocas de serviços entre os envolvidos, como assistência jurídica e informática.

Embora, desde o princípio, a revolução espanhola tenha proclamado-se apartidária, não podemos negar a influência das suas mobilizações e discussões na criação do partido de esquerda Podemos, formado em 2014, com a proposta de "converter a indignação em transformação política". Em menos de uma semana de lançamento, a iniciativa capitaneada por intelectuais, jornalistas e ativistas políticos passou a ser o partido espanhol mais seguido nas redes sociais digitais naquele ano.

5.3.5. Occupy Wall Street

A onda de ocupações de espaços públicos por uma série de movimentos recentes – como a citada Praça Tharir (Cairo, Egito) durante a Primavera Árabe, e os acampamentos em diversos pontos da Espanha pelos indignados do Movimento 15M – chegou aos Estados Unidos em 17 de setembro de 2011, com o Occupy Wall Street (OWS)[281]. O movimento de protesto contra os efeitos do neoliberalismo – a desigualdade socioeconómica, a corrupção, a ganância e o poder corrosivo dos grandes bancos e grupos empresariais, situados acima do processo democrá-

279 Mais sobre o tema no documentário *Falsos Horizontes,* dirigido por Carlos Serrano Azcona. Cf. Azcona, C. S. (2013). *Falsos Horizontes* [documentário]. ES: Estar ahí Cinemas.

280 Cf. Grueso, S. (2012). *15M: "Excellent. A wake-up call. Important".* ES: Madrid.15M.cc.

281 Ver: Castells, M. (2013). "Occupy Wall Street". In *Redes de Indignação e Esperança*, *op. cit*. (pp. 159-212).

tico – ocupou a Liberty Square, no coração financeiro de Manhattan, em Nova Iorque.

O lugar foi escolhido com o objetivo de denunciar a impunidade dos responsáveis pela crise económica global, no caso os banqueiros de Wall Street, acusados pelo movimento como culpados pela criação do colapso económico que vem provocando recessões, geração após geração, nos Estados Unidos e em diversos países do mundo. Por esta motivação, o lema adotado nos protestos era "Nós somos os 99%", uma espécie de slogan que tenta condensar a crescente desigualdade de distribuição de renda naquele país entre o 1% mais rico e o restante da população.

Ainda que as mobilizações tenham sido convocadas por um manifesto publicado por Micah White na revista canadense anti-consumo *Adbusters*[282], em 14 de julho de 2011, foi nas redes sociais digitais que o movimento começou a se estruturar. Com o apoio dos membros do Anonymous, dos quais o OWS "tomou emprestada" a máscara icónica de *V de Vingança*, foram criados blogues e toda uma infraestrutura de cobertura independente para os protestos do dia 17 de setembro daquele ano, em Nova Iorque. As imagens da forte repressão policial aos manifestantes, que prendeu mais de 700 pessoas na ponte do Brooklin durante a mobilização, tiveram o resultado oposto e atraíram cada vez mais simpatizantes às ações de ocupação.

Assim, os inúmeros problemas dos americanos que não tinham a devida cobertura dos *media* – em geral, pessoas endividadas com os bancos, seja por financiamento de universidades, de casa própria ou em decorrência do desemprego – começaram a atrair outras vítimas dos efeitos da "pseudodemocracia" que se forjava no país. Até que no dia 1 de outubro do mesmo ano foram mobilizadas cerca de dez mil pessoas nas ruas de Manhattan, marco que ajudou a expandir a sua atuação para mais de 100 cidades dos Estados Unidos, com ações desenvolvidas em 1.500 outras localidades ao redor do mundo, globalizando o Movimento Occupy em 82 países.

> O Occupy Wall Street está comprometido em fazer tecnologias, conhecimento e cultura aberta a todos acessarem livremente, criarem, modificarem e distribuírem. Nesse espírito, damos as boas vindas a jornalistas, ativistas, educadores e outros para usarem livremente todo o conteúdo original desenvolvido por OccupyWallSt.org[283].

282 A revista publicou uma espécie de manifesto escrito por um grupo de anarquistas, reunidos por Justine Tunney.

283 Publicado no site oficial do movimento: www.occupywallst.org. Consultado em 19 nov. 2014.

Na mesma direção de outros movimentos aqui descritos, o Occupy Wall Street adotou como estratégia uma ocupação permanente nas ruas de Wall Street, onde os membros organizaram-se em assembleias gerais, nas quais as diversas vozes faziam parte das decisões coletivas. Como os movimentos net-ativistas anteriores, o OWS também apresentava-se como um movimento de resistência, sem liderança, com pessoas de cores, géneros e opiniões políticas distintas.

> A única coisa que todos temos em comum é que nós somos os 99% que não vão mais tolerar a ganância e a corrupção de 1%. Estamos usando a tática revolucionária da Primavera Árabe para alcançar nossos fins e encorajar o uso da não violência para maximizar a segurança de todos os participantes. Este movimento #OWS dá poder a pessoas reais para criar uma mudança real, de baixo para cima. Queremos ver uma assembleia em todo quintal, toda esquina, porque nós não precisamos de Wall Street e não precisamos de políticos para construir uma sociedade melhor[284].

Em 2015, quatro anos após as primeiras ações do movimento, o ex-editor da *Adbusters*, Micah White (2015), responsável pela convocatória inicial para as ocupações, fez um balanço dos reflexos do Occupy Wall Street. Embora tenha reconhecido a importância da internet, declarou que com o tempo a visibilidade oferecida pelas redes começou a ser prejudicial, pelo fato dos protestos parecerem melhores no Facebook do que de fato eram nas ruas. "Não basta ir às ruas. Os movimentos sociais devem ser capazes de avançar, de se organizar em partidos, vencer eleições, escrever leis, governar cidades"[285]. Em suma, traz como exemplo a catalisação dos anseios dos movimentos em partidos como o Podemos e o MoVimento 5 Estrelas, apontando como solução a institucionalização dos movimentos net-ativistas.

5.3.6. Jornadas de Junho de 2013 no Brasil

No Brasil, em junho de 2013, protestos contrários ao aumento dos bilhetes de transporte levaram a manifestações heterogéneas que culminaram numa miríade de movimentos, de origens ideológicas distintas, implicando em mobilizações a favor ou contra o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT),

284 Publicado no site oficial do movimento: www.occupywallst.org. Consultado em 19 nov. 2014.

285 Declaração extraída de uma entrevista concedida pelo editor ao jornalista Fernando Scheller, publicada pelo jornal Estado de São Paulo em 25 mai. 2015. Cf. Scheller, F. (2015). 'A melhor ideia é a que te deixa com medo'. In *Estadão*. Disponível em http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-melhor-ideia-e-a-que-te-deixa-com-medo-imp-,1693512. Consultado em 17 jul. 2016.

ocorrido em 2016[286]. As mobilizações brasileiras seguiram o mesmo processo de "propagação viral" dos protestos em outros países, como a Primavera Árabe, no Médio Oriente e Norte da África, Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e o Movimento 15-M, na Espanha.

Criado em 2005, durante a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, o Movimento Passe Livre – que defende a adoção da tarifa zero para o transporte coletivo –, vinha realizando mobilizações localizadas em algumas cidades do país, organizadas pelas redes sociais digitais também por outros movimentos, como o Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens, do Rio de Janeiro, a Assembléia Popular Horizontal de Belo Horizonte e o movimento Revolta do Busão, em Natal. No caso do Passe Livre, além dos protestos promovidos em várias cidades brasileiras, assembleias entre os manifestantes ajudaram a definir o caráter do movimento: horizontalidade, autonomia, independência e apartidarismo (o que não significava, necessariamente, antipartidarismo).

Entretanto, assim como ocorreu em outros casos estudados neste mapeamento histórico e descritivo dos movimentos net-ativistas globais, a repressão policial sofrida pelos participantes num protesto convocado pelo Passe Livre em São Paulo[287], em 15 de junho de 2013, fez com que o número de manifestantes e as suas bandeiras se diversificassem e tomassem as ruas de norte a sul do Brasil, atraindo a atenção mediática nacional e internacional. Dois dias depois, teve início uma segunda fase de protestos, distinta da primeira: não mais restrita aos estudantes e agora com o interesse da cobertura mediática. Cerca de 300 mil brasileiros saíram às ruas para protestar em 12 cidades espalhadas pelo Brasil, originando uma série de manifestações diárias que se prolongou até 21 de junho daquele ano.

A discussão sobre os valores cobrados e a qualidade dos serviços oferecidos pela mobilidade urbana logo estenderam-se a outros campos da vida cotidiana nas grandes cidades. Mesmo com o recuo do aumento das passagens em pelo menos 100 cidades brasileiras, como uma resposta positiva aos protestos, os manifestantes transformaram o movimento numa luta mais ampla: "não é por

286 Conforme adiantamos em nota anterior, também tratado como golpe, segundo a narrativa que sustenta a existência de um plano orquestrado por parte de seus opositores e ex-aliados políticos, com o apoio das instituições jurídicas e de parte da imprensa nacional. Cf. Sena Júnior, C. Z. (2018). *Foi golpe! O presente como História*. Salvador: Quarteto Editora.

287 Houve uma represália policial excessiva que causou muitos feridos, incluindo vários jornalistas, que gradualmente mudaram o discurso, e começaram a atacar a postura policial. Neste protesto, houve mais de 300 pessoas detidas, mais de 100 delas "detidas para averiguação", prática comum em ditaduras, já que não houve flagrante, segundo o discurso dos manifestantes.

vinte centavos", afirmava o novo lema, em referência ao aumento inicial previsto pelas empresas do setor de transportes.

Desse modo, os primeiros protestos originaram outros novos, na ebulição de ocupação das redes sociais digitais e dos espaços públicos no Brasil. Movimentos diversos, com posições ideológicas conflitantes, mas que devido ao encadeamento temporal foram tratados como as Jornadas de Junho de 2013. Os escândalos da corrupção envolvendo o cenário político brasileiro, o atraso na entrega das obras realizadas para a Copa das Confederações de 2013 e a proximidade do Mundial de Futebol de 2014, bem como as cifras investidas na estruturação de estádios para atender às exigências da FIFA[288] levaram ao envolvimento de milhares de novos manifestantes nas ruas e nas redes sociais digitais.

Estes se misturaram à mobilização iniciada pelo Movimento Passe Livre para exigir, além dos transportes, saúde, educação e segurança "Padrão FIFA". O ápice da mobilização nacional, contudo, foi alcançado em 20 de junho de 2013, data em que a Polícia Militar já estimava a participação de 1,2 milhão de brasileiros nas ruas das cidades. Em Brasília, cerca de 35 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios, entre as quais centenas subiram a rampa e ocuparam o teto do Congresso Nacional. De um modo geral, os grandes *media* nacionais focaram a sua cobertura no registo de atos isolados de vandalismo, em Brasília e em outras cidades do país.

Tais protestos, também conhecidos como Manifestações dos 20 Centavos e Manifestações de Junho, estenderam-se até julho de 2013, totalizando uma adesão de manifestantes em 438 cidades brasileiras e em outras 27 cidades em vários países, como Espanha, França, Alemanha, Irlanda, Canadá, Estados Unidos e Portugal (neste último, em Lisboa, Coimbra e no Porto). As bandeiras logo se misturaram àquelas que clamavam por uma melhor gestão de gastos governamentais, por melhorias nos serviços públicos e pelo impedimento da aprovação de projetos de lei como o da "cura gay" no Congresso Nacional.

Entre os confrontos com a polícia registados nas Jornadas de Junho de 2013, mereceram maior destaque jornalístico as ações dos Black Blocs, protestos violentos em frente aos jogos de futebol da Copa das Confederações e até o saqueamento de estabelecimentos comerciais. A introdução de bandeiras partidárias nas manifestações também gerou revolta entre os manifestantes, pelo fato do movimento ter se iniciado como apartidário. Também houve acusações de policiais infiltrados entre os protestos com o objetivo de incitar a violência e de man-

288 Além de reclamações relacionadas às despesas com a estruturação do país para a realização dos eventos, os manifestantes exigiam ainda a criação de CPIs para verificar possíveis superfaturamentos e desvios dos investimentos.

char a credibilidade da mobilização[289]. O abuso policial esteve presente em todo o período dos protestos e em localidades distintas, com detenções de manifestantes até por porte de vinagre[290].

Assim como aconteceu com os Indignados espanhóis, a mobilização no Brasil não recebeu a devida cobertura dos *media* tradicionais desde o seu princípio. Apenas após o protesto de 13 de junho de 2013, marcado pela forte repressão policial que chegou até a ferir jornalistas que realizavam a cobertura, os veículos da grande imprensa começaram a transmitir o evento. A Rede Globo[291] foi uma das mais criticadas durante os atos, por ter inicialmente tratado os manifestantes como "vândalos"[292] e por não ter disponibilizado uma cobertura ao vivo das mobilizações, sendo acusada até de manipular – para menos – o número de manifestantes, como forma de minimizar a relevância das ações. Os repórteres da Globo chegaram a ser hostilizados nos protestos e expulsos das mobilizações. A hashtag <#AbaixoRedeGloboPovoNãoéBobo> alcançou o topo dos *trending topics* do Twitter naquele período, quando as manifestações nas ruas também se encaminharam para as portas da emissora. Também foram registados ataques a equipas de televisão e veículos da Rede Record e do SBT.

Isso mostra que, a exemplo do ocorrido em movimentos como o dos Indignados da Espanha, parte dos manifestantes brasileiros depositava a sua confiança nas coberturas oferecidas pelas redes sociais digitais. Não apenas como um meio de convocação das manifestações, mas como fonte de informação considerada

289 Nos *media* sociais, sobretudo nos conteúdos produzidos pela Mídia Ninja, internautas compartilharam vídeos em que supostos policiais, à paisana, estariam atacando outros policiais fardados com bombas de fabricação caseira.

290 Substância legalmente permitida no Brasil, que seria usada como proteção contra os ataques policiais com gás lacrimogénio e spray de pimenta. A maior ocorrência foi registada na cidade de São Paulo, em 13 de junho de 2013, que acabou originando a Revolta do Vinagre. Cf. Mesquita, A. & Belarmino, J. (2015). "A revolta do vinagre: humor nos protestos do Brasil". In C. Paiva, E. Barreto, P. Nunes & T. Soares. (Orgs.). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais* (pp. 179-194). João Pessoa: Editora da UFPB.

291 Funcionários da Rede Globo foram apontados como os mais hostilizados entre os profissionais que tentavam cobrir o movimento, o que obrigou a emissora a repensar as diretrizes das matérias que seriam exibidas sobre o tema, orientando os repórteres a retirarem o selo da TV Globo dos microfones. A Record, por sua vez, evitando posicionar seus profissionais nas ruas, passou a colocar o maior número possível de câmaras em helicópteros: os jornalistas porventura interessados em se posicionar em algum local de conflitos tinham que firmar um pedido formal de autorização, justificando a solicitação. Cf. O Dia. (2013). "Jornalistas da Globo são hostilizados durante manifestações pelo Brasil". Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2013-06-18/caco-barcellos-e-hostilizado-por-manifestantes-em-sao-paulo.html. Consultado em 18 ago. 2013.

292 Cf. Avelar, H. A. & Barbosa Filho, H. (2015). "Vândalos ou activistas: cobertura jornalística dos protestos". In C. Paiva, E. Barreto, P. Nunes & T. Soares. (Orgs.). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais* (pp. 133-144). João Pessoa: Editora da UFPB.

mais "imparcial", com espaço de denúncias para os abusos cometidos por policiais e para a análise da manipulação mediática do movimento.

Os net-ativistas do Anonymous também envolveram-se nas ações das Jornadas de Junho 2013. Como resposta às críticas mediáticas sobre a falta de reivindicações claras no protesto, lançaram na internet um vídeo intitulado *Anonymous Brasil – As 5 causas!*[293], sugerindo os principais motivos pelos quais as pessoas estariam se manifestando: pela rejeição à PEC 37; pela renúncia de Renan Calheiros à presidência do Senado; pelas investigações e punições das irregularidades nas obras do Mundial de Futebol a ser realizado no país; pela lei que tornasse a corrupção crime hediondo e pelo fim do foro privilegiado para políticos. Em menos de 24 horas, o vídeo lançado pelo movimento hacker recebeu mais de 1 milhão de visualizações, alcançando em menos de uma semana milhares de republicações em outros canais e sites de vídeos, potencializando o efeito viral na internet.

Entre as causas listadas pelos "anons", duas parecem ter resultado rapidamente: a rejeição à PEC 37, que se tratava de uma causa de forte apelo popular, e a aprovação, na Câmara, de uma lei que classificasse a corrupção como crime hediondo no Brasil. Esta última ainda não figurava de forma explícita durante as manifestações, vindo a ser posteriormente citada durante o Pronunciamento Presidencial da então presidente Dilma Rousseff[294], que a divulgou entre as metas anunciadas no discurso sobre os "Cinco Pactos".

Desde a mobilização pelas eleições diretas, em 1984, e pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, capitaneado pelo movimento dos Caras Pintadas, não se havia registado no Brasil uma mobilização nacional de tamanha expressão como aquela iniciada pelas Jornadas de Junho de 2013[295]. Como afirmam Paiva & Barreto (2015), no primeiro caso, na luta pelas eleições diretas, tratava-se de um período em que não havia internet nem redes sociais digitais e as influências mediáticas eram regidas pela televisão, numa campanha que contava com a força dos sindicatos, das representações de classes

293 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs. Consultado em 7 set. 2013.

294 Entre as promessas anunciadas, a presidente comprometeu-se em conversar com prefeitos e governadores para realizar um pacto de melhoria dos serviços públicos e a criação de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, além da destinação de 100% do dinheiro dos royalties do petróleo à educação. Outra medida anunciada foi a contratação de médicos estrangeiros com o objetivo de ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), além do compromisso de encontrar-se com representantes das manifestações pacíficas. Rousseff declarou-se favorável às reivindicações democráticas, reconhecendo a necessidade de "oxigenar" o sistema político e prometendo lutar por reforma que ampliasse o poder popular. O pronunciamento foi reproduzido em https://www.youtube.com/watch?v=qtGPYTvHoMw. Consultado em 27 jul. 2013.

295 Sobretudo a mobilização nacional convocada pelo Movimento Brasil Livre pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseuff, movimento considerado ideologicamente distinto do primeiro, voltado para a questão do transporte público gratuito.

e dos estudantes que tentavam se organizar após vinte anos de ditadura. Já na época pró-impeachment de Collor de Mello, nos anos 1990, o cenário era outro: a era da globalização, com os movimentos de base fragilizados pela explosão do consumismo, diversificando-se entre ativistas feministas, gays, ecologistas, índios, sem terra e as camadas médias preocupadas com a corrupção.

Mais recentemente, na fase dos *social media* e da *web 2.0*, em que a televisão começou a perder, tendencialmente, sua audiência – sobretudo entre as camadas mais jovens – para a internet, o movimento das Jornadas de Junho de 2013 articulou-se de forma viral, com a integração das mais diversas bandeiras. Em razão desse hiato de duas décadas desde a última grande manifestação, expressões como "o gigante acordou", em referência ao despertar do povo brasileiro para as mobilizações, foram as mais repercutidas, tanto nas redes sociais digitais quanto nas ruas de todo o país.

> Mais de 20 anos depois (em 2013), o contexto era outro. Havia uma gestão de centro-esquerda no poder, desde a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, até a gestão de Dilma Rousseff (a partir de 2012). E em conjunção com as manifestações e revoltas populares no mundo inteiro, os movimentos sociais eclodem, primeiramente em 2013, em protesto pelo custo das passagens nos transportes urbanos, multiplicando-se *ad infinitum* até o evento da Copa (jun./julho 2014); e a imprensa e as mídias fazem parte dos desdobramentos destes acontecimentos, por vezes informando, por vezes – ideologicamente – gerando ruído e distorções em vez de esclarecer a opinião pública. (...) Os discursos da indignação saltam do inconsciente coletivo e ocupam em modo viral as praças públicas virtuais e presenciais, que mobilizam as narrativas e ações sociais (Paiva & Barreto, 2015, p. 228)[296].

Como adiantamos, frente ao clamor popular dos protestos de 2013, o governo brasileiro anunciou diversas medidas para tentar atender às reivindicações dos manifestantes, assim como o Congresso Nacional, que votou uma série de concessões (a chamada "agenda positiva")[297] exigidas nas mobilizações daquele mês de junho. Em julho do mesmo ano, o volume de participantes nos protestos

296 Cf. Paiva, C. C. & Barreto, E. (2015). "Posfácio". In C. Paiva, E. Barreto, P. Nunes & T. Soares. (Orgs.). protestos.com.br: *Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais* (pp. 223-234). João Pessoa: Editora da UFPB.

297 A exemplo de ter tornado a corrupção um crime hediondo – arquivado a chamada PEC 37, que proibiria investigações pelo Ministério Público – e proibido o voto secreto em votações para cassar o mandato de legisladores acusados de irregularidades.

diminuía a cada evento, fenómeno atribuído pelos *media* tradicionais à onda crescente de casos de vandalismo e depredações de patrimônio público gerada pelos Black Blocs, que utilizavam a tática de atacar e depredar símbolos do poder e do capital. O final da Copa das Confederações, que ajudava a atrair as atenções da imprensa internacional para o Brasil, também contribuiu para arrefecer o clima das manifestações.

A pluralidade de causas e o envolvimento oportunista de partidos e figuras políticas na organização dos movimentos acabaram por acentuar uma polarização dos protestos, que em 2015 voltaram às ruas do Brasil divididos em ações contra ou a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, que foi reeleita em 2014. Esta foi afastada do poder em 2016, após uma votação final polémica no Senado Federal[298], sendo substituída pelo então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), também citado na mesma Operação Lava Jato[299] em que Rousseff teve o nome envolvido.

As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil encerram a nossa proposta de mapeamento dos movimentos net-ativistas da fase *web 2.0* e das redes sociais digitais. Na impossibilidade de elencar todos os movimentos em nosso percurso descritivo, que seguiu uma ordem cronológica do despontar das ações e mobilizações aqui tratadas, os casos apresentados servem-nos como material empírico para que sejam retraçados os aspetos gerais da ação em rede. No capítulo seguinte, daremos continuidade à investigação através de um recorte temporal dos casos de net-ativismo nas redes sociais digitais portuguesas.

298 Cf. G1. (2016). "Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume". Disponível em http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html. Consultado em 16 nov. 2016.

299 Conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil, que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisão temporária, de prisão preventiva e de condução coercitiva, visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou biliões de reais no pagamento de propinas e benefícios, por parte de grandes executivos, a políticos e partidos. A operação teve início em 17 de março de 2014 e até 10 de agosto de 2017 contava com 45 fases operacionais, autorizadas pelo juiz Sérgio Moro, durante as quais mais de cem pessoas foram presas e condenadas. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato. Consultado em 10 ago. 2017.

CAPÍTULO 6

NET-ATIVISMO EM PORTUGAL

Nos tempos que sucederam a ditadura salazarista[300], maior expoente do regime autoritário denominado Estado Novo (1933-1974), os cravos foram lembrados como o símbolo de uma revolução militar, de forte apoio popular, que trouxe a democracia ao povo português. Aproximadamente quatro décadas depois da Revolução dos Cravos[301], diante de uma crise da política (em especial da democracia representativa) não apenas em Portugal como em inúmeras latitudes do mapa – como demonstramos em outros pontos da Europa, das Américas, da África e do Médio Oriente – os computadores, *smartphones*, *tablets* e demais interfaces conectivas são agora associados como símbolos de uma nova forma de transformação social, cujo *modus operandi* não mais se limita ao agir presencial e frontal.

300 O estadista António de Oliveira Salazar comandou Portugal de 1933 a 1968, quando foi afastado por "incapacidade" de saúde, sendo substituído por Marcelo Caetano até 25 de abril de 1974. Segundo a historiadora portuguesa Raquel Varela (2015), o golpe de Estado implantado nesta data pelos militares representava "*(...) a semente de uma revolução social (que imprime mudanças nas relações de produção), encetada como uma revolução política democrática (que muda o regime político). Em poucos dias ou semanas, estava praticamente assegurada a substituição do regime político de ditadura por um regime democrático*". Cf. Lara, R. (2015). "Interview with Raquel Varela: The Carnation Revolution, working and living conditions in Portugal". In *Revista Katálisys* (Vol. 18, N.º1, jan/jun., online). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100123. Consultado em 12 dez. 2015.

301 Em meio a versões sobre a origem das flores que deram nome à revolução, uma das mais conhecidas é a de Celeste Caeiro. A portuguesa apresenta-se, em reportagens, como funcionária de um restaurante que seria inaugurado naquela data, 25 de abril de 1974, cujo gerente teria comprado flores para entregar aos clientes. Em virtude de movimentação popular no centro de Lisboa, o empreendimento adiou sua inauguração, fazendo com que os funcionários levassem os cravos para casa. Ao saber da revolução pelos próprios militares que encontrava pelas ruas, a mulher teria iniciado a distribuição entre eles, que por sua vez teriam colocado os cravos nas suas espingardas. Dentre outras publicações, a versão foi reproduzida na reportagem "Celeste e os Cravos", de Ana Sousa Dias, na edição de 24 de Abril de 1994 do jornal *Público*. Cf. Dias, A. S. (1994, abril 24). "Celeste e os Cravos". In *Público*. Disponível em http://sincron.blogspot.pt/2006/04. Consultado em 3 jan. 2016.

Diferentemente dos movimentos sociais anteriores ao digital, a exemplo dos sindicalistas, ambientalistas, étnicos e de género – mais precisamente aqueles de estrutura hierarquizada, composta por bandeiras de luta e por líderes bem definidos, com pretensões de disputa de poder ou de inclusão das suas propostas na agenda política tradicional –, os movimentos mais recentes passaram a emergir num cotidiano impregnado pelo aroma de tempos cada vez mais tecnológicos, sinalizando, cada um à sua maneira, uma ressignificação do agir em rede.

Como visto ao longo deste estudo, mais do que em épocas anteriores, a contemporaneidade revela que nós, os clássicos "atores sociais", promovidos como "sujeitos" da ação décadas a fio pela Sociologia do Social, não agimos sozinhos. Mesmo nas simples atividades da vida cotidiana, estamos em processo de interações fecundas com outros atores e actantes não-humanos (nos quais se incluem, destacadamente, as redes sociais digitais). No cenário atual, as ações inclinam-se, acentuadamente, a uma substituição da antiga lógica de revolução por uma lógica de transformação (Bey, 2001); dos conflitos locais, presenciais e frontais, pela mobilização reticular (Di Felice, 2013) e "glocal", ao mesmo tempo local e global, que agora passa a decorrer através de diversas forma de comunicação e interação com a colaboração dos novos *media*. A fim de não cairmos na armadilha do *contexto* como explicação causal (Latour, 2012) para qualquer fenómeno social, nem desconsiderarmos, por outro lado, tal elemento como uma espécie de "membro" das redes investigadas, convém reconhecermos que os questionamentos, as motivações individuais e coletivas enredados nos movimentos também sofreram transformações desde o histórico 25 de Abril de 1974, época em que o rádio era o meio de comunicação mais expressivo em Portugal (Reis, Ribeiro & Portela, 2014)[302], até a era do Big Data (Mayer-Schönberger & Cukier, 2014), com o seu dilúvio informacional mundo afora.

Tal crise no cenário contemporâneo já não envolve predominantemente a liberdade de expressão, a luta pela justiça e contra a postura de isolamento e defesa de Portugal na esfera global (o mito do "orgulhosamente sós"), como naquele ano da Revolução dos Cravos. Mais distanciados – ao menos de certo modo – dos censores estatais, os manifestantes desta cultura colaborativa das redes sociais digitais interagem em torno de temas distintos, sobretudo a respeito das dificuldades económicas provocadas pela sucessão de administrações

302 Cf. Reis, A. I.; Ribeiro, F. & Portela, P. (Orgs.). (2014). *Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

corruptas – conforme veremos nos discursos dos net-ativistas deste país –, até o endividamento nacional junto à Troika[303].

Ainda que a crítica à imposição das medidas de austeridade pelo comité internacional – responsabilizadas por levar o Estado Português ao aumento desenfreado de impostos, reduções salariais, cortes nas aposentadorias públicas, nos investimentos em saúde e educação e a um crescente desemprego no setor privado[304] – tenha sido recorrente a partir de 2011, os movimentos net-ativistas portugueses também voltaram-se para temáticas distintas, como veremos nas próximas páginas.

Além da transcendência de uma esfera meramente política, as diferenças entre aquela revolução portuguesa – liderada pelos militares[305] e articulada de forma escondida nos quartéis e salas residenciais, com comunicação camuflada via rádio – e os movimentos net-ativistas mais recentes – isto é, surgidos *em rede* e *nas redes*, a partir de qualquer ponto digitalmente conectado – também mostram-nos como as formas de organização e interação transformaram-se qualitativamente, no compasso da revolução comunicativa digital.

Nesse sentido, face a um modelo reticular cada vez mais distribuído, no qual a comunicação é feita de todos para todos, independentemente da posição geográfica ou da condição social de cada membro, os pontos de vista antes centralizados pelas instituições tradicionais (Igreja, Estado, Imprensa etc.)[306] tiveram que dar lugar a uma tomada coletiva da palavra, em pontos distintos ao redor do mundo, seja em latitudes árabes ou portuguesas. Tais movimentos, emergidos nesta nova *ecologia da ação em rede* (Di Felice, 2017a) que já não nega a colaboração entre os seres humanos e os não humanos (o meio ambiente, os territórios e as tecnologias, sobretudo os dispositivos de conectividade), revelam ainda uma forma de

303 Antiga expressão russa que remetia, originalmente, a um carro puxado por três cavalos alinhados lado a lado. Em 2010, o termo passou a ser utilizado para denominar a equipe constituída por responsáveis da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional nas negociações relacionadas ao resgate financeiro na Grécia, no Chipre, na Irlanda e em Portugal.

304 Tais justificativas são apresentadas nos discursos dos próprios membros da Geração à Rasca, conforme reproduzido na página oficial do movimento. Disponível em https://geracaoenrascada.wordpress.com. Consultado em 13 abr. 2011.

305 Inicialmente motivado por reivindicações corporativistas, como a luta pelo prestígio das Forças Armadas, com a insatisfação da população frente ao regime ditatorial em vigor na época, o movimento acabou por se consolidar também como político – envolvendo desde capitães que participaram da Guerra Colonial, oficiais milicianos até estudantes universitários, muitos deles recrutados. O contexto da revolução também foi retratado no filme *Capitães de Abril* (1997), da atriz e realizadora portuguesa Maria de Medeiros. Medeiros, M. (2000). *Capitães de Abril* [DVD]. PT: Maisfilmes.

306 Conforme analisado por diversos autores da Sociologia, a exemplo de Stuart Hall (2006) e dos citados Zygmunt Bauman (2003) e Anthony Guiddens (2002). Cf. Hall, S. (2006). A *identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA.

transformação social distinta do conceito de revolução, através do ativismo digital, anónimo, anárquico e atópico.

Impulsionados pela crise política e socioeconómica, na busca por melhor adaptarem-se ao cenário globalizado nesta era das redes, os ditos tecnoatores contemporâneos são chamados a construir a sociedade em que vivem a partir deste entrelaçamento cada vez mais digitalizado com as coisas – consideradas também membros desse agir. Tal ação colaborativa não está restrita à esfera política, às reivindicações claras e de temática única, atravessando – e na maior parte das vezes misturando – demandas ecológicas, económicas, sociais ou culturais, em contextos também distintos no mapa mundi. Em atenção a estas redes de ações, a fim de contribuir para o Observatório Internacional de Net-ativismo[307], elegemos Portugal como ponto de observação do fenómeno para as nossas análises.

6.1. Procedimentos metodológicos do estudo

Com o intuito de desenolver uma proposta investigativa sobre o habitar na época das redes sociais digitais, este livro foi estruturado em três níveis entrecruzados, uma vez que o pesquisar sobre as redes veio revelar-nos uma diluição das fronteiras entre teorias, métodos e análises. A busca pela qualidade do net-ativismo e das ações colaborativas surgidas nas redes sociais digitais trouxe a necessidade de lançarmos um olhar inicial sobre a crise da política na contemporaneidade – que despontava antes mesmo do surgimento da Internet, no debate sobre o fim da modernidade (Lyotard, 1988; Vattimo, 1992; Miranda, 1998; Arendt, 2002; Santos, 2001; Maffesoli, 2005 etc.) – a fim de compreendermos os seus novos significados e as novas formas de conflitualidades existentes na cultura das redes.

No segundo nível deste estudo investigamos os significados da ação em rede através de três eixos teóricos distintos. As primeiras leituras analisadas dimen-

307 O Observatório Internacional de Net-Ativismo é um acordo de cooperação entre diversos centros de investigação científica, em Portugal – o CIC Digital, da Universidade Nova de Lisboa, e o CICANT, da Universidade Lusófona do Porto – e no estrangeiro – a exemplo do Centro de Pesquisa Atopos da Universidade de São Paulo (Brasil), fundador do Observatório; além daqueles da Universitá Roma Tre (Itália) e da Maison des Sciences de l'Homme (França) –, com o objetivo de abrir novos caminhos para pensar esta temática tão evidente nos nossos dias.
Este acordo, em fase de estruturação até a finalização deste estudo, resulta de uma série de encontros, publicações e eventos internacionais promovidos entre as instituições relacionadas, a exemplo do I Congresso Internacional de Net-Ativismo, realizado em São Paulo (2013) e do II Congresso Internacional de Net-Ativismo (2015), promovido simultaneamente nas cidades de São Paulo, Porto, Roma e Paris. Partes da presente investigação foram apresentadas nos congressos realizados em São Paulo (2013) e no Porto (2015), cujas publicações estão indicadas nas referências bibliográficas no final deste livro.

sionam o fenómeno nos quadros de um agir político: a primeira trata o net-ativismo como uma nova esfera pública digital (Terranova, 2004; Rainie & Wellman, 2012; Castells, 2013 etc.), enquanto a segunda propõe um olhar crítico sobre as teorias da ação em rede – em seu sentido não somente digital – como algo restrito aos humanos, reconhecendo a participação dos não humanos nas ações e reivindicando a sua inclusão no debate sobre uma cosmopolítica (Latour, 2004, 2012; Stengers, 2004, 2014, entre outros). O terceiro eixo interpreta tais mobilizações como o advento de um novo tipo de ação, de uma rutura no paradigma do agir, não mais visto como essencialmente social e político, mas como um processo de transdução (Miranda, 2010) e transubstanciação na relação entre o homem, a natureza e a tecnologia (Di Felice, 2017a, 2017b).

Por fim, na terceira parte deste estudo, adotamos um recorte temporal sobre a evolução das redes sociais digitais e a transformação destas novas formas de ação no âmbito da comunicação na era das redes telemáticas (Castells, 2000; Lemos, 2002, 2004, 2013; Lévy, 2003, 2007; Kerckhove, 2009; Recuero, 2009; Di Felice, 2008, 2009, 2013a, 2013b, 2017a; Paiva, 2013, 2015 etc.). Primeiramente, elaboramos uma cronologia concisa das arquiteturas de comunicação e interação – das redes do IRC aos *social media* – para depois elencarmos os principais marcos dos movimentos de ativismo em rede que emergiram em colaboração com as plataformas disponíveis em cada uma dessas fases[308].

Ainda que a emergência do fenómeno tenha impulsionado pesquisas relevantes sobre o tema em questão, adentramos num campo de estudo relativamente recente: os primeiros resultados do Observatório Internacional de Net-Ativismo, referentes a uma série de pesquisas desenvolvidas simultaneamente em países da América do Sul, da Europa e da África, foram publicados apenas em 2017.

Uma primeira geração de investigações académicas sobre o net-ativismo, tal como o vivenciamos nos dias de hoje, também foi construída lado a lado com a pesquisa aqui apresentada. Ao distanciarem-se de conceitos ou estudos de casos com projeções definitivas, esses ensaios, artigos, monografias, dissertações e teses representam esforços em busca de direcionamentos mais apropriados para compreender a complexidade de um fenómeno que se transforma na velocidade das redes nas quais se constitui, dissemina-se e dissolve-se. A exemplo da nossa pesquisa, tais estudos representam caminhos para contemporizar os aspetos mais distintos referentes às transformações da vida em rede.

308 Tais como o Tactical Media, Hakim Bey, Luther Blissett, Movimento Zapatista, Anonymous, MoVimento 5 Stelle, Primavera Árabe, Movimento 15M (Indignados), Occupy Wall Street e Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Com base nessas premissas, a fim de contribuir com a inclusão do estudo de casos portugueses no Observatório Internacional de Net-ativismo, este livro representa também um esforço rumo ao mapeamento do fenómeno de ativismo em rede e das ações colaborativas no dilúvio de dados e interações que se espalham nos contextos reticulares deste país. Entretanto, frente à infinidade de redes digitais sociais, grupos net-ativistas em atuação e suas milhares de publicações existentes na era do Big Data, propomos como delimitação inicial do *corpus* investigado um recorte temático que demonstra um extrato, ainda que sumário, de expressões diversas do net-ativismo em Portugal.

6.1.1. Tipologia temática para mapeamento dos casos: *técnico, político, estético*

Como orientação teórico-metodológica para tal desafio, adotamos na nossa pesquisa *netnográfica* (Amaral, Natal & Viana, 2008)[309] a tríade proposta por José Bragança de Miranda (2010)[310], que sugere três tipos de net-ativismo mais comuns desenvolvidos pelos ditos utilizadores em colaboração com as tecnologias digitais: os de natureza *técnica*, *política* e *estética*.

A primeira das três divisões[311] estaria relacionada a uma determinação basicamente *técnica*, exemplificada "pelos inúmeros proponentes de uma estratégia de open source ou software livre ou, numa vertente mais agressiva, pelos hackers e a sua guerrilha em torno do software e do controlo" (Miranda, 2010, p. 256). Para ilustrar brevemente este vértice da tríade proposta, podemos exemplificar o net-ativismo de natureza técnica como as ações desenvolvidas pelos membros dos Anonymous, apresentadas no capítulo anterior, ou como aquelas relacionadas ao LulzSec Portugal, selecionado como primeiro caso português deste estudo.

309 A metodologia de estudos para a internet, conhecida como *netnografia* (nos estudos da área de Marketing e Administração) ou *etnografia virtual* (entre os pesquisadores de Antropologia e das Ciências Sociais) teria surgido em meados dos anos 1990 entre um grupo de pesquisadores norte-americanos (Bishop, Star, Neuman, Ignácio, Sandusky & Schatz, etc.) com o intuito de preservar os detalhes das observações através da adoção de meios eletrónicos para seguir os atores. No contexto aqui estudado, a etnografia virtual cumpre a função de "*explorar as complexas relações existentes entre as afirmações previsíveis das novas tecnologias em diferentes contextos (...) se fortalecendo como método justamente por sua falta de receita, sendo um artefato e não um método protocolar, é uma metodologia inseparável do contexto onde se desenvolve, sendo considerada adaptativa*" (Amaral, Natal & Viana, 2008, p. 37). Cf. Amaral, A.; Natal, G. & Viana, L. (2008). "Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital". In *Sessões do Imaginário: cinema, cultura, tecnologia da Imagem*. (Ano 13, n.º 20, pp. 34-40). Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS.

310 Cf. Miranda, J. B. (2010). "Activismo em rede, globalização e transdução". In C. Álvares e M. J. Damásio (Orgs.). *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (pp. 251-266). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

311 Vale ressaltar que ao tratar de "divisões" Bragança de Miranda sugere este "método" não no sentido de separação propriamente dita das categorias, mas como um caminho que passa pelo "dividir" para "redividir", a fim de descobrir os mundos possíveis entre tais camadas. Mais sobre o tema pode ser lido em: Miranda, J. B. (1998). *Traços – Ensaios da crítica da cultura*. Lisboa: Editora Vega.

Conhecidos como "piratas informáticos", as ações mais comuns desses movimentos consistem na invasão de sistemas de computadores pertencentes a grandes corporações, instituições religiosas ou públicas com a finalidade de revelar informações secretas – que podem variar desde nomes de supostos integrantes da Maçonaria Portuguesa até informações pessoais de policiais da Guarda Nacional Republicana. A estratégia desse tipo de movimento passa pela subversão das informações publicadas nas páginas oficiais dos seus alvos, substituindo-as por mensagens de cunho anárquico, provocador e libertário.

Na segunda divisão sugerida por Bragança de Miranda (2010) estaria o net-ativismo *político* desenvolvido fortemente na internet, "que tem tido efeito em alguns casos fundamentais, mas que se prendem a interesses instalados, de grupos ideológicos como os situacionistas, os Zapatistas, o Green Peace ou, então, da defesa dos localismos, etc" (p.256). Tal natureza, tratada neste livro através de movimentos como a Primavera Árabe (Norte da África e Médio Oriente), o 5 Estrelas (Itália), o 15M (Espanha), o Occupy Wall Street (Estados Unidos) e as Jornadas de Junho de 2013 (Brasil), reflete-se nos traços da Geração à Rasca em Portugal, que segundo os seus manifestantes teria servido como inspiração aos indignados espanhóis para a mobilização naquele país.

Embora Miranda (2010) ressalte a temática predominantemente política dos movimentos desta natureza, observamos organizações de ações coletivas apartidárias, (ao menos inicialmente) desinteressadas na construção de um partido político ou da ocupação de cargos públicos. Por meio da colaboração com redes sociais digitais como o Facebook, os manifestantes da Geração à Rasca criaram um movimento responsável por mobilizar milhares de manifestantes nas ruas de Portugal e do estrangeiro, em protesto contra a precariedade nas condições de trabalho e contra o que definiram como "desmantelo dos direitos sociais" pelo governo vigente, projeção que nos levou a selecionar o movimento como o segundo caso português aqui analisado.

Por fim, a terceira divisão proposta pelo autor, que possibilitou a elaboração de mapeamento de casos de net-ativismo em torno de temas distintos neste estudo, diz respeito ao net-ativismo crítico de natureza *estética*. "Trata-se de estética no sentido lato do termo, ligado às afecções, como na prática de jogos colaborativos, à exibição narcísica e à comercialização dos afectos, etc., mas acima de tudo no sentido restrito das artes" (Miranda, 2010, p. 256).

Logo, neste ponto da tríade teórico-metodológica, voltamos o nosso interesse para os casos de net-ativismo predominantemente artístico, que além de se apropriarem das redes sociais digitais para disseminar as suas experiências, partem da relação com a interface tecnológica como elemento integrante da obra em si.

Por tal razão, selecionamos o experimento Me Myself and I, uma ação colaborativa de natureza artística baseada numa ciberperformance desenvolvida por uma pessoa "real", em interação com avatares da plataforma Second Life, uma espécie de mundo virtual tridimensional.

Convém ressaltar que ao tentarmos identificar as três divisões estabelecidas por Miranda (2010) na imensidão digital das redes portuguesas, percebemos desde logo que, embora esta não fosse a proposição do autor, nem mesmo estas divisões temáticas conseguem preservar suas fronteiras, pois um net-ativismo técnico pode carregar, simultaneamente, uma motivação política e uma linguagem estética, do mesmo modo como tal entrelaçamento ocorre também em casos referentes a outras divisões. Assim, tomamos como referência apenas a predominância temática em cada um dos movimentos ou ações colaborativas investigados, elegendo os casos mais expressivos quanto ao entendimento inicial do que é o net-ativismo de natureza técnica, política e estética.

Esses três eixos norteadores não apenas tornaram possível a constituição de um panorama, ainda que preliminar, sobre o cenário do net-ativismo português contemporâneo. Também viabilizaram suas análises na perspetiva das dinâmicas de interação em rede. Em outras palavras, uma primeira divisão das ações net-ativistas, atenta aos temas predominantes, proporcionou que tais casos selecionados ainda fossem analisados quanto às *formas de interação* relativas a essas ações.

Em suma, LulzSec Portugal, Geração à Rasca e Me Myself and I tratam-se de movimentos e ações emergidos e propagados nas redes sociais digitais, observados inicialmente através de um recorte temporal que segue como procedimento fundamental tentar traduzir as suas definições pelos discursos dos próprios atores – isto é, as vozes dos membros, as principais ações dos movimentos e as redes sociais digitais com as quais colaboram e nas quais se fizeram presentes. Em dados momentos, também indicamos referências sobre as análises de tais movimentos, a partir da leitura de outros autores ou de material mediático produzido sobre o tema.

Como adiantamos na introdução deste tese, por questionarmos as próprias noções de "objeto" de investigação e de visibilidade total das redes[312], os exemplos encontrados na pesquisa exploratória são aqui tratados apenas na condição de um extrato de temas e formas distintas de net-ativismo em Portugal.

312 Sobretudo no caso de movimentos que desenvolvem suas ações sob a condição do anonimato e sem a definição de líderes, o que coloca em xeque a aplicabilidade de métodos tradicionais de pesquisas sociais e humanas, como a realização de entrevistas, questionários etc.

Através do cruzamento entre a tipologia de análise conteudística e a tipologia de formas de interação – esta última a ser descrita no próximo tópico –, desenvolvemos uma investigação que não tem a pretensão de criar uma dicotomia conteúdo *versus* formas, tampouco a ambição de abarcar todos os aspetos relacionados ao fenómeno do net-ativismo. Pelo contrário, ao invés de limitar tal fenómeno a uma visão unilateral, propomos aqui a criação de uma terceira via de análise, fundamentada em duas tipologias já existentes, visando mostrar como um olhar não excludente quanto à forma e ao conteúdo constitui um caminho possível para contemplar um campo de estudo jovem, complexo e em contínuo e acelerado processo de transformação.

6.1.2 Por uma tipologia das dinâmicas de interação em rede

Após uma pesquisa exploratória na busca pela construção de um mapeamento do net-ativismo e das ações de ativismo nas redes sociais digitais em Portugal, na tentativa de identificar e reconhecer as similitudes dos casos mais relevantes dentro das temáticas de natureza *técnica*, *política* e *estética*, decidimos observá-las a partir de uma lógica que contemplasse as formas de interatividade experimentadas em cada um desses campos.

Para tal, inspiramo-nos na *tipologia das dinâmicas de interação em rede*, elaborada pelo sociólogo Massimo Di Felice (2017a). Cabe, antes de tudo, destacar que as tipologias não foram aplicadas ao longo da presente investigação como categorias fixas para enquadrar automaticamente determinados aspetos do fenómeno em questão. Tais tipologias representam a decorrência de esforços, por parte de seus elaboradores, de contemporizar o que vem ao ser o *net-ativismo*. E, no caso da tipologia das dinâmicas de interação, direcionar estudos sobre o tema no que diz respeito tanto às formas dessa interação quanto à arquitetura informativa das redes digitais em que as ações se desenvolvem.

Nesse sentido, o sociólogo italiano propõe uma tipologia que envolve quatro tipos de divisões resultantes das dinâmicas de interações tanto sociais quanto tecno-informativas[313]. O primeiro deles seria o das *colaborações frontais*, caracterizadas por uma forma de interação mínima, como na subscrição de abaixo assinados online ou no simples compartilhamento de mensagens elaboradas por outros membros da rede, "(...) limitando o próprio ativismo ao movimento dos dedos sobre o teclado e ao simples clique, seja ele um *like* ou uma petição *on-line* (...),

313 Por essa razão, Massimo Di Felice (2017a) adota a expressão "ecologia", pela não separação dos elementos que compõem tais redes.

denominado muitas vezes no sentido depreciativo como 'ativismo de sofá'" (Di Felice, 2017a, p.184).

Para adiantarmos brevemente alguns casos desse tipo de colaboração, podemos citar as petições digitais disseminadas por e-mails ou por redes sociais digitais como o Facebook, que também é via de compartilhamento de campanhas com os mais diversos propósitos – desde pedidos de doações de sangue para determinado utente até solicitações de auxílio para a localização de um animal desaparecido. Tal modo de interação demanda uma participação simplória do dito utilizador das redes sociais digitais, restrita ao compartilhamento das mensagens em murais ou à subscrição de documentos pré-formulados.

Seguindo uma linha gradativa, relacionada à qualidade de interação entre os utilizadores e as redes digitais, estariam as *colaborações imersivas*. Essa forma de colaboração foi caracterizada pelo sociólogo Massimo Di Felice (2017a) como uma demanda por um participação mais ativa do chamado utilizador, "um tipo de participação intensa, geralmente prolongada no tempo e realizada com frequência (...) em grupos temáticos de discussão ou em arquiteturas de interação municipais ou locais (*e-governance*)" (pp. 184-185).

Acrescentamos, ainda, a exigência de uma habilidade técnica mais específica, que supera o compartilhamento quase automático de mensagens – diferentemente do tipo de colaboração anterior. Como exemplo, antecipamos as formas de interação dos hacktivistas do LulzSec Portugal e dos Anonymous, que precisam estar imersos nas redes e dominar certo nível de conhecimento de programação informática para que ações como ataques a sites e interrupções de serviços nas plataformas digitais possam ser desenvolvidas.

O terceiro conjunto de ações propostas nesta tipologia estaria ligado às *colaborações dialógicas*, que se desenvolvem simultaneamente nas redes digitais e nas ruas das cidades. O net-ativismo dialógico seria a forma de net-ativismo mais comum entre os casos aqui estudados: "exprime-se em uma dimensão de interações participativas complexas que começavam *on-line*, estendiam-se nas ruas e nos espaços públicos, sempre continuando sua dimensão conectiva e digital" (Di Felice, 2017a, p.185).

Como exemplo notável, voltamos aos protestos da Geração à Rasca, organizados digitalmente e que, durante e depois de ocuparem as ruas, continuaram a repercutir nas mesmas redes em que foram articulados. No capítulo anterior, apresentamos ainda outros exemplos de movimentos net-ativistas com formas de interação dialógicas – Primavera Árabe, 15M, Occupy Wall Street etc. – que inspiraram a definição destes tipos de interação.

Por fim, investigamos ao longo das análises a existência das *colaborações ecológicas ou ecossistémicas*, certamente a dinâmica de interação mais complexa dentro da tipologia adotada. Diferentemente do net-ativismo dialógico, este tipo de colaboração expressaria "uma explícita expansão das interações aos elementos não humanos e, em particular, uma extensão do ativismo, a atores e agentes da biodiversidade: clima, produtos 'bio', lagos, florestas, animais etc." (Di Felice, 2017a, pp. 185-186).

Primeiramente, por se tratar de uma forma que supera as dinâmicas opinativas para constituir um modo colaborativo de transformação social através das redes digitais. Mais ainda, por trazer em sua composição um novo tipo de experiência ecológica que integra numa mesma rede seres humanos (os utilizadores), demais seres vivos (a natureza) e seres não vivos (as tecnologias digitais), de forma mais explícita, numa mesma rede de colaboração.

Projetos colaborativos recentes no contexto português recorrem nesse tipo de composição e interação, como o Prove[314] e o Fruta Feia[315], apenas para citar alguns casos mais relevantes no país. Tratam-se de comunidades digitais compostas por pequenos agricultores que, em virtude da crise económica, relacionaram-se com as possibilidades ofertadas pelas redes digitais para agir de forma independente das grandes empresas de varejo e vender os seus produtos diretamente ao consumidor final. O elemento "natureza", no sentido da sustentabilidade ambiental, sobressai no processo de escolha de cabazes, uma vez que a variedade de produtos colocada à venda está vinculada à oferta de frutas, legumes e verduras típicos de cada estação do ano.

Em soma às tipologias propostas, as formas de net-ativismo encontradas através do mapeamento das redes digitais portuguesas também foram analisadas no que concerne aos seus "níveis de interatividade das arquiteturas informativas". As análises tiveram o objetivo de responder às seguintes perguntas, também sugeridas por Massimo Di Felice (2017a): há interatividade ou apenas fornece conteúdo pronto? A arquitetura informativa em questão permite a interatividade (espaço para comentários, enquetes, fotos, eventos)? Tal arquitetura informativa permite colaboração na construção dessa mesma arquitetura, além da publicação de conteúdo?

Os tipos de interatividade aqui destacados foram definidos pelo teórico como uma tentativa de atender à demanda de compreensão do fenómeno estudado face à complexidade e transitoriedade sublinhadas no início da nossa metodologia.

314 Disponível em http://www.prove.com.pt.

315 Disponível em http://www.frutafeia.pt.

Tal empenho ainda visa possibilitar a comparação dos resultados encontrados em Portugal com os dados obtidos em outros países, tendo em vista que a investigação que originou este livro, intitulada "Net-ativismo e ações colaborativas em redes digitais", colabora com um projeto internacional homônimo que envolve investigadores e instituições de quatro países em torno do tema – Portugal (Universidade Nova de Lisboa e Universidade Lusófona do Porto), França (Universidade Sorbonne), Brasil (Universidade de São Paulo) e Itália (Universidade Roma Tre e Universidade IULM – Milão)[316].

Outrossim, o desafio aqui lançado no que diz respeito ao cruzamento das duas tipologias descritas pretende identificar, no mapeamento de fundo temático proposto por Bragança de Miranda (2010), de quais formas de interatividade sugeridas na tipologia das dinâmicas de interação os movimentos se aproximam. Mais ainda, também cabe ao presente estudo perceber que tipo de interatividade das arquiteturas informativas as ações net-ativistas revelam.

Nossa decisão metodológica assume o risco de envolver duas abordagens diversas, porém passíveis de uma combinação por um ponto de interseção fundamental: ambas compartilham da premissa de pensar um tipo de interação que acontece em diálogo com a tecnologia. Isto é, as duas visões, ainda que distintas em determinados pontos – a primeira mais preocupada com uma estruturação temática, enquanto esta última mais interessada em investigar uma ecologia das formas de ação, demonstrada nas dinâmicas de interatividade entre os membros e a arquitetura digital –, distanciam-se do entendimento do net-ativismo como apenas uma amplificação do agir humano, atribuindo ao elemento tecnológico um papel fundamental nessa relação, não mais reduzindo-o à condição de mero instrumento como sugerem as leituras tradicionais humanistas.

6.2. Net-ativismo técnico: LulzSec Portugal

No documentário *We Are Legion: The Story of the Hacktivists* (Brian Knappenberger, 2012), diversos membros autodenominados "anons" descrevem-se como participantes de um grupo net-ativista horizontal, nem sempre homogéneo, no que se refere aos limites das ações articuladas *em* rede e *nas* redes. Como um braço radical do grupo hacker mais famoso em todo o mundo surge o Lulz Security (mais

316 Ver publicação referente a esta pesquisa internacional, na qual parte deste estudo é apresentado. Cf. Magalhães, M. (2017). "Dos manifestos aos piratas informáticos de uma Geração à Rasca: net-ativismo nas redes portuguesas". In M. Di Felice; E. Roza & E. Pereira. *Net-Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação* (pp. 262-281). Campinas: Papirus Sete Mares.

reconhecido pela abreviação LulzSec), lançado em 2011[317]. Com este, dá-se início a um projeto global de duração determinada, com ações previstas para os dois anos seguintes baseadas em ataques considerados de alto perfil, com guerra declarada aos governos, aos bancos e às grandes corporações.

Nesse mesmo período, em Portugal, o movimento hacktivista teve uma atuação marcante nas ações de guerrilha digital, razão pela qual selecionamos este caso como um exemplo de net-ativismo de natureza *técnica* (Miranda, 2010). Devido ao fato das questões de invisibilidade e de anonimato serem uma prerrogativa em movimentos deste género, analisamos a sua atuação com base na investigação das principais ações nas redes sociais digitais portuguesas e nas próprias descrições do movimento em seus comunicados reproduzidos pelos *media* tradicionais ou pelos social *media*.

Em entrevista ao site de notícias Tugaleaks[318], o LulzSec Portugal define-se como um grupo de autodidatas descontentes com as medidas do Governo e com a corrupção no país. "Há quem nos chame de 'hackers', embora não nos consideremos como tal (...). Os *defaces* servem para nos expressarmos, no fundo é o nosso protesto". Entre as redes digitais existentes, a ramificação portuguesa do LulzSec[319] esteve presente de forma mais contínua no Twitter[320] e no YouTube[321].

O canal de comunicação mais utilizado por estes net-ativistas, entretanto, ainda era o *Internet Relay Chat* (IRC), uma das primeiras redes digitais criada em

317 Naquele ano, nos Estados Unidos, o LulzSec virou notícia nos principais jornais internacionais pelo vazamento de dados de mais de um milhão de contas de utilizadores da Sony, trazendo inclusive prejuízo aos consumidores finais – ação que causou uma série de divergências entre os membros dos Anonymous, no interior do qual o Lulz Security se originou.

318 Esta foi a única entrevista atribuída ao Lulz Security Portugal encontrada até o final desta pesquisa, publicada pelo jornalista Rui Chagas, em 1 de setembro de 2012, no site Tugaleaks – que seria uma proposta de versão portuguesa do WikiLeaks. Disponível em http://www.tugaleaks.com/nomes-da-maconari.html. Consultada em 28 mar. 2013.

319 Conforme reproduzido no documentário *We are Legion – A História dos Hacktivistas* (Brian Knappenberg, 2012), o próprio nome "Lulz" já sugere uma abreviação da expressão *Lol* (*laughing out loud*), que na linguagem da internet significaria "gargalhar". Outro termo utilizado para designar o grupo é "The Lulz Boat" ou "A Jangada dos Lulz", que fazia referência à música tocada na página oficial do movimento.

320 Sob o perfil "Caravela dos Lulz" <@LulzSecPortugal>, com 2.281 tweets e 5.609 seguidores, seguindo apenas outros 5 perfis do Twitter. Até o final deste estudo, última publicação na página do perfil data de 9 de fevereiro de 2014, um retweet relacionado à uma crítica mediática ao jornal *Diário de Notícias*. Disponível em https://twitter.com/lulzsecportugal. Consultado em 8 jul. 2017.

321 Até a publicação deste livro, o perfil do Lulz Security no YouTube contava com quatro vídeos publicados, nomeadamente: "@LulzSecPortugal | primeira mensagem", de 02 de novembro de 2011, com 16.954 visualizações; "Anonymous Portugal Resposta à Sic", de 21 de novembro de 2011, com 311.011 visualizações; "LulzSecPortugal/Anonymous | Operação #AntiSecPT", de 28 de novembro de 2011, com 13.241 visualizações, e "Julian Assange Speech At Ecuador Embassy 19-08-2012", de 20 de agosto de 2012, com 818 visualizações. Disponível em www.youtube.com/lulzsecportugal. Consultado em 9 jul. 2017.

1988 para fins de bate-papo e troca de arquivos. Tal escolha justifica-se pelo fato das redes do IRC possibilitarem a conversa anónima, em grupo ou privada, e pela dificuldade de rastreamento dos IPs (*Internet Protocol*, ou a identificação única para cada computador conectado a uma rede); elementos básicos, porém, fundamentais para a organização desse tipo de ação num contexto reticular.

Na primeira dita "invasão digital" realizada pelos membros do LulzSec, registada em 5 de setembro de 2011, diversos sites[322] de instituições portuguesas foram retirados do ar. Em substituição às informações institucionais exibidas nas páginas oficiais, foi veiculado um vídeo de apresentação do grupo net-ativista, transcrito parcialmente a seguir:

> Olá, mundo! Somos o LulzSec Portugal. Sejam bem-vindos a nossa caravela. Embarquem conosco para uma nova era dos descobrimentos. Vamos conquistar uma terra que desconhecemos a quem pertence: Portugal, nosso país. (...) Um paraíso fiscal, onde se lava dinheiro internacional. Um país onde os políticos favorecem empresas privadas e quando perdem o seu cargo político tornam-se presidentes das mesmas. Um país que tem um presidente na comissão europeia a assumir com orgulho ter sido eleito em segredo. Um país governado por corruptos, adormecido pela negligência da comunicação social. Estás zangado? Revoltado? Não fiques... Somos mais de 10 milhões em Portugal. Eles são meia dúzia de gatos pingados. (...) Vivemos numa era onde podemos fazer alguma coisa ao fim de tantos anos. (...) Encorajamos todos os jornalistas, advogados, professores, desempregados, todos os ativistas e todos os hackers. Cada blogue, cada fórum, todas as instituições, movimentos e todas as formas de luta contra a corrupção. Está na hora de sair à rua e manifestar a nossa liberdade de expressão. Encorajamos o povo a fiscalizar os fiscais. A vigiar os vigias. A estudar a história e os fatos da corrupção. A tirar notas. A tirar fotos. Criar vídeos. A espalhar informação e juntarmo-nos todos em todas às manifestações que partilhem os mesmos ideais. (...) Vamos provocar comichão aos governos online e mostrar-lhes o que é um choque tecnológico quando nos privam dos nossos direitos, da nossa privacidade e até mesmo da nossa humanidade. É por isso que temos como alvo as primeiras instituições corruptas a conhecer as nossas frotas

322 Tais quais: Instituto da Defesa Nacional – IDN (http://www.idn.gov.pt/index.php), Serviços de Informações de Segurança – SIS (http://www.sis.pt/index.html), Centro de Gestão da Rede Informática do Governo – Ceget (http://www.ceger.gov.pt), Partido Social Democrata – PSD (http://www.psd.pt/), Partido Popular – CDS (http://www.cds.pt/), Partido Socialista – PS (http://www.ps.pt), Bolsa de Valores (http://bolsa.sic.pt) e o site do Parlamento Português (http://www.parlamento.pt).

> e vão estar sobre ataque nos próximos dias. (...) A revolução não passa na televisão. Levantar âncoras, içar velas, desfazer as amarras. Junta-te a esta viagem. Por um Portugal Livre. Forte abraço. LulzSec Portugal[323].

Os resultados dessa colaboração anónima, anárquica e horizontal, qualificada pela imersão dos net-ativistas envolvidos na conceção de um projeto de ataque digital coletivo, na geração de conteúdo original e na alteração das próprias arquiteturas informativas, foram amplamente divulgados nas redes digitais e nos *media* tradicionais[324]. Conforme anunciado no vídeo de apresentação, várias ações sucederiam aquele ataque informático inicial contra páginas institucionais e empresariais.

Em 27 de novembro de 2011, foi a vez do grupo LulzSec Portugal revelar os nomes, documentos de identificação, locais de trabalho e cargos desempenhados, números de telefone e contatos de e-mail de 107 policiais de três esquadras (14.ª, 16.ª e 38.ª) de Chelas, da Guarda Nacional Republicana, em Lisboa. Segundo o jornal *Público*[325], os dados foram obtidos após um ataque à Rede Nacional de Segurança Interna, que integra os dados de todas as corporações de segurança e proteção civil tuteladas pelo Ministério da Administração Interna (MAI) de Portugal. De acordo com a publicação, tais ataques surgiram como retaliação aos confrontos registados entre policiais e manifestantes na escadaria da Assembleia da República, durante um protesto de greve geral ocorrido três dias antes da ação do grupo.

O LulzSec Portugal reivindicou a autoria desta ação através de um pequeno texto divulgado no Twitter[326], acompanhado pela publicação de um link que encaminhava os leitores para os dados pessoais dos policiais. Em tal comunicado, os membros prometiam dar continuação ao ataque anunciado naquela data até publicarem os dados pessoais "de todos os agentes da PSP [Polícia de Segurança Pública], esquadra a esquadra, indivíduo a indivíduo, a começar pela esquadra de Chelas".

323 Os textos aqui transcritos seguem a grafia das publicações postadas pelos movimentos. Este foi publicado na íntegra no perfil do LulzSec Portugal no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=-QUhfMf6J78. Consultado em 2 nov. 2012.

324 Em reportagens como "Hackers atacam sites do PSD e Parque Temático da Madeira", de Mauro Gonçalves, da edição do jornal *Público* de 07 de novembro de 2011. Cf. Gonçalves, M. (2011, novembro 7). "Hackers atacam sites do PSD e Parque Temático da Madeira". In *Público*. Disponível em https://www.publico.pt/portugal/jornal/hackers-divulgam-dados-pessoais-de-107--policias-de-lisboa-e-ameacam-toda-a-psp-23516716. Consultado em 14 set. 2012.

325 Reportagem disponível em https://www.publico.pt/portugal/jornal/hackers-divulgam-dados-pessoais-de-107--policias-de-lisboa-e-ameacam-toda-a-psp-23516716. Consultado em 14 set. 2012.

326 Disponível em https://twitter.com/LulzSecPortugal. Consultado em 15 set. 2012.

Outra ação relevante reivindicada pelo movimento foi a divulgação, em 1 de setembro de 2012, de uma lista com mais de 1.900 nomes[327] de pessoas ligadas à Maçonaria em Portugal, incluindo figuras públicas, como jornalistas, empresários, políticos e policiais do país. No Twitter do LulzSec, os net-ativistas negaram ser maçons ou estar contra a Maçonaria, informando que os dados divulgados representavam apenas a repercussão de um e-mail anónimo recebido pelo grupo, quarenta dias antes da publicação da lista. Um mês após a revelação, os membros também se pronunciaram contra a reação da Maçonaria e dos jornais locais, alegando não ter havido ataque informático neste caso, mas sim uma fuga de informação interna da própria ordem, conforme a mensagem reproduzida abaixo:

> Irmãs e Irmãos, seres universais semelhantes a nós e a todos. Os segredos da eternidade não são segredos na era da informação, mas sim senso comum quando há bom senso. A árvore da vida liga-nos a todos do mesmo modo e mesmo sem mestres, rituais ou iniciações nós atingimos estes conhecimentos e todo! O conhecimento nos é acessível através do estudo, da experiência e da meditação profunda. Somos do povo, verdadeiramente autodidactas. (In) felizmente não temos nome, nem mestres, nem líderes... Somos livres. Viemos por este meio transmitir uma mensagem aos Maçons portugueses: não temos medo que a nossa identidade seja revelada, mas de livre vontade nos daremos a conhecer a público se para isso acabassem as sociedades secretas, secretismo governamental e empresarial, pois numa sociedade democrática nada disso faz sentido. Só abre portas para que a corrupção interna ao mais alto nível saia ilesa. (*reminding* Sabu). Talvez esteja na altura de acabar todo o secretismo e todos nós tirarmos as máscaras. "Não há nada escondido que não venha a ser revelado, nem oculto que não venha a se tornar conhecido" (Mateus 10.16b)[328].

Elogiada por seus fins, no reconhecimento público e mediático do movimento na luta pelo aumento da transparência e da democracia; e criticada por seus meios, sob acusações de desrespeitar as leis internacionais e pôr em causa a segurança da internet, a delegação portuguesa do "LulzSec" divulgou, ao longo de quase dois anos, informações confidenciais das instituições públicas e secretas nacionais, promovendo-as como forma de manifesto.

327 Lista disponível em http://pastebin.com/mfVogQ4r. Consultado em 15 set. 2012.

328 Disponível em http://pm2012pt.forumpratodos.com/t7-mass-share-das-13h00. Consultado em 14 set. 2012.

Embora o conteúdo relacionado às ações em rede do Lulz Security Portugal seja predominantemente técnico, percebemos tal movimento net-ativista baseado numa estratégia não apenas voltada para a questão de *open source* e *softwares livres* característica dos movimentos hackers, como também para uma luta centrada no fim de todo o secretismo informacional. Não importa se este seja da parte da Maçonaria, da Guarda Nacional Republicana ou das empresas e órgãos públicos em geral, conforme destacado nos discursos aqui reproduzidos.

Tal aspeto aproxima as ações dos manifestantes, cujo movimento aqui interpretamos como tema de *natureza técnica*, de posições também políticas frente ao contexto cultural, social e económico do qual fazem parte. Ainda assim, a preocupação estética com a gravação dos vídeos e mensagens, e com a própria logomarca do LulzSec[329], mostra ainda como as divisões propostas por Miranda (2010) corroboram outra tese sua anterior: a divisão não necessariamente corresponde a uma separação. Seria, no sentido oposto, uma forma de dar a conhecer "através de todos os arabescos que a divisão activa, arabescos que constituem as figuras que habitamos e nos habitam" (Miranda, 1998, p.28).

FIGURA 1 – Logomarca do Lulz Security Portugal330

329 Na logomarca, observamos uma bandeira de Portugal parcialmente coberta com o desenho de um boneco vestindo terno, com chapéu e monóculo, oferecendo um brinde com uma taça de vinho tinto ao símbolo dos Anonymous, colocado na parte superior esquerda da bandeira, conforme demonstrado na figura publicada neste página.

330 Fonte: *Tugaleaks*. Disponível em https://www.tugaleaks.com/entrevista-lulzsecportugal.html. Consultado em 19 jun. 2014.

Consoante ao que foi descrito como *colaboração imersiva* entre as divisões resultantes das formas de interação em rede proposta por Massimo Di Felice (2017a), identificamos similitudes nas ações dos piratas informáticos do LulzSec Portugal. A exemplo dos Anonymous e de outras ramificações tratadas como hackers, a atuação deste grupo apresenta um perfil mais ativo e está primordialmente restrita ao ambiente das redes sociais digitais. Isto é, para a colaboração ser desenvolvida seus membros precisam estar conectados, ainda que as ações possam trazer implicações que ultrapassem a dimensão das redes e que sejam repercutidas pelos meios de comunicação tradicionais[331].

Atrelado a este ponto, outro fator que indica como tais ações desenvolveram-se numa lógica colaborativa imersiva está no fato de o LulzSec Portugal não representar um movimento que se estabelece necessariamente pela ocupação do espaço físico, uma vez que a atuação do grupo se restringe às redes digitais. Destacamos, ainda, a questão deste tipo de colaboração exigir determinados conhecimentos técnicos por parte dos net-ativistas envolvidos, sobretudo no que diz respeito aos campos de programação e segurança de dados informáticos.

Em relação aos níveis de interatividade das arquiteturas informativas, observamos que o caso analisado permite a interatividade por meio do compartilhamento de mensagens, sobretudo privadas (através das redes do IRC), links e programas que auxiliam na elaboração dos ataques, realizados de forma anónima[332]. Assim, com base no desenvolvimento de ataques coletivos e incógnitos, podemos ainda considerar que este tipo de ação em rede possibilita a colaboração dos membros na construção da própria arquitetura, bem como a propagação da identidade coletiva LulzSec Portugal na reivindicação dos ataques classificados como hacktivistas.

331 Como exemplo está a penalidade atribuída aos manifestantes do movimento pela invasão de dados confidenciais de empresas e organismos governamentais. Prova disso é que o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa chegou a instaurar processos-crime na sequência das notícias sobre os ataques a vários sistemas informáticos de uma força de segurança, autoridades financeiras e outras instituições do Estado. Disponível em http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/diap-instaura-processos-crimes-a-ataques-a-sites. Consultado em 15 jul. 2014.

332 No que diz respeito à questão da identidade dos ditos piratas informáticos, não do grupo LulzSec de uma forma geral, que reivindicava a autoria de cada ação para transmitir as suas próprias mensagens.

6.3. Net-ativismo político: Geração à Rasca

A Geração à Rasca, nome dado a um conjunto de manifestações ocorridas em 11 localidades de Portugal e em outros países onde viviam imigrantes portugueses[333], ficou conhecida como um dos maiores acontecimentos de temática política não vinculados a partidos desde a Revolução dos Cravos, abordada no início deste capítulo. O primeiro protesto organizado através das redes sociais digitais, com convocatória lançada no Facebook e no blogue criado pelos membros da mobilização, ganhou as ruas com milhares de manifestantes em 12 de março de 2011[334], seguido por uma série de atividades nos anos que o sucederam.

Os dados estimados pela organização do movimento afirmam que 300 mil[335] pessoas protestaram nas ruas de Lisboa e do Porto apenas na primeira mobilização, além de outros milhares de manifestantes espalhados pelas cidades portuguesas e até do estrangeiro, a exemplo de Paris e Barcelona. "(...) algo inédito na sociedade portuguesa e, como momento de acção política, na relação dos seus indivíduos e dos seus colectivos instantâneos ou perenes com o espaço público" (Loureiro, 2011, p. 322).

Para o investigador Luis Miguel Loureiro, autor da tese de doutoramento *O ecrã da Identificação* (2011)[336] – que propõe um estudo de caso sobre a Geração à Rasca – o ineditismo desse movimento reside em elementos que não encontram precedentes em iniciativas populares anteriores ou em situações de protesto social e político em Portugal. Seja pelo *afloramento tecnológico*, pelo fato do movimento ter surgido inicialmente na internet; seja pelo *caráter distinto da mobilização*, estruturada de forma independente das grandes estruturas mediáticas, ou ainda pelas *características apartidárias* do coletivo, em que "todo o discurso que elaborou a *mobilização* para os protestos foi configurado em torno da noção de

333 As manifestações foram registadas em Lisboa, Porto, Funchal, Ponta Delgada e Viseu, dentre outras cidades portuguesas. Ainda foram registados protestos de menor dimensão em Barcelona, Londres, Berlim, Haia, Madrid, Liubliana, Luxemburgo, Bruxelas, Maputo, Nova Iorque, Copenhague e Estugarda, em frente às embaixadas de Portugal.

334 Cerca de um mês antes dos Indignados espanhóis (Movimento 15M) promoverem as ocupações das praças das principais cidades daquele país, o que faz com que a possível influência da Geração à Rasca sobre o movimento espanhol seja reivindicada em diversos momentos dos discursos dos manifestantes portugueses.

335 Luís Miguel Loureiro (2011) explica que o número exato de manifestantes nunca foi estabelecido com rigor face às versões contraditórias veiculadas nos *media*: enquanto os números fornecidos pelos organizadores nacionais e locais do protesto apontaram, inicialmente, para cerca de 300 mil pessoas, sendo o total de Lisboa, e 280 mil no Porto, os números divulgados pelas autoridades policiais teriam somado cerca de 160 mil manifestantes nas duas principais cidades.

336 Cf. Loureiro, L. M. (2012). *O ecrã da identificação* [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade do Minho – UM. Disponível em http://hdl.handle.net/1822/20462. Consultado em 11 jun. 2013.

uma manifestação pública de cidadania contra um determinado quadro situacional" (Loureiro, 2011, p. 323).

Os ditos organizadores do movimento – os amigos João Labrincha, Alexandre de Souza Carvalho e Paula Gil[337] – criaram, entre 5 e 6 de fevereiro de 2011, um evento no Facebook chamado "Protesto da Geração à Rasca", com convocatórias para a mobilização popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e na Praça da Batalha, no Porto. A estratégia dos organizadores era aproveitar a onda de comoção nacional manifestada durante os recentes concertos do grupo musical Deolinda nas duas cidades, nomeadamente no lançamento da canção "Parva que sou"[338], convertida em canção de protesto, cuja letra transcrevemos parcialmente a seguir:

> Sou da geração sem remuneração
> E nem me incomoda esta condição.
> Que parva que eu sou!
>
> Porque isto está mau e vai continuar,
> Já é uma sorte eu poder estagiar.
> Que parva que eu sou!
>
> E fico a pensar:
> Que mundo tão parvo,
> Onde para ser escravo
> É preciso estudar.
>
> Sou da geração "casinha dos pais".
> Se já tenho tudo, p'ra quê querer mais?
> Que parva que eu sou!

337 Os três ditos organizadores foram o centro de diversas publicações nos *media* tradicionais, com destaque para aquela realizada por Andreia Sanches do, jornal *Público*, "Um desempregado, um bolseiro e uma estagiária inventaram o Protesto da Geração à Rasca", publicada em 26 de fevereiro de 2011. Tal interesse mediático centralizado em determinadas figuras acaba por revelar a existência de certo protagonismo, ainda que num movimento net-ativista apresentado como de caráter horizontal. Disponível em https://www.publico.pt/2011/02/26/sociedade/noticia/um-desempregado-um-bolseiro-e-uma-estagiaria-inventaram-o-protesto-da-geracao-a-rasca-1482270. Consultado em 30 abr. 2014.

338 Tal canção, cuja letra abordava o descontentamento com o contexto de crise social e económica vivenciada em Portugal, de autoria de Pedro da Silva Martins, foi apresentada ao público pela primeira vez no Coliseu do Porto, nos dias 22 e 23 de janeiro de 2011, e novamente no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, nos dias 28 e 29 de janeiro do mesmo ano.

> Filhos, maridos, estou sempre a adiar,
> E ainda me falta o carro pagar.
> Que parva que eu sou! (...)

A convocatória ao protesto foi lançada no evento do Facebook com data para 12 de março de 2011, assim como no blogue do movimento, autodefinido como "apartidário, laico e pacífico". Nestes espaços, a Geração à Rasca reivindicava o fim da precariedade nas condições de trabalho[339], sobretudo a geração mais jovem, que não conseguia passar de estágios não remunerados, de trabalhos remunerados mediante falsos recibos verdes ou dos 500 euros de ordenados mensais. O manifesto inicial incitava à participação de todos numa manifestação dos desempregados, 'quinhentoseuristas'[340] e outros mal remunerados, "escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal".

No Facebook, a página oficial do movimento[341] contava com 2.482 membros segundo levantamento realizado em 2012. Lá, a Geração à Rasca se apresentava como um grupo aberto. O nome escolhido remete a um jogo de palavras usado para descrever a geração que protestou durante os anos 90 do século XX, apelidada "Geração rasca" por Vicente Jorge Silva em 1994 – período marcado por manifestações estudantis contra o aumento das propinas durante a gestão do Ministro da Educação Couto dos Santos. Nesta rede, o grupo se apresentava da seguinte forma:

339 Para o sociólogo José Soeiro (2014) a massificação da precariedade trouxe consequências relevantes em termos de modo de vida, nomeadamente para a juventude, particularmente exposta ao fenómeno. "*Ela significa, entre outros processos, (1) uma maior vulnerabilidade a processos de exclusão persistentes, (2) o alongamento, a deslinearização e a complexificação das transições juvenis, (3) a generalização de estados de stand-by em termos de projetos de vida, (4) a dificuldade de emancipação e ausência de autonomia habitacional (com o prolongamento – e mesmo o regresso – à casa dos pais), (5) o desfasamento entre as expectativas de mobilidade social associadas a maiores níveis de qualificação e a estrutura objetiva de oportunidades do mercado de trabalho, (6) a sobre-exposição ao subemprego e à ausência de acesso a proteção social, (7) a emigração forçada, (8) o esgotamento emocional resultante da permanente imprevisibilidade do futuro (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011; Soeiro, 2012; Nico, 2012)*" (p. 64). Cf. Soeiro, J. (2014) "Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto". In *Sociologia* – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Vol. XXVIII, pp. 55-79). Porto: Universidade do Porto.

340 Referente ao salário mínimo português, em torno de 500 euros, naquele ano das primeiras manifestações.

341 Uma referência à primeira análise da página do Facebook da Geração à Rasca, no endereço https://www.facebook.com/groups/geracao.a.rasca/?fref=ts, consultado em 11 de agosto de 2012. Em visita mais recente, em 10 de Julho de 2017, a mesma página somava 2.274 membros, com última postagem registada na mesma data, sobre um tema diverso daquele inicialmente abordado pelo movimento (no caso, tal postagem tratava dos recentes incêndios ocorridos em Pedrógão Grande, em Portugal, no verão de 2017).

> ATENÇÃO! ESTE É APENAS UM GRUPO DE DEBATE DA GERAÇÃO À RASCA! Este grupo tem como único objectivo ser um local de encontro de pessoas no Facebook onde se pode debater a situação do nosso país....
> http://aconteceemportugal.blogspot.com/
> IDEIAS A PENSAR:
> – Votar em branco é um erro... Os partidos maiores vão sempre ganhar com a situação, pois como têm uma enorme massa de militantes até lhes damos uma ajuda na vitória...
> – Informem-se sobre os vossos direitos e deveres como cidadãos para ajudarem a melhorar o país.
> – Não basta estar sentado no sofá a reclamar... Saiam de casa... Votem, falem, reivindiquem, exijam e CRIEM.

Já o blogue da Geração à Rasca[342] apresentava nove seções, entre estas um manifesto (nas línguas portuguesa, francesa, inglesa, espanhola, italiana e alemã), no qual foram lançadas as suas principais propostas e reivindicações:

> Nós, desempregados, "quinhentoseuristas" e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. Nós, que até agora compactuamos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida. Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – atuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável. (...) Não protestamos contra as outras gerações. Apenas não estamos, nem queremos estar à espera que os problemas se resolvam. Protestamos por uma solução e queremos ser parte dela.

Além da página inicial com links para o Facebook e para o Movimento 12 de Março, criado na sequência dos protestos, as demais seções do blogue trazem indicadores sociais, cartazes e *flyers*, contribuições espontâneas, *clipping* de notí-

342 Disponível em http://geracaoenrascada.wordpress.com/. Consultado em 15 mar. 2013.

cias, contatos, percurso do movimentos e um resumo das perguntas mais frequentes enviadas por seus membros (na seção *Frequent Asked Questions*).

O principal registo do movimento estudado foi a manifestação realizada em 2011. Três dias após a mobilização, em 15 de março de 2011, João Labrincha[343], um dos porta-vozes do primeiro protesto, concedeu entrevista à emissora RTP[344] na qual foi apresentado como "organizador da Geração à Rasca". Na ocasião, fez um balanço positivo da manifestação, considerando-a um "dia histórico", em que um total de "400 mil pessoas vieram dizer que queriam ter uma voz ativa, que queriam participar e ser parte da solução".

Ainda de acordo com as palavras de João Labrincha, dali em diante a luta teria que passar por todos e a energia daquele dia não deveria morrer. Na mesma entrevista, o dito organizador ainda acusou de "desfasamento face à realidade" o primeiro-ministro em gestão naquele período, José Sócrates, e Pedro Passos Coelho[345], então líder do maior partido da oposição (Partido Social Democrata), por estes não terem se pronunciado diante da manifestação, ignorando os anseios da população.

Os protestos de março de 2011 trouxeram certos desdobramentos, como a tentativa de inclusão de uma proposta de pacote de "20 medidas consideradas urgentes para a Geração à Rasca"[346] na pauta política do país. Entre tais medidas, destacavam-se aquelas a favor de que as universidades informassem aos alunos quanto à empregabilidade dos cursos que lecionam, de uma maior flexibilidade do mercado de trabalho e da liberalização do mercado de arrendamento residencial.

Ainda no mesmo mês, em 23 de março de 2011, o primeiro-ministro José Sócrates apresentou o pedido de demissão após suas medidas de austeridade propostas no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento serem vetadas no Parlamento. Cerca de um mês depois, em 15 de abril de 2011, aqueles que se apresentaram como organizadores iniciais do primeiro protesto fundaram o Movimento 12

343 Labrincha, Carvalho e Gil ainda foram entrevistados pelo periódico *Expresso* cerca de um ano depois da mobilização, em 22 de março de 2012, na reportagem "Ainda à espera de melhores dias", assinada por Tiago Figueiredo, na qual fizeram uma análise do país e das suas vidas pessoais depois da mobilização da Geração à Rasca. A entrevista está disponível em http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/1673111-ainda-espera-de-melhores-dias. Consultado em 15 jul. 2014. Os três ditos organizadores já haviam sido tema de outras publicações, com destaque para aquela realizada por Andreia Sanches do jornal *Público*, "Um desempregado, um bolseiro e uma estagiária inventaram o Protesto da Geração à Rasca", publicada em 26 de fevereiro de 2011, citada em nota anterior.

344 Entrevista disponível em https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/03/15/o-balanco-do-protesto-feito-por-joao-labrincha-na-rtpn. Consultado em 30 abr. 2012.

345 Este último assumiu como primeiro-ministro português em junho de 2011.

346 Apresentada por Adolfo Mesquita Nunes, do CDS Partido Popular.

de Março[347] – em referência à data da mobilização pioneira da Geração à Rasca. A esse grupo juntaram-se outros net-ativistas, com o desejo de criar um movimento com o objetivo de "fazer de cada cidadão um político"[348], prometendo "uma voz ativa na promoção e defesa da democracia em todas as áreas da nossa vida". Na página do M12M no Facebook, o movimento assim descreve-se:

> Uma prova irrefutável de participação cívica democrática, contra todas as teorias acusatórias de apatia e conformismo, que acreditamos nunca terem sido válidas, e cuja falsidade ficou provada com os acontecimentos do dia 12 de Março de 2011.
> O que aconteceu foi representativo da diversidade de motivações e propostas de solução. Um espelho de saudável multiplicidade democrática e de vontade de mudança.
> Convocámos o protesto porque acreditamos que todas e todos têm o direito a expressar a sua opinião. Nesse dia e sempre. E porque sabemos ter o direito a ser ouvidos.
> Nesse sentido, e no espírito de autonomia sempre defendido para a criação de grupos e associações no pós manifestação, decidimos constituir o M12M – Movimento 12 de Março.

Tal movimento lançou, em 19 de abril de 2011, em parceria com outros grupos como os Precários Inflexíveis, o FERVE e os Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, uma proposta de Lei Contra a Precariedade[349]. Já em 22 de maio de 2011, primeiro dia de campanha eleitoral para as legislativas antecipadas, foi a vez do Movimento 12 de Março lançar uma campanha paralela pela realização de uma auditoria cidadã sobre a dívida pública de Portugal[350]. Em 15 de outubro daquele ano, o M12M ainda fez parte de um coletivo de movimentos que orga-

347 Página do M12M no Facebook: https://www.facebook.com/movimento12m.

348 Expressão atribuída ao escritor português José Saramago.

349 Um projeto de lei seguido por um abaixo-assinado. Disponível em http://www.esquerda.net/sites/default/files/files/leicontraaprecariedade.pdf. Consultado em 10 Jul. 2012.

350 Tal iniciativa, que recolheu 35 mil assinaturas, foi oficialmente formalizada durante a Convenção de Lisboa, promovida em 17 de dezembro de 2011. Na ocasião, foi criada uma "Comissão de Auditoria", na qual novos manifestantes e coletivos vieram a integrar-se, através de um movimento que adotou o nome de "Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública". Esta seria a segunda ocasião em que o parlamento era obrigado a debater e votar uma lei proposta por cidadãos – sendo a primeira relativa à iniciativa da Ordem dos Arquitectos (que tentava evitar que outros profissionais pudessem assinar projetos), em 2006. Disponível em http://www.esquerda.net/en/node/19581. Consultado em 30 abr. 2013.

nizaram novas manifestações em Lisboa, naquele que ficou conhecido como o primeiro protesto convocado em escala global.

Pelo menos até a publicação deste livro, tanto o Movimento 12 de Março como outros grupos que surgiram após os protestos da Geração à Rasca mantinham-se atuantes em vários domínios da política, do ativismo e da cidadania, enquanto diversos outros dissiparam-se, revelando a tendência efêmera dos movimentos emergidos nas redes sociais digitais. No caso da Geração à Rasca, primeiro houve uma fragmentação do movimento em outros pólos. E, embora o tema seja abordado anos depois do grande protesto inicial, não houve uma cristalização ou institucionalização do movimento investigado como partido político, organização etc.

Após ultrapassar os limites das redes sociais digitais, lugar atópico onde foi estruturado, para as ruas[351], a Geração à Rasca continuou a repercutir – durante e depois da mobilização – nas mesmas redes, num processo de retroalimentação característico deste tipo de colaboração, que se aproximaria daquilo que Massimo Di Felice (2017a) sugere, em sua tipologia das dinâmicas de interação, como forma de *colaboração dialógica*. Em outras palavras, tais colaborações consistem em movimentos que transitam entre as redes sociais digitais e a ocupação do espaço público.

Ao analisarmos o caso na perspetiva da sua organização reticular, percebemos que na rede social Facebook todos os participantes do grupo podem transmitir suas opiniões, links e demais comunicados uns para os outros e para os demais visitantes da página da Geração à Rasca, publicar mensagens na linha do tempo, comentar mensagens e eventos postados por outros membros da rede, sem qualquer tipo de moderação. Já em relação aos níveis de interatividade das plataformas, como adiantamos, embora qualquer membro possa colaborar com textos ou comentar as publicações de forma imediata e sem moderação no blogue da Geração à Rasca e no Facebook do movimento, apenas os moderadores podem alterar a arquitetura informativa da página oficial, a exemplo da criação de novas seções no blogue.

Ainda que tenhamos apresentado o caso da Geração à Rasca como um extrato do que Miranda (2010) define como net-ativismo de *natureza política*, no que diz respeito ao conteúdo predominante dos movimentos de ativismo em rede estudados, não podemos ignorar que um elemento estético teve uma participação fundamental nesta mobilização: a canção dos Deolinda, "Parva que Sou"[352], que provocava o público a refletir sobre o momento político imediato, cujo trecho

351 Dinâmica aqui destacada como força de expressão, uma vez que a separação desses espaços é cada vez mais questionada, inclusive ao longo deste livro.

352 Os registos de lançamento da canção no referido concerto dos Deolinda no Coliseu do Porto, em 23 de janeiro de 2011, podem ser encontrados em diversas publicações do YouTube. Destacamos: https://www.youtube.com/watch?v=f8lo82tXbWU, postada por Miguel Saude. Consultado em 9 jan. 2016.

transcrevemos em página anterior. A canção é destacada pelo investigador Luís Loureiro, na tese *O ecrã da identificação* (2011), como o gatilho para uma sequência de identificações do público que participava do concerto e que vivenciava o contexto de crise política no país.

> A estreia de Parva que Sou dá-se no exacto momento que o país vai às urnas para eleger o Presidente da República e corresponde discursivamente à assumpção, pelo coletivo da banda ("nós"), da reflexão política que todos os cidadãos portugueses são convocados a fazer antes de votarem (Loureiro, 2011, p. 351).

Não cabe a este estudo desviar o foco da análise descritiva para aspetos que já foram investigados em outra tese de doutoramento, a exemplo desta "canção de intervenção" do grupo musical português que teria impulsionado o movimento. Embora estejamos mais voltados para as vozes dos atores e os rastos dos actantes nos casos aqui analisados, o contributo de Loureiro (2011) sobre a sua pesquisa acerca da Geração à Rasca serve-nos aqui para repensar, mais uma vez, como as categorias de movimentos net-ativistas misturam-se – das vivências políticas às estéticas, destas últimas às técnicas e assim por diante –, o que revela características da transitoriedade e da atopia dos fenómenos que emergem na ambiência digital.

6.4. Net-ativismo estético: Me Myself and I

Me Myself and I foi concebido em 2010 como um experimento artístico, definido como um projeto *work in progress* de "ciberformance"[353]. Selecionamos tal caso, nesta amostra de movimentos de net-ativismo e ações colaborativas nas redes digitais portuguesas que encerra este estudo, por se tratar de uma experiência criativa de natureza predominantemente *estética*.

353 Segundo a pesquisadora e artista Clara Margarida Gomes, idealizadora deste experimento, a *ciberformance* seria um aprimoramento das heranças vanguardistas do século XX, que teve os fóruns e ambientes textuais de jogos como primeiros espaços de ligação entre utilizadores e públicos distribuídos geograficamente; e, mais recentemente, apropriou-se dos gráficos e mundos virtuais online. Em suma, pode ser reduzida como a performance que acontece nas plataformas digitais, em ambientes e mundos virtuais, "*que se caracteriza por ser ao vivo, mediada, intermedial, multimodal, híbrida, liminar, colaborativa e interventiva estética e socialmente, sendo low cost e usando tecnologia livre e acessível*" (p. viii). Cf. Gomes, C. M. (2015). *Ciberformance: A performance em ambientes e mundos virtuais* (online). Lisboa: CECL/Leya.

Além de constituir-se como uma ação criada em colaboração com as redes sociais digitais, nomeadamente com um software da plataforma Second Life[354] – que viabilizou o desenvolvimento do avatar[355] e da coreografia apresentada na performance –este caso também toma a lógica reticular como base para os seus processos de interação com outros membros, conforme assim é descrito:

> *Me Myself and I*, um *work in progress*, é um projecto de *performance* desenvolvido entre o Second Life e o primeiro mundo. Através desta obra, reflicto sobre a obsolescência do corpo e sobre a necessidade da sua ampliação, sobre a nossa emergente condição pós-humana que conduz a um novo conceito de corporalidade, sobre a questão da presença na *performance* digital e sobre a problemática da identidade no cibermundo ou metaverso (Gomes, 2012, online)[356].

Ao adotar como base do experimento gravações de performances online de uma avatar denominada Lux Nix, tal projeto desenvolvia-se em interação com uma audiência que participava dos comandos da coreografia da personagem. As imagens projetadas na plataforma de realidade virtual Second Life eram intercaladas com imagens de vídeo do corpo da artista Clara Margarida Gomes, "com os constrangimentos do real" característicos de uma experimentação em direto.

Além das informações encontradas nas redes e em produções científicas que trataram sobre o experimento e a plataforma Second Life, as nossas análises são construídas em torno de um *ciber video-art* produzido sobre esta ação colabora-

354 Definido em nota anterior como um tipo de rede digital desenvolvida em 2003, como um ambiente virtual e tridimensional que simula em alguns aspetos a vida real e social do ser humano, podendo funcionar tanto como um jogo quanto simulador, comércio virtual ou rede social. Nas palavras de Nathanael Poor (2013): "*Em linhas gerais, é um espaço virtual no qual algumas pessoas fazem construções descoladas e se relacionam com outras pessoas com opiniões afins, criam lojas bastante mundanas que vendem roupas para avatares, estudam mundos virtuais ou tentam incomodar outros usuários*" (p. 117, tradução nossa). Cf. Poor, N. (2013). When Firms Encourage Copying: Cultural Borrowing as Standard Practice in Game Spaces. In M. Castells e G. Cardoso (Eds.). "Piracy Cultures: How a Growing Portion of the Global Population is Building Media Relationships Through Alternate Channels of Obtaining Content", *International Journal of Communication* (pp. 113-130). California: USC Annemberg Press.

355 O avatar é definido pela autora como "*a corporação ou incorporação virtual de uma pessoa*" (Gomes, 2013, p. 36). Cf. Gomes, C. M. (2013). *Ciberformance: a performance em ambientes e mundos virtuais*. [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/11409/1/Ciberformance-C.Gomes.pdf. Consultado em 15 jan. 2017.

356 Cf. Gomes, C. (2012). "*Me Myself and I*: A Ciberformance no Metaverso". In *Interact – Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia* (online). Disponível em http://interact.com.pt/19/me-myself-and-i/. Consultado em 16 mar. 2015.

tiva, disponível no site de compartilhamento de vídeos Vimeo[357]. Segundo Gomes (2015), tal performance foi desenvolvida nas coordenadas Baikal 132,176,87, no Second Life, em 22 de julho de 2010, às 21 horas GMT, para uma pequena audiência. Um plano geral foi capturado durante a apresentação, somado a gravações posteriores de imagens da coreografia de outros ângulos, a fim de enriquecer a obra.

Com duração de cinco minutos, *Me Myself and I; self-portrait with avatar*, um registo audiovisual do experimento desenvolvido em 2010, traz na imagem de abertura a referida avatar, despida, num lugar que parece uma sala vazia, com chão de azulejos e paredes brancos. Surge posicionado sob uma espécie de chuveiro preso ao teto, embaixo do qual sinaliza alguns movimentos de dança. Em seguida, com o cair das "águas digitais", emergem *frames* com partes de um corpo real – no caso, o da artista Clara Gomes – nua como a avatar, em posição de lótus[358], num espaço bastante similar ao demonstrado nas primeiras imagens do vídeo.

FIGURA 2 – Frame de Me, Myself and I[359]

357 O material foi postado em 2011, acompanhado pela seguinte sinopse: "*Mixed media, dance-tech self-portrait recorded in between a performance in a virtual world, Second Life, and real life. Part of my PHD investigation into de possibilities of artistic performance in virtual worlds, or cyberformance. Who reproduces the gestures of the other – the avatar or the physical self? An eco of our post-human condition present in the words of Stelarc's avatar, Prosthetic Head: «Avatars have no organs».*
In MMI, I try to explore the possibilities of virtual worlds and the connection between cyberformance and machinima, between a performance executed and captured – according to the rules of virtual cinema – in Second Life and real image resulting in a work of video-art or, better, cyber video-art".
Disponível em https://vimeo.com/50757605. Consultado em 8 ago. 2017.

358 Oriunda da tradição da ioga hindu, em tal postura o indivíduo permanece sentado, com as pernas cruzadas e os pés em oposição às coxas, a fim de meditar de acordo com as práticas indianas, em busca de uma melhor respiração e estabilidade física. A posição recebe esse nome por lembrar uma flor de lótus real.

359 Disponível em https://vimeo.com/50757605. Consultado em 8 ago. 2017.

"Lux Nix move-se com um ecrã acoplado onde está representada uma imagem fotográfica do meu corpo físico na posição de lótus do ioga de que sou praticante, que é também a primeira posição que o avatar assume na performance" (Gomes, 2015, p. 322).

A partir de então, as imagens exibidas neste audiovisual dividem-se entre aquelas do avatar e outras da artista, além de imagens das interações entre ambas. Por vezes parecem estar fundidas num só corpo, um corpo real, mas também digital. Por outras, parecem estar em movimento de negação ou conflito.

> De certa forma, Lux reage – de diferentes maneiras – à imagem que se lhe impõe, acabando por lutar com ela e conseguindo, por fim, que desapareça. Esse ecrã protésico representa a divisão entre quem eu sou e como me represento. No fundo, Lux tenta livrar-se da parte de mim que me é incómoda por me reflectir ou por me fazer reflectir (evocando o «ecrã do duplo» de Matthew Causey). (...) Inserts de imagens parciais da minha pessoa real mostram-me tentando reproduzir os movimentos do avatar: sou eu que o imito ou ele que me imita a mim? Somos parte integrante de um mesmo sujeito, permitindo-me este aparente desdobramento de identidade uma ampliação do meu corpo e a afirmação da minha qualidade de virtualmente humana (Boellstorff, 2008). Uma condição que me pode levar mais além (Gomes, 2015, p. 322).

Os movimentos desenvolvidos em simultaneidade – que causam confusão sobre quem os conduz de fato – são acompanhados por uma trilha sonora e por palavras soltas que formam frases como "*images are imortal*" (em português, "imagens são imortais" ou "*avatars have no organs*" ("avatares não têm órgãos")[360].

> Lux Nix utiliza uma série de movimentos que traduzem sentimentos próprios e a imagem que tenho de mim, uma vez que Me Myself and I é um «auto-retrato com avatar». Os gestos e animações, na sua maioria, foram, tal como os *objects trouvés* de Marcel Duchamp, encontrados em grutas de pira-

360 A trilha sonora é atribuída, no final do vídeo, a "ru*mor*". Na sinopse, postada juntamente ao *ciber art-vídeo* no Vimeo, citada em nota anterior, Clara Gomes (2015) associa tais frases ao avatar do artista e teórico da arte Sterlac, denominado Sterlac Luik, na palestra "From Second Life to Third Life". Também é explicada pela autora em outra publicação: *"«Avatars have no organs», os avatares não têm órgãos, diz Stelarc num dos vídeos do seu avatar/agente de inteligência artificial Prosthetic Head205, frase que ecoa em Me Myself and I, escrita na tela do ecrã, a intervalos. Lux Nix não envelhece, não lhe doem as articulações quando se move, é uma projecção do meu Eu ideal, uma forma de me desenvolver num outro universo, comunicando. Lux Nix está para além de mim. Porém Lux Nix não existe sem mim*" (Gomes, 2012, p. 323).

> tas no Second Life ou oferecidos por outros avatares; alguns foram criados no programa open source QAvimator (Gomes, 2015, pp. 321-322) .

Tal experimento faz-nos lembrar, embora no contexto digital, da Teoria Ator-Rede tratada em nosso estudo a partir da perspetiva de Bruno Latour (2012), a qual pode ser traduzida, aqui quase literalmente, naquela metáfora de que um ator – neste caso, uma artista – no palco não está sozinho, mas em colaboração com actantes de naturezas diversas. Embora a Teoria Ator-Rede tenha uma aplicabilidade bastante generalizada, no caso específico do Me Myself and I observamos não mais o sujeito, ou a *performer,* no centro da ação, mas a construção da sua rede com a plataforma digital, os avatares, as interfaces mediáticas, a audiência, as imagens, a trilha sonoras, as frases, referências de outras obras etc.

Não podemos afirmar que a construção desta rede tenha sido o interesse final da idealizadora do experimento, sobretudo se retomarmos, em seu discurso, que Me Myself and I surge da reflexão, entre outros aspetos, "sobre a criação de um sujeito dividido como condição da comunicação em rede, sobre questões de presença, identidade e narcisismo nos mundos virtuais" (Gomes, 2015, p. 323).

Contudo, ao trazer para o debate o tema da obsolescência do corpo e a necessidade da sua ampliação, na condição de virtualmente humana que conduz a uma corporalidade aumentada, esta artista e pesquisadora portuguesa o faz em colaboração com os actantes não-humanos, num processo de *transdução* (Miranda, 2010) ou *transubstanciação* (Di Felice, 2017a, 2017b) do corpo real em corpo digital – simulado virtualmente, mediatizado nas redes entre avatares e pessoas reais.

Esse tipo de experimento partilhado e ativado em tempo real, ora denominado como "teatro digital (Giannachi, 2004), ciberteatro, ciberdrama (Murray, 1997), hiperperformance, performance digital (Dixon, 2007), (...) post-organic performance (Causey, 2006)", é definido por Gomes como *ciberformance,* inspirado em Helen Varley Jamieson (2008) pelo termo parecer: "mais abrangente e mais produtivo para caracterizar experiências performativas liminares que acontecem desde os anos 90, mas que ganharam um novo fôlego com o desenvolvimento dos mundos virtuais tridimensionais" (Gomes, 2012, online).

Para a pesquisadora e artista portuguesa, este tipo de obra tem necessariamente de estar situado no ciberespaço – independente de ser desenvolvido para o efeito *chat rooms* (IRC, *Internet Relay Chat*), jogos de computador como MUDs (*Multi User Dungeon ou Domain*), MMOG (*Massively Multiplayer Online Game*) ou MMORPG (*Massively Multiplayer Online Role Playing Game*), chats gráficos, como o Athemoo ou o Lambdamoo, mundos virtuais ocupados em tempo real por diver-

sos membros, como The Palace ou Second Life ou ainda plataformas criadas para tal – a exemplo do UpStage, dedicado à performance virtual.

Em nossa abordagem, entretanto, investigamos o caso como net-ativismo estético no sentido mais próximo ao que Miranda (2010) definiu como "estética no sentido lato do termo, ligado às afecções, como na prática de jogos colaborativos, à exibição narcísica e à comercialização dos afectos, etc., mas acima de tudo no sentido restrito das artes" (p. 256). Ou seja, a ciberperformance ou *ciberformance* seria apenas uma das possibilidades de ação no âmbito do net-ativismo estético[361].

Ainda assim, se a condição daquilo que Gomes (2012) denomina como *ciberformance* é acontecer ao vivo, uma vez que a sua espinha dorsal é definida como a interação entre os *performers* e o público, esta considera que qualquer documentação produzida como resultado (fotos, vídeo) não deve ser tomada como o trabalho em si. Pelo fato deste tipo de ação colaborativa desenvolver-se em tempo real, esta pesquisa esbarrou em algumas limitações para a análise empírica do experimento, em razão de tais performances não serem realizadas na altura desta etapa da investigação – mas nos anos anteriores, dos quais encontramos apenas traços e pistas.

Diante desta impossibilidade, coube-nos analisar o Me Myself and I a partir do denominado *ciber video-art* produzido como resultado do experimento, somado aos discursos da idealizadora do projeto[362]. Ao invés de alterarmos o nosso *corpus* de estudo frente à dificuldade de experimentação da "obra em tempo real", preferimos tomar este fator um informante da característica desse tipo de fenómeno digital. Como vimos em outros movimentos aqui analisados, a temporalidade, o desaparecimento ou a finitude são traços recorrentes nas ações colaborativas nas redes sociais digitais – e, por esta razão, também são dados elementares para as suas interpretações.

O pesquisador Nathanael Poor, em artigo publicado na revista científica *Piracy Cultures* (2013), reforça a tese da efemeridade das ações como uma prática comum nas redes sociais digitais, sobretudo na perspetiva do Second Life:

361 O próprio José Bragança de Miranda desenvolve, desde 2007, um experimento de net-ativismo estético, através de um blog pessoal <www.rae.com.pt> voltado para a produção e circulação de postagens, produzidas de forma interativa com as novas tecnologias, por meio das quais expressa as suas subjetividades. Alguns textos publicados neste espaço de experimento filosófico foram reunidos em livro. Cf. Miranda, J. B. (2008). *Envios: Uma experiência filosófica na Internet*. Lisboa: Vega.

362 Fazemos referência aos discursos disponibilizados nas redes sociais digitais e em trabalhos científicos sobre o experimento; pois, como adiantamos, nesta pesquisa netnográfica não está prevista a realização de entrevistas, questionários, dentre outros métodos tradicionais de pesquisa em Ciências Sociais, pelos motivos elencados nos nossos Procedimentos Metodológicos, no início deste capítulo.

> Utilizadores podem fazer, refazer, deletar e refazer novamente as propriedades virtuais que possuem, o conteúdo muda frequentemente. As normas são mais estáveis que o seu conteúdo, embora diferentes grupos utilizem o Second Life para diferentes propósitos (Poor, 2013, p. 117, tradução nossa)[363].

Me Myself and I foi desenvolvido como parte empírica da tese de doutoramento *Ciberformance: a performance em ambientes e mundos virtuais* (2013) da artista e investigadora Clara Margarida Gomes. Este difere-se de outros experimentos artísticos existentes nas redes portuguesas, seja pelas suas formas de ação e interação, seja pela efemeridade característica dos casos de net-ativismo estudados.

Reconhecemos tal diferença, por exemplo, numa breve comparação com o Virose[364], projeto criado em 1997 como uma tentativa de compreender as chamadas artes digitais, experimentando-as em seus campos teóricos e práticos. Ainda no mesmo ano, este projeto acabou por se transformar em "Associação Cultural sem Fins Lucrativos[365], baseada no Porto, Portugal, dedicada à arte e suas contaminações com a técnica". Em 2017, ano final da investigação publicada neste livro, funcionava como uma espécie de galeria digital para exposição de trabalhos relacionados à *net-art*, bem como espaço fomentador de discussão sobre os rumos das artes digitais no país.

Justamente pelo experimento Me Myself and I demandar uma conexão dos participantes desta ação colaborativa em tempo real, interpretamos a qualidade da sua colaboração como imersiva, na perspetiva das dinâmicas de interação em rede (Di Felice, 2017a). Além de ter envolvido um dado conhecimento por parte do idealizador e produtor da ciberperfomance no tocante aos softwares e às demais tecnologias necessárias para a realização da ação, também exigiu que os outros membros – definidos por esse experimento como "audiência" – estivessem conectados à plataforma Second Life.

Embora não tenha ocupado as ruas das cidades como os movimentos de protesto aqui estudados, percebemos, neste caso de ação colaborativa de natureza predominantemente *estética* (Miranda, 2010), traços de uma colaboração *dialógica*.

363 Cf. Poor, N. (2013). When Firms Encourage Copying: Cultural Borrowing as Standard Practice in Game Spaces. In M. Castells e G. Cardoso (Eds.). "Piracy Cultures: How a Growing Portion of the Global Population is Building Media Relationships Through Alternate Channels of Obtaining Content". *op. cit*.

364 Na página, o movimento português Virose – Teoria, Arte e Prática hoje apresenta-se da seguinte forma: "*Os problemas da net.arte, arte digital/numérica ou o que quer que lhes possamos chamar, não são tão diferentes, e ainda menos opostos, à questão ontológica que juntou (e apartou) arte e técnica. É possível falar do plural das artes sem pensar também o seu singular? E é possível pensar a singularidade de cada arte sem o seu plural? Este é o campo de acção da VIROSE*". Disponível em http://www.virose.pt/. Consultado em 5 mai. 2015.

365 O Projeto é apoiado, desde 1997, pela Caleida Comunicação Global Ltda.

Isto acontece na medida em que a ação é desenvolvida de forma integrada com um espaço físico e com um corpo físico, que é o lugar "real" onde a *performer* desenvolve os movimentos de dança em interação com o seu avatar.

Notamos, ainda, reflexos de um outro tipo de colaboração sugerido pela tipologia proposta pelo sociólogo italiano Massimo Di Felice (2017a), aquela referente à *colaboração frontal*, da parte da dita audiência, em relação ao vídeo analisado, permitindo uma colaboração mínima, restrita aos comentários ou compartilhamentos da gravação audiovisual nas redes.

Como não tivemos acesso ao vídeo artístico, no momento real da realização do experimento, ou seja, como não fizemos parte desta audiência, preferimos isentar-nos das análises quanto aos níveis de interatividade da arquitetura informativa do Me Myself and I. Tal decisão justifica-se no fato dos rastos e pistas empíricos aqui analisados não oferecerem caminhos suficientes para que a interatividade do denominado espetador fosse avaliada no tocante à sua participação na arquitetura informativa em questão.

CONCLUSÃO

Este livro não teve como pretensão se lançar à criação de um novo conceito para dimensionar o fenómeno do ativismo em rede – ou, como preferimos denominar, do *net-ativismo*. Isto não implica negar que uma nova linguagem se coloque como necessária para atender à complexidade da nossa vida na lógica reticular emergente: um território de pouca estabilidade, com o acelerado processo de convergência das experiências cotidianas no interior das tecnologias de comunicação e interação, sobretudo nas ações colaborativas e nos movimentos sociais digitais.

Ainda que nas últimas duas décadas um amplo campo de investigação venha se constituindo em torno do tema, esta busca sobre a qualidade da ação em rede deparou-se com um problema, ao mesmo tempo empírico e epistemológico, desde a sua origem. Tal desafio encontrado em nosso percurso – e compartilhado por aqueles que investigam o net-ativismo numa perspetiva não mais humanocêntrica nem demasiado tecnocêntrica – pode ser sintetizado na seguinte questão: como analisar um "não-objeto"[366] de investigação quando este parece estar sempre um passo à frente das teorias que o tentam contemporizar?

Nesse sentido, antes de somar nova ou qualquer teoria aos quadros académicos, o caminho aqui escolhido partiu do questionamento da leitura tradicional humanista do ativismo em rede. Arriscamo-nos por pontos fora da curva que condicionava o olhar do pesquisador para a instrumentalização das redes sociais digitais, limitando-as ao papel de meras ferramentas no interior do fenómeno. Esta decisão acabou por desviar-nos do entendimento desse agir conectado como algo resumidamente político, do homem como sujeito da ação, aproximando-nos de uma leitura ecológica do agir em rede, que leva em conta a participação de actantes de diversas naturezas em modo colaborativo – num inventário que só

366 No sentido que, pelas características apresentadas, veio confundir as posições de sujeito e objeto, de pesquisador observador e pesquisador participante, bem como embaralhar as fronteiras entre teorias, métodos e análises, conforme já apontamos.

cresce em tempos de redes sociais digitais, Big Data, algoritmos, Internet das Coisas etc.

Em razão do net-ativismo desafiar a própria produção teórica com o seu dilúvio informacional e de dinâmicas de interação – possíveis de acompanhamento, na maior parte das vezes, apenas através de programas e máquinas –, a investigação apresentada ao longo destas páginas não aspirou resolver de forma definitiva o problema epistemológico do net-ativismo. Em seu lugar, ofereceu como contributo a proposição de um debate fundamental, apesar de negligenciado por inúmeros estudos sobre o tema: a crise da política, herança dos tempos modernos, como unidade de medida exclusiva para avaliar movimentos de uma complexidade até mesmo transorgánica em tempos digitais.

Sendo assim, ao invés de elaborar teorias estratificadas sobre o campo, tal estudo cumpriu o papel de substituir o ensimesmamento da ciência e das suas conclusões acima de qualquer experiência empírica. Logo, diante das demandas por acompanhar o sem fim de nuances dos movimentos de ativismo na internet, reunimos aqui oito teses distintas, traduzíveis em questionamentos acerca do fenómeno analisado, que buscam sintetizar questões cruciais sobre o debate lançado ao longo dos capítulos anteriores.

1. É preciso superar a conceção de "utilizador" como o sujeito que se apropria unilateralmente das redes, instrumentalizando-a como um simples meio para a execução de suas ações.

Como provoca a célebre frase atribuída a Marshall McLuhan, "os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam os homens"[367], por que não, portanto, pensarmos a relação de *colaboração* entre humanos e não humanos (Latour, 2004, 2012; Stengers, 2004, 2014) no lugar da relação de *utilização* destes últimos – tratados aqui na perspetiva das novas tecnologias – pelos primeiros?

2. Nem toda *rede social* é digital; nem toda *rede digital* é social. Contudo, o net-ativismo acontece nas *redes sociais digitais*, cujas diferenças em relações às primeiras precisam ser realçadas.

Se, por um lado, as *redes digitais* não inventaram a ideia de *rede* (Babo, 2017) – sendo esta extensiva a diversas dimensões da vida (ecologia, transporte,

367 Segundo Vinícius Ghise (2013) a frase seria de autoria de John Culkin, padre jesuíta que teria sido colega de McLuhan em Harvard, onde tornaram-se amigos, inclusive, devido ao interesse comum pelos estudos dos *media*. Tal citação constaria, originalmente como "*We shape our tools and thereafter they shape us*", em artigo de John Culkin para a revista *Saturday Review* ("A schoolman's guide to Marshall McLuhan", 18 de março de 1967, páginas 51-53 e 70-72). Disponível em http://www.viniciusghise.com.br/blog/homens-criam-ferramentas-ferramentas-recriam-homens. Consultado em 22 jul. 2014.

comunicação, sociedade etc.) e advinda de civilizações anteriores –; por outro, inauguraram uma nova forma de comunicação e interação capaz de transformar todos os campos da vida cotidiana. Antes de tudo, sugerimos esta distinção como caminho para desembaralhar a confusão entre as expressões.

Os conceitos para denominar redes como Facebook, YouTube e Twitter costumam variar em inúmeras pesquisas sobre a internet, que denominam os *social media* como *redes sociais* (Castells, 2013; Recuero, 2009), *redes digitais* (Felice, Torres & Yanazae, 2010) ou *redes sociais digitais (*Di Felice, 2017a). Tal variação entre os conceitos não causa espanto pelo fato das *redes sociais* contemporâneas, ou seja, aquela que tecemos com os nossos amigos, vizinhos, colegas de trabalho e pessoas que de alguma forma atravessam o nosso caminho estarem cada vez mais entrelaçadas pelas *redes digitais* e pelas novas tecnologias comunicativas (Wellman & Rainie, 2012).

Entretanto, seja qual for a expressão adotada, tal distinção mostra-se fundamental para esclarecer a compreensão do conceito de ativismo em rede nas pesquisas que investigam o fenómeno. Em primeiro lugar por sinalizar um posicionamento teórico em relação à abordagem do tema. Depois, devido a um questionamento cada vez mais evidente: até quando poderemos, ainda, falar em "distinção" entre mundo real e virtual, online/offline, realidade física e realidade virtual etc.? Por esta razão, propomos neste ponto a adoção do termo *redes sociais digitais* como forma de esclarecer que o que está em questão é a investigação das redes sociais contemporâneas, atravessadas pelo digital.

3. O net-ativismo supera uma dimensão meramente política, seja na perspetiva da qualidade da ação em rede, seja na diversidade temática difundida neste fenómeno.

As teses indicadas anteriormente conduziram-nos para este problema epistemológico, que envolve a qualidade da ação em rede. A tecnologia observada a partir de uma visão tradicional, ou seja, do homem no centro da ação ou da instrumentalização do digital nas nossas redes sociais "reais", acabam por direcionar o entendimento do ativismo em rede como algo essencialmente político.

Mas a compreensão do homem que "utiliza" as redes para propagar as suas bandeiras de luta – sobre diversos temas, cada vez mais segmentadas, horizontalizadas e desinstitucionalizadas (Terranova, 2005; Castells, 2013) – esbarra não apenas na crise da política propriamente dita, ou seja, na crise das suas instituições representativas. Isto se nota na ação cada vez mais visível dos não humanos (Latour, 2012), em especial do Big Data (Mayer-Schonberger & Cukier, 2013) dos *social media* e da Internet das Coisas em nosso cotidiano digitalizado (Lemos, 2013).

Desse modo, como caminho alternativo para a compreensão da espinha dorsal do net-ativismo, sintetizamos nesta tese a lógica da *transdução* (Bragança, 2010) e da *transubstanciação* (Di Felice, 2017a, 2017b): a mudança na própria substância dos elementos envolvidos no curso das ações colaborativas na era digital.

4. Net-ativismo institucionalizado – transformado em partido político, organizações e afins – não mais reflete as características originais do fenómeno.

Embora tenhamos analisado o fio condutor dos movimentos de ativismo em rede para além de uma ação política – ampliando um debate sobre a própria transformação da condição orgânica dos elementos envolvidos nas ações colaborativas digitais –, não podemos negar que a crise da política configura uma temática recorrente nos casos aqui reunidos.

Ainda que os movimentos net-ativistas predominantemente políticos sustentem os seus discursos em críticas à ideia de *revolução* (Bey, 2001) e que dificilmente construam uma proposta política clara para um sistema meramente representativo que tanto condena (Castells, 2013), observamos que alguns casos lançados como movimentos apartidários superaram a dimensão da efemeridade através de uma organização política. É o caso do Movimento Zapatista, no México, e do MoVimento Cinco Estrelas, na Itália, que lançaram os seus representantes nos tradicionais canais eleitorais ou a estruturação das reivindicações do 15M, na Espanha, como programa político do partido Podemos.

Ora, se o net-ativismo é definido como apartidário, horizontal, anárquico, com identidade aberta e coletiva, sem líderes e com tendência à temporalidade e ao desaparecimento natural – ou via "suicídio virtual" (ou *seppuku*, como convocou o Luther Blissett) – quando um movimento se transforma em organização, associação ou partido político como ainda podemos considerá-lo *net-ativista*?

5. Como as redes sociais digitais, o net-ativismo mostra-se complexo e contraditório.

Ao tratarmos do tema do ativismo em rede, ainda que a partir da definição de diversos autores este se caracterize como movimentos apartidários (Castells, 2013), fora dos moldes institucionais (Miranda, 2010), horizontais e sem líderes (Di Felice, 2017a), as ditas massas microssegmentadas (Terranova, 2005) ou multidões de singularidades (Negri, 2005), como tais, apresentam uma série de contradições.

Na tese anterior sintetizamos os dois primeiros tipos de incompatibilidades entre práticas e discursos – referentes aos casos de partidarização ou de insti-

tucionalização dos movimentos. Retomamos aqui, entretanto, outras controvérsias que dizem respeito às ações colaborativas nas redes sociais digitais, nomeadamente aquela que nega a existência de uma liderança em suas associações e eventos.

Embora não se perceba, nos casos investigados, uma hierarquia como a existente nos movimentos sociais tradicionais, a figura do organizador ou do porta-voz – a exemplo do Subcomandante Marcos, no Movimento Zapatista; do Beppe Grillo, no Movimento Cinco Estrelas; de João Labrincha, Alexandre de Souza Carvalho e Paula Gil, na Geração à Rasca etc. – acaba por atrair certo protagonismo, ao menos mediático, em relação aos demais membros envolvidos nas ações, tornando-se uma referência como a "voz de todos", seja em entrevistas jornalísticas ou como fonte para análises académicas.

Esta é apenas mais uma das contradições reveladas pelo presente estudo, cujo leque de controvérsias precisa ser continuado. Provavelmente, como afirma Tiziana Terranova (2005) tais contradições do ativismo em rede sejam, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza de cada caso investigado, sobretudo no tocante à pluralidade de temas, formas e elementos inerentes ao fenómeno.

6. Não é possível tratar como "objeto" uma fenómeno de estudo que se encontra em constante processo de transformação. Na falta de uma melhor expressão, adotamos a sua negação, isto é, "não-objeto".

Apesar deste estudo ter ambicionado, num momento inicial, apresentar um mapeamento dos casos de net-ativismo portugueses, tal desafio deparou-se com problemas intrínsecos às pesquisas de caráter *netnográfico* (Amaral, Natal & Viana, 2008).

O primeiro deles implicou na impossibilidade de oferecer uma visibilidade geral de redes e movimentos que se transformam e se propagam a cada clique. Em segundo lugar, antes mesmo de lançarmo-nos ao mapeamento das redes sociais digitais deste país, tornou-se necessário buscar um extrato dos casos de net-ativismo anteriores, nas mais distintas latitudes, contextos sociais, económicos e culturais, uma vez que tais movimentos estão globalmente interligados, seja por influências em discursos, propostas, formas e tipos de interação; seja até mesmo pela colaboração entre os seus membros, em determinados casos – como na relação estabelecida entre a Primavera Árabe e o Anonymous, por exemplo.

Como terceiro obstáculo encontrado para a construção de um mapeamento de movimentos que emergem nas redes está a questão de como a própria história se reescreve na internet: sites retirados do ar, comunidades virtuais deletadas,

ligações indisponíveis, oscilações entre conexão/desconexão dos membros dos grupos etc. Isto aproxima-se do que Latour (2012) afirmou, ainda num contexto não digital, de que não existem grupos, mas "formação de grupos".

No caso da formação de grupos de net-ativismo, um mapeamento de casos tende a esbarrar tanto na infinidade de conexões quanto na efemeridade das suas durações. Ou seja, uma investigação que ambicione tal feito ainda assim representará um simples extrato, uma amostra, um recorte temático e temporal do fenómeno.

7. As tipologias são proposições importantes para a seleção e análise dos movimentos. Porém, como fenómeno transorgânico e pluriforme, o net-ativismo tende a confundir e misturar quaisquer tentativas de categorização.

Ao analisarmos fragmentos dos casos de net-ativismo em Portugal, fundamentados na tipologia de Miranda (2010) – que sugere três naturezas distintas do ativismo em rede, *técnica*, *política* e *estética* –, percebemos que embora exista uma predominância temática nos movimentos ou ações colaborativas digitais, tais conteúdos tendem a misturar-se. Neste livro, a tipologia foi apresentada como um esforço de contemporizar a crescente mobilização nas ecologias comunicativas das redes portuguesas; nunca seguida como categorias fixas, nas quais os casos estudados deveriam ser rigidamente enquadrados, mas como pontos de partida para uma pesquisa exploratória do fenómeno.

Semelhante à divisão temática sugerida por Miranda (2010), a tipologia das dinâmicas de interação em rede elaborada por Di Felice (2017a) também revela, quando investigada no interior dos casos selecionados, que tais dinâmicas interativas – *frontal*, *imersiva*, *dialógica* e *ecológica* – também se sobrepõem em determinadas fases de cada movimento ou até na totalidade da sua trajetória. Esta descoberta, entretanto, não inviabiliza as categorias tomadas como inspiração metodológica, considerando ainda que os esforços destes autores jamais foram apresentados sob a pretensão de abarcar toda a complexidade das redes.

Ao invés elaborar uma nova tipologia, experimentamos aqui o cruzamento dos estudos sobre conteúdo e forma de modo a oferecer um contributo original nas análises dos movimentos net-ativistas e nas ações colaborativas no contexto digital português. Esta terceira via foi o caminho encontrado para analisar um tema de pesquisa que parece sempre escapar das mãos do investigador neste dilúvio informacional da web.

8. O net-ativismo e o desafio de apresentar conclusões teóricas sobre um tema em movimento.

Fenómenos como o net-ativismo demonstram como não podemos mais partir das mesmas teorias para uma observação de ações que se configuram em outras formas e velocidades. Pierre Lévy (2007) já atentava para essa questão quando argumentou que enquanto discutimos sobre as possíveis potencialidades de uma dada tecnologia, novas formas e aplicabilidades já teriam sido impostas. Nos primórdios da cibercultura, este autor nos alertava que antes mesmo da nossa conscientização, a dinâmica coletiva escavaria os seus atratores – e quando finalmente prestássemos atenção poderia ser demasiado tarde.

Num sentido próximo ao deste autor, percebemos neste estudo a necessidade de buscar novas formas de pensamento que refletissem esse agir coletivo para além de uma visão do homem como ser político. Se a internet veio a quebrar esse paradigma, impulsionando um modelo ecológico de interação e novos tipos de conflitualidade que ultrapassam a barreira do político para abarcar preocupações com o meio ambiente, com a sexualidade e com o corpo – apenas para pontuar algumas delas – precisamos, também, ampliar os nossos percursos teóricos, de forma que seja possível contemplar esta dimensão do agir em rede na era digital.

A problematização apresentada ao longo deste livro, entre visões distintas sobre tal agência reticular, levou-nos a investigar as experiências net-ativistas não apenas como novas demandas por participação, mas também pela lógica das novas ecologias de comunicação e interação. E no curso de todo o estudo, as ações colaborativas observadas revelaram tanto essas preocupações temáticas quanto as formas de interação entre os ditos "utilizadores" e a arquitetura digital, numa espécie de entrelaçamento entre teoria e prática sem o qual o trabalho em questão perderia qualquer sentido.

A exemplo dos movimentos net-ativistas que questionam o *status-quo* social e desafiam as teorias que os tentam categorizar, quem sabe tais teses – que mais que afirmar têm a intenção de questionar premissas propagadas em larga escala no universo académico – possam também colaborar, ainda que de forma provocativa, com a produção de novos significados para interpretar o mundo de hoje. Continuações deste estudo e pesquisas futuras sobre o tema seguirão no torvelinho de um mundo não mais somente moderno – ou algo mesmo além do pós-moderno –, que nos desafia a percorrer novos caminhos para pensá-lo, escrevê-lo e senti-lo.

REFERÊNCIAS

Livros e capítulos de livros:

Abruzzese, A. (2010). "Convém falar das coisas que não se sabe". In M. Di Felice & M. Pireddu (Orgs.). *Pós Humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes* (pp. 205-228). São Caetano do Sul: Editora Difusão.

Adorno, T. & Horkheimer, M. [1947](1969). *Dialéctica do esclarecimento: Fragmentos filosóficos* (versão online). Disponível em https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil_dialetica_esclarec.pdf.

Adorno, T. [1951](2001). *Minima Moralia*. Lisboa: Edições 70.

Adorno, T. (2002). *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

Andrade, C. D. (2003). *Alguma poesia*. Rio de Janeiro: Record.

Arendt, H. (1969). *Da violência*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (versão online). Disponível em http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendt-dv.pdf.

Arendt, H. [1993](2002). *O que é política?* Fragmentos das Obras Póstumas compilados por Ursula Ludz. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (versão online).

Arestis, P.; Sobreira, R. & Oreiro, J. L. (Eds.). (2011). *The Financial Crisis: Origins and Implications*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Armitage, J. (2000). *Paul Virilio: From Modernism to Hypermodernism and Beyond*. London: Sage.

Avelar, H. A. & Barbosa Filho, H. (2015). "Vândalos ou activistas: cobertura jornalística dos protestos". In C. Paiva, E. Barreto, P. Nunes & T. Soares. (Orgs.). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais* (pp. 133-144). João Pessoa: Editora da UFPB.

Babo, I. (2017). "Redes e Ativismo". In I. Babo; J. B. Miranda; M. J. Damásio & M. Di Felice (Orgs.). Netativismo (pp. 93-107). Porto: Edições Universitárias Lusófonas.

Barabási, A. L. (2003). *Linked: How Everything Is Connected to Everything Else and What It Means for Business, Science and Everyday Life*. New York: Basic Books.

Baran, P. (1964). *On Distributed Communications Networks*. Santa Monica: The Rand Corporation.

Barreto, A. A. (2013). "Uma análise sobre a importância da urgência de controle dos conteúdos em formato digital na Internet". In S. Albagli (Org.). *Fronteiras da Ciência da Informação* (pp. 127-145). Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Baudrillard, J. [1981](1990). *Simulacros e simulações*. Lisboa: Relógio d'Água.

Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. São Paulo: Editora Zahar.

Bauman, Z. (2003). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Beazley, D. & Jones, B. K. (2013). *Python Cookbook*. 3.ª ed. Sebastopol: O'Reilly Media.
Benjamin, W (198SD). "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica". In *Magia e Técnica, Arte e política* (Obras escolhidas I). São Paulo: Brasiliense.
Benjamin, W. (1992). *Sobre arte, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água.
Bey, H. [1985](2001). *T. A. Z.: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad.
Blissett, L. (1996). *net.gener@tion: manifesto delle nuove libertà*. Milano: Mondadori.
Blissett, L. (2000). *Totò, Peppino e la guerra psichica: 2.0*. Torino: Einaudi.
Blissett, L. (2002). *Q, o caçador de hereges*. São Paulo: Conrad Editora.
Blumenberg, H. (1986). *Naufrágio com Espectador.* Lisboa: Editora Vega.
Bobbio, N. (1986). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Bordieu, P. (2005). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
Miranda, J. B. (1997). *Política e Modernidade: Linguagem e violência na cultura contemporânea*. Lisboa: Colibri.
Miranda, J. B. (1998). *Traços – Ensaios da crítica da cultura.* Lisboa: Editora Vega.
Miranda, J. B. (2008). *Envios: Uma experiência filosófica na Internet*. Lisboa: Vega.
Miranda, J. B. (2010). "Activismo em rede, globalização e transdução". In C. Álvares e M. J. Damásio (Orgs.). *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (pp. 251-266). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
Brecht, B. (1987). *História de Almanaque*. Lisboa: Vega.
Breyner, S. M. [1979](2015). *Navegações*. Porto: Porto Editora.
Broekman, A. & Hui, Y. (2015). *30 Years After Les Imatériaux: Art, Science and Theory.* Luneburg: Meson Press.
Cardon, D. & Granjon, F. (2010). *Médiactivistes*. Paris: Presses de Sciences Po.
Castells, M. (2000). *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 3). São Paulo: Paz e Terra.
Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
Castells, M.; Tubella, I. *et al.* (2005). "The transformation of the social structure of the network society: Social uses of the Internet in Catalonia". In M. Castells (Ed.). *The Network Society: A cross-cultural perspective.* Malden: Edward Elgar (versão online).
Castells, M.; Tubella, I. *et al.* (2007). *La transicion a la sociedad red.* Barcelona: Ariel.
Castro, E. B. V. (1992). *From the Enemy's Point of View: Humanity and Divinity in an Amazonian Society*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
Cervantes, M. (2008). *Dom Quixote de la Mancha*. Lisboa: Relógio d'Água.
Debord, G. [1967](2003). *A sociedade do espectáculo* (versão online). Projeto Periferia Disponível em https://yadi.sk/i/Mel3ChUuoJFgr.
Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia* (Vol.1). São Paulo: Editora 34.
Deleuze, G. e Guatarri, F. (2007). *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.
Di Corinto, A. & Tozzi, T. (2002). *Hacktivismo: La libertà nelle magie della rete*. Roma: Manifestolibri.
Diderot, D. [1769](1964). "D'Alembert Dream". In *Rameau's Nephew and Other Works*. Indianapolis: Bobbs-Merril.
Di Felice, M. (2006). "Prefácio: A sociedade de massa vista desde o seu fim". In A. Abruzzese. *O esplendor da TV: Origem e destino da linguagem audiovisual* (pp. 15-25). São Paulo: Studio Nobel.
Di Felice, M. (Org.) (2008). *Do público para as redes. A comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Paulo: Difusão.

Di Felice, M. (2009). *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume.

Di Felice, M. (2010a). "Mídias Nativas: as manipulações tecnológicas do mundo e o fim dos pontos de vista centrais". In C. Álvares e M. J. Damásio (Orgs.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global* (pp. 87-105). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Di Felice, M. (2017a). *Net-ativismo: da ação social ao ato conectivo*. São Paulo: Editora Paulus.

Di Felice, M. (2017b). "O Net-ativismo e as dimensões ecológicas do agir nas redes digitais: 20 teses em busca de uma linguagem". In I. Babo; J. B. Miranda; M. J. Damásio & M. Di Felice (Orgs.). Netativismo (pp. 49-58). Porto: Edições Universitárias Lusófonas.

Di Felice, M. & Muñoz, C. (Orgs.). (1998). *A revolução invencível. Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional – Cartas e Comunicados.* São Paulo: Boitempo.

Di Felice, M. & Pireddu, M. (2010). "Além do solipsismo: as naturezas não humanas do humano". In M. Di Felice & M. Pireddu (Orgs.). *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes* (pp. 26-32). São Paulo: Editora Difusão.

Durkheim, E. [1895](2007). *As Regras do Método Sociológico*. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Durkheim, E. [1912](2009). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

Eco, U. [1964](2015). *Apocalípticos e Integrados*. Lisboa: Relógio D'Água.

Esposito, R. (2004). *Bìos: Biopolitica e filosofia*. Torino: Einaudi.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Gibson, W. (1991). *Neuromancer.* São Paulo: Aleph.

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Goffman, E. (2009). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.

Gomes, C. M. (2015). *Ciberformance: A performance em ambientes e mundos virtuais* (versão online). Lisboa: CECL/Leya.

Greenwald, G. (2014). *Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, NSA e a espionagem do Governo Americano*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.

Gubem, R. (2000). *El eros electrónico*. Madrid: Taurus.

Guidère, M. (2012). *O choque das Revoluções Árabes: Da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão.* Lisboa: Almedina.

Habermas, J. [1962](1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society.* Cambridge: The MIT Press.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPA.

Hardt, M. & Negri, A. (2004) *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record

Harvey, D. (2001). *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Ed. Loyola.

Hessel, S. (2011). *Indignai-vos!* Lisboa: Objectiva.

Huizinga, J. [1938](2000). *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Jameson, F. (1997). *Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática.

Jenkins, H. (2008). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Editora Aleph.

Kerckhove, D. (2009). *A pele da cultura*. São Paulo: Annablume.

La Boétie, E. [1549](2016). *Discurso Sobre a Servidão Voluntária*. 2.ª ed. Lisboa: Antígona.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.* Bauru: Edusc.

Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

Le Bot, Y. (1997). *Subcomandante Marcos. El sueño zapatista: entrevistas con el subcomandante Marcos, el mayor Moisés y el comandante Tacho, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.* Anagrama: Barcelona.
Lemos, A. (2002). *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea.* Porto Alegre: Sulina.
Lemos, A. (2013). *A comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume.
Lemos, R. & Di Felice, M. (2014). *A vida em rede*. Campinas: Papirus 7 Mares.
Lévy, P. (2002). *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget.
Lévy, P. (2003). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.* 4.ed. São Paulo: Loyola.
Lévy, P. [1997](2007). *Cibercultura*. 2.ª d. São Paulo: Editora 34.
Lewis, W. (1949). *America and Cosmic Man*. New York: Doubleday
Lippmann, W. (1927/1933). *The Pantom Public*. New Brunswick: Transactions Publisher.
Löwith, K. (1990). *O sentido da História*. Lisboa: Edições 70.
Lupasco, S. (1951). *Le Principe d'antagonisme et la logique de l'énergie – Prolégomènes à une science de la contradiction*. Paris: Hermann.
Lyotard, J. [1974](1988). *O pós-moderno*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
Lyotard, J. [1983](1997). *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Editorial Stampa.
Maffesoli, M. (2001). *O eterno instante: O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*. Lisboa: Instituto Piaget.
Maffesoli, M. (2005). *A transfiguração do político: a tribalização do mundo.* Porto Alegre: Sulina.
Maffesoli, M. [1989](2006). *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
Magalhães, M. (2008). *Polarizações do Jornalismo Cultural.* João Pessoa: Marca de Fantasia.
Magalhães, M. (2013). *Jornalistas no Cotidiano das Redes Digitais.* João Pessoa: Editora Marca de Fantasia.
Magalhães, M. (2017). "Dos manifestos aos piratas informáticos de uma Geração à Rasca: net-ativismo nas redes portuguesas". In M. Di Felice; E. Roza & E. Pereira. *Net-Ativismo: Redes digitais e novas práticas de participação* (pp. 262-281). Campinas: Papirus Sete Mares.
Malini, F. & Antoun, H. (2013). *A Internet e a rua: Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.
Martelli, A. & Ascher, D. (2002). *Phyton Cookbook*. Surrey: O'Reilly Media.
Mauss, M. & Hubert, H. (2005). *Sobre o sacrifício*. São Paulo: Cosac & Naify.
Mayer-Schönberger, V. & Cukier, K. (2013). *Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think*. London: John Murray.
McLuhan, M. [1962](1972). *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico.* São Paulo: Editora Nacional/Editora da USP.
McLuhan, M. [1964](2007). *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media).* São Paulo: Cultrix.
Mesquita, A. & Belarmino, J. (2015). "A revolta do vinagre: humor nos protestos do Brasil". In C. Paiva, E. Barreto, P. Nunes & T. Soares. (Orgs.). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais* (pp. 179-194). João Pessoa: Editora da UFPB.
Meyrowitz, J. (1993). *Oltre il senso del luogo*. Bologna: Baskerville.
Mezrick, B. (2009). *The Accidental Bilionaires. The foundig of Facebook: A tale of sex, money, genius and betrayal.* New York: Doubleday.
Morin, E. (2011). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina.
Musil, R. [1930-1943](2008). *O homem sem qualidades* (Vols. I, II e III). Lisboa: Editora Dom Quixote.
Negri, A. & Hardt, M. [2000](2005). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

Neuman, W. R; Marcus, G. E.; Crigler, A. N. & Mackuhn, M. (Eds.). (2007). *The Affect Effect: Dynamics of emotions in political thinking and behavior*. Chicago: University of Chicago Press.

Orsi, S. & Ribas, L. (2017). "Quem são os algoritmos?" In M. Magalhães; L. M. Loureiro; E. P. Costa & M. B. Ribeiro (Orgs.). *Constelações do Ativismo em Rede* (pp. 56-66). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Paiva, C. (2013). *Hermes no Ciberespaço: uma interpretação da comunicação e cultura na era digital*. João Pessoa: Editora da UFPB.

Paiva, C. & Barreto, E. "Posfácio" (2015). In C. Paiva; E. Barreto; P. Nunes & T. Soares (Orgs.). *protestos.com.br: fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas nas manifestações de rua e redes sociais* (pp. 223-234). Cláudio; Barreto, Emília; Nunes, Pedro & Soares, Thiago. João Pessoa: Editora UFPB.

Paiva, C.; Barreto, E.; Nunes, P. & Soares, T. (Orgs.). (2015). *protestos.com.br: Fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais*. João Pessoa: Editora da UFPB.

Parsons, T. [1937](2010). *A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes* (Vol I. Marshall, Pareto, Durkheim). São Paulo: Editora Vozes.

Peguy, C. (2015). *Mystique et Politique*. Paris: Bouquins.

Pick, J. B. & Sarkar, A. (2015). *The Global Digital Divides: Explaining Change*. Berlin: Springer Verlag.

Pireddu, M. (2010). "A carne do futuro – utopia da desmaterialização". In M. Di Felice & M. Pireddu (Orgs.). *Pós Humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes* (pp. 35-59). São Caetano do Sul: Editora Difusão.

Platão. [701 a.C.](1972). *Le leggi*. Bari: Laterza.

Quéré, L. (2015). "Prefácio". In I. Babo. *Espectadores e públicos activos* (pp. 5-21). Lisboa: Nova Vega.

Rainie, L. & Wellman, B. (2012). *Networked: the new social operating system*. Cambridge: MIT Press.

Reis, A. I.; Ribeiro, F. & Portela, P. (Orgs.). (2014). *Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Santaella, L. (2016). *Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política*. São Paulo: Paulus.

Santoro, G. (2012). *Un Grillo Qualunque. Il MoVimento 5 Stelle e il populismo digitale nella crisi dei partiti italiani*. Roma: Castelvecchi.

Santos, B. (2001). *A cor do tempo quando foge. Crónicas 1985-2000*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B. (2014). *Se Deus fosse um activista dos Direitos Humanos*. Coimbra: Almedina.

Santos Neto, C. & Magalhães, M. (2018). "Net-ativismo contra a campanha mediática do autoproclamado Estado Islâmico nas redes: o combate à propaganda terrorista através das ações de ISIS-chan no Twitter". In M. Magalhães, L. M. Loureiro, E. P. Costa & M. B. Ribeiro (Orgs.). *Constelações do Ativismo em Rede* (pp. 37-55). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Schwartz, E. (1996). *NetActivism: How Citizens Use the Internet*. O'Reilly Media.

Sena Júnior, C. Z. (2018). *Foi golpe! O presente como História*. Salvador: Quarteto Editora.

Seyfert, R. (2015). *Algorithmic Cultures: Essays on Meaning, Performance and New Technologies*. New York: Routledge.

Simondon, G. (1989). *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

Spinoza, B. (1985). *The collected works of Spinoza*. (E. Curley ed. and trans., vol. I). New Jersey: Princeton University Press.

Stengers, I. (2004). "Para além da grande Separação, tornamo-nos civilizados?" In B. S. Santos (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência revisitado* (pp. 131-149). São Paulo: Cortez.
Sterling, B. (1988). *Islands in the Net*. New York: Ace Books.
Stiglitz, J. (2002). *Globalization and Its Discontents*. London: Penguin Books.
Terranova, T. (2004). *Network Culture: Politics for the information age*. London: Pluto Press.
Tzu, S. (2006). *A Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM.
Vattimo, G. [1989](1992). *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Relógio d'Água (versão online).
Virilio, P. (1993). *O Espaço Crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.
Virilio, P. (2000). *The information bomb*. London: Verso.
Vitório, T. (2013). *Ativismo Judicial: Uma nova era dos direitos fundamentais*. São Paulo: Editora Baraúna.
Weber, M. [1946] (1982). *Ensaios de Sociologia*. In H. H. Gerth & C. Wright Mills (eds.). 5.ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
Weber, M. [1956](2008). *Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima*. Rio de Janeiro: VGuedes Multimídia.

Artigos de jornal ou revista científica

Amaral, A.; Natal, G. & Viana, L. (2008). "Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital". In *Sessões do Imaginário: cinema, cultura, tecnologia da Imagem* (Ano 13, n.º 20, pp. 34-40). Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS.
Bethke, B. (1983). "Cyberpunk". In *Amazing Fiction Stories* (Vol. 57, n.º 4, nov.).
Blistène, B. (1985). "Les Imatériaux: A conversation with Jean François-Lyotard. With Bernard Blistène". In *Flash Art Journal* (N.º. 121, març., pp. 32-39). Disponível em http://www.art-agenda.com/reviews/les-immateriaux-a-conversation-with-jean-francois-lyotard--and-bernard-blistene/. Consultado em 14 mai. 2015.
Carvalho, N. (2008). "Da telinha do celular, pequenas mídias ditam um novo conceito". In *Culturas Midiáticas* (Ano 1, n.º 1, jul-dez., pp. 1-10). Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB.
Di Felice, M. (2012). "Net-ativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais". In *Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia* (Vol. 19, n.º 1, jan-abr., pp. 27-45). Porto Alegre: Faculdade de Comunicação Social da PUC/RS.
Di Felice, M. (2013a). "Being networks: the digital formism of net-activist movements". In *Matrizes* (Vol. 7, n.º 2, jul/dez.). São Paulo: PPGCOM-USP.
Di Felice, M. (2013b). "Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares". In *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Manaus: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação.
Di Felice, M.; Torres, J. & Yanazae, L. (2010). "Ecologia, mídia e pós-modernidade". In *Comunicação e sociedade* (Vol. 8, pp. 85-96). Revista do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: UM.
Esposito, R. (2006). In T. Campbell. "Interview: Roberto Esposito". *Diacritics* (Vol. 33, iss 2, pp. 49-56). Disponível em http://www.after1968.org/app/webroot/uploads/esposito--campbellINTERVIEW.pdf. Consultado em 5 mai. 2016.
Ferreira, F. T. (2008). "Rizoma: um método para as redes?" In *Liinc em Revista* (Vol. 4, n.º 1, mar., pp. 28-40). Rio de Janeiro: Ibic.
Gomes, C. (2012). "Me Myself and I: A Ciberformance no Metaverso". *In Interact – Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*. Disponível em http://interact.com.pt/19/me-myself--and-i/. Consultado em 16 mar. 2015.

Hardt, M. & Negri, A. (2016). In N. Brown & I. Szeman. "O que é a multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri". *Novos estudos* (N.º 75, jul., pp. 93-108). São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Heidegger, M. (2007). "A questão da técnica". In *Scientiæ Zudia* (Vol. 5, n.º. 3, pp.375-398). São Paulo.

Hilsenbeck Filho, A (2004). "O Zapatismo e o fim da história". In *Revista de Iniciação Científica da FFC-Unesp* (Vol. 4 n.º 3, pp. 142-147). Marília: Universidade Estadual Paulista.

Lara, R. (2015). "Interview with Raquel Varela: The Carnation Revolution, working and living conditions in Portugal". In *Revista Katálisys* (Vol. 18, N.º1, jan/jun., online). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100123. Consultado em 12 dez. 2015.

Lemos, A. (2004). "Ficção científica ciberpunk: o imaginário da cibercultura". In *Revista Conexão – Comunicação e Cultura (UCS)* (Vol. 3, n.º 6, pp. 11-16). Caxias do Sul: Centro de Ciências Sociais – UCS.

Lucas, D. (2017). "México – 'Aqui estamos, meu General, e aqui seguimos': vinte anos da carta do Subcomandante Marcos e do EZLN para Emiliano Zapata". In *Revista IUH Online*. Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/566904-mexico-aqui-estamos-meu-general-e-aqui-seguimos-vinte-anos-da-carta-do-subcomandante-marcos-e-do-ezln-para-emiliano-zapata. Consultado em 15 jan. 2015.

Martins, P. H. & Guerra, J. (2013). "Durkheim, Mauss e a atualidade da escola sociológica francesa". In *Sociologias* (Vol. 14, n.º 34, pp. 186-218). Porto Alegre: UFRGS.

Negri, A. (1990). "O devir revolucionário e as criações políticas. Entrevista de Gilles Deleuze a Toni Negri". In *Novos estudos.* (N.º 28, pp. 67-73). Disponível em http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/62/20080624_o_devir_revolucionario.pdf. Consultado em 7 set. 2016.

Poor, N. (2013). When Firms Encourage Copying: Cultural Borrowing as Standard Practice in Game Spaces. In M. Castells e G. Cardoso (Eds.). "Piracy Cultures: How a Growing Portion of the Global Population is Building Media Relationships Through Alternate Channels of Obtaining Content". *International Journal of Communication* (pp. 113-130). California: USC Annemberg Press.

Sloterdjik, P. (2009). "Talking to Myself About the Poetics of Space". In *Harvard Design Magazine* (n. 30, Spring/Summer). Canbdrige, MA, EUA: Harvard University Graduate School of Design. Disponível em http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/30. Consultado em 10 mar. 2016.

Soeiro, J. (2014) "Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto". In *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (*Vol. XXVIII, pp. 55-79). Porto: Universidade do Porto.

Stengers, I. (2014). La propuesta cosmopolítica. In Dossier "Cosmopolíticas". *Revista Pléyade* (N.º 14, jul-dez., pp. 17-41). Centro de Análisis e Investigación Política – CAIP.

Strum, S. e Latour, B. (1987). "The meaning of Social: From Baboons to Humans". In *Information sur les Sciences Sociales/Social Science Information* (N.º. 26, pp. 783-802).

Vargas, S. (2009). "Com a arma da palavra: trajetória e pensamento do subcomandante Marcos". In *Revista Territórios e Fronteiras* (Vol. 2, n.º 2, jul/dez., pp. 202-222). Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História do ICHS/UFMT.

West, D.M. & Francis, R. (1996). "Electronic advocacy: Interest groups and public policy making". In *PS: Political Science & politics* (Vol. 29, n.º. 1, mar., pp. 25-29). Washington: American Political Science Association.

Artigos de jornal ou revista não científica

A GUEST (2012, setembro 1). "Corrupção Dentro Da Maçonaria v1.02". *Paste Bin*. Disponível em http://pastebin.com/mfV0gQ4 . Consultado em 15 set. 2012.

Amaro, J. B. (2011, novembro 29). "Hackers divulgam dados pessoais de 107 polícias de Lisboa e ameaçam toda a PSP". *Público*. Disponível em https://www.publico.pt/portugal/jornal/hackers-divulgam-dados-pessoais-de-107--policias-de-lisboa-e-ameacam-toda-a-psp-23516716. Consultado em 14 set. 2012.

BBC Brasil. (2016, fevereiro 16). "Entenda a 'mini guerra mundial' que ocorre na Síria". Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_siria_nova_guerra_tg. Consultado em 27 dez. 2016.

BBC Brasil. (2017, janeiro 25). "O apelo em carta de menina tuiteira síria a Donald Trump". Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38744192. Consultado em 2 fev. 2017.

Blissett, L. (1995). *Rivista di Guerra Psichica e Adunate Sediziose* (N.º 0, Abr/Mai). Bologna: Grafton 9.

Blissett, L. (1998). *Quaderni Rossi di Luther Blissett*. Bologna: Luther Blissett.

Correio da Manhã (30, novembro 11). "DIAP instaura processos-crimes a ataques a sites". *CM Jornal*. Disponível em http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/diap-instaura-processos-crimes-a-ataques-a-sites. Consultado em 15 jul. 2014.

Cossetti, M. C. (2014, setembro 30). "Fim do Orkut: mesmo sob protestos, Google encerra rede social após 10 anos". *Techtudo*. Disponível em http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/09/fim-do-orkut-mesmo-sob-protestos-google-encerra-rede-social-apos-10-anos.html. Consultado em 26 set. 2015.

Cruz, R. (2011, novembro 14). "Entrevista com LulzSec Portugal". *Tugaleaks*. Disponível em https://www.tugaleaks.com/entrevista-lulzsecportugal.html. Consultado em 19 jun. 2014.

Dias, A. S. (1994, abril 24). "Celeste e os Cravos". In *Público*. Disponível em http://sincron.blogspot.pt/2006/04. Consultado em 3 jan. 2016.

Esquerda.net (SD). "Lei da Precariedade. Todos a favor?". Disponível em http://www.esquerda.net/sites/default/files/files/leicontraaprecariedade.pdf. Consultado em 10 jul. 2012.

Esquerda.net (2011, agosto 24). "Lei Contra a Precariedade já tem metade das assinaturas". Disponível em http://www.esquerda.net/en/node/19581. Consultado em 30 abr. 2013.

Estadão Conteúdo. (2016, outubro 31). "Eleições 2016: Taxa de brancos e nulos é a maior desde 2004". *O dia*. Disponível em http://odia.ig.com.br/brasil/2016-10-31/eleicoes-2016-taxa-de-brancos-e-nulos-e-a-maior-desde-2004.html. Consultado em 2 dez. 2016.

Ferrari, B. (2017, maio 7). "Bitcoin: a moeda promissora que caiu na mão do criminoso comum". *Época*. Disponível em http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/05/bitcoin-tecnologia-promissora-que-caiu-na-mao-do-criminoso-comum.html. Consultado em 23 de mai. 2017.

Ferreira, R. (2017, maio 16). "Facebook tem 5,8 milhões de utilizadores ativos em Portugal". *Future Behind*. Disponível em https://www.futurebehind.com/numero-utilizadores-facebook-portugal-2017/. Consultado em 25 de mai. 2017.

Figueiredo, T. (2012, março 22). "Ainda à espera de melhores dias". *Expresso*. Disponível em http://www.voxeurop.eu/pt/content/article/1673111-ainda-espera-de-melhores-dias. Consultado em 15 jul. 2014.

G1. (2011, setembro 10). "Facebook ultrapassa Orkut em usuários únicos no Brasil, diz Ibope". Disponível em http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-ultrapassa-orkut-em-usuarios-unicos-no-brasil-diz-ibope.html. Consultado em 12 jan. 2013.

G1. (2016, outubro 31). "Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume". Disponível em http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html. Consultado em 16 nov. 2016.

Gardner, F. (2011, dezembro 17). "O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe". *BBC Brasil*. Disponível em http://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavra_arabe_bg. Consultado em 13 out. 2016.

Golden, T. (2001, abril 8). "Revolution Rocks: Thoughts of Mexico's first postmodern guerrilla commander". *The New York Times*. Disponível em http://www.nytimes.com/books/01/04/08/reviews/010408.08goldent.html?mcubz=0. Consultado em 12 jan. 2014.

Gonçalves, M. (2011, novembro 7). "Hackers atacam sites do PSD e Parque Temático da Madeira". *Público*. Disponível em https://www.publico.pt/portugal/jornal/hackers-divulgam-dados-pessoais-de-107--policias-de-lisboa-e-ameacam-toda-a-psp-23516716. Consultado em 14 set. 2012.

Gonzáles, C. (2017, maio 30). "Zapatistas anunciam candidatura à presidência do México". *Portal Vermelho*. Disponível em http://www.vermelho.org.br/noticia/297555-7. Consultado em 4 jul. 2017.

Harisson, A. (2016, novembro 1). "O criador de 'Black Mirror' fala sobre tecnologia, política e o futuro. *Vice*. Disponível em https://www.vice.com/pt/article/z4b5px/entrevista-charlie-brooker-criador-black-mirror. Consultado em 30 dez. 2016.

Hopkins, N. (2017, maio 21). "Revealed: Facebook's internal rulebook on sex, terrorism and violence". *The Guardian*. Disponível em https://www.theguardian.com/news/2017/may/21/revealed-facebook-internal-rulebook-sex-terrorism-violence. Consultado em 23 mai. 2017.

Landers, C. (2008, abril 4). Anonymous Desafia a Scientology (e Não Teme Nada). In "A Guerra na Internet: Anonymous vs. Church of Scientology". *Cientométrica*. Disponível em https://cientonetica.wordpress.com/2008/04/10/a-guerra-na-internet-anonymous--vs-church-of-scientology/. Consultado em 12 mar. 2013.

Lima, J. A. (2012, dezembro 18). "Pesquisa mostra que 16% da população mundial não têm religião". *Carta Capital*. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/sociedade/pesquisa-mostra-que-16-da-populacao-mundial-nao-tem-religiao. Consultado em 2 dez. 2016.

Lipperini, L. (1999, março 6). "Luther Blissett siamo noi". *LaReppublica.It*. Disponível em http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/1999/03/06/luther-blissett--siamo-noi.html. Consultado em 5 jun. 2014.

Lipperini, L. (2000, março 7). "Il suicidio di Luther Blissett". *LaReppublica.it*. Disponível em http://ricerca.repubblica.it/repubblica/archivio/repubblica/2000/03/07/il-suicidio-di--luther-blissett.html. Consultado em 24 jul. 2016.

Lusa (2007, novembro 21). "Portugal é o sétimo país em número de utilizadores do Orkut". *RTP Notícias*. Disponível em http://www.rtp.pt/noticias/pais/portugal-e-o-setimo-pais--em-numero-de-utilizadores-do-orkut_n52866. Consultado em 25 set. 2015.

Markoff, J. (2006, novembro 12). "Entrepreneurs See a Web Guided by Common Sense". *The New York Times*. Disponível em http://www.nytimes.com/2006/11/12/business/12web.html. Consultado em 16 dez. 2014.

McLuhan, M. in E. Norden (1969, 2004, SD). "The Playboy Interview: Marshall McLuhan". *Playboy Magazine* (retrieved from The Marshall McLuhan Center on Global Communications). Disponível em http://www.mcluhanmedia.com/m_mcl_inter_pb_01.html. Consultado em 2 jan. 2016.

Medeiros, E. & Fonesca, B. (2016, fevereiro 18). "Bíblia, boi e bala: um raio X das bancadas da Câmara". *Exame*. Disponível em http://exame.abril.com.br/brasil/biblia-boi-e-bala-um--raio-x-das-bancadas-da-camara/. Consultado em 22 jun. 2016.

Neves, J. P. (2003, dezembro 31). "Os Zapatistas". *Público*. Disponível em http://odia.ig.com.br/brasil/2016-10-31/eleicoes-2016-taxa-de-brancos-e-nulos-e-a-maior-desde-2004.html. Consultado em 17 jan. 2014.

Revolta Total Global. (2011, setembro 8). "LulzSec Ciberguerrilha Portugal LulzSecPortugal Manifesto e Attack: Bolsa de Valores Parlamento PSD PS CDS SIS GOV". Disponível em http://revoltatotalglobal.blogspot.it/2011/09/lulzsec-ciberguerrilha-portugal.html. Acedido em 10 jun. 2014.

Sanches, A. (2011, fevereiro 26). "Um desempregado, um bolseiro e uma estagiária inventaram o Protesto da Geração à Rasca". *Público* [online]. Disponível em https://www.publico.pt/2011/02/26/sociedade/noticia/um-desempregado-um-bolseiro-e-uma-estagiaria-inventaram-o-protesto-da-geracao-a-rasca-1482270. Consultado em 15 jul. 2014.

Santoro, G. (2013, março 5). "Itália: algumas razões para desconfiar do Movimento 5 Estrelas". *Esquerda.net*. Disponível em http://www.esquerda.net/artigo/it%C3%A1lia-algumas-raz%C3%B5es-para-desconfiar-do-%E2%80%9Cmovimento-5-estrelas%E2%80%9D/26958. Consultado em 27 set. 2016.

Scheller, F. (2015, maio 25). 'A melhor ideia é a que te deixa com medo'. *Estadão*. Disponível em http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-melhor-ideia-e-a-que-te-deixa-com-medo-imp-,1693512. Consultado em 17 jul. 2016.

Subramanian, C. (2016, outubro 28). "US election: Why does the US have such low voter turnout?". *BBC News.* Disponível em http://www.bbc.com/news/election-us-2016-37634526. Consultado em 2 dez. 2016.

Vaza, M. (2016, março 19). "Luther Blissett: avançado, anarquista e escritor de '*best sellers*'". *Público*. Disponível em https://www.publico.pt/desporto/noticia/luther-blissett-avancado-anarquista-e-escritor-de-best-sellers-1726487. Consultado em 15 set. 2016.

We do logos (2012, março 16). "Infográfico com a linha do tempo das redes sociais". Disponível em http://blog.wedologos.com.br/expandir-negocio/infografico-com-a-linha-do-tempo-das-redes-sociais/. Consultado em 2 jan. 2015.

Outras publicações eletrónicas

Fonseca, R. A. A. (2002, SD). *História do IRC/PTNET* [artigo em site pessoal]. Consultado em 2015, setembro 25, em http://purl.pt/19841/1/1980/1980.html.

Ghise, V. (2013, novembro 28). *Os homens criam as ferramentas, e as ferramentas recriam os homens* [artigo em site pessoal]. Consultado em 2007, julho 22, em http://www.viniciusghise.com.br/blog/homens-criam-ferramentas-ferramentas-recriam-homens.

Negri, A. (2005a). *A constituição do comum*. II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum. Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade e pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS). Consultado em 2016, setembro 5, em https://fabiomalini.wordpress.com/2007/03/25/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri.

Pereira, M. S. (1985) "Sou uma mistura de Norte e Sul". [Arquivo - Entrevista a Sophia de Mello Breyner Andresen]. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Consultado em 2017, fevereiro 9, em http://purl.pt/19841/1/galeria/entrevistas/02.html.

Seal, B. (2013, novembro 14). "Baudelaire, Benjamin and the Birth of the Flâneur". *Psychogeographic Review* [blog]. Consultado em 2017, julho 22, em http://psychogeographicreview.com/baudelaire-benjamin-and-the-birth-of-the-flaneur.

Thiely, N. (SD). "Guerrilha Psíquica - Luther Blissett (Conrad)". *Screamyell* [blog pessoal]. Consultado em 2016, julho 25, em http://www.screamyell.com.br/literatura/blisset.html.

Teses de doutoramento e dissertações de mestrado

Fahri Neto, L. (2007). *Biopolítica em Foucault* [Dissertação de Mestrado]. Repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90412. Consultado em 15 jan. 2016.

Gomes, C. (2013). *Ciberformance: a performance em ambientes e mundos virtuais* [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/11409/1/Ciberformance-C.Gomes.pdf. Consultado em 15 jan. 2017.

Loureiro, L. M. (2012). *O ecrã da identificação* [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em http://hdl.handle.net/1822/20462. Consultado em 11 jun. 2013.

Monteiro, I. A. S. (2012). *Na lama da Manguetown: a comunicação e o cotidiano do homem caranguejo na cidade mídia* [Dissertação de Mestrado]. Repositório institucional da Universidade Federal da Paraíba. Consultado em 7 fev. 2016.

Rena, A. S. A. (2015). *Comunidades essenciais, legiões demoníacas: multidão, literatura e riqueza comum* [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Letras, Brasil. Disponível em http://hdl.handle.net/1843/ECAP-9U4JV3. Consultado em 10 nov. 2016.

Santos, A. C. (2011). *Mídias táticas no Brasil: dinâmicas de informação e comunicação*. [Dissertação de Mestrado]. Repositório do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em http://ridi.ibict.br/handle/123456789/752. Consultado em 13 jun. 2015.

Saturnino, R. (2015). *A política dos piratas: informação, culturas digitais e identidades políticas* [Tese de doutoramento]. Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20229/1/ulsd071378_td_Rodrigo_Saturnino.pdf. Consultado em 10 nov. 2016.

Audiovisuais

Alves, J. (2018). *Objectos entre nós* [DVD]. PT: Produção independente.

Azcona, C. S. (2013). *Falsos Horizontes* [DVD]. ES: Estar ahí Cinemas.

Corona Australis. (2004). "Dance of Days". *A Valsa de Águas Vivas* [CD]. BRA: Estúdios El Rocha.

Eichert, B.; Sandberg, S. & Rowley, R. (1999). *Zapatista* [DVD]. EUA: Big Noise.

Grueso, S. (2012). *15M: "Excellent. A wake-up call. Important"*. [DVD]. ES: Madrid.15M.cc.

Jonze, S. (2013). *Ela*. [DVD]. EUA: Warner Bros. Pictures.

Knappenberger, B. (2012). *We are legion: The story of the hacktivists* [DVD]. EUA: Luminant Media.

Kubrick, S. (1968). *2001: Uma odisseia no espaço* [DVD]. EUA: Metro-Goldwyn-Mayer.

Mc Teigue, J. (2005). *V de Vingança* [DVD]. EUA: Warner Bros.

Medeiros, M. (2000). *Capitães de Abril* [DVD]. PT: Maisfilmes.

Mundo Livre S/A. (1996). "Desafiando Roma". *Guentando a Oia* [CD]. BRA: Excelente Discos.

Mundo Livre S/A. (2004). *O triste fim de Manuela Rosário* [CD]. BRA: Candeeiro Records.

Spielberg, S. (2001). *Inteligência Artificial* [DVD]. EUA: Warner Bros. Pictures.

Wildie, N. (1998). *Um lugar chamado Chiapas* [DVD]. CAN: Zeitgest Videos.

Vídeos em plataformas digitais

Ascinco Causas (2013, junho 18). *Anonymous Brasil – As 5 causas!* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=v5iSn76I2xs. Consultado em 7 set. 2013.

Geração à Rasca. (2011, abril 1). *RTPN – Geração à Rasca – João Labrincha três dias depois da manifestação* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yRM7HMR-D2IM. Consultado em 2 nov. 2012.

Gomes, C. (2012, outubro 4). *Me Myself and I* [Vimeo]. Disponível em https://vimeo.com/50757605. Consultado em 8 ago. 2017.

Fronteiras do Pensamento. (2010, novembro 29). *Carlo Ginzburg – Fronteiras do Pensamento* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=wS-SHNqAbd7E. Consultado em 23 out. 2016.

LulzSec Portugal. (2011, setembro 2). *@LulzSecPortugal | primeira mensagem* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-QUhfMf6J78. Consultado em 7 mai. 2016.

Razorfoundation. (2007, janeiro 2). *Bhopal Disaster – BBC – The Yes Men* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LiWlvBr09eI. Consultado em 9 jan. 2015.

Santos, A. (2013, junho 24). *Presidente Dilma propõe 5 pactos para mudar o Brasil* [YouTube]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qtGPYTvHoMw. Consultado em 27 jul. 2013.

Saude, M. (2011, janeiro 23). *Deolinda – Parva que Sou, Coliseu do Porto. Assim damos a volta a isto!* [YouTube]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=f8lo82tXbWU. Consultado em 9 jan. 2016.

Páginas oficiais dos movimentos

Amigos de Beppe Grillo: http://www.beppegrillo.it/movimento/
Association for Progressive Communication (APC): https://www.apc.org
Electronic Frontier Foundation: https://www.eff.org
Fruta Feia: www.frutafeia.pt
Geração à Rasca: https://geracaoenrascada.wordpress.com
LulzSec Portugal no Twitter: https://twitter.com/LulzSecPortugal
LulzSec Portugal no YouTube: www.youtube.com/lulzsecportugal
Luther Blissett: www.lutherblissett.net
M12M no Facebook: https://www.facebook.com/movimento12m
MoVimento 5 Stelle: www.movimento5stelle.it
Movimento 15-M: https://madrid.tomalaplaza.net
Occupy Wall Street: http://www.occupywallst.org
Prove: http://www.prove.com.pt
The Yes Men Project: www.theyesmen.org

Redes investigadas

4Chan: www.4chan.org.
Facebook: www.facebook.com
Instagram: www.instagram.com
Redes do IRC PTNet: www.ptnet.org
Twitter: www.twitter.com
YouTube: www.youtube.com

Outros sites
Imprensa Falsa: www.imprensafalsa.com
Inimigo Público: http://inimigo.publico.pt
Sensacionalista: www.sensacionalista.com.br

MARINA MAGALHÃES DE MORAIS é uma jornalista, pesquisadora e professora luso-brasileira. Nasceu em João Pessoa (PB), no Brasil, onde graduou-se em Comunicação Social – Jornalismo (2008) e tornou-se Mestre em Comunicação e Culturas Mediáticas (2011) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mudou-se para Portugal em 2011, onde cursou Doutoramento em Ciências da Comunicação – Especialidade Cultura Contemporânea e Novas Tecnologias (2018) na Universidade Nova de Lisboa, que resultou na tese "Net-Ativismo e Ações Colaborativas nas Redes Sociais Digitais", financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e aprovada por unanimidade e com nota máxima pelo júri.

Atualmente desenvolve Pós-Doutoramento na Sapienza Università di Roma, na Itália, no âmbito do Sostenibilia – Observatório Internacional de Teoria social sobre Novas tecnologias e Sustentabilidade. É investigadora integrada ao Instituto de Comunicação ICNOVA, da Universidade Nova de Lisboa, e ao Centro Internacional de Pesquisa Atopos, sediado na Universidade de São Paulo (USP). Ainda atua como professora convidada da Universidade Lusófona do Porto.

Entre as suas produções mais relevantes estão os livros *Jornalistas no Cotidiano das Redes Digitais* (Marca de Fantasia, 2013) e *Polarizações do Jornalismo Cultural* (Marca de Fantasia, 2008), como autora, além de *Constelações do Ativismo em Rede* (Edições Universitárias Lusófonas, 2018), como coautora e organizadora.

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto Refª: UID/CCI/04667/2016

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

REPÚBLICA PORTUGUESA